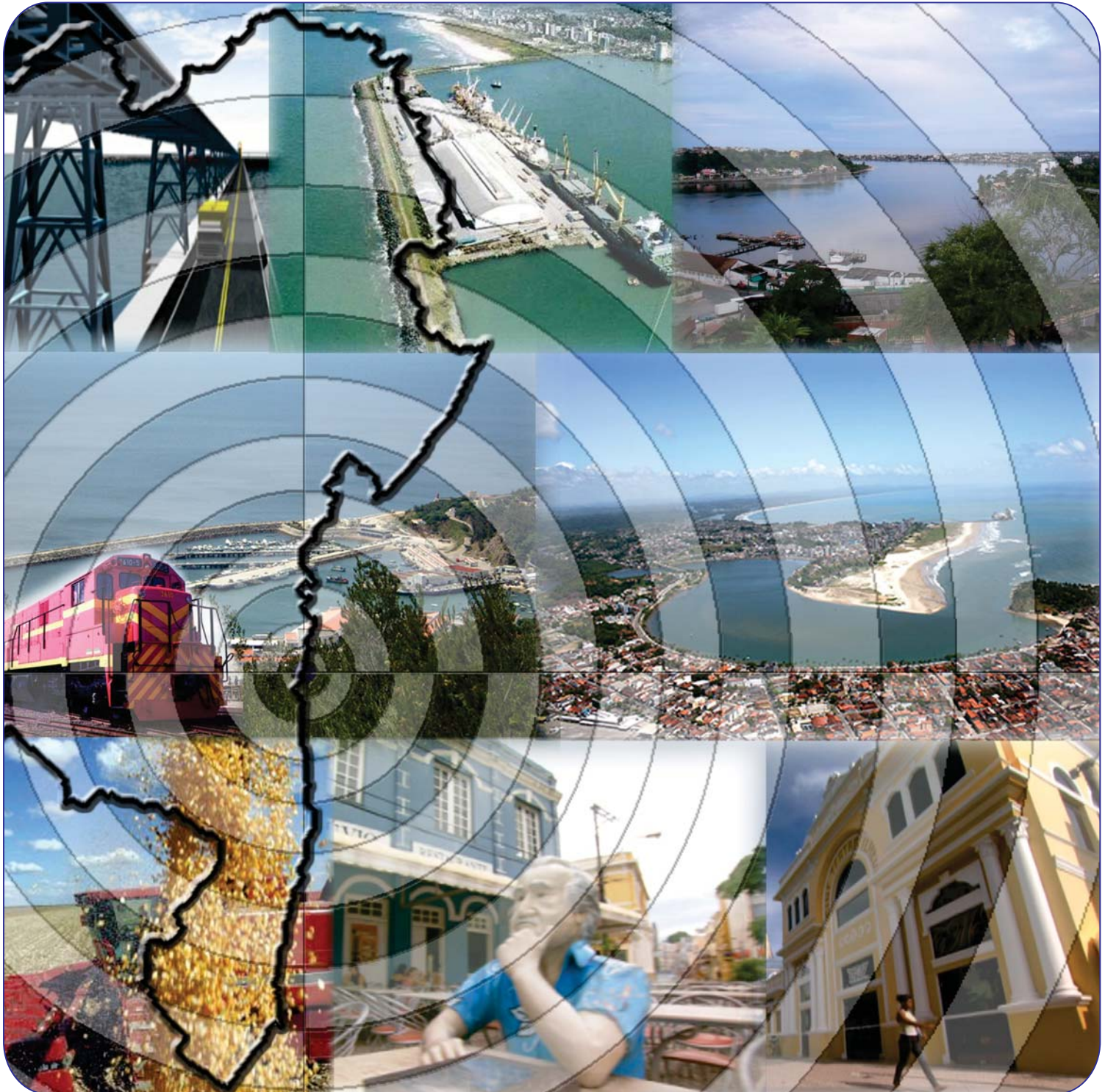


CONSORCIO

**HYDROS**  **ORIENTA** 



## ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA) PARA IMPLANTAÇÃO DO PORTO SUL EM ILHÉUS

TOMO XVI - APÊNDICE 15 - POPULAÇÃO, TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO

VOLUME 1

---

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

**DERBA - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA  
BAHIA**

**DIRETOR GERAL**

Saulo Filinto Pontes de Souza

**DIRETOR DE PROJETOS E PROGRAMAS ESPECIAIS**

Anna Christina Cruz Dias

**HYDROS ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA**

**RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Engº Silvio Humberto Vieira Regis

**COORDENAÇÃO GERAL**

Engº Ulysses Fontes Lima

Engº José Jaques Coelho

**GERENTE DE CONTRATO**

Geol. Sandro Luiz de Camargo

**ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) E RELATÓRIO DE IMPACTO  
AMBIENTAL (RIMA) PARA IMPLANTAÇÃO DO PORTO SUL EM ILHÉUS**

**APÊNDICE 15 – POPULAÇÃO, TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL E  
ARQUEOLÓGICO**

**VOLUME 1**

## APRESENTAÇÃO

O Consórcio **HYDROS/ORIENTA** apresenta o “CADERNO DE RESPOSTAS AO PARECER Nº 09/2012 – COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA” (0341-RT-00-MA-020 R-00), parte integrante do Contrato nº CC001 - CT 012/10, cujo objeto é a “Contratação de Consultoria de engenharia para elaboração de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA para implantação do Porto Sul em Ilhéus”, firmado entre o CONSÓRCIO HYDROS/ORIENTA e o DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA - DERBA. O Caderno de Respostas completo constitui-se de vinte Tomos, com a seguinte estrutura:

Tomo I -	Documento-resposta
Tomo II -	Apêndice 1 – Caracterização do Empreendimento
Tomo III -	Apêndice 2 – Justificativa do Empreendimento, Avaliação de Alternativas Tecnológicas e Locacionais e Definição da Área de Influência
Tomo IV -	Apêndice 3 – Caracterização dos Acessos
Tomo V -	Apêndice 4 – Caracterização da Pedreira
Tomo VI -	Apêndice 5 – Qualidade do Ar
Tomo VII -	Apêndice 6 – Ruídos e Vibrações
Tomo VIII -	Apêndice 7 – Linha de Costa, Dragagem e Rotas Marítimas
Tomo IX -	Apêndice 8 – Dados Sismológicos e Espeleologia
Tomo X -	Apêndice 9 – Qualidade da Água
Tomo XI -	Apêndice 10 – Fauna Terrestre
Tomo XII -	Apêndice 11 – Biota Aquática, Cetáceos e Quelônios
Tomo XIII -	Apêndice 12 – Flora
Tomo XIV -	Apêndice 13 - Estudo de Conectividade Hídrica
Tomo XV -	Apêndice 14 - Bioindicadores, Unidades de Conservação e Anuências
<b>Tomo XVI -</b>	<b>Apêndice 15 – População, Turismo e Patrimônio Cultural e Arqueológico</b>
Tomo XVII -	Apêndice 16 – Atividade Pesqueira
Tomo XVIII -	Apêndice 17 – Avaliação dos Impactos Ambientais
Tomo XIX -	Apêndice 18 – Programas Ambientais
Tomo XX -	Apêndice 19 – Caderno de Investimentos

O presente documento **Tomo XVI** corresponde ao **Apêndice 15 – População, Turismo e Patrimônio Cultural e Arqueológico**. Este documento está apresentado em duas partes. A Parte I contém os comentários e suas respectivas respostas, e a Parte II contempla os estudos complementares: 15.A – Reapresentação do Item População do EIA; 15.B – Cenários econômico e de Migrações; 15.C – Habitação, 15.D – Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico; 15.E – Doenças Respiratórias em Ilhéus; 15.F – Perfil das Propriedades/Posses e dos Ocupantes da ADA; 15.G – Extrativismo na ADA; 15.H – Uso e Ocupação do Solo e 15.I – Atividades Turísticas no Litoral Norte de Ilhéus.

O Tomo XVI divide-se em dois Volumes:

- **Volume 1 - Parte I completa e os Estudos 15.A, 15.B, 15.C e 15.D;**
- **Volume 2 - Estudos 15.E, 15.F, 15.G, 15.H e 15.I.**

## **PARTE I - COMENTÁRIOS/RESPOSTA**

### **TOMO XVI - APÊNDICE 15 – POPULAÇÃO, TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO**

**15.A – REAPRESENTAÇÃO DO ITEM POPULAÇÃO DO EIA**

**15.B – CENÁRIOS ECONÔMICO E DE MIGRAÇÕES**

**15.C – HABITAÇÃO**

**15.D – PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E ARQUEOLÓGICO**

**15.E – DOENÇAS RESPIRATÓRIAS EM ILHÉUS**

**15.F – PERFIL DAS PROPRIEDADES/POSSES E DOS OCUPANTES DA ADA**

**15.G – EXTRATIVISMO NA ADA**

**15.H – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

**15.I – ATIVIDADES TURÍSTICAS NO LITORAL NORTE DE ILHÉUS**

▪ **Comentário 5 – página 3, parágrafo 5.**

*A inserção de tais diretrizes no escopo das ações a serem desenvolvidas pelo empreendimento não é pertinente, uma vez que se tratam de ações típicas de Governo, não específicas do porto. Além disso, o empreendimento não está inserido no contexto do plano diretor de Ilhéus e, portanto deverá ser apresentada uma discussão sobre o zoneamento urbano e identificação das respectivas zonas.*

▪ **Resposta ao Comentário 5:**

As diretrizes colocadas fazem parte da estratégia de desenvolvimento urbano do estado da Bahia que tem o Porto Sul como empreendimento estruturante. Não são ações programadas no escopo do empreendimento, mas se associam ao Porto no sentido da promoção do desenvolvimento regional, por isso em certa medida e pela relevância justificam e são justificados pelo empreendimento. Uma abordagem sobre conformidade urbanística do empreendimento é apresentada no **Apêndice 15** deste documento de resposta ao PT do IBAMA.

▪ **Comentário 36 - página 17, parágrafo a.**

*Apresentação no diagnóstico ambiental de uma estimativa da disponibilidade nos municípios da AID/AII de profissionais das áreas específicas e com nível escolar suficiente para o preenchimento dos 60% de vagas estimadas, juntamente aos programas necessários;*

▪ **Resposta ao Comentário 36:**

Nos últimos dois anos, as unidades SineBahia alocadas nos municípios envolvidos diretamente no projeto, e que desenvolvem ações de Intermediação para o Trabalho, registraram a inscrição de 31.136 (trinta e um mil cento e trinta e seis) trabalhadores. No mesmo período, foram captadas 8.468 (oito mil quatrocentos e sessenta e oito) vagas e inseridos, através das unidades SineBahia, 4.064 (quatro mil e sessenta e quatro) trabalhadores. O que perfaz apenas 27% e 13%, respectivamente, das inscrições realizadas. Os trabalhadores inscritos no SineBahia apresentam enquanto perfil ter entre 20 e 39 anos (72%), possuir escolaridade de 2º grau completo (44%), 1º grau incompleto (17%), e ser do sexo masculino (58%).

Nas unidades SineBahia, a procura por emprego tem maior incidência pelas ocupações de trabalho tidas como não técnicas, ou seja, de formação geral, que não exigem longo tempo de experiência, a exemplo daquelas destinadas principalmente aos setores de Comércio e Serviços.

Atualmente, a escassez de profissionais qualificados e disponíveis é marcante em algumas áreas. Enquanto funções comuns, geralmente dos setores de Comércio e Serviços, contam com grande oferta de candidatos - com ou sem experiência, qualificados ou não. A Construção Civil e a Indústria, por exemplo, sofrem com a falta de mão de obra habilitada para ocupações mais técnicas e de conhecimento específico.

Parte dessa carência explica-se pela falta de renovação dos profissionais, já que não há entre os trabalhadores em potencial uma procura acentuada por cursos nas áreas que dão mais

oportunidades. O preconceito sobre algumas profissões e a falta de conhecimento sobre os muitos caminhos do mercado de trabalho, principalmente por parte dos jovens egressos de formação escolar, afastam a mão de obra potencial, deixando ociosas não apenas oportunidades de emprego formal, mas também vagas em cursos gratuitos de qualificação.

Comumente, esses trabalhadores são convencidos a buscar funções mais conhecidas e que não exigem uma capacitação muito específica - caso de vendedor, operador de caixa, atendente, recepcionista, assistente administrativo, auxiliar de serviços gerais e ajudante de carga, pelo fato de serem ocupações que exigem pouco ou nenhum tempo de experiência anterior.

Sobre isso vale destacar a dificuldade na intermediação de trabalhadores para segmentos de construção civil e indústria. Com o crescimento do setor da construção civil nos últimos anos, e da expansão de complexos industriais, profissionais antes escassos tornaram-se ainda mais devido à grande oferta de vagas nesses setores. Verifica-se que o fluxo de trabalhadores interessados e/ou qualificados não acompanha o ritmo desse crescimento.

Num olhar inicial do histograma das ocupações da fase de implantação do Porto Sul, pode-se mensurar pela procura de trabalhadores às unidades SineBahia de Ilhéus e Itabuna, que para 50% dessas ocupações não há trabalhadores inscritos.

Segundo dados do CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, entre janeiro/2010 e janeiro/2012 foram registrados 41.982 (quarenta e um mil novecentos e oitenta e duas) admissões nos municípios de Ilhéus e Itabuna, com destaque para as ocupações de vendedor, trabalhador da cultura do cacau, operador da indústria têxtil, auxiliar de escritório, operador de caixa, servente de obras, repositor e pedreiro. Do total de admissões nesses municípios, o percentual de participação do SineBahia foi de 9,7%. Com isso destaca-se que o SineBahia é um dos principais organismos de atuação das políticas públicas de emprego, e as análises feitas pelo serviço sobre sua atuação constituem-se em importante ferramentas para o diagnóstico do mercado de trabalho local.

As dificuldades identificadas levaram à montagem de um Plano de Ação voltado à qualificação profissional para atender à demanda do empreendimento consolidado no Programa de Capacitação de Mão de Obra Local.

▪ **Comentário 37 - página 17, parágrafo 1.**

*Estimativa quanto à disponibilidade de residências no município para os 40% dos trabalhadores projetados como externos à região.*

▪ **Resposta ao Comentário 37:**

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do estado da Bahia – SEDUR, a oferta habitacional para a AID destinada a famílias com renda de até 3 (três) salários mínimos é a que segue:

**Habitação de Interesse Social (até 3 salários mínimos) - Total: 4.817 UH:**

- Ilhéus: 1.340 UH + 496 (MCMV II) + 500 UH (PNHR);
- Itabuna: 2.481 UH.

Quanto à habitação de mercado voltada a um perfil de renda acima de 3 (três) salários mínimos, a Caixa Econômica Federal informa para a AID uma oferta programada no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, de 300 UH, como segue:

**Habitação de Mercado – Total: 300 UH:**

- Ilhéus: 64 UH;
- Itabuna: 236 UH;
- Uruçuca: sem informações UH.

Complementa esses dados de oferta o total apurado pelo Censo 2010 de domicílios vagos nos municípios. Esse total inclui as mais diversas situações do domicílio, indicando não necessariamente a disponibilidade do imóvel para venda ou locação.

**Domicílios vagos – Total: 17.764 UH:**

- Ilhéus: 7.953 UH;
- Itabuna: 8.695 UH;
- Uruçuca: 1.116 UH.

Esses dados de domicílios vagos precisam ser apropriados com cautela, pois nesse quantitativo encontram-se diversas situações (abandono, questões judiciais e oferta propriamente dita).

Quanto à demanda, importa considerar uma parcela não solvável por habitação de interesse social que coloca Ilhéus, por exemplo, na condição de terceiro maior déficit do estado da Bahia. Essa demanda vem sendo atendida na esfera da política pública de habitação de interesse social através de diversos programas.

A relação entre oferta e demanda deve considerar a existência, portanto, de um déficit habitacional na região, resultado da aguda crise econômica que se abateu na região. Entretanto, com os dados de oferta levantados (de mercado e de interesse social) acredita-se que o incremento de demanda decorrente do Porto Sul poderá ser absorvida, em parte pela oferta de mercado, e em parte pela prioridade a ser dada a esse contingente no programa de habitação de interesse social do Estado.

**Demanda por habitação relacionada à implantação e operação do Porto Sul**

Para estimativa da demanda por habitação que será gerada a partir da implantação e operação do Porto Sul, consideram-se aqui as migrações decorrentes do incremento previsto para a região, a mão de obra a ser contratada para a implantação e operação do Porto e a distribuição desse pessoal ao longo do tempo.

Os valores absolutos totais de mão de obra para implantação e operação do Porto podem ser vistos nos **Quadros 1 e 2** a seguir.

- Mão de Obra - Porto Público

**Quadro 1 - Mão de obra Porto Público – Instalação e Operação**

Implantação	Operação
2.160 funcionários	1.300 funcionários

Fonte: ProjConsult, 2012.

- Mão de Obra - TUP Bamin

**Quadro 2 – Mão de obra TUP Bamin – Implantação e Operação**

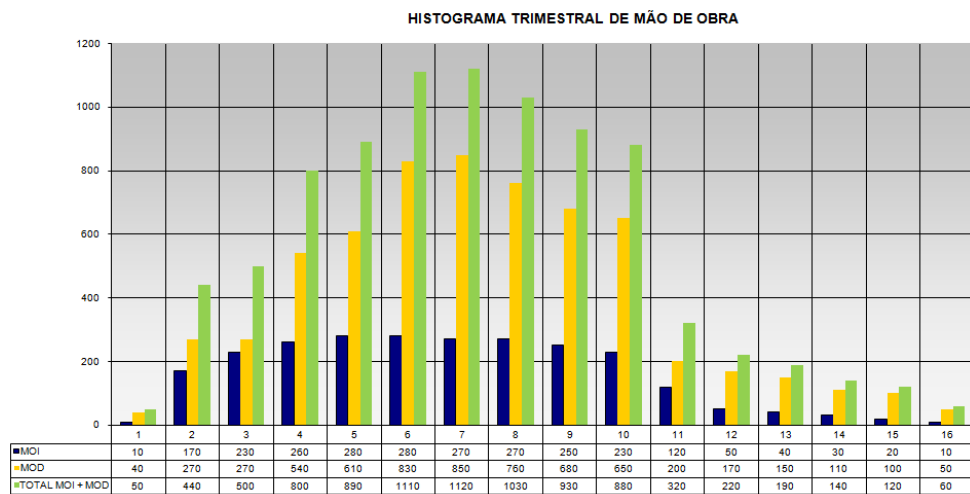
Implantação	Operação
1.680 funcionários	414 funcionários

Fonte: Bamin, 2012.

Em resumo, somando a demanda colocada pelo Porto Público e pelo TUP Bamin durante toda a fase de implantação serão 3.840 (três mil oitocentos e quarenta) funcionários. Destes, 2.530 (dois mil quinhentos e trinta) na faixa até 03 (três) salários, 831 (oitocentos e trinta e um) na faixa de 03 a 06 salários e 247 (duzentos e quarenta e sete) funcionários na faixa acima de seis salários.

Já na fase de operação somados Porto Público e TUP a demanda é de 1.714 (mil setecentos e quatorze) domicílios. Sendo 1.024 (mil e vinte quatro) na faixa até 03 (três) salários, 527 (quinhentos e vinte e sete) na faixa de 03 a 06 salários e 163 (cento e sessenta e três) na faixa acima de seis salários.

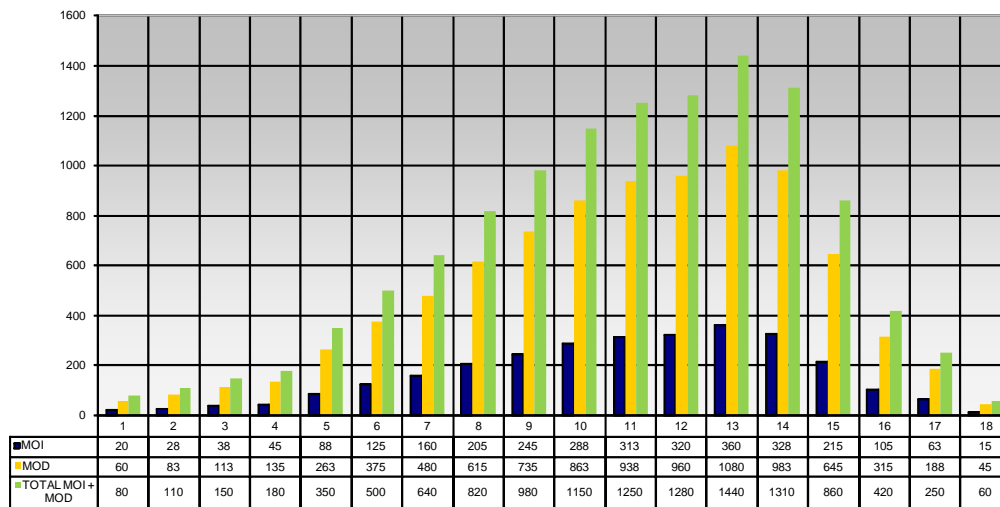
No entanto, para dimensionar a demanda de habitação, é preciso avaliar a distribuição da demanda de pessoal ao longo do tempo apresentada nos histogramas de mão de obra para implantação do empreendimento (**Figuras 1 e 2**).



**Figura 1 - Histograma Trimestral de Mão de Obra para Implantação do TUP Bamin – Porto Sul**



**PORTO PÚBLICO - ARITAGUÁ**  
**HISTOGRAMA TRIMESTRAL DE MÃO DE OBRA**



**Figura 2 - Histograma de Mão de obra para Implantação do Porto Público – Porto Sul**

A demanda por habitação na implantação do Porto Público e TUP Bamin somadas no pico do histograma de mão de obra – que ocorre no 10º trimestre, será de 2.030 (dois mil e trinta) funcionários. Em um cenário conservador, considera-se que até 40% desta mão de obra poderá vir de outros municípios. De modo que, no momento da implantação, pode-se esperar um incremento de até 812 (oitocentos e doze) funcionários na demanda por habitação na AID.

Para a fase de operação, considerando Porto Público e TUP em pleno funcionamento, a demanda total é de 1.714 (mil setecentos e quatorze) domicílios. Aplicando o mesmo índice de 40% desta mão de obra de outros municípios tem-se um incremento de 686 (seiscentos e oitenta e seis) funcionários à demanda de habitação na AID. Não se deve, porém somar a demanda de habitação colocada pela implantação do empreendimento com a demanda de operação, uma vez que parte do pessoal da implantação poderá ser relocado para a operação do empreendimento.

A concretização de um cenário mais otimista de aproveitamento da mão de obra local dependerá essencialmente do desenvolvimento do Programa de Capacitação de Mão de Obra Local, tendo em conta a dificuldade de atender a determinados perfis demandados pelo empreendimento para as fases de implantação e operação, conforme colocado anteriormente.

Considera-se ainda que aproximadamente 65% desta mão de obra se concentra na faixa de 01 (um) a 03 (três) salários, na qual está alocada a maior parcela de oferta de unidades do Sistema Nacional de Habitação (nos municípios avaliados).

O estudo de migração aponta ainda um saldo migratório para o ano de 2026, com a implantação e operação do empreendimento Porto Sul. Nesse estudo, Ilhéus apresentaria em 2.026 um saldo migratório (positivo) de 10.201 (dez mil duzentos e um) habitantes, Itabuna um saldo de 11.332 (onze mil trezentos e trinta e dois) novos habitantes e em Uruçuca, ao contrário de Ilhéus e Itabuna, o resultado seria um saldo migratório negativo de 422 (quatrocentos e vinte e dois) habitantes.

Estima-se com essa previsão de incremento populacional, uma demanda de cerca de 5.000 UH nos próximos 15 anos. Para os trabalhadores contratados fora da região, dado o interesse dos empreendedores, deve ser garantida uma política que assegure aos trabalhadores contratados de outros municípios, condições adequadas de moradia.

▪ **Comentário 39 - página 17, parágrafo 1.**

*Avaliação de impactos da não implantação de alojamentos para trabalhadores para a implantação, avaliar os impactos do alojamento para a fase de operação.*

▪ **Resposta ao Comentário 39:**

Na caracterização do empreendimento não há previsão de alojamento em nenhuma das fases do empreendimento. Para os trabalhadores contratados fora da região, dado o interesse dos empreendedores, deve ser garantida uma política que assegure aos contratados de outros municípios condições adequadas de moradia.

Acredita-se que a oferta de habitação prevista nos Programas Habitacionais acrescida do quantitativo elevado de domicílios vagos poderão atender à demanda gerada pela implantação e operação do Porto Sul. Há, entretanto, um déficit habitacional que se relaciona com um passivo habitacional histórico existente nos municípios, e que não pode ser desconsiderado. Essa demanda vem sendo atendida através da Política de Habitação de Interesse Social – PEHIS - e do Programa Habitacional do estado da Bahia – Casa da Gente -, que incorpora programas federais, inclusive o programa Minha Casa, Minha Vida.

▪ **Comentário 49 - página 24, parágrafo 5.**

*Levantamento das propriedades, edificações/bens públicos ou privados, áreas de uso coletivo, potencialmente impactadas pela erosão e assoreamento na praia, decorrente do quebra-mar, considerando como AID da parte marítima.*

Foi realizado Levantamento de Uso e Ocupação do Solo na área potencialmente impactada pela erosão apresentada no EIA. A área de abrangência definida foi dividida em trechos preliminarmente definidos e classificados como de cobertura vegetal ou ocupação antrópica. Todos aqueles classificados como de ocupação antrópica foram inspecionados, contemplando visita a toda a área e avaliação de cada unidade imobiliária.

Os resultados do Estudo são apresentados de forma comparativa para duas áreas de abrangência. A primeira se refere à área delimitada pela antiga linha de erosão costeira apresentada no EIA e definida pelos impactos decorrentes da implantação de um quebra-mar com 2.410m (dois mil quatrocentos e dez metros) de extensão. A segunda área delimitada pela nova linha de erosão costeira define-se pelos impactos decorrentes da implantação de um quebra-mar com dimensões reduzidas – 1.980m (mil novecentos e oitenta metros).

A redução do comprimento do quebra-mar possibilitou a redução do número de unidades imobiliárias para a metade do inicial, de acordo com a informação apresentada a seguir:

- **Área de abrangência 01** – antiga linha de erosão costeira (**quebra-mar de 2.410 m**): **33** unidades imobiliárias possivelmente impactadas;

- **Área de abrangência 02** – nova linha de erosão costeira (**quebra-mar de 1.980 m**): **16** unidades imobiliárias possivelmente impactadas.

O Estudo identificou o uso das construções, o padrão construtivo e a tipologia de cada unidade imobiliária. Observou-se na área estudada a predominância de construções de dimensões médias com até três pavimentos, destinadas à moradia (**Quadro 1**), com padrão construtivo predominantemente regular e bom, e densidade do solo baixa e média. Na área de estudo não foi observada oferta relevante de espaços de uso público.

**Quadro 1 - Uso do Solo (Funções) – Área Possivelmente Afetada pela Nova Linha de Erosão Costeira**

Residencial	7
Serviço (Restaurantes/barracas)	7
Misto	2
<b>Total</b>	<b>16</b>

Fonte: Hydros Engenharia

- **Comentário 51 - página 24, parágrafo 5.**

*Levantamento dos grupos sociais impactados diretamente, aqueles que utilizam as áreas impactadas diretamente (com atividades produtivas, moradia, lazer, etc.);*

- **Resposta ao Comentário 51:**

Todos os grupos sociais impactados diretamente estão incluídos na AID do empreendimento, conforme descrito no **Apêndice 2**. Para a área que seria potencialmente impactada pela erosão, foi realizado Levantamento de Uso e Ocupação do Solo. A área de abrangência definida foi dividida em trechos preliminarmente definidos e classificados como de cobertura vegetal ou ocupação antrópica. Todos aqueles classificados como de ocupação antrópica foram inspecionados, contemplando visita a toda a área e avaliação de cada unidade imobiliária. O Estudo identificou o uso das construções, o padrão construtivo e a tipologia de cada unidade imobiliária. Observou-se na área estudada, a predominância de uso residencial na área. Não foi observada oferta relevante de espaços de uso público e de lazer. As atividades econômicas presentes estão relacionadas a serviços em barracas de praia e restaurantes.

- **Comentário 189 - página 76, parágrafo 2.**

*Esclarecer, via informações recentes do sistema público de saúde, as características e números de casos relacionados a doenças respiratórias na região.*

- **Resposta ao Comentário 189:**

As chamadas doenças do aparelho respiratório (DAR) são aquelas que afetam o trato e os órgãos do sistema respiratório. Este grupo de enfermidades é bastante complexo e diversificado, assim como a sua etiologia. De acordo com a CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde), o nome genérico de DAR incluem 64 (sessenta e quatro) doenças diferentes.

## Morbidade

Segundo os dados da SESAB/SUVISA/DIS-SIH, no ano de 2011, houve 2.364 (duas mil trezentas e sessenta e quatro) internações vinculadas às DAR, em cerca de 37 (trinta e sete) tipos diferentes de doenças. As principais foram a J45 – Asma, com 23,3% das internações -, J18 – Pneumonia por micro-organismo não identificado, com 22,4% das internações -, a J06 - Infecções agudas das vias aéreas superiores de localizações múltiplas e não especificadas, com 17,4% das internações -, a J96 - Insuficiência respiratória não classificada de outra parte, com 10,8% das internações -, e a J11 - Influenza [gripe] devida a vírus, não identificada.

O grupo J60-J70 - doenças pulmonares devidas a agentes externos não foi significativo como causador de internações, pelo menos no ano de 2011, de modo que houve apenas duas internações (0,1%) relativas às doenças das vias aéreas devido a poeiras orgânicas específicas.

## Mortalidade

No que se refere à mortalidade, o município de Ilhéus apresentou nos últimos quinze anos (1996-2010) uma média de 68 (sessenta e oito) mortes por ano decorrentes de doenças do aparelho respiratório. No decênio 1996-2005, a média era menor, de aproximadamente 62 (sessenta e duas) mortes por ano, enquanto no quinquênio 2006-2010 a média aumenta para 76 (setenta e seis) mortes por ano.

De maneira geral, no ano de 2011, as DAR foram responsáveis por cerca de 6,1% das mortes, conformando-se como a quarta principal causa de morte. Destacam-se as mesmas DAR que são causas de internação.

Nesses quinze anos, o grupo de causas J60-J70, doenças pulmonares devidas a agentes externos, não se mostrou significativo como causa de mortalidade. Somente a J69 – Pneumonite devida a sólidos e líquidos - apareceu em uma escala relativamente baixa, representando uma ou duas mortes por ano.

### ▪ Comentário 230 - página 99, parágrafo 5.

*Detalhar os efeitos do empreendimento sobre o trecho de praia que o modelo indica ser mais susceptível à erosão (entre Juerana e a Barra de Joia do Atlântico), contemplando o mapeamento dos terrenos que podem vir a ser afetados, visando a inclusão no programa de desapropriação para que sejam indenizados.*

### ▪ Resposta ao Comentário 230:

Foi realizado Levantamento de Uso e Ocupação do Solo na área potencialmente impactada pela erosão apresentada no EIA acrescida de 2 km (dois quilômetros) à norte. A área de abrangência definida foi dividida em trechos preliminarmente definidos e classificados como de cobertura vegetal ou áreas com ocupação. Todos aqueles trechos onde foram identificadas ocupações foram inspecionados, contemplando visita a toda a área e avaliação de cada edificação.

Na área entre Vila Juerana e Joia do Atlântico estão os trechos 01 a 20, onde estão localizadas construções possivelmente impactadas pelo efeito de erosão costeira. Para os efeitos gerados

pela implantação do quebra-mar apresentado no EIA (2.410 m) foram identificadas 33 (trinta e três) edificações possivelmente impactadas. Para os efeitos de erosão previstos para a implantação do novo quebra-mar (1.980 m) foram identificadas 16 (dezesesseis) edificações possivelmente impactadas.

O estudo identificou ainda que a maior parte dos terrenos mais próximos da praia não apresenta definições visíveis da parcela. Observaram-se ainda ocupações do solo predominantemente de baixa e/ou média densidade. Destaca-se que grande parte da área potencialmente impactada não é edificada. Nesse sentido, estimou-se o custo de desapropriação de toda a área prevista para erosão - 34 ha (trinta e quatro hectares).

O valor base adotado foi de R\$ 550.000,00/ha, que resultou em um valor estimado de R\$ 18.700.000,00 (dezoito milhões e setecentos mil reais).

Os valores para desapropriação das construções, estimado a partir de índices oficiais (CUB) alcança o valor de aproximadamente R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). No entanto considera-se que deverá ser alvo de avaliação imobiliária específica, caso a caso, no momento da desapropriação, caso venha de fato a ocorrer. Deve-se destacar que medidas de controle podem evitar que as construções sejam de fato impactadas ao longo dos trinta anos do alcance do estudo.

O detalhamento das informações referentes às unidades imobiliárias possivelmente impactadas pela erosão estão apresentados no **Apêndice 15**, no estudo **15-H - Uso e Ocupação do Solo**.

No entanto, com a utilização das técnicas de reciclagem de areia propostas pelo empreendimento, a erosão e acresção devem ser muito reduzidas a um máximo de 20m da linha de costa atual. Essa técnica consiste em retirar aproximadamente 150.000m<sup>3</sup> de areia por ano, a um custo aproximado de R\$ 10 milhões por ano.

▪ **Comentário 233 - página 101, parágrafo 2.**

*Não foram levantados o universo de meeiros, trabalhadores rurais e grupos extrativistas afetados. Solicita-se a estimativa e a avaliação dos impactos do empreendimento a trabalhadores e meeiros das fazendas que necessitam ser desapropriadas para a implantação do empreendimento.*

▪ **Resposta ao Comentário 233:**

Foi realizada pesquisa socioeconômica censitária na ADA cujos resultados estão apresentados em síntese na sequência e no detalhe em estudo complementar intitulado Perfil dos Ocupantes da ADA (**Quadro 1**).

**Quadro 1 - Dados Gerais da Pesquisa sobre Perfil dos Ocupantes da ADA do Meio Socioeconômico**

Porção da ADA		Proprietários Total	Funcionário/ adm.	Meeiro	Parceiro	Cedido	Total
Aritagua	Contagem de casos	58	14	16	6	1	<b>95</b>
	Números relativos	61,0%	14,7%	16,8%	6,3%	1,1%	<b>100,0%</b>
Vila Juerana	Contagem de casos	25	4	0	0	0	<b>29</b>
	Números relativos	86,2%	13,8%	0,0%	0,0%	0,0%	<b>100,0%</b>
Novo Acesso	Contagem de casos	13	1	0	0	0	<b>14</b>
	Números relativos	92,9%	7,1%	0,0%	0,0%	0,0%	<b>100,0%</b>

Fonte: Hydros Engenharia – Pesquisa de Campo, 2012.

Das 95 (noventa e cinco) entrevistas de Aritaguá, foram registrados 2 (dois) proprietários falecidos (respondido por herdeiro ou inventariante) 56 (cinquenta e seis) proprietários vivos, 14 (quatorze) funcionários residentes, 16 (dezesesseis) meeiros, 6 (seis) parceiros, um ocupante por cessão das terras.

Das 29 (vinte e nove) entrevistas de Vila Juerana, foram registrados 2 (dois) proprietários falecidos, 23 (vinte e três) proprietários vivos, 4 (quatro) funcionários residentes.

No Novo Acesso foram registrados 14 (quatorze) cadastros com 13 (treze) proprietários e 1 (um) funcionário residente (**Quadro 2**).

**Quadro 2 - Tipos de Propriedade**

Propriedade por Tamanho	Frequência simples	Porcentagem
Menores de 35 ha	144	89,4
Maiores de 35 ha	17	10,6
<b>Total</b>	<b>161</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Hydros Engenharia – Pesquisa de Campo.

São 144 (cento e quarenta e quatro) propriedades menores de 35 hectares (trinta e cinco hectares) na ADA. Destas, 87 (oitenta e sete) estão em Vila Juerana, 14 (quatorze) no acesso de Itariri e 44 (quarenta e quatro) no miolo de Aritaguá.

As 17 (dezesete) propriedades maiores de 35 ha (trinta e cinco hectares) estão todas no miolo de Aritaguá.

## Trabalhadores

### Total de trabalhadores nas áreas pesquisadas - 175 (cento e setenta e cinco)

- 133 (cento e trinta e três) em Aritaguá
- 31 (trinta e um) em Vila Juerana
- 11 (onze) no acesso de Itariri

## Tipo de trabalho

- 16 (dezesesseis) permanentes
- 9 (nove) sem especificar
- 145 (cento e quarenta e cinco) temporários

As relações de trabalho temporário na área variam. O trabalhador rural pode ser pago por jornada, por produtos e até por arranjos informais entre conhecidos. No total apurado encontram-se vários tipos de relação de trabalho, em regra informais quando se trata de trabalhadores temporários.

A metodologia adotada e os resultados da pesquisa intitulada *Perfil dos Ocupantes da ADA – Meio Socioeconômico* são apresentados na Parte II deste Apêndice.

Para saber o total de trabalhadores no entorno da ADA que praticam atividades extrativistas, foi realizada pesquisa amostral que chegou a um resultado de 47 (quarenta e sete) pessoas realizando atividades extrativistas. Destas, 13 (treze) estão na ADA apenas para complementação da renda.

A metodologia adotada e os resultados da pesquisa intitulada *Extrativismo na ADA – Meio Socioeconômico* são apresentados na Parte II deste Apêndice.

A avaliação dos impactos assim como os programas propostos de reassentamento e desapropriação constam em itens específicos deste caderno de respostas.

### ▪ Comentário 234 - página 102, parágrafo 1.

*Recomenda-se para a compreensão do impacto na população do município e nos serviços urbanos... sejam atualizados com informações das Secretarias e outros órgãos ou serviços que dispuserem de dados atualizados sobre o aumento das demandas. Indica-se que o EIA deve utilizar dados atualizados, como aqueles de 2010 para todo o EIA, incluindo aspectos sobre renda, população economicamente ativa, déficit habitacional, população da AII; grau de informalidade e ocupação, educação (escolas, anos de permanência escolar, taxas de analfabetismo); fluxos migratórios e deslocamentos, criminalidade; Abastecimento de Água, Saneamento Básico e Coleta de Resíduos.*

### ▪ Resposta ao Comentário 234:

Foi realizada a atualização dos dados e os acréscimos necessários à inclusão de Uruçuca como área de Influência Direta (**Apêndice 15**). A estrutura do estudo assim como a metodologia foram mantidas conforme apresentadas no EIA.

### Itens atendidos

Atualização dos seguintes dados:

- População;
- Rendimento mensal total (média);
- Educação;
- Saúde (doenças respiratórias);
- Taxa de analfabetismo;

- Taxa de aprovação, reprovação e abandono escolar (2009);
- Segurança pública (ocorrências de 2007 a 2010); e
- Infraestrutura.

Atualização decorrente da inclusão de Uruçuca na AID: revisão e complementação de análises além de dados já existentes. Foi elaborado, também em razão da inclusão de Uruçuca na AID do meio socioeconômico, um estudo específico sobre patrimônio arqueológico e arquitetônico, que consta deste Caderno de Respostas.

Atualizações decorrentes da nova ADA do meio socioeconômico.

Itens não atendidos por indisponibilidade de dados:

- PIA, PEA, IDH, Índice de Gini e *déficit* habitacional.

O texto revisado do EIA com atualizações e complementações resultantes das alterações nas áreas de influência encontra-se na **Parte II do Apêndice 15, Item 15.A - Reapresentação do Item População do EIA.**

- **Comentário 235 - página 102, parágrafo 2.**

*Indica-se que o EIA deve utilizar dados atualizados, como aqueles de 2010 para todo o EIA, incluindo aspectos sobre renda, população economicamente ativa, déficit habitacional, população da AII; grau de informalidade e ocupação, educação (escolas, anos de permanência escolar, taxas de analfabetismo); fluxos migratórios e deslocamentos, criminalidade; Abastecimento de Água, Saneamento Básico e Coleta de Resíduos.*

- **Resposta ao Comentário 235:**

A resposta a este comentário já foi contemplada pela resposta ao Comentário 234.

- **Comentário 236 - página 102, parágrafo 6.**

*Para o item Renda da População (8.3.2.2) indica-se que o estudo apresentou dados defasados (censos de 1991 e 2000).*

- **Resposta ao Comentário 236:**

A resposta a este comentário já foi contemplada pela resposta ao Comentário 234.

- **Comentário 237 - página 103, parágrafo 1.**

*Sobre os Fluxos Migratórios e Deslocamentos (8.3.2.4), os dados empregados na análise deste item foram obtidos do resultado do censo de 2000 e do estudo. Devendo ser atualizado.*

- **Resposta ao Comentário 237:**

Em razão da indisponibilidade de dados atualizados sobre fluxos migratórios tendo em vista a necessidade de estimar o adensamento populacional foi elaborado estudo de cenários



econômico e de migrações com projeções e análises para a região (cenários econômicos) e para os municípios da AID (cenários de migrações). Para os municípios da AID o estudo apresenta a estimativa de migrações para Ilhéus e Itabuna em horizonte até 2026 conforme quadro abaixo e aponta para um cenário de saldo migratório negativo para Uruçuca (**Quadro 1**).

**Quadro 1 - Projeção população e migração Ilhéus, Itabuna e Uruçuca - Cenário de Migração Porto Sul (2)**

Municípios	População Censo			População projeção 2026	Crescimento vegetativo 2026	Migração		
	1991	2000	2010			Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório
<b>Ilhéus</b>	223.750	222.127	184.236	256.710	246.509	36.152	25.951	10.201
<b>Itabuna</b>	185.277	196.675	204.667	285.178	273.846	40.161	28.829	11.332
<b>Uruçuca</b>	30.763	20.323	19.837	20.588	21.010	1.659	2.081	-422

Fonte: Censos IBGE. Cálculos próprios

O Estudo Complementar intitulado Cenário Econômico e de Migrações encontra-se na **Parte II do Apêndice 15 item 15.B – Cenários Econômico e de Migrações** deste Caderno de Respostas.

- **Comentário 238 - página 103, parágrafo 8.**

*Dessa maneira, o empreendimento e os fluxos de pessoas decorrentes deste atrativo, poderá gerar maior adensamento nestes vetores e ampliar outros como o da BA 262, em direção a Uruçuca. Deve-se avaliar o impacto de adensamento populacional e propor medidas mitigadoras.*

- **Resposta ao Comentário 238:**

Os municípios de Ilhéus e Itabuna apresentarão aumento da taxa anual de crescimento demográfico, influenciada pela constante migração da população regional, em busca de um melhor acesso aos serviços existentes em Itabuna e Ilhéus. De acordo com as projeções realizadas para o período 2010-2026 espera-se que o saldo migratório chegue aos números indicados abaixo.

O estudo atesta que Uruçuca apresentará saldo migratório negativo. Para este Município o único impacto direto previsto é o transporte de cargas nas fases de implantação e operação do empreendimento. O município de Uruçuca foi incluído na AID do meio Socioeconômico em razão do fluxo de cargas que está previsto na fase de implantação e operação do Porto Sul. De acordo com o estudo de pedreiras e rotas para transporte de equipamentos, as cargas que passarão pela BA-262 no município de Uruçuca são as rochas para Quebra-mar provenientes das pedreiras União e Chame. O Cenário 1 considerado no mencionado estudo prevê o fornecimento pela pedreira União de 800.000 m<sup>3</sup> de pedras e 240.000 m<sup>3</sup> pela pedreira Chame. Considerando o transporte de carga durante 48 meses, 30 dias/mês, 24 horas/dia, estão previstas 2,5 viagens por hora, ou 1 viagem a cada 24 minutos de caminhões basculante para 12 m<sup>3</sup> (20 t) de carga. Na fase de operação é previsto o transporte de cargas de Etanol por Uruçuca. Considerando o volume anual de etanol a ser transportado ao Porto Sul via rodoviária (8% do volume total) haverá um fluxo diário de 31 viagens em caminhão de 25 t pela BA-262, inclusive no trecho inserido no território do município de Uruçuca. Esse fluxo

poderá gerar como impacto indireto a implementação de usos de apoio rodoviário, a exemplo de postos de combustíveis, restaurantes e outros serviços.

A migração histórica predominante dessa região é constituída da população rural de baixo nível de instrução e não qualificada, assim que a tendência é de que ocorrerá um aumento de ocupações informais que venha impactar o entorno da área do Porto com ocupações precárias, falta de infraestrutura e sem regularização fundiária, caso não sejam tomadas as providências associadas à política urbana e habitação de interesse social. O vetor do litoral norte tende a ser ocupado com usos relacionados a serviços e com usos residenciais de diversos padrões, assim como futuramente a BA 262. O eixo de expansão da BR 415 seguirá a tendência em curso de se consolidar como via urbana no processo de conurbação ente Ilhéus e Itabuna, que será intensificado com o Porto e demais investimentos programados para a região.

Em um cenário com gestão adequada do território, poderá haver uma especialização nos usos, com turismo de negócios, serviços diversos e residências no litoral norte, serviços mais pesados na BA 262 trecho de Ilhéus e grandes equipamentos urbanos de porte e empreendimentos residenciais ao longo da BR 415. O adensamento no entorno da poligonal certamente ocorrerá, especialmente em Iguape e Sambaituba e Aritaguá.

As medidas mitigadoras constam do **Apêndice 17** deste documento de resposta ao PT do IBAMA:

- ✓ Política de inserção da mão de obra para assegurar uma melhor qualidade de vida à população migrante em Ilhéus e Itabuna;
- ✓ Política de geração de oportunidades de trabalho e renda nos municípios menores da região, especialmente em Uruçuca, para evitar o crescimento populacional desorganizado e o processo de migração regional intenso;
- ✓ Criação de política e estrutura de acolhimento ao migrante;
- ✓ Política habitacional de interesse social e provisão de infraestrutura adequada na AEE;
- ✓ Elaboração e implementação de Plano de Urbanização de Sambaituba;
- ✓ Estruturação dos órgãos responsáveis pela gestão do uso e ocupação do solo em Ilhéus e Itabuna;
- ✓ Elaboração de planos urbanísticos nos principais vetores de expansão urbana de Ilhéus: BA 001 (trecho Porto de Ilhéus até o limite a ser afetado com alterações na linha de costa) e BR 415 (Ilhéus-Itabuna) e também para BA 262 (Ilhéus – Uruçuca).

▪ **Comentário 239 - página 104, parágrafo 3.**

*Esclarecer, via informações recentes do sistema público de saúde, as características e números de casos relacionados a doenças respiratórias na região.*

▪ **Resposta ao Comentário 239:**

A resposta a este comentário já foi contemplada pela resposta ao Comentário 189.

▪ **Comentário 240 - página 104, parágrafo 5.**

*Para as Condições Gerais de Infraestrutura e Serviços Públicos (8.3.2.8) o estudo inicia apresentando o “Índice de Infraestrutura”, que computa variáveis de consumo total de energia elétrica, terminais telefônicos em serviço e estabelecimentos bancários, comerciais e de serviços em funcionamento para cada mil habitantes (não contabiliza equipamento de saúde, transporte e educação); resultando na classificação dos municípios da Bahia, conforme se segue para o ano de 2006: Uruçuca (15), Itabuna (19), Ilhéus (44), Itacaré (51), Itajuípe (57), Coaraci (79), Barro preto (293).*

▪ **Resposta ao Comentário 240:**

O índice de infraestrutura é calculado a partir de metodologia e indicadores básicos que permitem uma comparação entre municípios. Da mesma forma são compostos o índice de Saúde - INS e o índice de Educação – INE. No EIA encontram-se os índices mais atualizados disponíveis.

▪ **Comentário 241 - página 106, parágrafo 5.**

*Quanto à escolaridade, a maior parte da população apenas completou as primeiras séries, com grande parte dos adultos que não frequentaram a escola. Este fator cita limites para aproveitamento da população do entorno imediato como mão de obra do empreendimento.*

▪ **Resposta ao Comentário 241:**

Para responder a essa demanda foi realizado um levantamento sobre a escolaridade da população local, a identificação da infraestrutura do sistema escolar da região, das demandas de trabalhadores e de sua qualificação previstos pelo empreendedor e das iniciativas de capacitação de mão de obra local pelo empreendedor.

### **Característica da População Local**

O entorno imediato do empreendimento envolve 13 (treze) setores censitários com uma população registrada pelo censo de 2010 de 6.234 (seis mil duzentas e trinta e quatro) pessoas (**Quadro 1**).

**Quadro 1 - Setores Censitários do Entorno da Poligonal do Porto Sul**

<b>Setor Censitário IBGE 2010</b>	<b>Tipo de Setor</b>	<b>População do Setor</b>	<b>Localidades Principais do Setor</b>	<b>Proporção no Universo (%)</b>	<b>Número de Elementos Amostrais por Setor</b>
291360605000185	8	699	Faz. Porto	11,21	42
291360605000187	8	1.176	São João	18,86	71
291360610000001	1	615	Aritaguá	9,87	37
291360610000002	5	564	Sambaituba* (1)	20,52	78
291360610000003	5	715	Sambaituba (2)		
291360610000004	5	189	Urucutuca	3,03	11
291360610000005	8	506	Aritaguá** /B. Gosto	8,12	31
291360610000014	5	341	Mar e Sol	5,47	21

**Quadro 1 - Setores Censitários do Entorno da Poligonal do Porto Sul**

Setor Censitário IBGE 2010	Tipo de Setor	População do Setor	Localidades Principais do Setor	Proporção no Universo (%)	Número de Elementos Amostrais por Setor
291360610000015	5	176	Areal Carobeira	2,82	11
291360610000016	8	107	Stela Maris	1,72	6
291360610000027	8	274	Juerana	4,40	17
291360655000009	8	550	V. Campinho	8,82	33
291360655000010	8	322	Ribeira das Pedras	5,17	20
<b>Total de População da Área</b>		<b>6.234</b>	-	<b>100</b>	<b>378</b>

Fonte: IBGE, 2010.

\* Sambaituba 1 e 2 soma= 1.279

\*\* Área do distrito de Aritaguá correspondente ao Poligonal

Considerando apenas a população em idade ativa (PIA) na faixa dos 15 (quinze) anos a 65 (sessenta e cinco)<sup>1</sup> identificada no censo de 2010, chega-se a um número de moradores de aproximadamente 2.400 (duas mil e quatrocentas) pessoas aptas para desenvolver atividades econômicas no entorno da poligonal do Porto Sul. Esse resultado envolve tanto a população que integra a PIA, mas que não está trabalhando, como a população em idade ativa que está efetivamente ocupada<sup>2</sup> o que significa que o contingente de mão de obra disponível é inferior a esse resultado de 2.400 (dois mil e quatrocentos) moradores.

Os resultados parciais do Censo Demográfico do IBGE de 2010 não incluem a escolaridade da população, resumindo-se a informar dados sobre o número de alfabetizados. Contudo os estudos de campo realizados pela Hydros na região do entorno da poligonal indicaram que aproximadamente 83% dos moradores locais possuíam até o ensino fundamental e apenas 10,1% haviam concluído o ensino médio (**Quadro 2**).

**Quadro 2 - Escolaridade da População da AEE**

Escolaridade	Porcentagem	Porcentagem Valida	Porcentagem Cumulativa
Nunca Estudou	15,6	15,9	15,9
Alfabetização de Adultos	0,7	0,7	16,7
Ensino Fundamental incompleto	56,0	57,2	73,9
Ensino Fundamental completo	9,2	9,4	83,3
Ensino Médio Incompleto	6,4	6,5	89,9
Ensino Médio Completo	9,9	10,1	100,0
<b>Total</b>	<b>97,9</b>	<b>100,0</b>	-

Fonte: Hydros – Levantamento de Campo, 2012.

N=280

<sup>1</sup> A metodologia do IBGE considera como pertencendo a idade ativa (PIA) a população compreendida na faixa de idade dos 10 em diante. Contudo aos 10 anos as crianças ainda estão em idade escolar e apesar de terem condições físicas para desenvolverem atividades econômicas, não estão disponíveis para ingressar no mercado de trabalho. Para efeito deste estudo que tem como objetivo analisar as condições de estudo e empregabilidade para o Empreendimento do Porto Sul adotou-se como idade ativa a população maior de 15 anos - que em princípio teria concluído a 8ª série do Ensino Fundamental - e menor de 65.

<sup>2</sup> Existe uma grande informalidade e precarização nas relações de trabalho que envolvem as atividades rurais na área do entorno do empreendimento. A maior parte dos trabalhadores não possui registros em carteira, ganha menos de um salário mínimo e exerce trabalho temporário.

Dos dados apresentados, pode-se estimar uma mão de obra local composta de 15,9% de trabalhadores que concluíram o ensino fundamental completo (9,4% com ensino fundamental completo e 6,5% com ensino médio incompleto) e 10,1% com o ensino médio completo. Esses números correspondem respectivamente a aproximadamente 382 (trezentos e oitenta e dois) e 240 (duzentos e quarenta) trabalhadores capazes de preencher as condições de escolaridade demandadas para os trabalhadores do Porto Sul.

### **Caracterização do Sistema de Ensino da Região da AID**

Entre os municípios da AID, Ilhéus e Itabuna concentram a grande maioria das instituições que oferecem vagas no ensino médio e superior da região. Uruçuca só possui duas Instituições de ensino médio localizadas na zona urbana do município, que oferecem, em conjunto, 880 (oitocentos e oitenta) vagas. Itabuna e Ilhéus somam 42 (quarenta e dois) estabelecimentos de ensino de nível médio com uma oferta de 16.283 (dezesesseis mil duzentos e oitenta e três) vagas para matrículas, 7.502 (sete mil quinhentos e dois) em Ilhéus e 8.781 em Itabuna.

Como é descrito no EIA do Porto Sul, o Eixo Itabuna Ilhéus concentra a maior oferta de ensino técnico e superior da região. Na rodovia Ilhéus-Itabuna estão localizadas a Universidade Estadual de Santa Cruz e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA. Nas sedes estão instaladas as faculdades privadas de Madre Thais e a Dom Valfredo Tepe-Factepe.

O IFBA oferece inúmeros cursos “técnicos integrados ao ensino médio e subsequentes (pós-médio) e também em nível de graduação, nas modalidades de bacharelado e engenharias, licenciaturas e graduações tecnológicas. Estas IES oferecem uma grande variedade de cursos de graduação e pós-graduação (especialização)” tais como Agronomia, Engenharia Civil e de Produção, Biologia, Nutrição, Enfermagem, Medicina Veterinária, Ciências da Computação, Comunicação Social, Direito e inúmeras outras. Destacam-se ainda os programas de mestrado e doutorado, voltados para Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Cultura e Turismo, Genética e Biologia Molecular, Zoologia Aplicada, Sistemas Aquáticos Tropicais, Produção Vegetal, Ciência Animal. Dentre estes cursos, tem tido destaque nos últimos anos o aumento de vagas resultante da modalidade de Ensino a Distância. Embora permita “pulverizar” a oferta de ensino superior, é possível verificar que tais matrículas concentram-se na AID. Em 2008, apenas Ilhéus e Itabuna tiveram oferta de ensino superior privado e público. A variedade de cursos corresponde a uma demanda regionalizada, atendendo ao contexto socioeconômico da região”.

Abaixo pode-se observar por meio do **Quadro 3** a relação de vagas oferecidas e o número de matrículas para as Instituições de Ensino Superior de Ilhéus em 2008.

**Quadro 3 - Relação de Vagas Oferecidas e o Número de Matrículas para as Instituições de Ensino Superior de Ilhéus em 2008**

Área	Curso	Inscritos por Vestibular (Und)	Inscritos Totais (Und)	Vagas no Vestibular (Und)	Vagas Totais (Und)	Matrícula (Und)	Conclusão (Und)
Agricultura e veterinária - Produção agrícola e pecuária	Agronomia	328	328	50	50	215	37
Agricultura e veterinária - Veterinária	Medicina veterinária	498	498	50	50	238	41
Ciências, matemática e computação - Biologia e bioquímica	Biomedicina	569	569	30	30	98	9
	Ciências biológicas	401	401	30	30	114	28
Ciências, matemática e computação - Ciência da computação	Ciência da computação	564	564	60	60	243	63
Ciências, matemática e computação - Física	Física	57	57	20	20	64	3
Ciências, matemática e computação - Matemática	Matemática	54	54	30	30	88	5
Ciências sociais, negócios e direito - Contabilidade e tributação	Ciências contábeis	403	453	95	130	356	57
Ciências sociais, negócios e direito - Direito	Direito	2.208	2.228	280	300	679	163
Ciências sociais, negócios e direito - Economia	Economia	453	453	100	100	422	97
Ciências sociais, negócios e direito - Gerenciamento e administração	Administração	1.422	1.476	445	500	1.121	176
Ciências sociais, negócios e direito - Jornalismo e reportagem	Comunicação social (redação e conteúdo)	568	568	50	50	151	73
Educação - Ciências da educação	Pedagogia	631	631	80	80	353	74
Educação - Formação de professor da educação básica	Formação de professor de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental	0	0	0	0	196	0
Educação - Formação de professor de disciplinas profissionais	Formação de professor de educação física	515	515	40	40	156	27
Educação - Formação de professor de matérias específicas	Formação de professor de biologia	267	267	40	40	317	27
	Formação de professor de filosofia	310	310	60	60	157	38
	Formação de professor de física	84	84	20	20	76	13
	Formação de professor de geografia	244	244	40	40	206	48
	Formação de professor de história	612	612	60	60	174	54
	Formação de professor de letras	460	460	80	80	361	143
	Formação de professor de matemática	199	199	40	40	166	11
	Formação de professor de química	126	126	30	30	100	13
Engenharia, produção e construção - Engenharia e profissões de engenharia (cursos gerais)	Engenharia de produção	404	404	60	60	207	0
Humanidades e artes - Línguas e culturas estrangeiras	Segundas línguas	270	270	30	30	110	17
Saúde e bem estar social - Enfermagem e atenção primária (assistência básica)	Enfermagem	1.720	1.740	350	360	348	57
Saúde e bem estar social - Medicina	Medicina	1.568	1.568	40	40	247	40
Saúde e bem estar social - Terapia e reabilitação	Nutrição	215	215	200	200	41	0

**Quadro 3 - Relação de Vagas Oferecidas e o Número de Matrículas para as Instituições de Ensino Superior de Ilhéus em 2008**

Área	Curso	Inscritos por Vestibular (Und)	Inscritos Totais (Und)	Vagas no Vestibular (Und)	Vagas Totais (Und)	Matrícula (Und)	Conclusão (Und)
Ciências, matemática e computação - Processamento da informação	Sistemas de informação	83	83	100	100	112	20
Ciências sociais, negócios e direito - Contabilidade e tributação	Ciências contábeis	64	64	100	100	576	111
Ciências sociais, negócios e direito - Direito	Direito	555	555	400	400	882	78
Ciências sociais, negócios e direito - Gerenciamento e administração	Administração	348	348	400	400	1.524	179
Ciências sociais, negócios e direito - Jornalismo e reportagem	Comunicação social (redação e conteúdo)	161	161	300	300	200	17
Ciências sociais, negócios e direito - Psicologia	Psicologia	136	136	240	240	577	49
Educação - Ciências da educação	Pedagogia	60	60	200	200	226	0
Engenharia, produção e construção - Engenharia civil e de construção	Engenharia civil	144	144	100	100	117	0
Engenharia, produção e construção - Engenharia e profissões de engenharia (cursos gerais)	Engenharia	120	120	160	160	130	27
Saúde e bem estar social - Enfermagem e atenção primária (assistência básica)	Enfermagem	284	284	100	100	236	126
Saúde e bem estar social - Farmácia	Farmácia	71	71	200	200	299	0
Saúde e bem estar social - Saúde (cursos gerais)	Educação física	102	102	500	500	686	106
Saúde e bem estar social - Serviço social e orientação	Serviço social	56	56	200	200	258	0
Saúde e bem estar social - Terapia e reabilitação	Fisioterapia	253	253	300	300	661	0
	Nutrição	132	132	160	160	223	0
Serviços - Viagens, turismo e lazer	Turismo	32	32	100	100	59	59

Fonte: Hydros

Ainda segundo o Eia do Porto Sul<sup>3</sup>, “na área da formação técnica e profissionalizante, existe, além dos cursos de nível técnico oferecidos pelas IES, uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que procura qualificar mão de obra para atuar, em especial, no Polo Industrial de Iguape.”

### **Demanda e qualificação de trabalhadores para o Porto Sul**

Estudos técnicos elaborados para estimar o contingente de mão de obra a ser utilizada na construção e operação do terminal privado e público do Porto Sul indicam uma demanda total de pessoal ao longo dos 54 (cinquenta e quatro) meses de implantação de 3.840 (três mil oitocentos e quarenta) funcionários. Já para a operação, com a TUP e o Porto Público em pleno funcionamento estão previstos 1.714 (mil setecentos e quatorze) funcionários. Esta demanda de pessoal colocada pelo Porto Público e TUP, resumida por escolaridade nas fases de implantação e operação, seguem nos **Quadros 4 a 7**.

<sup>3</sup> Texto integrante no item 8.3.2.7, Educação.

**Quadro 4 - Mão de obra Porto Público – Resumo por Escolaridade – Implantação**

Ensino Fundamental	584 funcionários
Ensino Médio	1.196 funcionários
Nível Técnico	243 funcionários
Nível Superior	137 funcionários
<b>Total</b>	<b>2.160 funcionários</b>

Fonte: ProjConsult, 2012.

**Quadro 5 - Mão de obra Porto Público – Resumo por Escolaridade – Operação**

Ensino Médio	390 funcionários
Nível Técnico	343 funcionários
Nível Técnico/Profissionalizante	272 funcionários
Nível Superior	295 funcionários
<b>Total</b>	<b>1.300 funcionários</b>

Fonte: ProjConsult, 2012.

**Quadro 6 - Mão de Obra Tup – Resumo por Escolaridade – Implantação**

Alfabetizado	341 funcionários
6 ° Série	133 funcionários
Ensino Fundamental	79 funcionários
Ensino Médio	722 funcionários
Curso Técnico	230 funcionários
Ensino Superior	175 funcionários
<b>Total</b>	<b>1.680 funcionários</b>

Fonte: Bamin, 2012.

**Quadro 7 – Mão De Obra TUP – Resumo Por Escolaridade – Operação**

Ensino Médio	139 funcionários
Ensino Médio Profissionalizante	104 funcionários
Curso Profissionalizante	03 funcionários
Nível Técnico	57 funcionários
Nível Técnico/Profissionalizante	48 funcionários
Nível Superior	63 funcionários
<b>Total</b>	<b>414 funcionários</b>

Fonte: Bamin, 2012

**Considerações Finais**

A região do entorno do empreendimento apresenta uma população em idade ativa suficiente para atender uma parcela significativa das vagas que serão oferecidas para trabalhadores com escolaridade até a 8ª série do ensino fundamental e do ensino médio completos. O restante dos trabalhadores com escolaridade até o nível médio, exigidos para implantação do projeto, poderiam ser recrutados, com facilidade, nos municípios de Ilhéus, Itabuna e as demais áreas do município de Ilhéus.

Por outro lado, o Empreendimento propõe a criação de programas de qualificação para uma parte significativa da mão de obra a ser contratada, o que ampliaria o número de trabalhadores que poderiam ser aproveitados.



A mão de obra mais qualificada, para a qual é exigida a formação em curso técnico ou de nível superior, pode ser obtida, em grande parte, no eixo Itabuna-Ilhéus, por possuir estabelecimento de formação técnica e inúmeras Instituições de Ensino Superior- IES, Públicas e Privadas.

- **Comentário 242 - página 108, parágrafo 4.**

*A proposta de “reassentamento parcial” apresentada para o Assentamento Bom Gosto deve ser detalhada sendo avaliada em seus potenciais impactos ambientais, para que o IBAMA possa incluí-la na análise final deste licenciamento contendo as repercussões para os meios físico, biótico e socioeconômico.*

- **Resposta ao Comentário 242:**

O assentamento Bom Gosto foi retirado da ADA com as alterações no projeto do empreendimento, decorrentes em grande medida da necessidade de reduzir os impactos de reassentamento e desapropriações. Não há que se considerar, portanto, a proposta de reassentamento parcial como aventada no Relatório Complementar entregue ao Ibama em 01/01/2012.

- **Comentário 244 - página 110, parágrafo 7.**

*Solicita-se, para a complementação do EIA, um levantamento estimado do universo de meeiros, extrativistas e trabalhadores que utilizam a ADA, apresentando a metodologia utilizada.*

- **Resposta ao Comentário 244:**

A resposta a este comentário já foi contemplada pela resposta ao Comentário 233.

- **Comentário 245 - página 110, parágrafo 7.**

*Deve-se identificar o universo de propriedades e famílias potencialmente afetados pela ponte sobre o rio, estradas, exploração da pedreira, erosões e assoreamento devido aos quebra-mares, apresentando a metodologia utilizada. Deve-se informar se haverá áreas de restrição de uso e passagem relacionados aos locais de implantação da ponte de acesso e delimitação da área do empreendimento (por exemplo, margens de rio e praia marítima). Em caso positivo, apresentar a área de restrição.*

- **Resposta ao Comentário 245:**

Os dados apresentados a seguir, apurados nos estudos complementares elaborados e apresentados na **Parte II deste Apêndice 15, item 15.F – Perfil das Propriedades/Posses e dos Ocupantes da ADA**, dão conta do universo de propriedades e famílias afetadas com a implantação do Porto Sul.

#### **1. Comunidades afetadas com exploração da pedreira Aninga da Carobeira**

Foi identificada 01 (uma) residência próxima à área da pedreira (600,00 m) que poderá vir a ser desapropriada em razão da intensidade de ruído, o que dependerá de uma avaliação dos

níveis de ruído com a implantação de medidas mitigadoras. Como se trata de um impacto temporário, o recomendável é evitar a desapropriação.

Quanto às demais comunidades nas imediações da pedreira, o Estudo de Ruído e Vibrações aponta os seguintes níveis de interferência (**Quadro 1**):

**Quadro 1 - Caracterização dos Cenários de Ruído e Vibração na Área de Entorno da Pedreira Aninga**

Localidade	Cenário de Propagação de Ruídos e Vibrações	Característica do Cenário de Propagação
Carobeira de Baixo	R1 e V1	Situação de sombra acústica em função da diferença topográfica e do posicionamento da fonte emissora do ruído. Apesar da baixa influência quanto ao ruído, o cenário identificado pode favorecer a propagação de ondas sísmicas quando a fonte emissora se situar no mesmo plano topográfico do receptor.
Carobeira de Cima	Misto R1 e R2; Misto V1 e V2	A propagação tanto do ruído quanto das vibrações ocorre em forma de desmonte, devido às diferenças topográficas atenuando o efeito da sombra acústica e contribuindo para dispersão das ondas sísmicas.
Vila de Aritaguá	R1 e V nulo	Situação de sombra acústica para o ruído em função de diferenças topográficas. A vibração é praticamente nula devido à alta capacidade de atenuação das ondas sísmicas.
Itariri	R1 e V nulo	Situação de sombra acústica para o ruído em função de diferenças topográficas. A vibração é praticamente nula devido à alta capacidade de atenuação das ondas sísmicas.
Assentamento Bom Gosto	R1 e V nulo	Situação de sombra acústica para o ruído em função de diferenças topográficas. A vibração é praticamente nula devido à alta capacidade de atenuação das ondas sísmicas.

As áreas a serem desapropriadas podem ser vistas no **Quadro 2** a seguir.

**Quadro 2 – Áreas de Desapropriação**

Região	Área (ha)	Propriedades > 35 ha	Propriedade < 35 ha
Juerana	68,87764	0	68,877642
Aritaguá	1.725,65908	1.265,275311	460,383768
Novo Acesso	17,861246	0	17,861246

Esses dados levantados pela pesquisa socioeconômica censitária realizada na ADA estão apresentados em síntese na sequência e apresentados com detalhe no estudo intitulado Perfil dos Ocupantes da ADA (**Quadro 3**).

**Quadro 3 - Dados Gerais da Pesquisa sobre Perfil dos Ocupantes da ADA do Meio Socioeconômico**

Porção da ADA		Proprietários Total	Funcionário/ Adm.	Meeiro	Parceiro	Cedido	Total
Aritaguá	Contagem de casos	58	14	16	6	1	<b>95</b>
	Números relativos	61,0%	14,7%	16,8%	6,3%	1,1%	<b>100,0%</b>
Vila Juerana	Contagem de casos	25	4	0	0	0	<b>29</b>
	Números relativos	86,2%	13,8%	0,0%	0,0%	0,0%	<b>100,0%</b>
Novo Acesso	Contagem de casos	13	1	0	0	0	<b>14</b>
	Números relativos	92,9%	7,1%	0,0%	0,0%	0,0%	<b>100,0%</b>

Fonte: Hydros Engenharia – Pesquisa de Campo, 2012.

Das 95 (noventa e cinco) entrevistas de Aritaguá foram registrados 2 (dois) proprietários falecidos (respondido por herdeiro ou inventariantes) 56 (cinquenta e seis) proprietários vivos, 14 (quatorze) funcionários residentes, 16 (dezesesseis) meeiros, 6 (seis) parceiros e 01 (um) ocupante por cessão das terras.

Das 29 (vinte e nove) entrevistas de Vila Juerana foram registrados 2 (dois) proprietários falecidos, 23 (vinte e três) proprietários vivos, 4 (quatro) funcionários residentes.

No Novo Acesso foram registrados 14 (quatorze) cadastros com 13 (treze) proprietários e 1 (um) funcionário residente (**Quadro 4**).

**Quadro 4 - Tipos de Propriedade**

Propriedade por Tamanho	Frequência simples	Porcentagem
Menores de 35 ha	144	89,4
Maiores de 35 ha	17	10,6
<b>Total</b>	<b>161</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Hydros Engenharia – Pesquisa de Campo, 2012.

São 144 (cento e quarenta e quatro) propriedades menores de 35 hectares (trinta e cinco hectares) na ADA. Destas, 87 (oitenta e sete) estão em Vila Juerana, 14 (quatorze) no Novo Acesso e 44 (quarenta e quatro) no miolo de Aritaguá.

As 17 (dezesete) propriedades maiores de 35 ha (trinta e cinco) estão todas no miolo de Aritaguá.

## **2. Trabalhadores**

### **Total de trabalhadores nas áreas pesquisadas – 175**

- 133 (cento e trinta e três) em Aritaguá;
- 31 (trinta e um) em Vila Juerana; e
- 11 (onze) no acesso de Itariri.

### **Tipo de trabalho**

- 16 (dezesesseis) permanentes;
- 9 (nove) sem especificar; e
- 145 (cento e quarenta e cinco) temporários.

As relações de trabalho temporário na área variam. O trabalhador rural pode ser pago por jornada, por produtos e até por arranjos informais entre conhecidos. No total apurado encontram-se vários tipos de relações de trabalho, em regra informais quando se trata de trabalhadores temporários.

## **3. Usos e edificações afetados com erosão na linha de costa**

São no total de 15 (quinze), dos quais 06 (seis) são barracas de praia e restaurantes e 2 (dois) são edificações de uso misto.

A impossibilidade de individualização das parcelas diante da inconveniência de realizar um cadastro e criar expectativas junto aos proprietários - considerando que este se constitui um impacto potencial e não certo (como o caso da área de implantação do empreendimento em que a desapropriação é certa) - optou-se, com a concordância do Ibama, que para a LP se levantaria o dado de forma estimada.

Superfície total afetada (terrenos vazios e com os usos indicados) como erosão na linha de costa – aproximadamente 25 ha (vinte e cinco hectares).

## **4. Tráfego nas Estradas**

A avaliação quanto à existência de famílias/ imóveis afetados pelo aumento do tráfego nas estradas é matéria do estudo de acessos.

O incremento de tráfego decorrente das diferentes fases do processo de implantação, bem como na fase de operação do Porto Sul, não caracteriza valores passíveis de vir a comprometer as condições de mobilidade e de acessibilidade das rodovias de interesse.




No meio marinho, na fase de obras, será necessário manter um afastamento gradual de segurança das embarcações com as estruturas marítimas em construção, o qual é regulado através da Norma 11/DPC (DPC, 2003)<sup>[1]</sup>. Desta forma, haverá interrupção temporária de passagem de embarcações no trecho compreendido entre a linha de costa e o quebra-mar do empreendimento. As embarcações maiores tenderão a passar mais afastadas na direção oeste, mas isto não representa qualquer tipo de interferência significativa no comportamento destas. Já na fase de operação do Porto Sul, o projeto de construção da ponte marítima considerou as alturas dos maiores mastros das embarcações que trafegam na área da ponte de acesso, permitindo a passagem dessas embarcações por baixo da ponte, num trecho que dista 1.100 metros da costa, compreendendo três vãos de espaçamento de 18 metros entre as pilastras, sendo 16 metros navegáveis. A altura dos vãos neste trecho será de 12,5 metros. Haverá, contudo, uma restrição de segurança quanto à prática da pesca em uma distância de até 500 m em relação às estruturas do porto. As embarcações maiores (navios graneleiros e navios de turismo) tenderão a passar um pouco mais afastadas na direção oeste devido à presença das estruturas do Porto Sul. Isto não representará qualquer tipo de interferência significativa no comportamento destas.

No caso de eventual potencialidade da ocorrência de danos estruturais em edificações lindeiras às fontes de vibração do Porto Sul, a inspeção técnica conhecida como laudo de produção antecipada de provas será realizada. A adoção desta ação de controle é apresentada no **Quadro 5**, considerando as três fases do empreendimento.

**Quadro 5 - Plano de Realização de Laudo de Produção Antecipada de Provas em Edificações Lindeiras às Nove Fontes de Vibração do Porto Sul**

Fontes Emissoras		Fase Pré-Implantação	Fase de Implantação	Fase de Operação
1	Ponte <i>Onshore-Offshore</i>	N.A.	O	N.A.
2	Canteiro de Obras <i>Offshore</i>	N.A.	N.A.	N.A.
3	Rodovia BA-648	✓	✓	N.A.
4	Rodovia BA-001	O	O	N.A.
5	Pátio/Oficina de Locomotivas	N.A.	N.A.	N.A.
6	Pedreira A. de Carobeira	✓	✓	N.A.
7	Acesso Ferroviário Interno	✓	✓	✓
8	Rodovia BA-262	O	O	O
9	Estrada Municipal do Itariri / Acesso ao Porto Sul	O	O	O

O significado dos símbolos utilizados no **Quadro 5** é indicado a seguir:

-  A atividade será realizada;
-  A realização da atividade será avaliada;
-  Não se aplica ao caso avaliado.

## 5. Existência de áreas de restrição de uso e passagem

### 5.1 Ponte De Acesso Ao Porto *Offshore*

- a. Parâmetros do Projeto Básico nos vãos destinados ao cruzamento de embarcações, localizados a aproximadamente 1 km da linha costeira, à leste do berço temporário do *Load Out Point*. A exigência inicial era fornecer uma altura livre de 8 m para pequenas embarcações que passassem sob a Ponte de Acesso. O nível da face inferior da viga longitudinal foi definido partindo do nível de maré mais alta (HAT +2,5mDHN), considerando  $H_{max}$  de 2 m para crista de onda e margem de segurança de 1,0 m, resultando em +13,5mDHN ( $8,0+2,5+2,0+1,0 = 13,5mDHN$ ).

A resultante das alturas livres sob a ponte em diferentes condições de marés estão sumarizadas no **Quadro 6** abaixo para ondas em 95%, no qual é excedida em 5% dos casos.

**Quadro 6 - Altura Livre sob a Viga Longitudinal em Diferentes Marés**

Tide	Water Level mDHN	Hs 95% m	Hmax 95% m	Max Wave crest level mDHN	Total Clearance Below 13.5mDHN m
HAT	+2.5	2.0	4.0	4.5	9
MHWS	+2.0	2.0	4.0	4.0	9.5
MHWN	+1.5	2.0	4.0	3.5	10
MSL	+1.1	2.0	4.0	3.1	10.4
MLWN	+0.7	2.0	4.0	2.7	10.8
MLWS	+0.2	2.0	4.0	2.2	11.3

Fonte: Cepemar/ProjConsult.

Os pilares com 914 mm (novecentos e quatorze milímetros) de diâmetro estão espaçados a 18 m (dezoito metros) e considerando a espessura de fenders, resulta em um vão horizontal livre de 16 m (dezesseis metros).

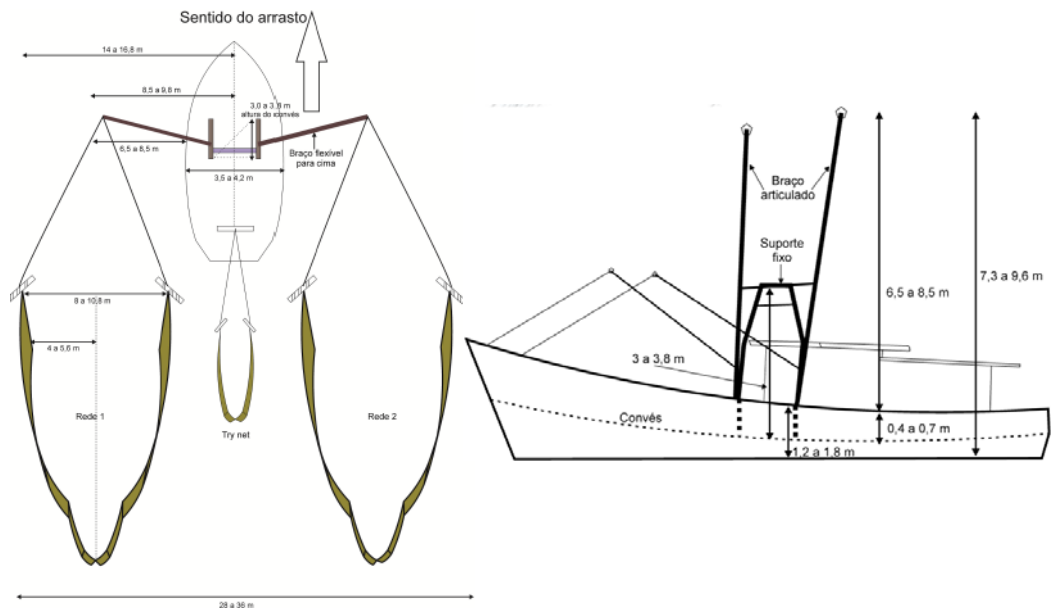
- b. Dados das embarcações de pesca com rota de navegação na projeção da Ponte de Acesso (*Fonte: Relatório da ICON: Diagnóstico do Perfil Pesqueiro Região de Aritaguá, Ilhéus – Bahia*).

#### b.1. *Embarcações para Arrasto Industrial*

Este tipo de embarcação não foi identificado como usuária da área marinha da implantação portuária, somente atuando em isóbatas mais profundas.

#### b.2. *Embarcações para Arrasto semi-industrial, comprimento entre 12 e 15 m e largura máxima de 4,2 m*

Este tipo de embarcação em Ilhéus (**Figura 1**) foi considerada como possível usuária da área marinha da implantação portuária, apesar de utilizar as mesmas áreas das embarcações para arrasto industrial.



**Figura 1 - Embarcações para Arrasto Semi-industrial**

Cenário 1: braços articulados suspensos e redes recolhidas

- Altura máxima da linha d'água até a roldana na extremidade de cada braço: 9,6 m (nove metros e sessenta centímetros);
- Largura máxima da embarcação: 4,2 m (quatro metros e vinte centímetros);
- Embarcação possível de passagem com vão livre entre pilares de 11,8 m (onze metros e oitenta centímetros); e
- Embarcação poderá passar sob a ponte em marés abaixo do MHWN e sob condições marítimas moderadas.

Cenário 2: braços articulados abertos e sem as redes em operação

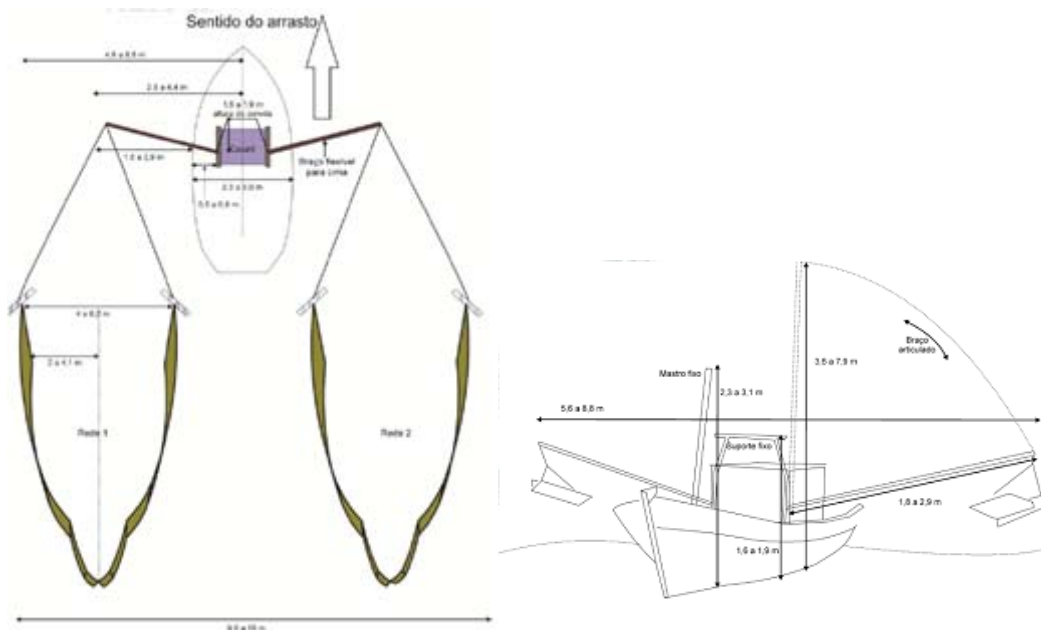
- Comprimento longitudinal máximo entre as extremidades dos braços: 19,8 m (dezenove metros e oitenta centímetros);
- Cenário não é possível devido a limitação do vão livre de 16 m (dezesseis metros) entre pilares.

Cenário 3: braços articulados abertos e com as redes operando no arrasto

- Comprimento longitudinal máximo incluindo extensão submersa das redes: 36 m;
- Cenário não é possível devido a limitação do vão livre de 16 m (dezesseis metros) entre pilares.

**b.3. Embarcações para Arrasto Artesanal**

Utilizam frequentemente a região marinha da implantação portuária (**Figura 2**).



**Figura 2 - Embarcações para Arrasto Artesanal**

**Cenário 1:** Braços articulados suspensos e redes recolhidas

- Altura máxima da linha d'água até a roldana na extremidade de cada braço: 7,9 m;
- Largura máxima da embarcação: 3,0 m (três metros);
- Embarcação poderá cruzar a ponte com 13 m (treze metros) de vão livre entre pilares;
- Embarcação poderá cruzar a ponte em todos os níveis de maré em condições marítimas moderadas.

**Cenário 2:** braços articulados abertos e sem as redes em operação

- Comprimento longitudinal máximo entre as extremidades dos braços: 8,8 m (oito metros e oitenta centímetros);
- Cenário possível de passagem com margem livre entre pilares de 7,2 m (sete metros e vinte centímetros);
- Embarcação poderá passar em todos os níveis de maré em condições marítimas moderadas.

**Cenário 3:** braços articulados abertos e com as redes operando no arrasto

- Comprimento longitudinal máximo incluindo extensão submersa das redes: 18 m (dezoito metros);
- Cenário não é possível devido a limitação do vão livre de 16 m (dezesesseis metros) entre pilares.

A avaliação de vão livre acima é permitida com ondas que ocorrem 95% do tempo. Entretanto, o vão livre horizontal é reduzido pelo movimento da embarcação devido à ação das ondas e requer uma avaliação posterior para determinar as condições limites de onda para a variedade de embarcações esperadas.



b.3. Outros tipos de embarcações identificados no estudo em referência utilizam redes e/ou espinhel na atividade pesqueira. Essas embarcações são do mesmo tamanho ou menores do que as outras embarcações discutidas anteriormente nesta nota, com comprimentos entre 6 (seis) a 11 m (onze metros). Na base de que essas embarcações têm largura menor que 16 m (dezesseis metros) e altura total menor que 8 m (oito metros), essas podem passar sob a ponte em qualquer nível de maré e sob condições marítimas moderadas.

## 5.2 Ponte Do TCLD Sobre o Rio Almada

### c. Parâmetros do Projeto Básico:

- i. Vão livre entre pilares: 16 m (dezesseis metros), considerando pilares com 914 mm (novecentos e quatorze milímetros) de diâmetro;
- ii. Altura livre da lâmina d'água na maré máxima (+2,0 m DHN) a face inferior da viga longitudinal (+6.5 m): 4,5 m (quatro metros e cinquenta centímetros);

### d. Ponte rodoviária existente sobre o Rio Almada:

- i. Vão entre pilares: 26,5 m (vinte e seis metros e cinquenta centímetros);
- ii. Altura livre: 4,3 m (quatro metros e trinta centímetros).

### e. Dados das embarcações de pesca com rota de navegação na projeção da Ponte de Acesso

O estudo de pesca, com base no relatório intitulado *Diagnóstico do Perfil Pesqueiro Região de Aritaguá, Ilhéus – Bahia* produzido pelo ICON, 2011. Mostrou que a captura de peixe ocorre principalmente com o uso redes de espera, linha e tarrafas em canoas não motorizadas.

Devido ao tipo de embarcação, métodos de pesca e altura livre maior do que a da ponte existente sobre o Rio Almada, a nova ponte do TCLD não acarretaria restrição à atividade pesqueira existente.

#### ▪ **Comentário 286 - página 123, parágrafo 5.**

*Porém o EIA deve apresentar os impactos ao turismo na Avaliação de Impactos Ambientais (AIA), partindo dos aspectos indicados neste parecer, incluindo medidas mitigadoras relacionadas às iniciativas de apoio técnico aos negócios locais no sentido de redirecionamento das atividades econômicas ligadas ao turismo, no trecho onde vai ser implantado o porto e extensão por este afetada, conforme o EIA.*

#### ▪ **Resposta ao Comentário 286:**

Foi elaborado diagnóstico específico sobre o perfil dos empreendimentos turísticos no Litoral Norte de Ilhéus para melhor subsidiar a avaliação dos impactos. Os resultados encontram-se na **Parte II do Apêndice 15, item 15.I – Atividades Turísticas No Litoral Norte De Ilhéus.**

As medidas mitigadoras para apoio técnico aos negócios locais vinculados ao turismo encontram-se indicadas no Programa de Reorientação da Atividade Turística no Litoral Norte.

- **Comentário 287 - página 127, parágrafo 2.**

*Recomenda-se que o mapa apresentado na figura 8.3.4.4.2 indique as macrozonas presentes na ADA. As características das macrozonas do Plano de Desenvolvimento Urbano Participativo de Ilhéus devem ser observadas, e o EIA deve apontar se há conflitos ou compatibilidade nos usos pretendidos em cada área.*

- **Resposta ao Comentário 287:**

#### Macrozoneamento Municipal

O Macrozoneamento Municipal é o instrumento destinado a orientar a atividade de planejamento do Poder Público e de fiscalização da sociedade civil para otimizar a gestão do espaço municipal, ampliando também os canais de participação social na mesma.

A área da ADA abrange duas das três Zonas do Macrozoneamento Municipal de Ilhéus, Macrozonas de Interesse Urbanístico e Macrozonas de Interesse Agroflorestal, cujas restrições e recomendações estão transcritas do trecho extraído da Lei do PPDU a seguir:

#### **Seção II – Das Macrozonas de Interesse Urbanístico**

**Art. 144** - Consideram-se macrozonas de Interesse Urbanístico, aquelas que, em razão de sua singularidade, função e localização, destinam-se prioritariamente ao parcelamento do solo com fins de ocupação para usos residenciais, comerciais, industriais e de serviços.

§ 1º. Fazem parte das macrozonas de interesse urbanístico, a área urbana da Sede do Município e todas as áreas urbanas dos povoados com população acima de 500 (quinhentos) habitantes, bem como as áreas prioritárias para expansão urbana das áreas acima discriminadas.

#### **Seção III – Das Macrozonas de Interesse Ambiental**

**Art. 145** - Consideram-se macrozonas de interesse ambiental aquelas que, em função das necessidades de proteção integral e dos diferentes graus de uso sustentável permitidos, são compostas por ecossistemas de interesse para a preservação, conservação e desenvolvimento de atividades sustentáveis.

§1º. Fazem parte das macrozonas de interesse ambiental áreas de preservação permanente; as unidades de conservação; toda a bacia do Rio Santana; ao norte da estrada Ilhéus/Couto/Santo Antonio até o Rio de Engenho; toda área a oeste do povoado de Couto; a área da serra e da mata próximas ao limite de Itapitanga; as áreas que compõem o corredor ecológico e que formam conjuntos de ecossistemas com necessidades de preservação e/ou proteção.

§2º. As 3 frações da Macrozona deverão ser interligadas para propiciar a ligação dos corredores ecológicos, levando em consideração a vegetação existente.

§3º. As macrozonas de interesse ambiental estão delimitadas no mapa de Macrozoneamento, em anexo.

#### **Seção IV – Das Macrozonas de Interesse Agroflorestal**

**Art. 146** - Consideram-se macrozonas de interesse agrícola florestal aquelas destinadas a atividades produtivas desenvolvidas em meio rural, bem como aquelas

que exploram o potencial florestal do Município, devendo ambas atender as restrições para proteção do patrimônio ambiental.

§1º. Fazem parte das macrozonas de interesse agrícola florestal áreas produtivas onde se desenvolvam atividades econômicas de natureza agrícola e reservas florestais que apresentam potencial econômico ou paisagístico.

O perímetro da ADA do Meio Socioeconômico está inserido em trechos das três macrozonas definidas no Macrozoneamento Municipal de Ilhéus: as Macrozonas de Interesse Urbanístico, de Interesse Ambiental e de Interesse Agroflorestal.

A maior parte (mais que 90%) da área da ADA do Meio Socioeconômico (**Figura 1**) está inserida na Macrozona de Interesse Urbanístico, tendo apenas uma faixa a noroeste – próximo do acesso à ferrovia – inserida na Macrozona de Interesse Agroflorestal e outra pequena área ao sul inserida na Macrozona de Interesse Ambiental.

Já a ADA dos Meios Físico e Biótico – onde estão de fato localizadas as instalações do Porto – está inserida apenas em Macrozonas de Interesse Urbanístico e de Interesse Agroflorestal. Destaca-se que não existem instalações do Porto Sul em Macrozonas de Interesse Ambiental. As instalações estão predominantemente inseridas em Macrozonas de Interesse Urbanístico.

Sendo a Macrozona de Interesse Ambiental aquela que apresenta restrições e/ou incompatibilidades com o empreendimento pode-se afirmar que não existem incompatibilidades entre o Macrozoneamento Municipal do Plano Diretor de Ilhéus e a implantação do empreendimento Porto Sul.

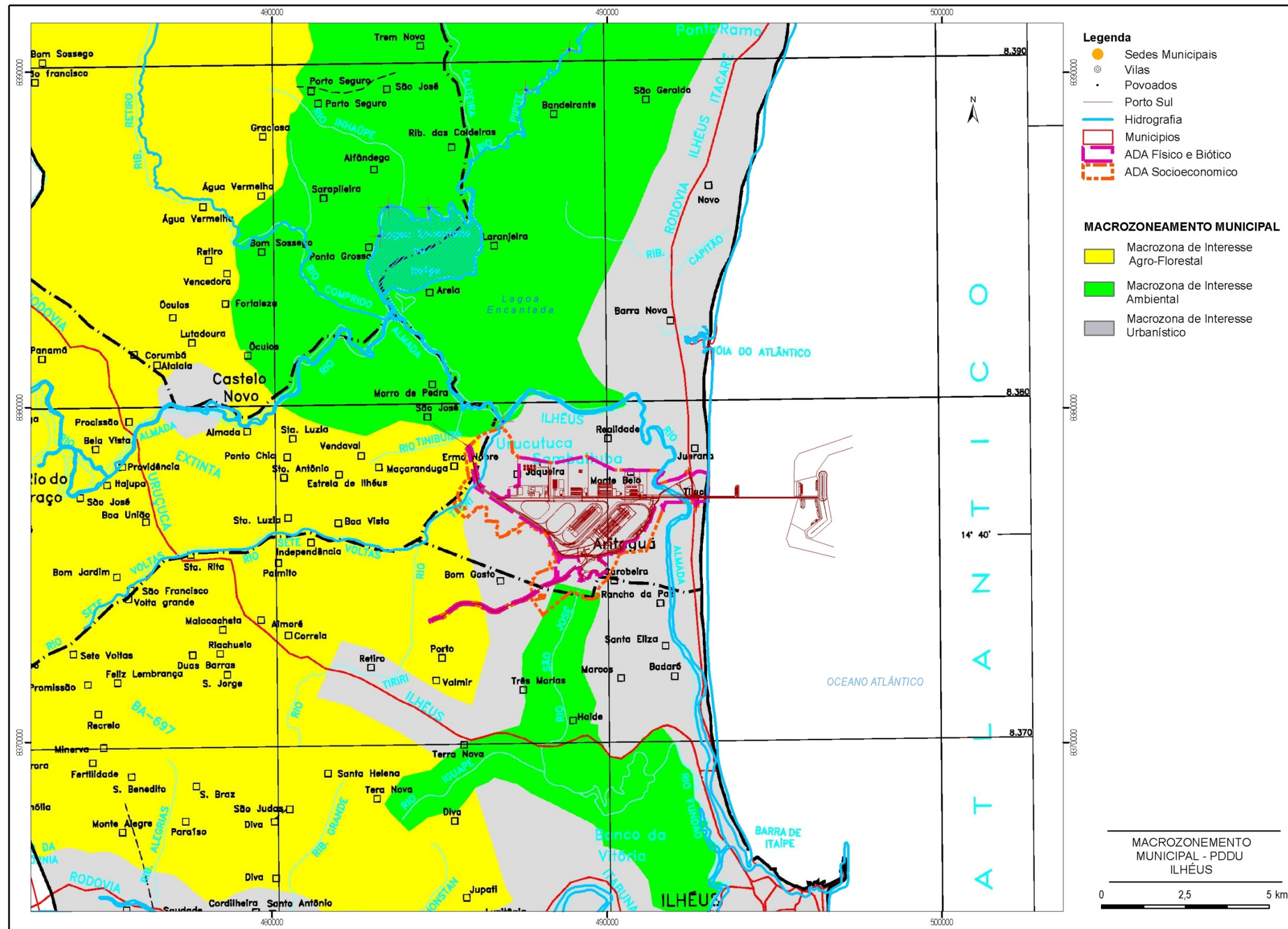


Figura 1 - Compatibilidade entre o Macrozoneamento Municipal de Ilhéus e o empreendimento Porto Sul

### Macrozoneamento Urbano Municipal

O Macrozoneamento Urbano é o instrumento básico de regulação do processo de ocupação espacial urbana através dos empreendimentos habitacionais, comerciais, industriais, serviços, equipamentos e outros (**Figura 2**).

A área da ADA abrange duas das Zonas do Macrozoneamento Urbano Municipal de Ilhéus, Zonas de Adensamento Básico e Zonas de Expansão Urbana cujas restrições e recomendações estão transcritas do trecho extraído da Lei do PPDU, a seguir:

#### **Subseção III – Das Zonas de Adensamento Básico – ZAB**

**Art. 152** - Consideram-se Zonas de Adensamento Básico aquelas em que o potencial construtivo dado pela disponibilidade de infraestrutura e equipamentos urbanos, boa acessibilidade, localização e morfologia adequada, possibilitam adensamento médio, com a utilização de Coeficiente de Aproveitamento Máximo 2 (CAM) e Coeficiente de Aproveitamento Básico 1 (CAB).

§ 1º - Os critérios de utilização dos coeficientes de aproveitamento, a definição dos limites das microzonas, e os demais índices urbanísticos serão definidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Art.153 - Constituem diretrizes das Zonas de Adensamento Básico:

- I – adensamento de forma controlada do uso e ocupação do solo com a finalidade de aproveitar o potencial de urbanização existente, diminuindo a necessidade de novos investimentos públicos em infraestrutura;
- II – ordenamento e estímulo à implantação da atividade de comércio e serviços, apoiando o desenvolvimento de subcentros;
- III – garantia de espaços suficientes para estacionamento de veículos;
- IV – promoção e monitoramento da implantação de equipamentos e espaços públicos, compatibilizando-os com a intensidade do adensamento proposto;
- V – articulação da implantação de infraestrutura junto a outras esferas de governo e a iniciativa privada, priorizando obras de esgotos sanitários e complementação do sistema viário básico.

#### **Seção VI – Das Zonas de Expansão Urbana – ZEU**

Art. 160 - Consideram-se Zonas de Expansão Urbana - ZEU aquelas destinadas à futura ocupação de uso urbano, situadas dentro da Macrozona de Interesse Urbanístico, obedecendo-se os critérios definidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

### Macrozoneamento da sede

As Áreas de Influência Direta do empreendimento estão localizadas ao norte da sede de Ilhéus, em área rural de modo que não estão inseridas no Macrozoneamento Urbano da Sede de Ilhéus (**Figura 3**).

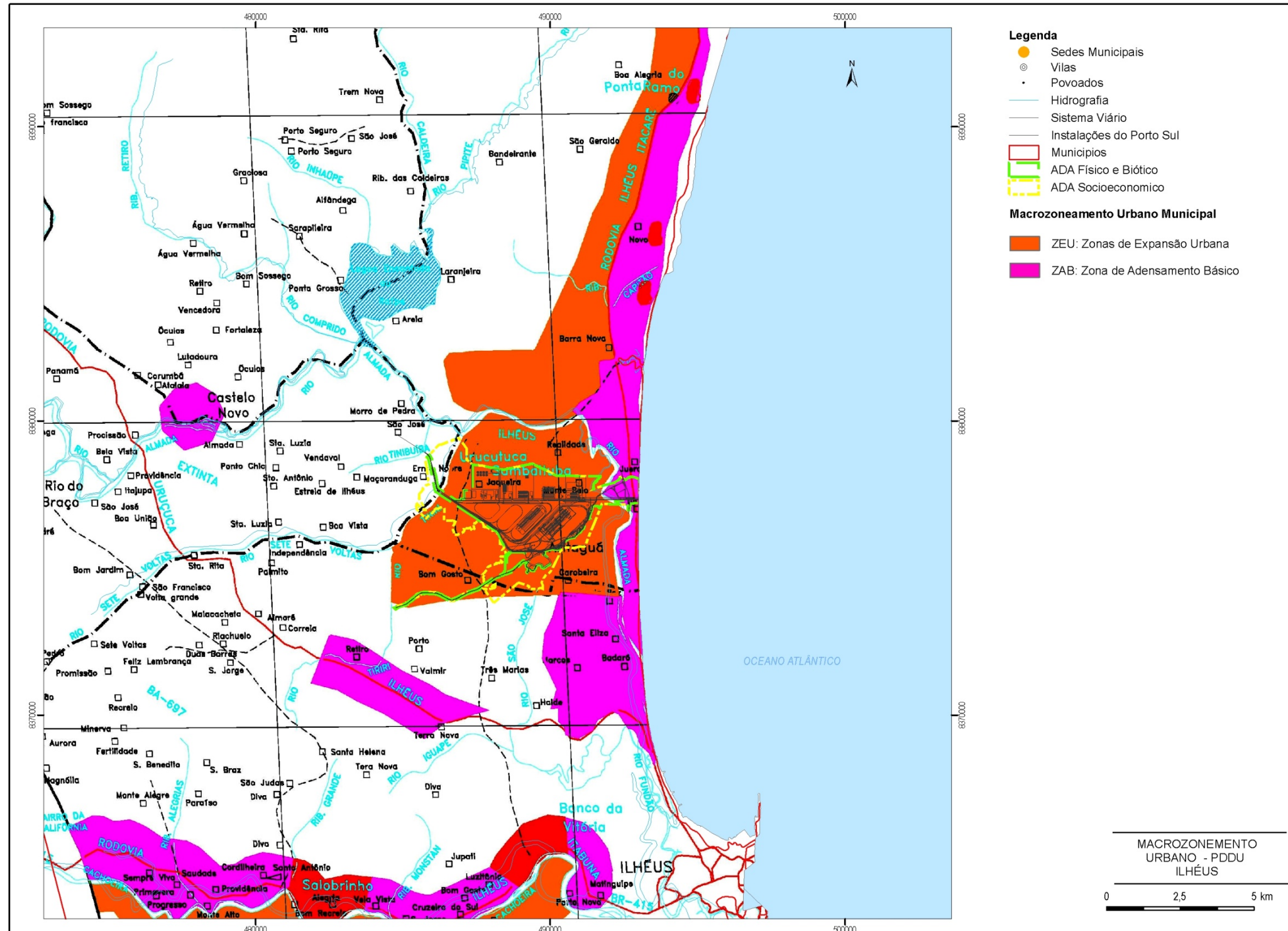


Figura 2 - Compatibilidade entre o Macrozoneamento Urbano de Ilhéus e o empreendimento Porto Sul

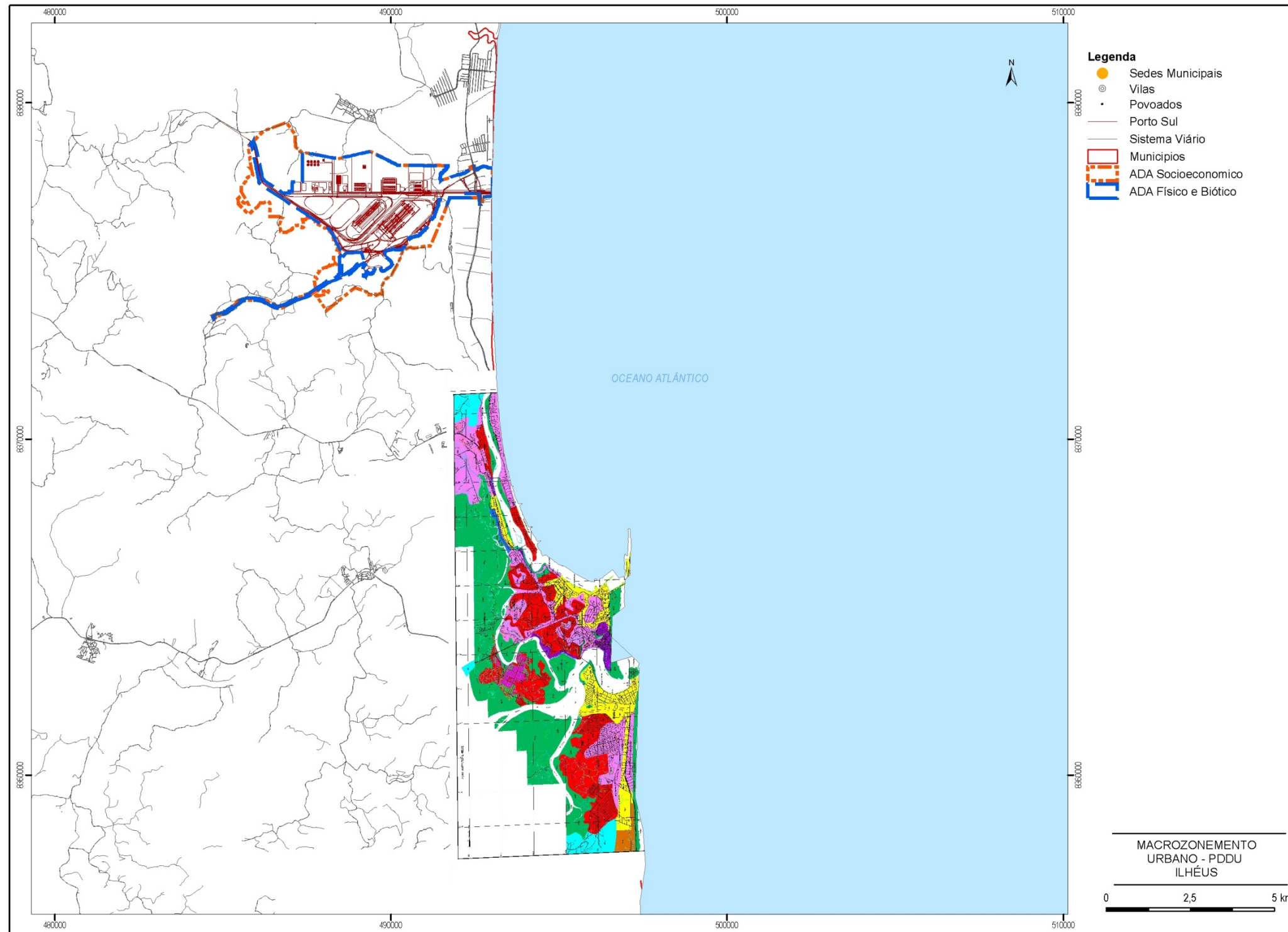


Figura 3 - Compatibilidade entre o Macrozoneamento Urbano da sede de Ilhéus e o empreendimento Porto Sul

▪ **Comentário 288 - página 127, parágrafo 3.**

*Solicita-se a revisão dos dados da correspondência do ZEE com a ADA e que seja apresentado também a sua correspondência com a AID. Indica-se que devem ser apresentadas as estruturas básicas pretendidas para cada zona e uma análise acerca da adequação das mesmas. As informações, tabelas, gráficos e mapas a que se referem a ADA devem ser apresentadas com as adequações nos itens e capítulos, e seus valores e proporções de áreas devem ser corrigidos. Reapresentar os itens solicitados na análise sobre uso do solo.*

▪ **Resposta ao Comentário 288:**

A APA da Lagoa Encantada e Rio Almada foi criada em 1993 por meio do Decreto Estadual nº 2.217/93. Posteriormente, sua poligonal foi ampliada através do Decreto Estadual nº 8.650/03, porém o seu Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, correspondente ao Plano de Manejo na legislação federal, restringe-se à área antes da ampliação (Decreto Estadual nº 1.802/03).

A adequação do empreendimento e suas estruturas com as regras que disciplinam as diversas zonas da APA da Lagoa Encantada já foram objeto de avaliação pelo INEMA, órgão responsável pela gestão de tal unidade de conservação, quando da concessão da Anuência Prévia nº 291/2011.

Quanto ao Uso do Solo, para esta resposta foram revisados os valores do seu mapeamento em concordância com a mudança da Área Diretamente Afetada, sendo adotada a poligonal do Decreto 13.918 de 13 de abril de 2012, também chamada de ADA do Meio Socioeconômico, a qual possui aproximadamente 1860 ha. Quanto à AID, continuou sendo adotada a do Meio Físico, de aproximadamente 14.794 ha, pois o estudo requer um detalhe maior. Isto não seria possível caso fosse utilizada a AID do Meio Socioeconômico, representada pelos municípios de Ilhéus, Itabuna e Uruçuca, por possuir uma área de aproximadamente 261.257 ha, o que faria com que o mapeamento fosse realizado em uma escala de menor detalhe.

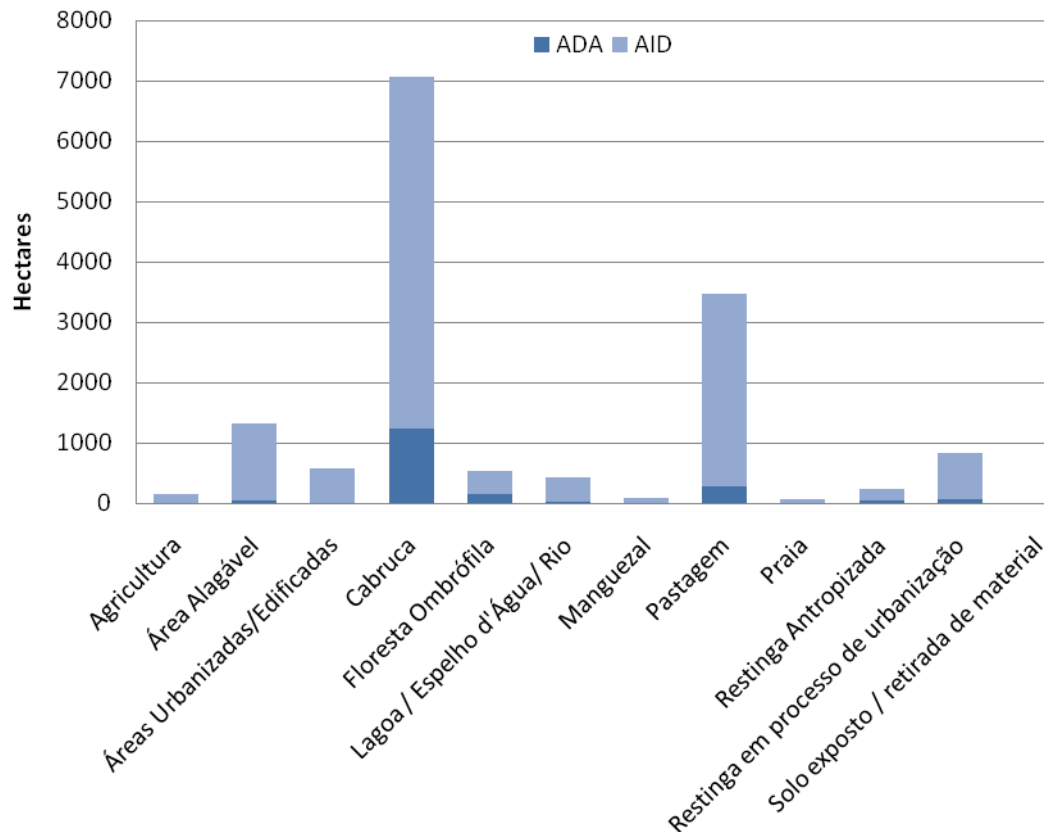
No **Quadro 1** e nas **Figuras 1 e 2** é possível verificar a quantificação das classes de uso do solo na ADA e AID e, na **Figura 3**, a espacialização das mesmas.



**Quadro 1 - Reapresentação do Quadro 8.3.4.2.1 do EIA - Categorias de Usos do Solo e Superfície Mapeada em Hectares para a ADA e AID**

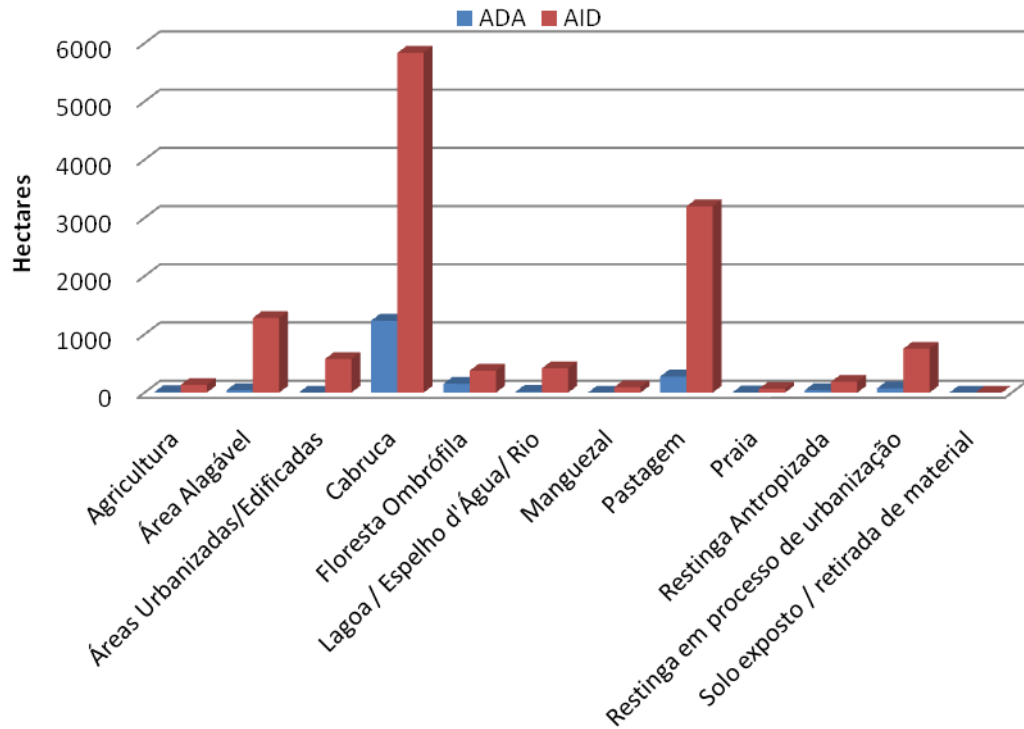
Categorias de Uso do Solo	ADA		AID		Total (AID + ADA)	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Agricultura	9,82	0,53	133,11	1,03	142,93	0,97
Área Alagável	42,72	2,30	1282,90	9,92	1325,62	8,96
Áreas Urbanizadas/Edificadas	2,22	0,12	580,30	4,49	582,51	3,94
Cabruca	1236,71	66,49	5836,76	45,13	7073,47	47,81
Floresta Ombrófila	152,56	8,20	377,27	2,92	529,82	3,58
Lagoa / Espelho d'Água/ Rio	16,00	0,86	419,53	3,24	435,53	2,94
Manguezal	1,06	0,06	93,96	0,73	95,02	0,64
Pastagem	278,31	14,96	3200,93	24,75	3479,24	23,52
Praia	3,86	0,21	65,46	0,51	69,32	0,47
Restinga Antropizada	42,50	2,28	187,64	1,45	230,14	1,56
Restinga em processo de urbanização	74,16	3,99	754,59	5,83	828,75	5,60
Solo exposto / retirada de material	0,00	0,00	1,34	0,01	1,34	0,01
<b>Total</b>	<b>1859,92</b>	<b>100</b>	<b>12933,79</b>	<b>100</b>	<b>14793,70</b>	<b>100</b>

Fonte: Interpretação de ortofotocartas 2009 e levantamentos de campo.



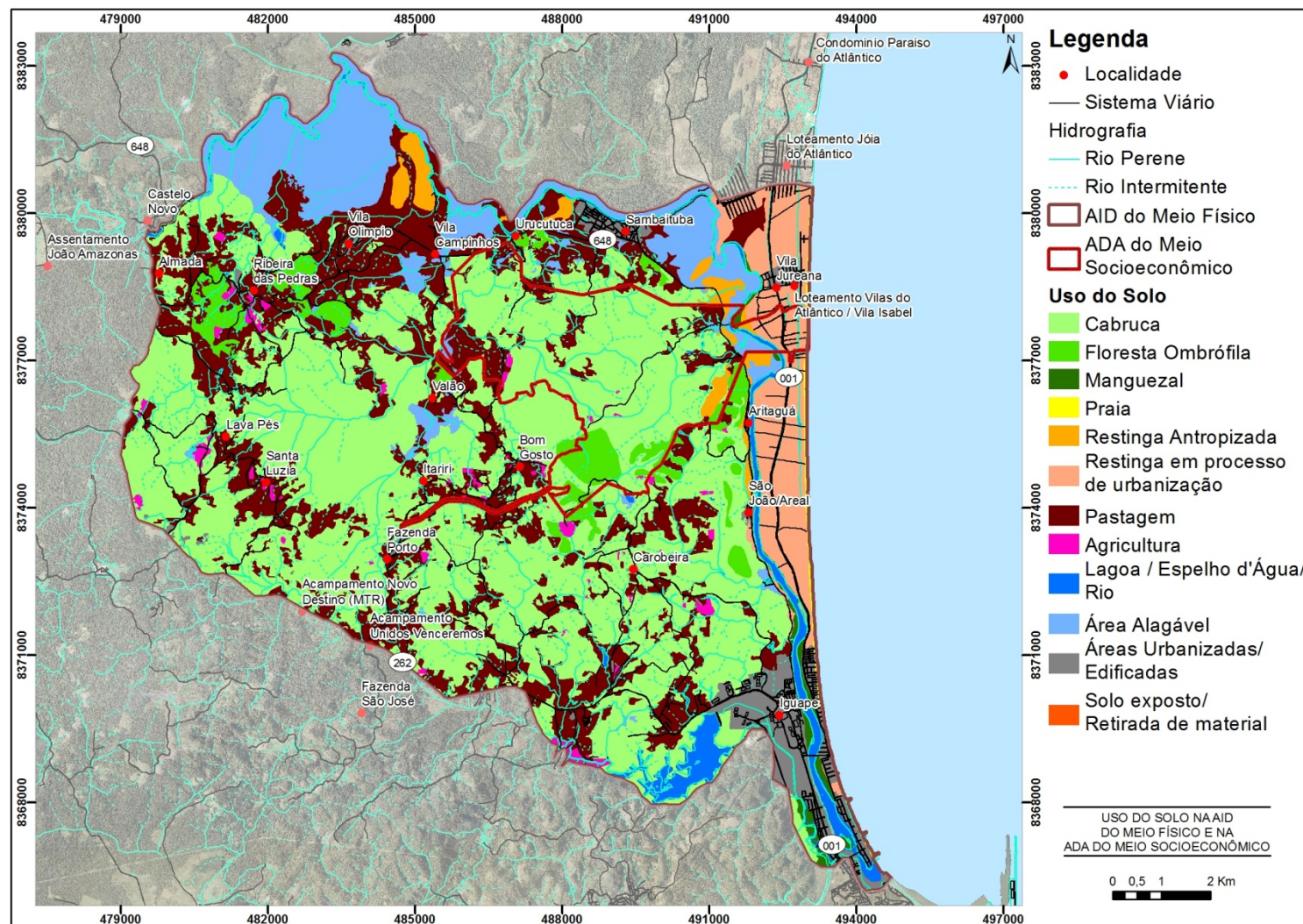
**Figura 1 - Reapresentação da Figura 8.3.4.2.13 do EIA - Categorias de Usos do Solo e Superfície Total Mapeada em Hectares para ADA e AID**

Fonte: Interpretação de ortofotocartas 2009 e levantamentos de campo.



**Figura 2 - Reapresentação da Figura 8.3.4.2.14 do EIA - Comparativo das Categorias de Usos do Solo e Superfície Total Mapeada em Hectares para ADA e AID**

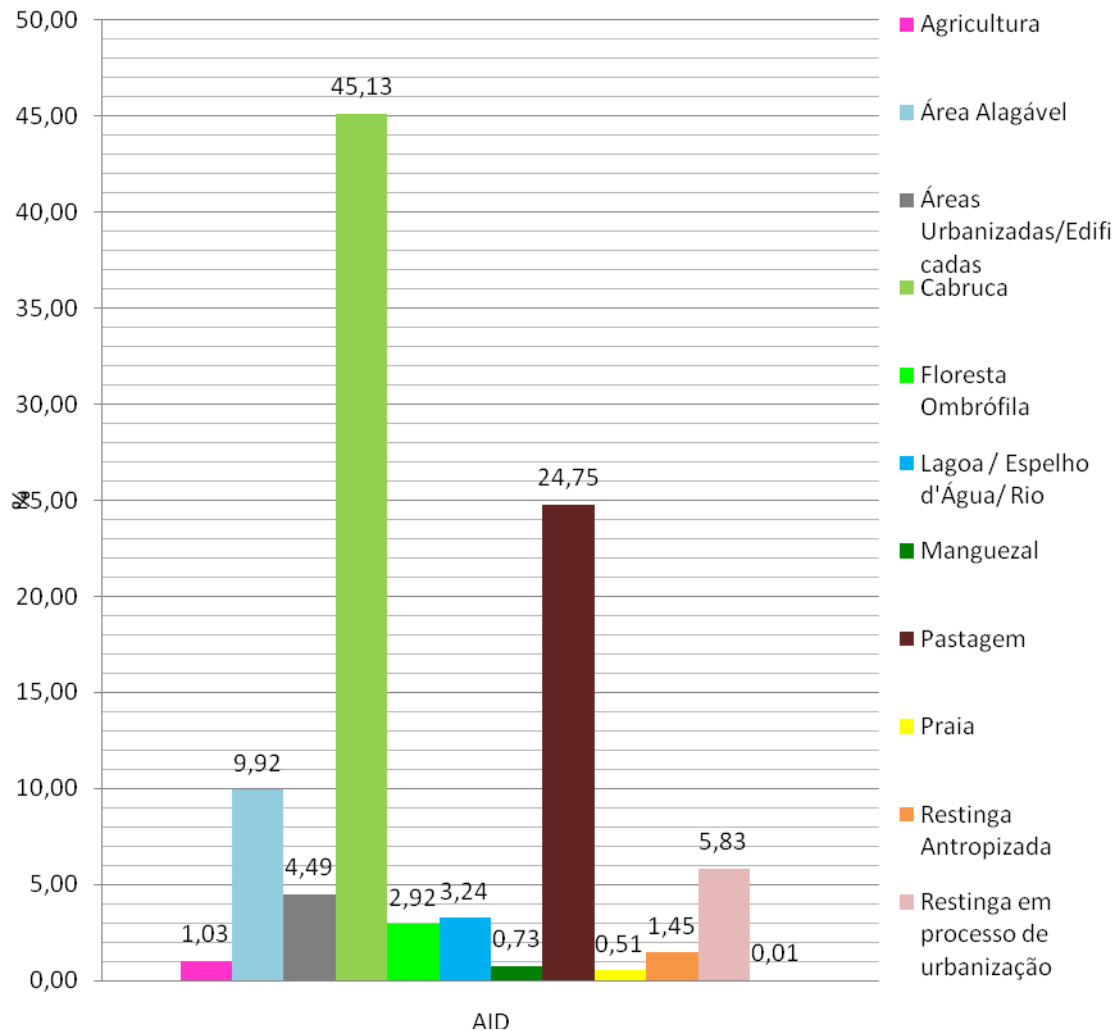
Fonte: Interpretação de ortofotocartas 2009 e levantamentos de campo.



**Figura 3 - Reapresentação da Figura 8.3.4.2.21 do EIA - Uso do Solo na AID do Meio Físico**

Fonte: Interpretação de ortofotocartas 2009 e levantamentos de campo.

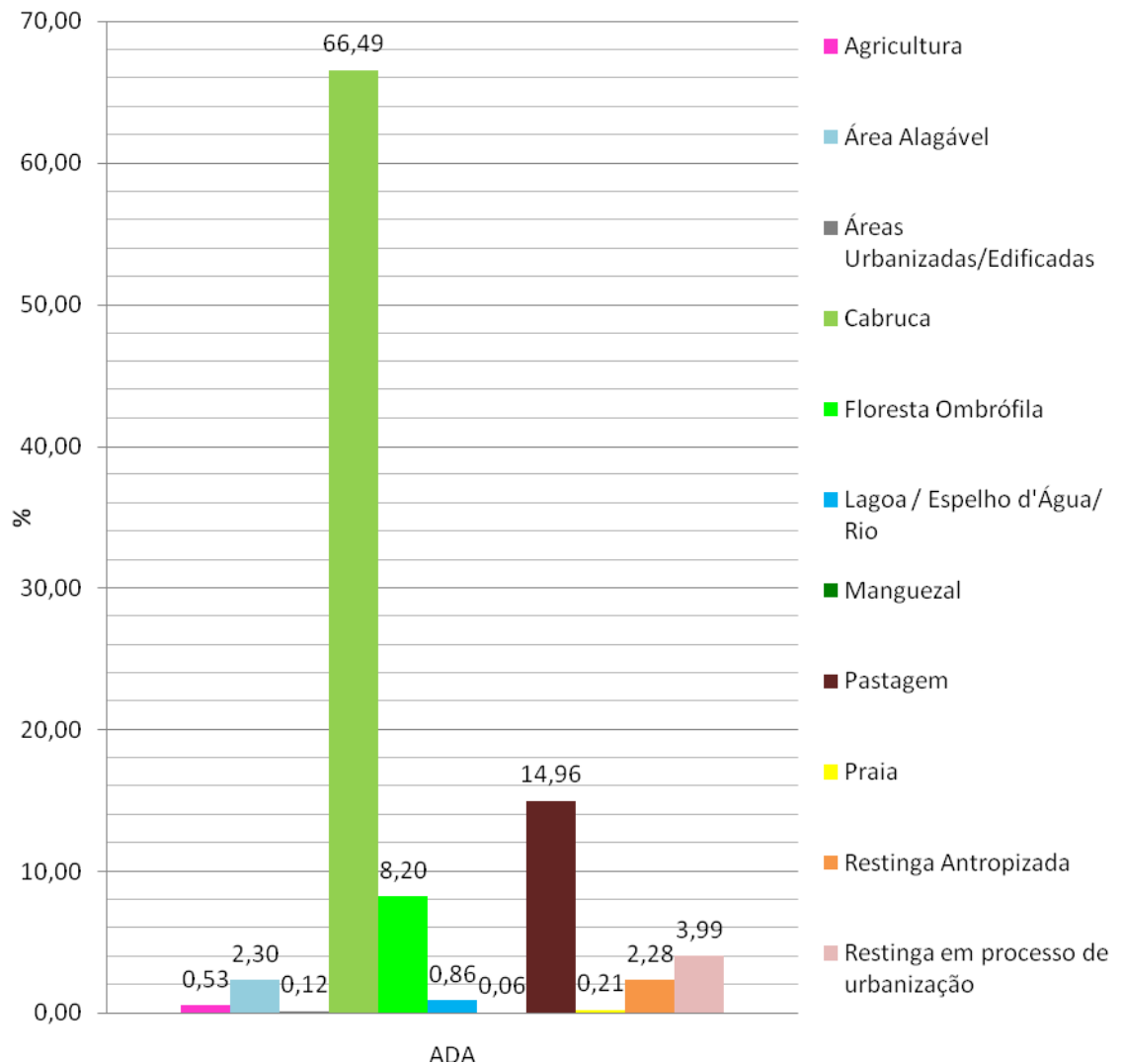
Como pode ser visto na **Figura 4**, na Área de Influência Direta, a categoria com mais representatividade é a cabruca, com 45,15%, seguida de pastagem, com 24,75%. O solo exposto é a categoria com menor porcentagem na AID, com apenas 0,01%.



**Figura 4 - Reapresentação da Figura 8.3.4.2.20 do EIA - Categorias de Usos do Solo e Superfície em Porcentagem da AID**

Fonte: Fonte: Interpretação de ortofotocartas 2009 e levantamentos de campo.

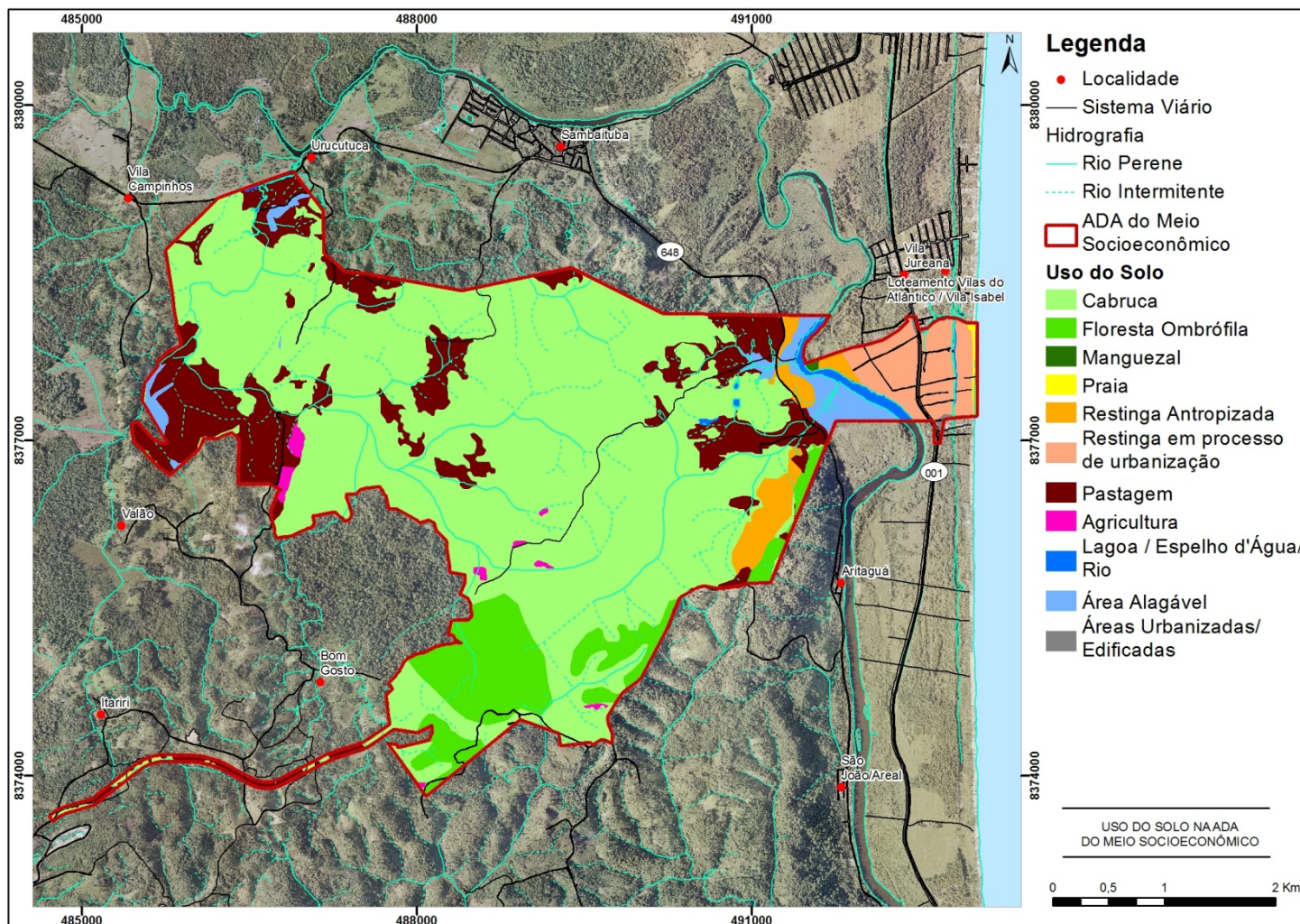
Destacando-se o uso do solo na ADA, de aproximadamente 1.600 ha, verifica-se que esse mapeamento possui todas as categorias presentes na AID, exceto pelo solo exposto (**Figura 5**). As áreas de cabruca continuam representando mais da metade da ADA (66,40%). As áreas com menor presença são as de manguezal, representando 0,06% de toda a ADA.



**Figura 5 - Reapresentação da Figura 8.3.4.2.15 do EIA - Categorias de Usos do Solo e Superfície em Porcentagem da ADA**

Fonte: Interpretação de ortofotocartas 2009 e levantamentos de campo.

Na **Figura 6** é reapresentado o mapeamento do uso do solo na Área Diretamente Afetada.



**Figura 6 - Reapresentação da Figura 8.3.4.2.16 do EIA - Uso do Solo na ADA**

Fonte: Interpretação de ortofotocartas 2009 e levantamentos de campo.

Para a Área de Influência Indireta também foi adotada a do Meio Físico que possui maior extensão que a AID, com aproximadamente 27.492 ha. Enquanto que a ADA e a AID, as quais exigem um mapeamento mais detalhado, tiveram suas classificações baseadas em interpretação de fotografias aéreas do ano de 2009 disponibilizadas pelo Derba em escala 1:5.000, bem como por levantamentos de campo, a caracterização do Uso do Solo para a AII foi feita com base no trabalho Uso da Terra e Cobertura Vegetal do Litoral Sul da Bahia, elaborado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (1998).

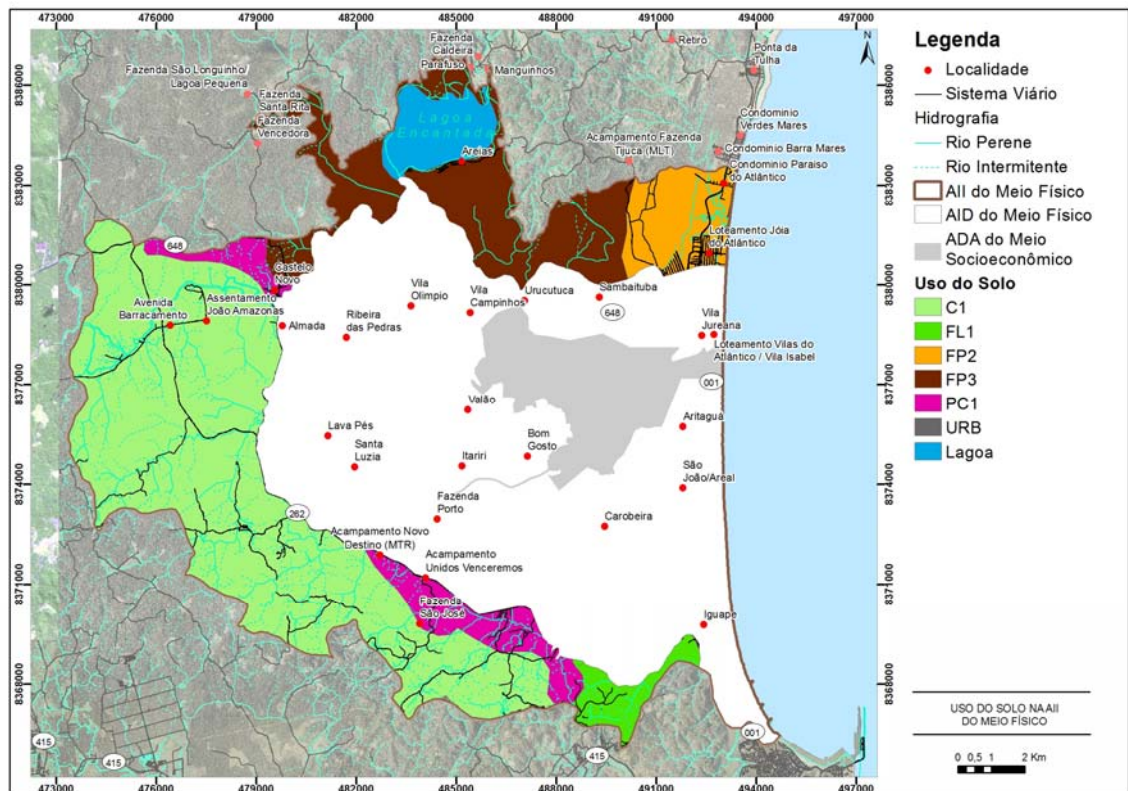
Sendo assim verifica-se que a AII, considerada somente sua área que não faz interseção com a ADA e AID, faz interface com sete zonas identificadas abaixo, com suas superfícies calculadas e expressas no **Quadro 2** e visualizadas na **Figura 7**, reapresentada aqui com a nova delimitação da ADA.

- C1 - Predominância de cacau sombreado com mata raleada, associada à vegetação natural, pastagens e policultura de subsistência;
- FL1 - Floresta ombrófila densa, de baixa antropização, intercalada a pequenas parcelas de policultura comercial e policultura de subsistência;
- FP2 - Influência marinha, restinga arbórea/ herbácea, associada ao cultivo de coco-da-baía;
- FP3 - Influência fluvial, vegetação herbácea associada à pastagem;
- PC1 - Predominância de policultura comercial, vegetação natural degradada e pastagens, associada à policultura de subsistência (para consumo próprio);
- URB - Área urbana consolidada;
- LAGOA - Lagoa Encantada.

**Quadro 2 - Reapresentação do Quadro 8.3.4.3.1 do EIA - Classes de Usos do Solo e Superfície na AII do Meio Físico**

Categorias de Uso do Solo	Área (ha)	%
C1	7287,16	62,30
FL1	408,01	3,49
FP2	922,29	7,89
FP3	2413,50	20,64
URB	2,02	0,02
Lagoa	663,06	5,67
<b>Total</b>	<b>11696,04</b>	<b>100,00</b>

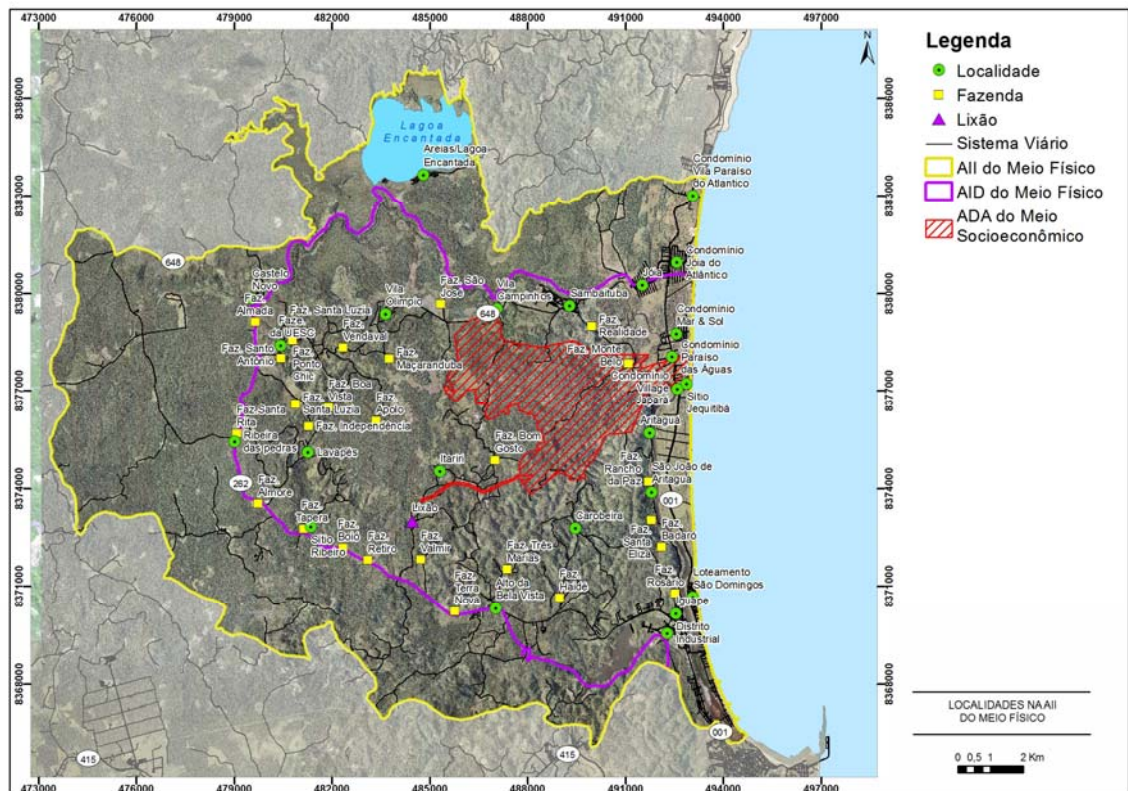
Fonte: SEI, 1998.



**Figura 7 - Reapresentação da Figura 8.3.4.3.1 do EIA – Classes de Uso do Solo na AII do Meio Físico**  
 Fonte: SEI, 1998.

A caracterização dos distritos de Castelo Novo e Aritaguá também sofreram ajustes por conta da mudança da ADA. Abaixo seguem a **Figura 8** com a espacialização das localidades próximas à área do empreendimento e os **Quadros 3 e 4** com a distribuição dos povoados por Área de Influência (AII e AID do Meio Físico e ADA do Meio Socioeconômico) dos distritos de Castelo novo e de Aritaguá, respectivamente.





**Figura 8 - Reapresentação da Figura 8.3.4.6.1 – Distribuição Geográfica das Localidades na AII do Empreendimento**

Fonte: Levantamento de campo, maio 2011.

**Quadro 3 - Reapresentação do Quadro 8.3.4.6.2 do EIA - Povoados do Distrito de Castelo Novo por Área de Influência**

Povoado	Área de Influência
Lava-Pés	AID
Ribeira das Pedras	AID
Areais/ Lagoa Encantada	AII

Fonte: Levantamento de campo, maio 2011.

**Quadro 4 - Reapresentação do Quadro 8.3.4.6.3 - Povoados do Distrito de Aritaguá por Área de Influência**

Povoado	Área de Influência
Itariri	AID
Carobeira	AID
Sambaituba	AID
São João de Aritaguá	AID
Vila Campinhos	AID
Vila Olímpio	AID

Fonte: Levantamento de campo, maio 2011.

Por fim, é reapresentada na **Figura 9**, a Figura 8.3.4.6.47 do EIA, com a planta do Distrito Industrial, em uma qualidade maior para melhor compreensão da mesma.

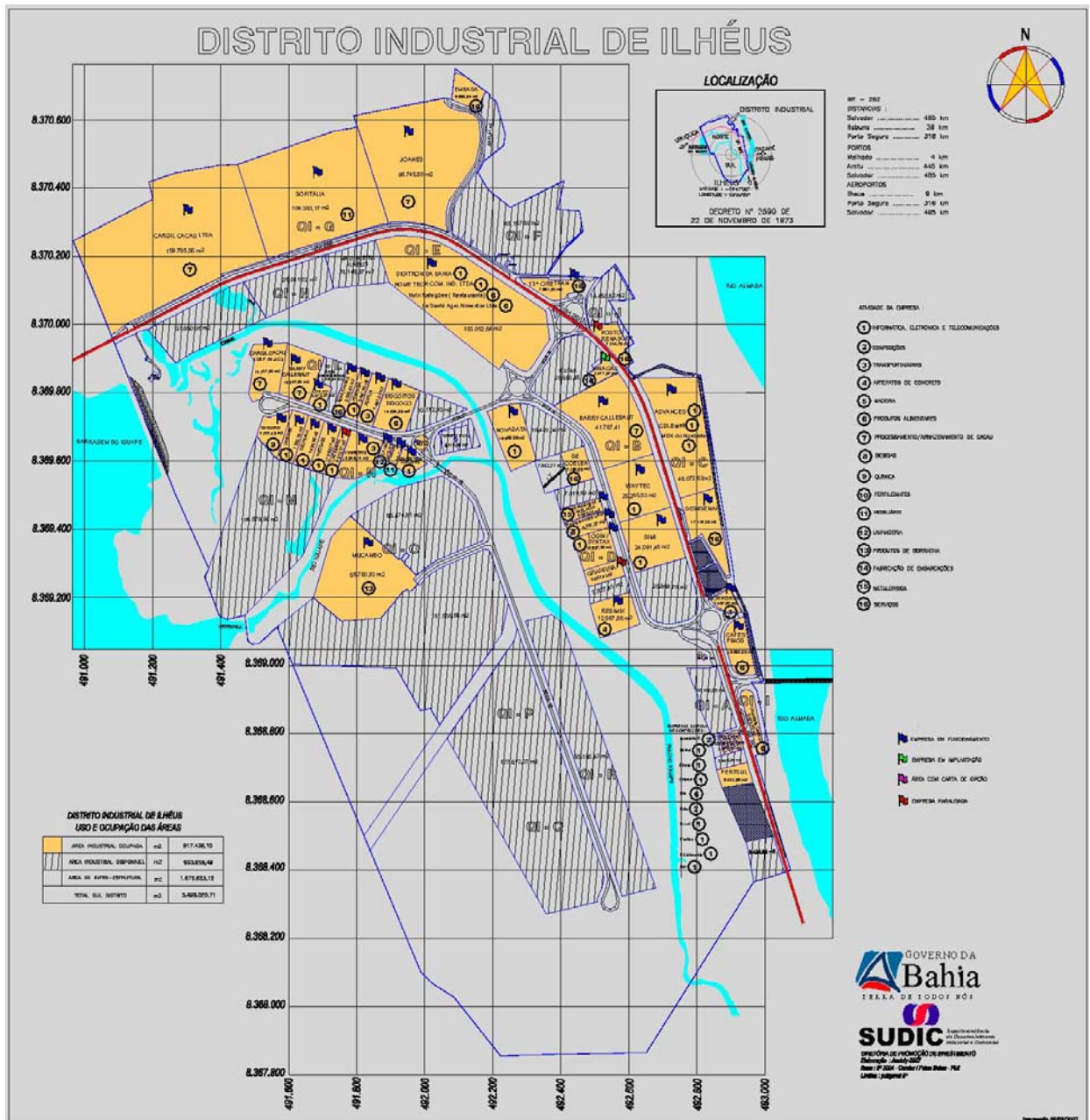


Figura 9 – Reapresentação da Figura 8.3.4.6.47 do EIA – Planta do Distrito Industrial de Ilhéus  
Fonte: SUDIC, 2007.

▪ **Comentário 290 – página 128, parágrafo 4.**

*Para Patrimônio Histórico Arqueológico e Imaterial, indica que deve ser avaliado o cenário do aumento da circulação de veículos, principalmente caminhões, assim como abertura de vias de acesso, que, em longo prazo poderiam comprometer a estrutura de bens arquitetônicos, tais como capelas, sedes de fazendas, estações ferroviárias.*

▪ **Resposta aos Comentários 290:**

Dentre as obras associadas ao patrimônio histórico da região, três estão localizadas na Rodovia BA-648: a Capela Nossa Senhora de Lourdes, em São João de Aritaguá, a antiga Estação Ferroviária de Aritaguá, e a Capela São Thiago. Conforme previsto no Estudo de

Ruídos e Vibrações, essas três obras serão objeto de avaliação estrutural na fase de pré-implantação do empreendimento.

Vale destacar que além dessas, o Município de Ilhéus detêm outras edificações consideradas de valor histórico e cultural. Ressalta-se que não há previsão de interferências causadas direta ou indiretamente pelo empreendimento em outras edificações de valor histórico e cultural, inclusive as localizadas na sede de Ilhéus.

Isso se deve ao fato das distâncias relativas entre o empreendimento e as demais obras do patrimônio municipal serem suficientes para não permitir a ocorrência de quaisquer efeitos adversos decorrentes de propagação das fontes de ruído e vibração associadas ao empreendimento. A conformação natural do relevo da área de intervenção do projeto atua, também, como barreira natural a essas propagações. Merece destacar que os níveis de Ruídos e Vibrações gerados pelas detonações de explosivos na Pedreira Aninga não exercerão influência sobre a segurança estrutural das edificações do município, sejam elas pertencentes ou não ao patrimônio histórico da região, e tampouco ao conforto acústico da comunidade.

Deve-se considerar, ainda, que não haverá fluxo de veículos pesados vinculado ao empreendimento Porto Sul trafegando pela sede do município.

Essas afirmações deverão ser comprovadas tecnicamente por meio do Plano de Monitoramento de Ruídos e Vibrações a ser implantado pelo Porto Sul, visando, inclusive, assegurar à comunidade e aos órgãos oficiais competentes a comprovação e a transparência das ações pontuadas no Estudo de Ruídos e Vibrações. Considerando-se que este estudo teve natureza qualitativa, caso o monitoramento coloque em dúvida ou não comprove quaisquer de suas afirmações, serão adotadas ações pertinentes com vistas a garantir a segurança estrutural das eventuais edificações afetadas, independentemente de serem associadas ao patrimônio histórico ou não.

Por fim, em uma eventual manifestação de desconforto da comunidade referente ao tema, pontos adicionais de medição de Ruídos e Vibrações e avaliações complementares de interferência estrutural nas edificações existentes serão realizados pelo Porto Sul de forma a resgatar o sentimento de tranquilidade, conforto e segurança da comunidade.

▪ **Comentário 291 – página 128, parágrafo 5.**

*A avaliação do cenário descrito (o cenário do aumento da circulação de veículos, principalmente caminhões, assim como abertura de vias de acesso, que, a longo prazo poderiam comprometer a estrutura dessas construções, tais como capelas, sedes de fazendas, estações ferroviárias abandonadas, mas testemunhos do processo de urbanização), deve ser contemplado no EIA.*

▪ **Resposta ao Comentário 291:**

A resposta a este comentário já foi contemplada pela resposta ao Comentário 290.

▪ **Comentário 318 - página 139, parágrafo 2.**

*Em relação ao aumento na geração de resíduos sólidos, deve-se considerar que, analogamente, também há o impacto do aumento da geração de efluentes. Ambos trazem riscos relativos à contaminação de mananciais usados para abastecimento da população local. Pode-se identificar como impacto, ainda, o risco de diminuição na disponibilidade de água para abastecimento humano, dados os diversos impactos ao meio físico, como alteração do regime hídrico e alteração da qualidade de água continental.*

▪ **Resposta ao Comentário 318:**

Os impactos citados pelo IBAMA foram devidamente abordados na avaliação dos impactos do meio físico (**Apêndice 17**), a saber:

- a) Impacto A.3 – Alteração da qualidade das águas superficiais de mananciais continentais (implantação);
- b) Impacto A.4 – Alteração da qualidade das águas subterrâneas (implantação);
- c) Impacto A.13 – Alteração na disponibilidade hídrica;
- d) Impacto A.18 - Alteração da qualidade das águas superficiais de mananciais continentais (operação);
- e) Impacto A.27 – Alteração da qualidade das águas subterrâneas (operação);
- f) Impacto A.32 – Alteração quantitativa da vazão e fluxo de águas subterrâneas (operação).

▪ **Comentário 319 - página 139, parágrafo 4.**

*Para o Prognóstico e AIA sobre o meio socioeconômico, apresentar: o levantamento das propriedades, edificações/bens públicos ou privados potencialmente afetados pelas intervenções e uso das rodovias e vias vicinais.*

▪ **Resposta ao Comentário 319:**

O Estudo de Acesso (**Apêndice 3**) e o Estudo de Ruídos e Vibrações (**Apêndice 6**) apresentam uma abordagem sobre as interferências decorrentes do uso das rodovias e vias vicinais.

▪ **Comentário 320 - página 139, parágrafo 5.**

*Levantamento das propriedades, edificações/bens públicos ou privados, áreas de uso coletivo, potencialmente impactadas pela erosão e assoreamento na praia, decorrente do quebra-mar, considerando como AID da parte marítima e inserindo o debate e medidas cabíveis na avaliação dos impactos de desapropriações, pesca, turismo e paisagem.*

▪ **Resposta ao Comentário 320:**

O levantamento solicitado pelo IBAMA foi feito e é apresentado no **Apêndice 15** deste documento de resposta, referente aos estudos socioeconômicos, bem como no **Apêndice 7**.

Além disso, o levantamento realizado subsidiou a inclusão de um novo impacto referente à afetação de imóveis na linha de costa (**Apêndice 17**), com as devidas medidas mitigadoras e programas ambientais. Ressalta-se que a medida de controle de transferência de areia de praia é considerada como intrínseca ao empreendimento.

- **Comentário 322 - página 139, parágrafo 7.**

*Levantamento dos grupos sociais impactados diretamente, aqueles que utilizam as áreas impactadas diretamente (com atividades produtivas, moradia, lazer, etc.).*

- **Resposta ao Comentário 322:**

O levantamento realizado pelo IBAMA foi feito e inserido no **Apêndice 15** deste documento de resposta, referente aos estudos socioeconômicos. Estes dados foram utilizados na reavaliação dos impactos referentes à perda de propriedades e perda da capacidade de subsistência (**Apêndice 17**), acompanhados das devidas medidas compensatórias e programas de acompanhamento.

- **Comentário 323 - página 139, parágrafo 8.**

*Relação de impactos indiretos do empreendimento.*

- **Resposta ao Comentário 323:**

Os impactos indiretos do meio socioeconômico estão todos sendo reapresentados no **Apêndice 17** deste documento de resposta, acompanhados dos seus respectivos mapeamentos temáticos, atendendo às solicitações do IBAMA.

- **Comentário 324 - página 139, parágrafo 9.**

*Apresentar mapeamento temático de cada impacto indireto.*

- **Resposta ao Comentário 324:**

Os impactos indiretos do meio socioeconômico estão todos sendo reapresentados no **Apêndice 17** deste documento de resposta, acompanhados dos seus respectivos mapeamentos temáticos, atendendo às solicitações do IBAMA.

- **Comentário 325 - página 139, parágrafo 10.**

*Indicadores quantitativos para todos os impactos no meio socioeconômico e medidas potencializadoras quando constatar impactos positivos, como aquele do aumento da arrecadação.*

- **Resposta ao Comentário 325:**

Na medida do possível foram inseridos indicadores quantitativos nos impactos do meio socioeconômico apresentados no **Apêndice 17** deste documento de resposta. Com relação à adição de medidas potencializadoras isto também foi feito sempre que possível. Contudo, em relação a alguns impactos a adição destas medidas não é cabível. Por exemplo, no caso da

arrecadação de impostos, o empreendedor não tem como controlar a destinação de tributos municipais, estaduais ou federais, já que por lei a gestão desta arrecadação compete a setores específicos dentro de cada esfera governamental. Neste sentido, não é possível ao empreendedor escolher como serão aplicados os recursos gerados pela tributação vinda do empreendimento.

- **Comentário 326 - página 139, parágrafo 11.**

*Programa específico para o impacto ao fluxo viário e sistema viário (incluindo as medidas propostas e monitoramentos de fluxo viário, acidentes; educação dos caminhoneiros);*

- **Resposta ao Comentário 326:**

No **Apêndice 17** deste documento de resposta, nos impactos referentes ao tráfego viário foi inserido um Programa específico, referente à Mitigação das Interferências no Sistema Viário (**Apêndice 18**), no qual constam as medidas recomendadas pelo IBAMA.

- **Comentário 327 - página 140, parágrafo 5.**

*Apresentar nos programas as medida mitigadoras propostas para o meio socioeconômico, conforme consta neste parecer.*

- **Resposta ao Comentário 327:**

Todas as medidas mitigadoras solicitadas pelo IBAMA constam da reavaliação dos impactos do meio socioeconômico, apresentadas no **Apêndice 17** deste documento de resposta.

## **PARTE II - TEXTO REVISADO/ESTUDOS COMPLEMENTARES**

### **TOMO XVI - APÊNDICE 15 – POPULAÇÃO, TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO**

**15.A – REAPRESENTAÇÃO DO ITEM POPULAÇÃO DO EIA**

**15.B – CENÁRIOS ECONÔMICO E DE MIGRAÇÕES**

**15.C – HABITAÇÃO**

**15.D – PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E ARQUEOLÓGICO**

**15.E – DOENÇAS RESPIRATÓRIAS EM ILHÉUS**

**15.F – PERFIL DAS PROPRIEDADES/POSSES E DOS OCUPANTES DA ADA**

**15.G – EXTRATIVISMO NA ADA**

**15.H – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

**15.I – ATIVIDADES TURÍSTICAS NO LITORAL NORTE DE ILHÉUS**

**PARTE II - TEXTO REVISADO/ESTUDOS COMPLEMENTARES**

**VOLUME XVI - APÊNDICE 15 – POPULAÇÃO, TURISMO E  
PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO**

**15.A – REAPRESENTAÇÃO DO ITEM POPULAÇÃO DO EIA**



## 15.A REAPRESENTAÇÃO DO ITEM POPULAÇÃO DO EIA

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>POPULAÇÃO</b> .....	<b>1</b>
1.1	DISTRIBUIÇÃO E MAPEAMENTO DA POPULAÇÃO NA AID.....	2
1.1.1	<u>Renda da População</u> .....	3
1.1.2	<u>Distribuição da População por Idade e Sexo</u> .....	7
1.1.3	<u>Fluxos Migratórios e Deslocamentos</u> .....	14
1.1.4	<u>Áreas de Expansão Urbana e Zoneamentos Existentes</u> .....	17
1.1.5	<u>Quadro da Saúde: Índices de Morbidade e Mortalidade da População dos Municípios Afetados</u> .....	23
1.1.6	<u>Educação</u> .....	28
1.1.7	<u>Condições Gerais de Infraestrutura e de Serviços Públicos</u> .....	45
1.1.8	<u>Comunidades da ADA e AEE</u> .....	70
1.1.9	<u>Comunidades Tradicionais</u> .....	98
1.1.10	<u>Sistema de Organização Social: Grupos, Movimentos Sociais e Associações Comunitárias Existentes</u> .....	102
1.1.11	<u>Implicações dos Impactos Positivos e/ou Negativos da Implantação do Porto Sul: Aspectos Econômicos, Sociais e Culturais</u> .....	105
1.1.12	<u>Considerações Gerais sobre as Ações de Mobilização Comunitária e Comunicação Social para Mitigação Antecipada de Impactos</u> .....	110

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 -	Distribuição Regional da População.....	1
Figura 1.2 -	Figura Densidade Demográfica.....	2
Figura 1.3 -	Pirâmide Etária - Uruçuca.....	8
Figura 1.4 -	Pirâmide Etária de Coaraci.....	8
Figura 1.5 -	Pirâmide Etária de Barro Preto.....	8
Figura 1.6 -	Pirâmide Etária de Itacaré.....	8
Figura 1.7 -	Pirâmide Etária de Itajuípe.....	8
Figura 1.8 -	Pirâmide Etária de Ilhéus.....	8
Figura 1.9 -	Pirâmide Etária de Itabuna.....	9
Figura 1.10 -	Evolução Urbano Rural - Barro Preto.....	12
Figura 1.11 -	Evolução Urbano Rural - Coaraci.....	12
Figura 1.12 -	Evolução Urbano Rural - Itacaré.....	12
Figura 1.13 -	Evolução Urbano Rural - Itajuípe.....	12
Figura 1.14 -	Evolução Urbano Rural - Uruçuca.....	12
Figura 1.15 -	Evolução Urbano Rural - Itabuna.....	12
Figura 1.16 -	Evolução Urbano Rural - Ilhéus.....	13
Figura 1.17 -	Fluxo de Migrantes Interestaduais (2000).....	15
Figura 1.18 -	Vetores de Expansão no Sentido Ilhéus Itabuna.....	19
Figura 1.19 -	Acampamento Novo Destino MTR - Ilhéus-Itabuna.....	20

Figura 1.20 - Acampamento de Trabalhadores Sem Terra (km 13) .....	20
Figura 1.21 - Pressão de Expansão na ADA.....	21
Figura 1.22 - Vetores de Expansão - Ilhéus .....	22
Figura 1.23 - Nova Califórnia - Itabuna.....	23
Figura 1.24 - Causas de Mortalidade, Ilhéus, 2009 .....	26
Figura 1.25 - Causas de Mortalidade, Itabuna, 2009. ....	27
Figura 1.26 - Estrada entre Aritaguá e Vila Olímpio, Ilhéus, 2010 .....	47
Figura 1.27 - Rodovias do Litoral Sul .....	50
Figura 1.28 - Rede Ferroviária Nacional .....	52
Figura 1.29 - Subsistema Nordeste do SIN.....	53
Figura 1.30 - Percentual de Pessoas com Acesso a Energia Elétrica (2000).....	54
Figura 1.31 - Ponto de Captação para Abastecimento de Água de Itabuna - Castelo Novo, 2010 .....	61
Figura 1.32 - Poço de Abastecimento de Água - Vila Olímpio .....	64
Figura 1.33 - Sistema de Abastecimento de Água.....	64
Figura 1.34 - Destinação do Lixo .....	65
Figura 1.35 - Ponto de Lixo Estrada de Sambaituba .....	66
Figura 1.36 - Detalhe Ponto de Lixo - Sambaituba .....	66
Figura 1.37 - Entrada do Lixão em Itariri .....	75
Figura 1.38 - Residência dos Catadores Vizinhos ao Lixão de Itariri .....	75
Figura 1.39 - Área Alagadiça em Vila Campinho .....	86
Figura 1.40 - Perfil Geral das Propriedades ou Posses Existentes na ADA .....	93
Figura 1.41 - Poligonal daADA de Acordo com o Decreto Estadual N° 13.468 de 25 de Novembro de 2011 .....	95
Figura 1.42 - Poligonal daADA de Acordo com o Decreto nº 13.918 de 13 de Abril de 2012.....	96
Figura 1.43 - Caracterização das Comunidades da ADA e AEE.....	97
Figura 1.44 - Quilombo João Rodrigues.....	101
Figura 1.45 - Quilombo de Fojo .....	101
Figura 1.46 - Quilombo km 5 Itacaré.....	101
Figura 1.47 - Porto de Traz: Canoas para Pesca Ribeirinha .....	101
Figura 1.48 - Igreja Evangélica na Localidade de Itariri .....	102
Figura 1.49 - Moradias de Padrão Inadequado no Assentamento Bom Gosto .....	102
Figura 1.50 - Características das Organizações Sociais.....	102
Figura 1.51 - Secretariado e Articulação na Formulação e Implementação de Políticas Públicas, Prefeitura de Ilhéus/BA .....	109
Figura 1.52 - Estrutura Institucional da Prefeitura Municipal de Uruçuca, 2012.....	110
Figura 1.53 - Pesquisa Realizada no Trabalho Interação Social Sobre as Considerações Favoráveis dos Entrevistados ao Empreendimento - CLIPS .....	129
Figura 1.54 - Pesquisa Realizada no Trabalho Interação Social Sobre as Considerações Desfavoráveis dos Entrevistados ao Empreendimento – CLIPS .....	130
Figura 1.55 - Sugestões de Fortalecimento para Receber o Empreendimento na Região ....	131
Figura 1.56 - Detalhamento do Desenvolvimento Economico Recomendados para a Região .....	132
Figura 1.57 - Detalhamento dos Serviços Básicos Recomendados para a Região .....	132
Figura 1.58 - Esquema de Ações e Instâncias.....	137
Figura 1.59 - Esquema de Articulações .....	137

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 - População - 2010.....	1
Quadro 1.2 - Classificação dos Municípios por Grupos Segundo a Renda e Situação de Pobreza.....	3
Quadro 1.3 - Renda Média per capita (1991 e 2000) .....	4
Quadro 1.4 - Domicílios Particulares com Rendimento Nominal Mensal Domiciliar <i>Per capita</i> , e Valor do Rendimento Nominal Médio e Mediano Mensal Domiciliar <i>Per capita</i> dos Domicílios Particulares com Rendimento Domiciliar <i>Per capita</i> , por Situação do Domicílio, Segundo os Municípios, 2010.....	6
Quadro 1.5 - Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Economicamente Ativas e Efetivamente Ocupadas na AII, 2000 .....	7
Quadro 1.6 - Grau de Informalidade na Ocupação e Taxa de Desocupação na AII, 2000.....	7
Quadro 1.7 - População Residente por Situação de Domicílio .....	11
Quadro 1.8 - População por Situação de Residência Urbano Rural - 2010 .....	11
Quadro 1.9 - População Residente dos Municípios, Taxa Anual de Crescimento e Grau de Urbanização, Segundo Municípios - 1991-2000-2010.....	13
Quadro 1.10 - Pessoas de 10 Anos ou mais de Idade, Total e Alfabetizadas, por Situação do Domicílio, Segundo os Municípios - Bahia - 2010.....	14
Quadro 1.11 - Pessoas não Naturais da Unidade da Federação, com Menos de 10 Anos de Tempo Ininterrupto de Residência na Unidade da Federação.....	16
Quadro 1.12 - Deslocamento para Trabalho ou Estudo .....	16
Quadro 1.13 - Índice de Saúde (INS) .....	24
Quadro 1.14 - Algumas Doenças Transmissíveis, 2010 – AID e AII .....	25
Quadro 1.15 - Número de Escolas por Série (Públicas e Privadas) .....	28
Quadro 1.16 - Número de Estabelecimentos de Ensino por Município, Situação de Domicílio, Dependência Administrativa, Nível de Ensino, 2010.....	29
Quadro 1.17 - Número de Matrículas - 2007 .....	34
Quadro 1.18 - Matrícula Inicial por Município, Situação de Domicílio, Dependência Administrativa e Nível de Ensino, 2010 .....	35
Quadro 1.19 - Taxa de Analfabetismo e Tempo de Estudo, por Faixa Etária.....	38
Quadro 1.20 - Comparativo das Taxas de Analfabetismo da População Residente, de 10 Anos ou Mais de Idade (1991-2000).....	40
Quadro 1.21 - Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos ou mais de Idade, por Grupos de Idade, Segundo os Municípios por Território de Identidade, Bahia - 1991/2000/2010 .....	41
Quadro 1.22 - Índice do Nível de Educação - INE.....	41
Quadro 1.23 - Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal (1991 e 2000).....	42
Quadro 1.24 - Candidatos ao Concurso Vestibular, Vagas Oferecidas, Matrícula e Conclusão por Áreas e Cursos nas Instituições de Ensino Superior de Ilhéus, 2008 .....	42
Quadro 1.25 - Candidatos ao Concurso Vestibular, Vagas Oferecidas, Matrícula e Conclusão por Áreas e Cursos nas Instituições de Ensino Superior de Itabuna, 2008.....	44
Quadro 1.26 - Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono no Ensino Fundamental e Médio, Bahia 2009 (em %) .....	45
Quadro 1.27 - Índices Municipais de Desenvolvimento Econômico e Social .....	46
Quadro 1.28 - Indicadores Econômicos e Sociais, por Componentes - Ilhéus.....	46
Quadro 1.29 - Movimento Operacional de Carga e Passageiros - Ilhéus.....	48

Quadro 1.30 - Características de Heliportos (AII) .....	49
Quadro 1.31 - Domicílios Particulares Permanentes, Segundo a Existência de Iluminação Elétrica, 2000-2010 .....	55
Quadro 1.32 - Consumidores de Energia por Classe 2004-2007 .....	55
Quadro 1.33 - Consumo de Energia Elétrica por Classe 2004-2007 (KWh) .....	56
Quadro 1.34 - Domicílios Totais com Saneamento Básico Adequado .....	58
Quadro 1.35 - Coleta e Destinação dos Esgotos - Ilhéus (2000).....	59
Quadro 1.36 - Coleta e Destinação dos Esgotos - Itabuna (2000).....	59
Quadro 1.37 - Domicílios Particulares Permanentes, por Existência de Banheiro ou Sanitário e Tipo de Esgotamento Sanitário, Segundo os Municípios, 2010 .....	60
Quadro 1.38 - Abastecimento de Água em Ilhéus.....	62
Quadro 1.39 - Domicílios Particulares Permanentes, por Forma de Abastecimento de Água, Segundo os Municípios - Bahia - 2010 .....	63
Quadro 1.40 - Evolução da Oferta de Água Tratada, 2000 .....	63
Quadro 1.41 - Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos - Ilhéus .....	64
Quadro 1.42 - Proporção de Moradores por Tipo de Destino de Lixo - Itabuna .....	66
Quadro 1.43 - Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos – AID, 2010 .....	67
Quadro 1.44 - Acessos a Terminais de Telefonia- Ilhéus, 2009 .....	68
Quadro 1.45 - Terra Indígena Tupinambá de Olivença.....	99
Quadro 1.46 - Representação Política nos Municípios de Ilhéus e Itabuna, 2009 .....	103
Quadro 1.47 - Articulação Entre as Instâncias de Estado .....	114
Quadro 1.48 - Articulação com a Sociedade Civil Organizada.....	115
Quadro 1.49 - Escopo do Plano de Trabalho em Implementação pela COOTEBA.....	118
Quadro 1.50 - Pesquisa Realizada no Trabalho Interação Social com a Questão: Você Conhece o empreendimento Complexo Logístico Intermodal Porto Sul - CLIPS? .....	129
Quadro 1.51 - Comparativo entre Considerações Favoráveis e Desfavoráveis ao CLIPS.....	131

## 1. POPULAÇÃO

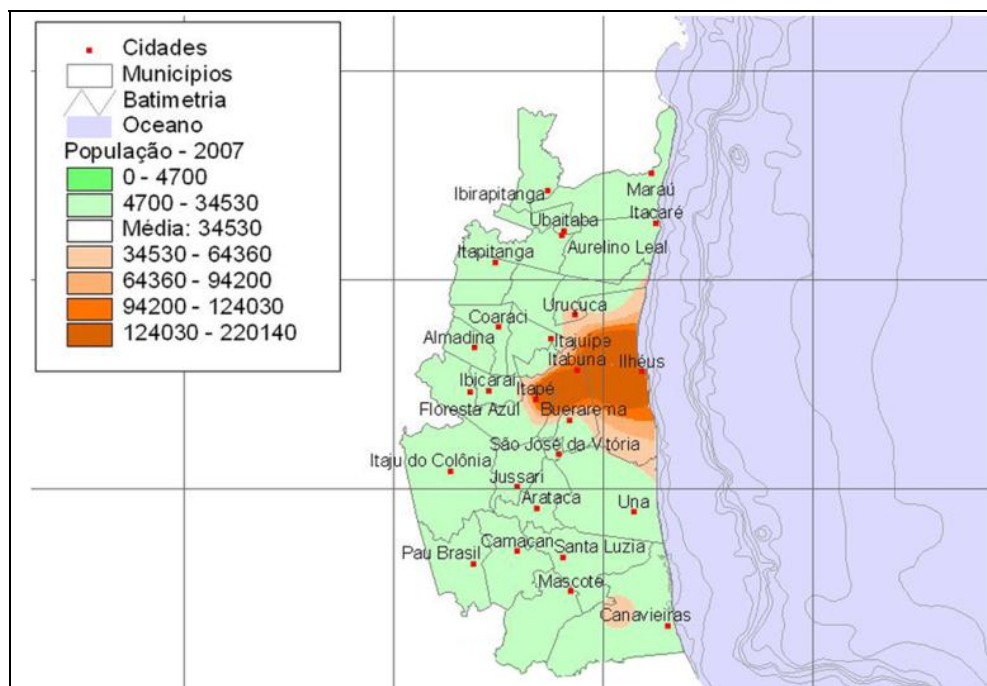
A população total da Área de Influência Indireta - AII que engloba sete municípios alcançava, em 2000, 418.802 habitantes (**Quadro 1.1**), sendo que a maior parte deles estava localizada no eixo Ilhéus-Itabuna, principalmente nas suas sedes municipais (**Figura 1.1**). Os centros urbanos de Ilhéus e Itabuna reuniam, em 2000, aproximadamente 162.125 e 191.184 habitantes, respectivamente. Em 2010, a população de Itabuna cresceu aproximadamente 4%, passando para 204.667 habitantes, enquanto o município de Ilhéus apresentou um resultado negativo, com perda acentuada da população que se reduz para 184.236 (cento e oitenta e quatro mil duzentos e trinta e seis) habitantes. A população de Uruçuca é a segunda menor dos sete municípios, apresentando 19.837 (dezenove mil oitocentos e trinta e sete) habitantes no ano de 2010.

Ilhéus é a maior unidade, em termos de área territorial e sua densidade populacional, de 119,10 hab./km<sup>2</sup>, é quatro vezes inferior a registrada no município de Itabuna. As áreas rurais de Ilhéus e Itabuna possuíam densidades populacionais baixas, assim como nos demais municípios que compõem a AII. As menores densidades demográficas estão em Uruçuca e Barro Preto, 50,61 e 50,26 hab./km<sup>2</sup>, respectivamente.

**Quadro 1.1 - População - 2010**

Municípios	População hab.	Homens	Mulheres	Área km <sup>2</sup>	Densidade hab./km <sup>2</sup>
Ilhéus	184.236	89.440	94.796	1.760,004	104,68
Itabuna	204.667	96.936	107.731	432,243	473,50
Itacaré	24.318	12.697	11.621	737,850	32,96
Itajuípe	21.081	10.452	10.629	284,474	74,11
Uruçuca	19.837	9.857	9.980	391,970	50,61
Coaraci	20.964	10.274	10.690	282,648	74,17
Barro Preto	6.453	3.306	3.147	128,380	50,26

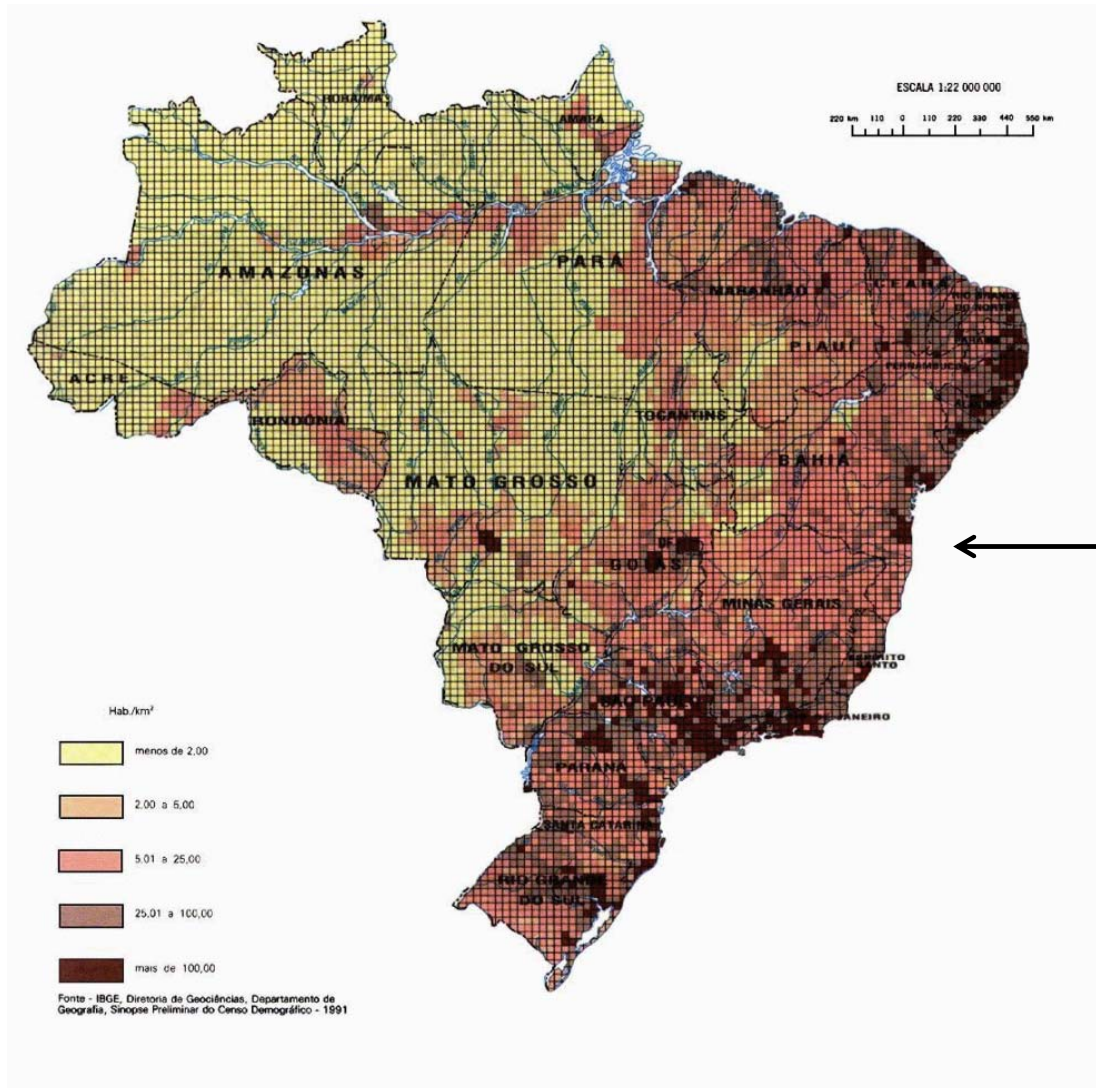
Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010



Fonte: IBGE (2007, apud IMA, 2009)

**Figura 1.1 - Distribuição Regional da População**

No conjunto, a Área de Influência Direta (AID) apresenta uma concentração de população bastante significativa, quando avaliada em relação a todo o Estado da Bahia. Na Figura do IBGE (Figura 1.2) é possível observar que, em todo o Estado, além da região de Salvador e de um pequeno ponto na região de Juazeiro, apenas o eixo Itabuna-Ilhéus apresentou uma mancha significativa, indicando em 2007 uma densidade populacional elevada no Estado, com mais de 124.030 habitantes. Uruçuca está situada numa área com uma densidade populacional bem inferior ao eixo Itabuna-Ilheus, mas superior a dos municípios vizinhos.



Fonte: IBGE. Anuário Estatístico 1994.

**Figura 1.2 - Figura Densidade Demográfica**

## 1.1 DISTRIBUIÇÃO E MAPEAMENTO DA POPULAÇÃO NA AID

A distribuição da população de Ilhéus está concentrada de forma mais intensa na sua sede municipal e nas sedes dos distritos. Em menor escala, a distribuição da população está concentrada, ao longo da rodovia Itabuna-Ilhéus, nos bairros implantados nas proximidades do limite urbano, como Banco da Vitória e Salobrinho, onde é possível observar ocupações irregulares; ao longo da rodovia estadual BA-262, em direção a Uruçuca; ao longo do rio Almada, a partir do distrito industrial de Iguape e na região costeira, em direção Norte, a partir da cidade de Ilhéus até Uruçuca, e fora dos limites da AID, na direção de Itacaré. Neste

eixo encontram-se inúmeras comunidades litorâneas, como Mamão, Ponta da Tulha e Serra Grande (Uruçuca).

Em particular, a área do entorno apresenta uma densidade populacional baixa com pequenos núcleos populacionais ao longo do rio Almada, com as comunidades de Aritaguá, Sambaituba, Vila Olímpio, Urucutuca, Ribeira das Pedras e Carobeira, esta última situada um pouco mais para o interior. A área da poligonal também apresenta uma ocupação esparsa e com baixa densidade populacional e alguns pequenos aglomerados rurais como o assentamento Itariri e a localidade de Valão. Na faixa litorânea, encontram-se alguns condomínios e loteamentos voltados para turismo e veraneio, ao longo do rio Almada, de Aritaguá até Castelo Novo. Em Uruçuca há concentração populacional na sede municipal e na área litorânea onde está situado o distrito de Serra Grande.

### 1.1.1 Renda da População

Os municípios podem ser agrupados em três categorias, quando analisados sobre os aspectos da evolução da renda e da situação de pobreza (SEI, 2008). Itabuna e Ilhéus destacam-se dos demais, por apresentarem as maiores rendas per capita e os menores índices de pobreza, concentrando a maior proporção do PIB da região do Litoral Sul, aproximadamente 97%. Os dois municípios também apresentaram taxas de crescimento do PIB, entre 2002 e 2005, superiores aos demais municípios. Itabuna aparece em primeiro lugar, com um crescimento de 7,0% a.a. e Ilhéus, em segundo, com 5,6% a.a.

No segundo grupo, temos Coaraci, Itajuípe e Uruçuca, ocupando uma posição intermediária, em relação à situação de pobreza, e, por último, Barro Preto e Itacaré, que exibem os piores resultados neste aspecto.

O estudo sobre a evolução e a caracterização das manchas de pobreza na Bahia apresenta um resultado semelhante, na sua classificação dos municípios, segundo o grupo. Os oito municípios enfocados fazem parte dos 315 municípios da Bahia em que houve redução da pobreza, no período 1991-2000. Essas unidades administrativas da Bahia foram classificadas, segundo o grau de urbanização, a proporção de pobres, as condições da educação e a situação econômica (valor adicionado ao Estado), em cinco grupos. O Grupo 1<sup>1</sup> corresponde à melhor situação, à menor proporção de pobres, à maior urbanização e IDH e o Grupo 5<sup>2</sup> corresponde aos piores resultados nestes quesitos (**Quadro 1.2**).

**Quadro 1.2 - Classificação dos Municípios por Grupos Segundo a Renda e Situação de Pobreza**

Município	Grupo em 1991	Grupo em 2000
Ilhéus	5	1
Itabuna	5	1
Coaraci	5	2
Itajuípe	5	2
Uruçuca	5	2
Barro Preto	5	4
Itacaré	5	4

Fonte: SEI, 2008.

<sup>1</sup> Grupo formado por 48 municípios que apresentam, em média, a menor proporção de pobres, a melhor condição econômica, as melhores condições educacionais e um indicador Demográfico melhor que a média do Estado (SEI, 2008, p. 88).

<sup>2</sup> Grupo constituído por 41 municípios com as piores condições estaduais, exceto pelo indicador demográfico, e menor grau de urbanização (SEI, 2008, p. 89).

Percebe-se que, em 1991, todos os municípios se encontravam no grupo 5, ou seja, ostentavam as piores condições do Estado. Em 2000, Ilhéus e Itabuna apresentaram as melhores evoluções, passando para o grupo 1. Coaraci, Itajuípe e Uruçuca apresentaram um desempenho menor, passando para o grupo 2<sup>3</sup>. Barro Preto e Itacaré apresentaram resultados bem mais modestos, passando apenas para o grupo 4<sup>4</sup>.

Conforme se observa no **Quadro 1.3**, Barro Preto apresentava, em 1991, uma renda média de R\$ 37,30<sup>5</sup>, a mais baixa de todos os municípios enfocados. Entre 1991 e 2000, esse Município registrou um crescimento de renda média em torno de 125%. Esse incremento foi o dobro do obtido por Uruçuca, o segundo colocado em termos de aumento de renda. Mesmo com esse aumento, Barro Preto continuou a apresentar um desempenho muito fraco, em termos de renda média, cerca de 84,00 reais (Atlas de desenvolvimento Humano do PNUD) <sup>6</sup>.

Ilhéus, em 1991, apresentava a segunda melhor renda da AII, atrás apenas de Itabuna. Apesar da crise da economia cacaueteira, o Município conseguiu um incremento de 62,70%, em sua renda média que, em 2000, alcançou 170,22 reais *per capita*. A renda *per capita* de Itabuna cresceu somente 24,65%, no mesmo período, passando de R\$ 166,39 para R\$ 207,40. Itacaré apresentou o pior desempenho, no aumento de renda, entre 1991-2000. Com um aumento de 6,70%, sua renda *per capita* passou de R\$ 79,38 para R\$ 84,70. Em 2000, a renda *per capita* dos municípios menores ficou em torno dos 88 reais. Apenas Itabuna ultrapassou o limite dos 200,00 reais de renda média (Atlas de desenvolvimento Humano do PNUD). Em 2000, todos os municípios apresentaram renda *per capita* superior ao limite de pobreza estabelecido em meio salário mínimo.

Em Barro Preto, a pobreza (proporção de pessoas com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo) foi reduzida em 22,48%; em Coaraci, em 15,88%; em Ilhéus, em 23,14%; em Itabuna, em 21,19%, em Itacaré em 6,39%, em Itajuípe em 13,56% e, em Uruçuca em 20,02%. Três dos municípios estudados (Barro Preto, Itacaré, Itajuípe) possuem uma proporção de pobres em torno dos 70%. Itabuna, com 43,9% de pobreza, é o município que apresentou o melhor resultado da AII (Atlas de desenvolvimento Humano do PNUD). Esse índice, contudo, é ainda muito elevado e demonstra a situação de vulnerabilidade dos municípios da AII.

**Quadro 1.3 - Renda Média *per capita* (1991 e 2000)**

Municípios	1991	2000
Barro Preto	37,3	84,1
Coaraci	67,7	99,2
Ilhéus	104,6	170,2
Itabuna	166,4	207,4
Itacaré	79,4	84,7
Itajuípe	73,9	97,8
Uruçuca	51,7	84,1

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do PNUD.

<sup>3</sup> Formado por 129 municípios que apresentam níveis de pobreza menores que a média do Estado, uma condição econômica dentro da média do Estado e situação favorável em relação aos índices Demográfico e de escolaridade (SEI, 2008, p. 88).

<sup>4</sup> Grupo de 110 municípios caracterizados por apresentarem níveis de pobreza acima da média, indicadores sociais abaixo da média e os piores índices demográficos.

<sup>5</sup> O salário mínimo na ocasião era de 151 reais.

<sup>6</sup> Disponível em < <http://www.pnud.org.br/Atlas.aspx?view=atlas> > Acesso em janeiro 2010



A análise do Índice de Gini indica que a desigualdade social aumentou em Ilhéus, Barro Preto e Uruçuca, no período entre 1991 e 2000. No primeiro, o Índice de Gini passou de 0,63 para 0,64, no período; no segundo, passou de 0,46 para 0,52; no terceiro de 0,52, para 0,53. Esses dados indicam que, apesar da diminuição da pobreza e do aumento da renda média da população, a riqueza produzida não foi apropriada de forma equilibrada, aumentando a concentração de renda nestes municípios. Este fenômeno ocorreu de forma mais intensa no município de Barro Preto.

Em Itabuna, Itacaré, Itajuípe e Coaraci houve uma redução nos índices de desigualdade social. Em Itabuna, o índice de desigualdade caiu de 0,68 para 0,64; em Itacaré, de 0,62 para 0,59; em Itajuípe, de 0,62 para 0,58, e, em Coaraci, de 0,62 para 0,60 (Atlas de desenvolvimento Humano do PNUD). Apesar dos avanços, a região ainda apresenta um quadro de concentração de renda elevado, superior à média estadual de 0,49.

Segundo a tabela abaixo, referente aos dados do Censo de 2010, do total de domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*, os municípios de Ilhéus e Itabuna, juntos, concentram 85,29% desse total. A mesma proporção ocorre quando analisados os dados da situação de domicílio na área urbana: 87,30% referem-se aos municípios de Ilhéus e Itabuna juntos. Esses resultados não representam surpresa, estando de acordo com a análise já realizada da AII, em que Ilhéus e Itabuna caracterizam-se como um polo regional de desenvolvimento econômico, em relação a toda a AII. Uruçuca se distancia do perfil dos outros dois municípios da AID em relação a renda, mas no quadro geral das áreas de influencia (AII e AID) situa em 4º lugar, após Itacaré.

Em todos os municípios o rendimento é maior na área urbana, exceto no município de Barro Preto. Na faixa dos maiores rendimentos, vale destacar que Itacaré apresenta um valor nominal médio mensal de R\$ 410,90 superado apenas por Ilhéus e Itabuna. Tal destaque, resulta do fluxo de renda fomentado pelo setor turístico nos últimos dez anos. A maior renda é do município de Itabuna (R\$ 658,10), mais voltado para o setor industrial, de comércio e serviços, o que garante maior valor agregado do que Ilhéus, concentrado na produção para exportação e na agricultura (*commodities*) voltado a insumos e transferência de capitais.

Quanto ao valor dos rendimentos auferidos nesses domicílios, pode-se analisar, no **Quadro 1.4** abaixo, a coluna referente ao rendimento nominal médio mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares. Observa-se que os maiores valores auferidos também ocorrem em Ilhéus e Itabuna, com valores médios acima do salário mínimo na zona urbana. Esses dois municípios juntos representam 46,14% do total da região; e da mesma forma, na zona urbana, esse percentual é de 45,36%. Assim, o valor do rendimento nominal também corrobora a região de Ilhéus e Itabuna como centros polarizadores na dinâmica econômica regional. A partir daí, considerando uma abordagem macroeconômica, ocorrem diversos efeitos multiplicadores para toda a AII, através da geração de emprego, renda, impostos, transferências governamentais etc.

**Quadro 1.4 - Domicílios Particulares com Rendimento Nominal Mensal Domiciliar *Per capita*, e Valor do Rendimento Nominal Médio e Mediano Mensal Domiciliar *Per capita* dos Domicílios Particulares com Rendimento Domiciliar *Per capita*, por Situação do Domicílio, Segundo os Municípios, 2010**

Município	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i> <sup>1</sup>			Valor do rendimento nominal médio mensal domiciliar <i>per capita</i> dos domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i> <sup>1</sup>			Valor do rendimento nominal mediano mensal domiciliar <i>per capita</i> dos domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i> <sup>1</sup>		
	Total	Situação do Domicílio		Total	Situação do Domicílio		Total	Situação do Domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural		Urbana	Rural
Barro Preto/Lomanto Junior	1.820	1.534	286	336,6	336,1	339,5	255,0	255,0	200,0
Coaraci	5.787	5.275	512	364,4	371,7	288,6	255,0	255,0	221,5
Ilhéus	53.619	45.293	8.326	633,0	677,6	390,6	340,0	375,0	250,0
Itabuna	60.156	58.757	1.399	658,1	666,4	312,7	383,0	387,0	206,0
Itacaré	6.346	3.803	2.543	410,9	497,6	281,3	255,0	302,0	184,0
Uruçuca	5.671	4.528	1.143	395,4	413,5	323,8	255,0	268,0	208,0

(1)Exclui os domicílios particulares sem rendimento nominal mensal e sem declaração de rendimento nominal mensal.  
 Fonte: Censo IBGE, 2010.

✓ População Economicamente Ativa

A análise dos indicadores econômicos, tais como renda, proporção de pobres e desigualdade, vistos acima, vem apresentando melhoras no período de 1991 a 2000. Contudo, o número de trabalhadores desempregados, subempregados ou em atividades informais, é bastante elevado nas áreas de Influência Indireta, Direta e Diretamente Afetada.

Ao analisar a População em Idade Ativa (PIA) e a População Economicamente Ativa (PEA) dos municípios da AII (**Quadro 1.5**), observa-se que a disponibilidade de mão de obra ainda é bastante elevada, passível de ser absorvida por novos investimentos na região, pois, quando projeta-se os dados referentes ao ano de 2000, para 2010, estes apresentam um significativo aumento, corroborando ainda mais esta análise.

A AII possui um contingente economicamente ativo de aproximadamente 423.768 trabalhadores. Apenas no eixo Itabuna-Ilhéus estão concentrados cerca de 339.046. O total da população economicamente ativa da AII representa mais de 25% do total do Sul da Bahia, indicando a importância da área abrangida pelo novo empreendimento. Nesta análise, observa-se que 53% do total da PIA da AII não se encontram entre a PEA, representando um contingente de mão de obra em idade ativa que não está efetivamente ocupado, estando disponível para atuar no mercado de trabalho. Destaca-se o eixo Itabuna-Ilhéus, com 82% da PEA nessa microrregião.

**Quadro 1.5 - Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Economicamente Ativas e Efetivamente Ocupadas na AII, 2000**

Município	Pessoas de 10 anos ou mais de Idade (PIA)	Pessoas Economicamente Ativas (PEA)	Pessoas Efetivamente Ocupadas
Barro Preto	6.810	2.941	2.415
Coaraci	22.174	10.936	7.246
Ilhéus	177.671	93.918	72.845
Itabuna	161.375	89.410	67.282
Itacaré	13.416	7.239	6.576
Itajuípe	17.984	8.945	6.446
Uruçuca	16.107	7.217	5.126
Total	447.849	236.225	180.824
Microrregião Sul Baiano	1.542.608	805.384	649.419

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

Em função dessa realidade, existe, como já mencionado, um alto grau de informalidade nesses municípios, bem como taxa de desocupação, conforme se podemos analisar no **Quadro 1.6**, a seguir. Observa-se que a informalidade varia praticamente de 50% a 77%, situando-se na média geral do Litoral Sul, decorrente de ocupações sem carteira assinada, seja por situações informais ou subemprego.

**Quadro 1.6 - Grau de Informalidade na Ocupação e Taxa de Desocupação na AII, 2000**

Município	Grau de informalidade em % (1)	Taxa de desocupação em % (2)
Barro Preto	52,22	17,89
Coaraci	61,66	33,74
Ilhéus	57,68	22,44
Itabuna	53,85	24,75
Itacaré	77,10	9,16
Itajuípe	55,37	27,94
Uruçuca	55,72	28,97
Litoral Sul	66,22	20,94

Fonte: IBGE, Censo Demografia 2000.

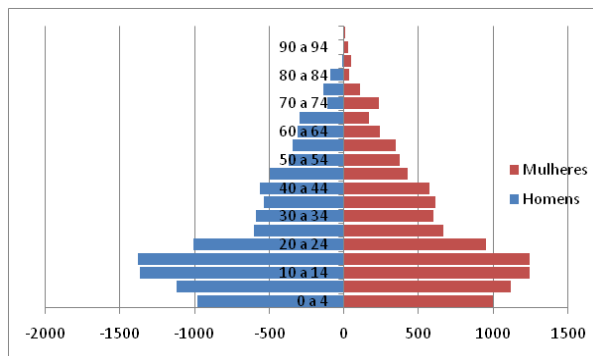
- (1) [(Empregados sem carteira assinada + conta própria + não remunerado em ajuda a membro do domicílio + trabalhador na produção para consumo próprio) / pessoas ocupadas] x 100.  
 (2) (Desocupados/PEA) x 100.

### 1.1.2 Distribuição da População por Idade e Sexo

A análise da estrutura etária das populações dos municípios que compõem a AII indica algumas diferenças significativas entre si. Entretanto, de um modo geral, as pirâmides etárias (**Figuras 1.3 a 1.9**) retratam que, nos últimos anos, a despeito de quedas continuadas nas taxas de mortalidade infantil e de fecundidade, ainda persistem aspectos típicos de sociedades subdesenvolvidas: topo estreito em relação à base, ou seja, baixa esperança de vida e populações elevadas nas faixas que compõem a base da pirâmide. A população é predominantemente jovem e com tendência a envelhecer. Nos municípios pequenos, a população é predominantemente masculina, enquanto que, em Coaraci, Itabuna e Ilhéus, predomina a população feminina.

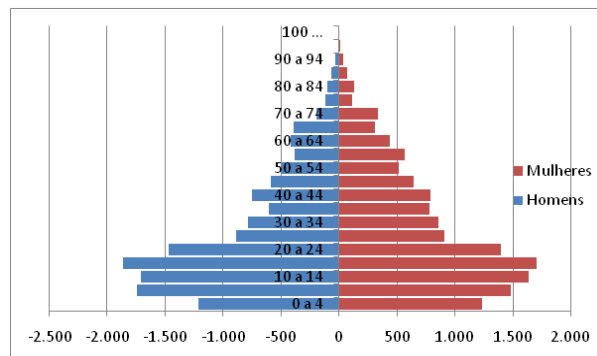
Pode-se observar que Uruçuca apresenta semelhança aos demais municípios da AID na medida em que possui uma base larga, concentrando a sua população entre 0 e 34 anos, havendo equilíbrio na proporção entre homens e mulheres, conforme o Censo de 2010. No entanto, Uruçuca apresenta uma perda de população a partir do 25 anos mais acentuada do que as de

Ilheus e Itabuna, sugerindo que o processo de expulsão de habitantes que saem em busca de trabalho e complementação de estudos é mais acentuado naquela unidade territorial. Uruçuca apresenta uma infraestrutura mais frágil, menores oportunidades de emprego e de estudos que os eixos Itabuna-Ilhéus.



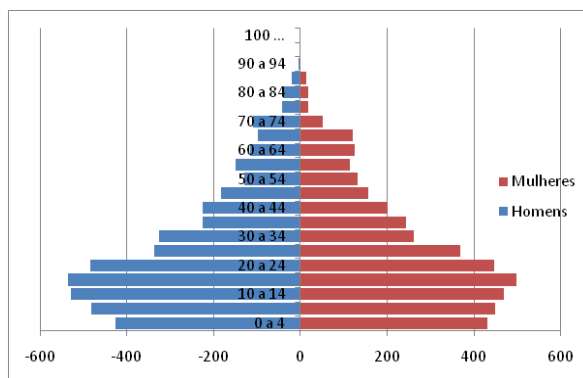
Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010

**Figura 1.3 - Pirâmide Etária - Uruçuca**



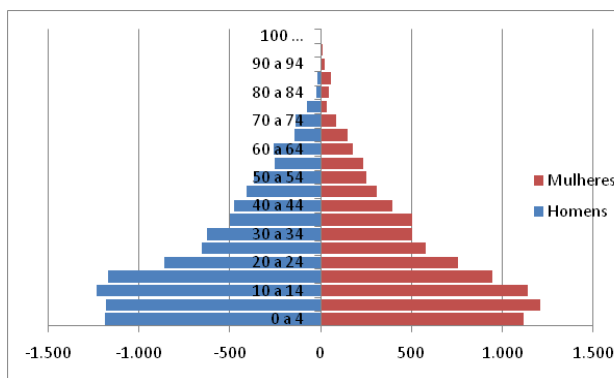
Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010

**Figura 1.4 - Pirâmide Etária de Coaraci**



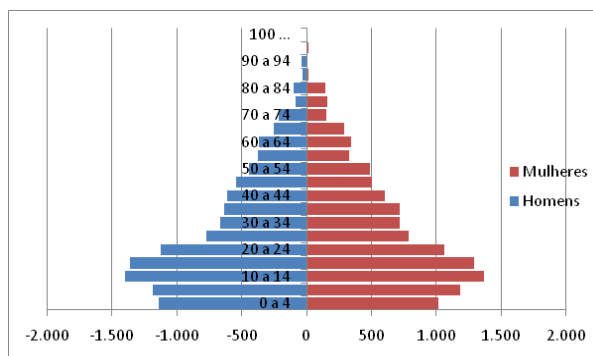
Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010

**Figura 1.5 - Pirâmide Etária de Barro Preto**



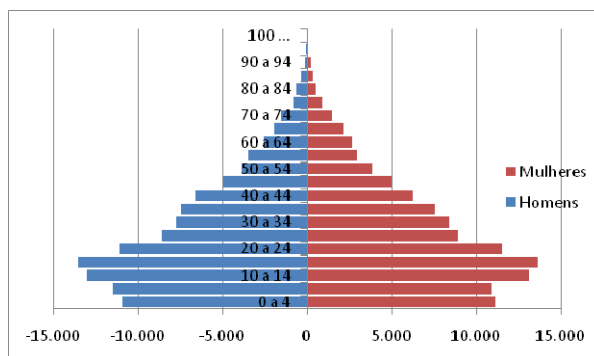
Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010

**Figura 1.6 - Pirâmide Etária de Itacaré**



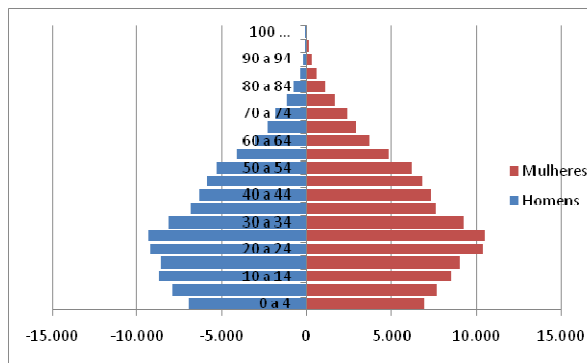
Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010

**Figura 1.7 - Pirâmide Etária de Itajuípe**



Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010

**Figura 1.8 - Pirâmide Etária de Ilhéus**



Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010

**Figura 1.9 - Pirâmide Etária de Itabuna**

Em 2010, Barro Preto possuía uma composição achatada, indicando uma concentração de população na faixa de 0 a 24 anos, e a predominância do sexo feminino. No período de 1991 a 2000, a mortalidade infantil, segundo o PNUD, reduziu-se em 32,54%, passando de 96,4% para 65,0%, enquanto a esperança de vida aumentou em 4,25 anos, passando de 55,0 para 59,2 anos. A fecundidade total caiu de 4,1 para 2,4 filhos por mulher. Barro Preto detinha, em 2000, junto com Itacaré, os piores resultados da AII, em relação à mortalidade infantil e à esperança de vida ao nascer.

Itacaré, em 2010, apresentou uma estrutura etária que reúne as características mais evidentes de sociedades subdesenvolvidas, com base ampla e redução acentuada de população nas faixas mais elevadas. O Município possui uma distribuição etária concentrada na base da pirâmide, com redução da população a partir da faixa dos 20 anos, para os homens, e dos 15, para as mulheres.

O Município ostentava, em 1991, os piores indicadores de mortalidade infantil, fecundidade e esperança de vida ao nascer de toda a AII. Segundo dados do Atlas do desenvolvimento Humano do PNUD, entre 1991 e 2000, conseguiu reduzir a mortalidade em 33,01%, passando de 97,03% para 65,00% nascidos vivos. Apesar dos avanços, Itacaré continuava ostentando, em 2000, o pior quadro de mortalidade, expectativa de vida e natalidade da AII. A expectativa de vida aumentou em 4,36 anos, passando de 54,84 anos para 59,20, e a fecundidade total, que era significativamente alta em 1991, passou de 5,7 filhos por mulher para 3,5 em 2000.

Ilhéus, em 2010, possuía uma pirâmide etária de base ampla e topo estreito, com sinais de envelhecimento pela base. Trata-se de um perfil que apresenta, ao mesmo tempo, aspectos de sociedades em desenvolvimento junto aos de sociedades subdesenvolvidas. Entre 1991 e 2000, o Município reduziu a sua taxa de mortalidade infantil em 19,79%, passando de 48,01% para 38,51%. A esperança de vida ao nascer foi ampliada em 1,54 ano, passando dos 64,59 anos, registrados em 1991, para 66,13 anos, em 2000. A fecundidade caiu de 3,7 filhos por mulher para 2,2.

A representação gráfica da distribuição etária de Itabuna de 2010 é a que mais se aproxima das pirâmides de sociedades desenvolvidas. A base estreita aponta para um envelhecimento pela base e uma redução na taxa de fecundidade. A perda na faixa dos 24 aos 54 anos apresenta-se de forma menos acentuada que nas demais representações gráficas examinadas. Itabuna é o único município em que, na faixa de 0 a 19 anos, há um predomínio da população feminina. A mortalidade infantil, que alcançava 61,9% em 1991, foi reduzida para 29,8%, em 2000. Esse ganho de 51,7% foi o mais significativo entre os municípios enfocados. Neste município também foi registrado o incremento mais significativo, na esperança de vida ao

nascer, que aumentou em 7,56 anos, passando de 61,39 anos para 68,95. A taxa de fecundidade reduziu-se de 3,0 para 2,2 filhos por mulher, no mesmo período.

Uruçuca em 2010 destaca-se um pouco dos demais municípios, por evidenciar perdas populacionais significativas, a partir da faixa dos 20 aos 24 anos e, novamente, na faixa dos 25 anos, muito embora todos os municípios, com exceção de Ilhéus e Itabuna, também apresentem perdas acentuadas de população jovem. Porém, nas quatro faixas subsequentes, o quantitativo da população permanece estável. O Município apresenta uma pirâmide de base larga, com uma redução acentuada de população na faixa dos 20 anos em diante. Como a base territorial manteve-se inalterada nas duas últimas décadas, pode-se descartar a perda de contingente populacional, por conta de alteração da área municipal.

Uma possível explicação para essa distorção seria o aumento na taxa de natalidade e a redução na mortalidade infantil, a partir dos últimos 20 anos. Segundo o Atlas de Desenvolvimento do PNUD, Uruçuca possuía, em 1991, uma taxa de mortalidade de 54,44%. No censo de 2000, esse índice foi reduzido em 46,23%, fazendo a taxa cair para 29,27%, o menor de toda a AII. A esperança de vida ao nascer, que apresentava o melhor índice da AII, em 1991, sofreu um incremento de 6,10 anos, o segundo maior entre os componentes da AII, passando de 63,05 para 69,15. Com isso, o Município ostenta também a melhor posição entre os que compõem a AII, em relação à expectativa de vida. A fecundidade por mulher caiu de 4,3 filhos para 2,5, em 2000.

Em Coaraci em 2010, percebe-se uma ligeira predominância de elementos do sexo feminino na sua estrutura. A representação gráfica também aponta duas reduções na população masculina (classes ocas), nas faixas de idade de 35 a 39 anos e de 55 a 59 anos, sugerindo perdas atípicas de população masculina, nos quadriênios de 1953-57 e 1968-72, seja por redução abrupta da natalidade ou por fluxos migratórios.

Ainda segundo o Atlas de desenvolvimento Humano do PNUD a mortalidade foi reduzida em 30,58%, passando de 54,44% para 37,79%; a esperança de vida aumentou 3,30 anos, passando de 63,05 para 66,35 anos, e a fecundidade foi reduzida de 3,2 para 2,4 filhos por mulher, em 2000.

Itajuípe apresentou em 2010 uma pirâmide etária de base estreita, com predominância da população jovem na faixa de 10 a 19 anos, com redução acentuada de população na faixa dos 25 anos em diante. Segundo o PNUD entre 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil foi reduzida em 35,27%, passando de 68,45% para 44,31%. A expectativa de vida foi aumentada em 4,40 anos, passando de 60,02 anos para 64,42. A fecundidade caiu de 3,8 filhos por mulher para 2,5 em 2000.

As perdas elevadas de população jovem na maioria dos municípios indicam que muitos jovens migram em busca de trabalho ou para dar continuidade aos seus estudos. A falta de oportunidades fica evidente nos municípios mais pobres. O mesmo fenômeno não pode ser observado em Ilhéus e Itabuna que constituem os dois grandes centros econômicos da região.

A redução da população das áreas rurais é um fenômeno que vem ocorrendo, nas últimas décadas, de forma acelerada em todo o Brasil (**Quadro 1.7**). Em 1970, Uruçuca Itacaré e Barro Preto apresentavam uma população rural superior à urbana. No censo de 2010, todos os municípios da área de influencia apresentaram população urbana superior à rural (**Quadro 1.8**). Esse fenômeno apresenta complexidade inerente a vida social, política, cultural e

econômica, uma vez que o modo de vida do campo passa a se integrar ao tecido urbano, inclusive, na implementação de políticas públicas básicas (educação, saúde, entre outras).

**Quadro 1.7 - População Residente por Situação de Domicílio**

Município	1970			1980			1991			2000		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Barro Preto	5.978	1.916	4.062	8.200	3.396	4.804	10.601	4.589	6.012	8.602	5.159	3.443
Coaraci	21.759	13.898	7.861	27.412	16.353	11.059	31.064	21.659	9.405	27.852	23.269	4.583
Ilhéus	107.971	66.046	41.925	131.456	80.831	50.625	223.750	144.232	79.518	222.127	162.125	60.002
Itabuna	112.721	94.827	17.894	153.339	137.724	15.615	185.277	177.561	7.716	196.675	191.184	5.491
Itajuípe	19.828	10.682	9.146	24.986	12.840	12.146	24.931	15.972	8.959	22.511	16.123	6.388
Uruçuca	15.123	5.477	9.646	21.936	9.571	12.365	30.763	9.040	21.723	20.323	14.158	6.165
Itararé	14.104	2.656	11.448	13.207	3.005	10.202	18.431	4.275	14.156	18.120	7.951	10.169

Para os anos de 1970, 1980 e 1991, dados da amostra; para o ano de 2000, dados do universo.

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2000.

Itabuna, dentre os municípios enfocados, já apresentava em 1970 a menor população rural, em termos relativos. Em 1991, a taxa de urbanização atingiu 95,84%. Entre 1991 e 2000, o processo de urbanização sofre um aumento de 1,43%, reduzindo-se a população rural de 15,87% para apenas 2,79%, em 2000 (Atlas de desenvolvimento Humano do PNUD).

Os municípios da AID mantiveram em 2010 a situação de residência da sua população, se comparado a 2000. O município de Itabuna apresentou a menor proporção de população residente na área rural e Ilhéus manteve a maior proporção de residentes em área rural. O município de Uruçuca apresentou em 2010 uma proporção semelhante a 2000 em relação a população residente em área rural e urbana.

**Quadro 1.8 - População por Situação de Residência Urbano Rural - 2010**

Município	2010		
	Total	Urbana	Rural
Barro Preto	6.453	5295	1.158
Coaraci	20.964	19.130	1.834
Ilhéus	184.236	155.281	28.955
Itabuna	204.667	199.643	5.024
Itajuípe	21.081	16.839	4.242
Uruçuca	19.837	15.779	4.058
Itararé	24.318	13.642	10.676

Fonte IBGE Censo Demográfico, 2010.

Em 2010, a taxa de urbanização de Itabuna chegou a 97,54% (**Figuras 1.10 a 1.16**). Itabuna e Coaraci, que registravam aproximadamente 16,45% de sua população na área rural, são os dois municípios com as maiores taxas de urbanização na área estudada. Em Ilhéus, a taxa de urbanização passou de 63,57% para 72,99%, no mesmo período, chegando, em 2010, a 84,28%. A população rural deste Município, que vinha crescendo em termos absolutos desde 1970, sofreu uma redução brusca na última década, passando para 28.955 habitantes, em 2010. A perda de população rural em Ilhéus e sua estagnação em Itabuna refletem a crise no setor cacauieiro que repercutiu sobre esses dois municípios, nas últimas décadas.

Uruçuca foi o Município da região onde o processo de urbanização apresentou o perfil mais explosivo. O incremento da taxa de urbanização, entre 1991 e 2000, foi de 112,92%, passando

de 32,72% para 69,66%. No que concerne a evolução da população na área urbana e rural, é significativa a queda abrupta de população na área rural, decrescendo aproximadamente 75% entre 1991 e 2010.

O processo de urbanização de Itacaré foi o segundo mais intenso, dentre os municípios da AII. Em 1991, sua taxa de urbanização, que era de 23,19%, passa para 43,88%, em 2000, representando um incremento de 89,18%. Barro Preto aparece em terceiro lugar, com um aumento de 38,55% em sua taxa de urbanização, entre 1991 e 2000, passando de 43,29% para 59,97% no período. Coaraci, cuja taxa de urbanização exibia valores relativamente altos, em 1991, considerando o tamanho do município, aumentou ainda mais, no período, passando de 69,72% para 83,55%, o que representa um aumento de 19,82%. Itajuípe registrou um crescimento da taxa de urbanização de 11,80%, passando de 64,06% para 71,62% (Atlas de desenvolvimento Humano do PNUD).

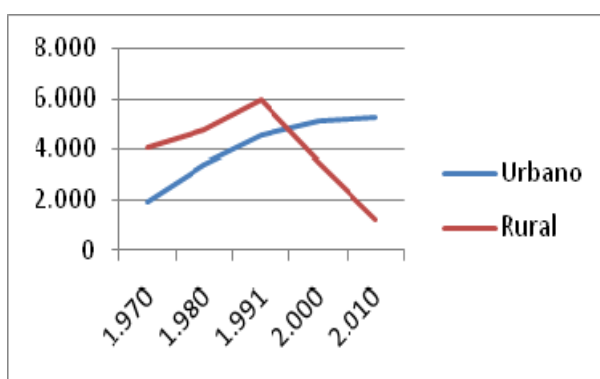


Figura 1.10 - Evolução Urbano Rural - Barro Preto

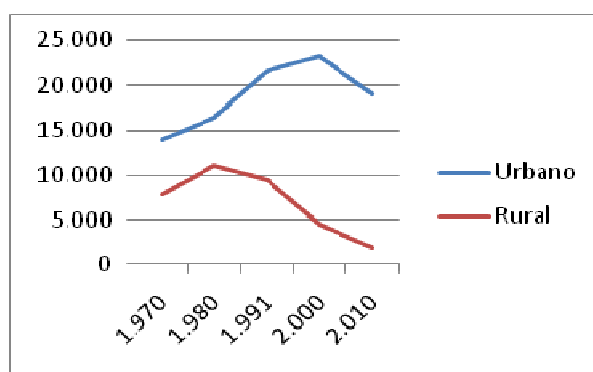


Figura 1.11 - Evolução Urbano Rural - Coaraci

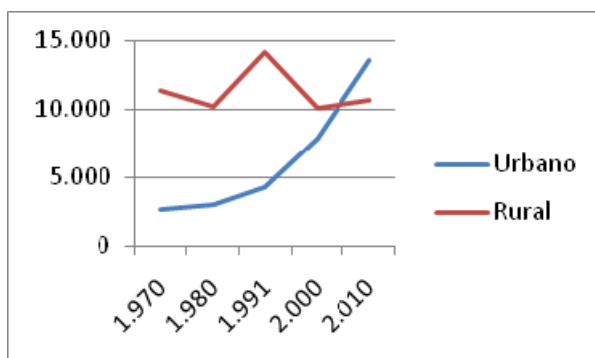


Figura 1.12 - Evolução Urbano Rural - Itacaré

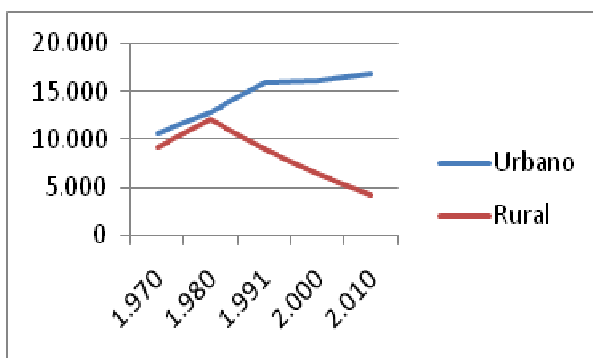


Figura 1.13 - Evolução Urbano Rural - Itajuípe

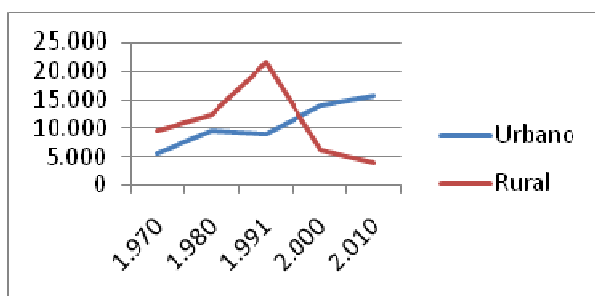


Figura 1.14 - Evolução Urbano Rural - Uruçuca

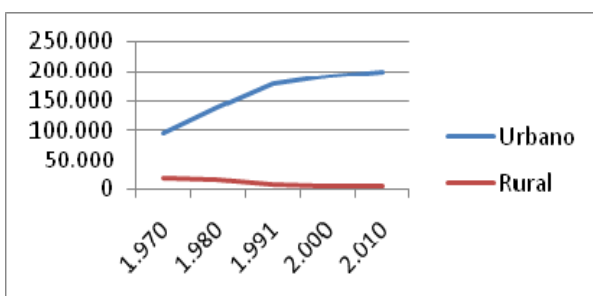


Figura 1.15 - Evolução Urbano Rural - Itabuna



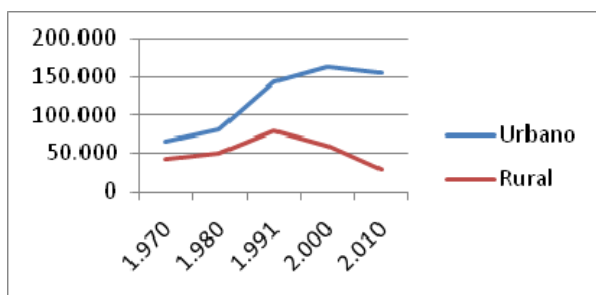


Figura 1.16 - Evolução Urbano Rural - Ilhéus

Com base no **Quadro 1.9** abaixo, sobre a taxa de crescimento anual da população residente entre 1991-2010, pode-se considerar que dos municípios situados na Área de Influência apenas Itabuna apresentou crescimento (0,67%) da população residente entre 1991 e 2000. O município que descreceu em maior proporção nesse período foi Uruçuca (-4,54%). Ilhéus praticamente se manteve estável entre 1991-2000, oscilando negativamente apenas 0,08%. Esses resultados se mantiveram entre 2000-2010, uma vez que apenas em Itabuna cresceu a população (0,40%), mesmo assim, de forma pífia. A exceção nesse período ficou por conta do crescimento de 2,99% da população residente em Itacaré, polo turístico consolidado na referente década, atraindo um grande fluxo de pessoas e de capital estrangeiro com negócios ligados ao turismo. Ilhéus aumentou a perda de população entre 2000-2010, sendo de 1,85% ao ano. O município que mais perdeu população foi Barro Preto (-2,83%). Uruçuca apresentou uma menor perda de população na última década, oscilando negativamente em 0,24%. Embora, grosso modo, a população tenha oscilado negativamente ou se manteve estável (caso de Itabuna), entre 1991 e 2010, todos os municípios analisados aumentaram significativamente seu grau de urbanização em 2010 comparado ao ano 2000, exceto Itabuna, que oscilou de 97,21% para 97,55% em 2010. O município que mais apresentou crescimento foi Barro Preto, oscilando de 59,97% para 82,05% em 2010.

**Quadro 1.9 - População Residente dos Municípios, Taxa Anual de Crescimento e Grau de Urbanização, Segundo Municípios - 1991-2000-2010**

Nome do Município	Total da População 1991	Total da população 2000	Total da população 2010	Taxa Anual de Crescimento (%) 1991/2000	Taxa Anual de Crescimento (%) 2000/2010	Grav de Urbanização 2000	Grav de Urbanização 2010
Barro Preto/Lomanto Junior	10.601	8.602	6.453	-2,32	-2,83	59,97	82,05
Coaraci	31.064	27.852	20.964	-1,22	-2,80	83,55	91,25
Ilhéus	223.750	222.127	184.236	-0,08	-1,85	72,99	84,28
Itabuna	185.277	196.675	204.667	0,67	0,40	97,21	97,55
Itacaré	18.431	18.120	24.318	-0,19	2,99	43,88	56,10
Itajuípe	24.931	22.511	21.081	-1,14	-0,65	71,62	79,88
Uruçuca	30.763	20.323	19.837	-4,54	-0,24	69,66	79,54

Fonte: Censo IBGE, 2010.

Como se observa no **Quadro 1.10** abaixo, todos os municípios apresentam proporções significativas de população alfabetizada, destacando-se o município de Itabuna com o melhor desempenho de alfabetizados. Em linhas gerais, a área urbana detém uma maior proporção de alfabetizados comparando-se com a área rural, contudo, as proporções são similares, o que

demonstra a necessidade de políticas públicas mais eficazes e a disponibilização e recursos para tais fins. O crescimento da alfabetização obtido entre 1991 e 2010 representa uma maior atenção do poder público, conquanto, ainda seja significativo o número de pessoas analfabetas.

**Quadro 1.10 - Pessoas de 10 Anos ou mais de Idade, Total e Alfabetizadas, por Situação do Domicílio, Segundo os Municípios - Bahia - 2010**

Municípios	Pessoas de 10 Anos ou mais de Idade					
	Total	Situação do Domicílio		Total	Alfabetizadas	
		Urbana	Rural		Situação do Domicílio	Urbana
Barro Preto	5.494	4.556	938	4.161	3.573	588
Coaraci	17.582	16.073	1.509	13.760	12.809	951
Ilhéus	154.988	131.531	23.457	136.832	118.909	17.923
Itabuna	175.258	171.126	4.132	158.008	155.047	2.961
Itacaré	19.352	10.877	8.475	15.165	9.531	5.634
Itajuípe	17.736	14.265	3.471	14.131	11.682	2.449
Uruçuca	16.392	13.191	3.201	13.033	10.749	2.284

Fonte: Censo IBGE, 2010.

### 1.1.3 Fluxos Migratórios e Deslocamentos

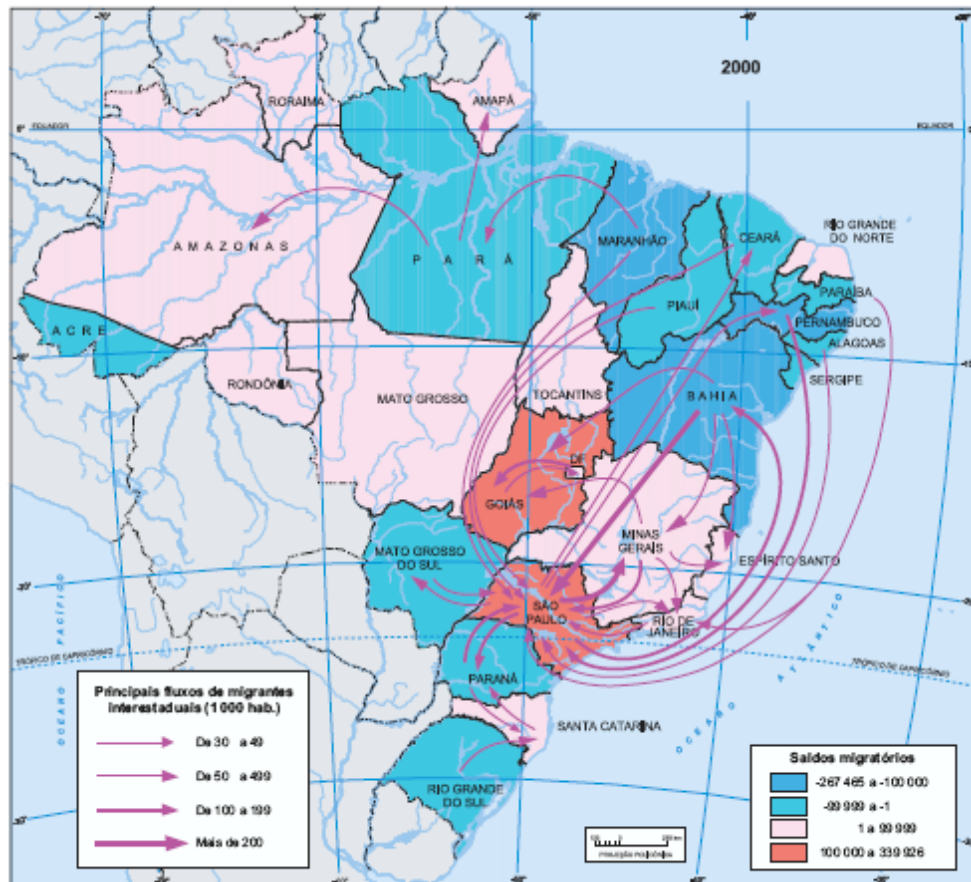
Em seu relatório referente ao ano de 2000, sobre deslocamentos e fluxos migratórios, o IBGE (2003) reconhece a complexidade dos dados e a possibilidade de se obterem valores discrepantes, conforme a metodologia adotada para se medir a migração. Os dados empregados na análise a seguir foram obtidos do resultado do censo de 2000<sup>6</sup> e do estudo já citado.

A Bahia vem se caracterizando historicamente pela expulsão de população (**Figura 1.17**). Em 1991, o Estado contabilizou o ingresso de 601.116 habitantes e a saída de 2.275.381. Em 2000, esse quadro se repetiu, com a entrada de 742.729 habitantes e a saída de 3.065.935<sup>7</sup>. O saldo migratório negativo no Estado da Bahia é bem mais acentuado na zona rural do que na urbana. Entre 1995 e 2000, a área rural baiana contabilizou uma saída 2,76 vezes superior à entrada de população, enquanto que, na área urbana, a saída foi 1,90 vez maior que a entrada. Trata-se de um movimento da população para grandes territórios de oportunidade.

De uma forma geral, a Bahia não sofre uma influência significativa de população não natural, a não ser, possivelmente, na região do extremo oeste baiano, principalmente em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, onde a presença de não naturais é bastante significativa. Segundo o estudo do IBGE, o Estado da Bahia vem apresentando uma redução da população não natural nas últimas décadas.

<sup>6</sup> Ainda não se encontra disponível o conjunto de dados atualizados pelo Censo 2010 (IBGE).

<sup>7</sup> Entradas e saídas, utilizando-se a informação de lugar de nascimento 1991/2000 e que contabiliza os movimentos ao longo da vida do migrante e não apenas os dos últimos 2, 4, 8, 10 anos.



Nota: Utiliza-se a informação do lugar de residência anterior há exatamente 5 anos antes da data de referência da pesquisa.

**Figura 1.17 - Fluxo de Migrantes Interestaduais (2000)**

No censo de 2000, o IBGE registrou a presença de aproximadamente 24.702 habitantes não naturais dos municípios da AII, independente do tempo de residência. Este total inclui 555 habitantes originários de países estrangeiros. Barro Preto contribuiu para este contingente com 82 habitantes; Coaraci, com 611; Itajuípe, com 555; Itacaré, com 611 e Uruçuca com 433. Ilhéus e Itabuna são os municípios que receberam o maior e mais diversificado contingente de habitantes de outras unidades da Federação.

Em Ilhéus, residiam 9.895 habitantes de praticamente todas as UFs do País, com exceção de Roraima, Amapá, Tocantins e Piauí. Além destes, o Município abrigava 309 estrangeiros. Em Itabuna, residiam 1.089 habitantes de todos os estados, com exceção de Roraima, Amapá, Tocantins, Piauí e Mato Grosso do Sul. A maior parte desta população é originária da região sudeste do País: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. A região Nordeste aparece em seguida, principalmente os estados de Sergipe e Pernambuco.

Com base no **Quadro 1.11** que registra o número de pessoas não naturais, com menos de 10 anos ininterruptos de residência, nota-se que Itacaré, com uma taxa de 2,28%, foi o município de pequeno porte que apresentou a maior proporção de ingresso de não naturais da AII, no período de 1991 e 2000. Essa taxa foi superior à de Ilhéus, com 2,14%, e Itabuna, com 1,93%. Entre os municípios pequenos, a taxa de ingresso oscilou entre 0,40%, para Barro Preto, e 0,89%, para Uruçuca. É interessante observar que grande parte do contingente de não naturais em Ilhéus e Itabuna residiam no local há menos de um ano quando da realização do censo de 2000. Além disso, a parcela maior de migrantes passou a residir ali, entre 1 e 2 anos da

realização do censo, o que significa que este processo migratório foi mais acentuado no período de 1998 e 1999.

**Quadro 1.11 - Pessoas não Naturais da Unidade da Federação, com Menos de 10 Anos de Tempo Ininterrupto de Residência na Unidade da Federação**

Município	Total População 2000	(%) Na População	Total de não Naturais	Menos de 1 ano	1 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 9 anos
Barro Preto	8.602	0,40	34	6	15	5	8
Coaraci	27.852	0,77	215	36	93	60	26
Ilhéus	222.127	2,14	4 743	727	1 515	1 094	1 406
Itabuna	196.675	1,93	3 793	309	1 567	1 000	918
Itacaré	18.120	2,28	413	53	181	67	111
Itajuípe	22.511	0,51	115	-	44	27	44
Uruçuca	20.323	0,89	180	-	100	55	24

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

O deslocamento populacional<sup>8</sup> para outras unidades da federação ocorre nos municípios de pequeno porte da AII, de forma mais acentuada, entre os habitantes situados na faixa de idade de 15 a 24 anos, o que pode ser atribuído, em sua maior parte, à necessidade de se deslocar para a complementação dos estudos nas séries de segundo grau e, em menor escala, para estudos universitários. Embora não seja possível descartar os deslocamentos, entre habitantes jovens, motivados pela busca de trabalho, esse fenômeno é mais visível na faixa de idade dos 24 aos 65 anos.

Os deslocamentos para trabalho ou estudo entre os moradores da faixa de idade dos 15 aos 24 anos não se destacam muito nos municípios de Ilhéus e Itabuna, que possuem rede escolar para atender à demanda de matrículas para as últimas séries do segundo grau e para a universidade (**Quadro 1.12**). Em Itabuna, os índices de deslocamento na faixa de idade de 25 a 64 anos, mais característicos dos deslocamentos em busca de trabalho, ao contrário dos demais municípios estudados, superam os da faixa de 15 a 24 anos. Em Itacaré, não houve registros de casos de residentes que trabalhavam ou estudavam em outra unidade da Federação.

**Quadro 1.12 - Deslocamento para Trabalho ou Estudo**

Municípios	Total (1)	Trabalhavam ou Estudavam no Município de Residência	Não Trabalhavam nem Estudavam	Trabalhavam ou Estudavam em Outro Município da Unidade da Federação	Trabalhavam ou Estudavam em outra Unidade da Federação	Trabalhavam ou Estudavam em país Estrangeiro
<b>Barro Preto</b>	<b>8 602</b>	<b>57,45</b>	<b>39,50</b>	<b>2,92</b>	<b>0,13</b>	-
0 a 14 anos	2 793	70,61	29,11	0,29	0,00	-
15 a 24 anos	1 970	63,45	30,30	5,63	0,56	-
25 a 64 anos	3 299	50,47	46,07	3,46	0,00	-
65 anos ou mais	540	10,19	86,67	3,15	0,00	-
<b>Coaraci</b>	<b>27 852</b>	<b>56,42</b>	<b>40,88</b>	<b>2,15</b>	<b>0,47</b>	-
0 a 14 anos	9 030	67,81	31,40	0,60	0,21	-
15 a 24 anos	6 448	68,39	27,00	3,52	1,09	-
25 a 64 anos	10 452	47,20	49,40	2,97	0,34	-
65 anos ou mais	1 922	12,80	85,69	0,47	0,42	-
<b>Ilhéus</b>	<b>222 127</b>	<b>61,20</b>	<b>37,65</b>	<b>0,90</b>	<b>0,20</b>	<b>0,05</b>

<sup>8</sup> Os dados aqui apresentados referem-se tanto aos deslocamentos diários, de curta duração, quanto aos que podem levar vários meses, como no caso dos indivíduos que se deslocam para realizar estudos universitários.

**Quadro 1.12 - Deslocamento para Trabalho ou Estudo**

Municípios	Total (1)	Trabalhavam ou Estudavam no Município de Residência	Não Trabalhavam nem Estudavam	Trabalhavam ou Estudavam em Outro Município da Unidade da Federação	Trabalhavam ou Estudavam em outra Unidade da Federação	Trabalhavam ou Estudavam em país Estrangeiro
0 a 14 anos	70 557	63,68	35,97	0,32	0,03	-
15 a 24 anos	49 776	70,62	27,50	1,48	0,38	0,02
25 a 64 anos	90 751	59,95	38,64	1,13	0,25	0,03
65 anos ou mais	11 043	13,29	86,56	0,14	0,00	-
<b>Itabuna</b>	<b>196 675</b>	<b>63,64</b>	<b>34,86</b>	<b>1,31</b>	<b>0,17</b>	-
0 a 14 anos	56 421	72,60	27,13	0,20	0,04	-
15 a 24 anos	44 121	74,42	24,07	1,18	0,34	-
25 a 64 anos	84 769	58,78	38,85	2,14	0,19	-
65 anos ou mais	11 364	13,54	85,30	1,12	0,05	-
<b>Itacaré</b>	<b>18 120</b>	<b>63,13</b>	<b>36,01</b>	<b>0,80</b>	-	-
0 a 14 anos	7 081	59,27	39,85	0,88	-	-
15 a 24 anos	3 733	68,15	29,71	1,88	-	-
25 a 64 anos	6 500	69,14	30,66	0,20	-	-
65 anos ou mais	806	25,56	74,44	0,00	-	-
<b>Itajuípe</b>	<b>22 511</b>	<b>56,64</b>	<b>39,88</b>	<b>3,19</b>	<b>0,30</b>	-
0 a 14 anos	7 291	68,11	31,50	0,38	0,00	-
15 a 24 anos	4 831	64,54	29,43	4,82	1,20	-
25 a 64 anos	8 907	50,01	44,84	5,05	0,10	-
65 anos ou mais	1 482	14,24	85,29	0,47	0,00	-
<b>Uruçuca</b>	<b>20 323</b>	<b>55,53</b>	<b>42,69</b>	<b>1,73</b>	<b>0,05</b>	-
0 a 14 anos	6 824	60,74	38,01	1,17	0,07	-
15 a 24 anos	4 578	68,68	28,59	2,73	0,00	-
25 a 64 anos	7 644	49,62	48,42	1,90	0,07	-
65 anos ou mais	1 277	16,05	83,95	0,00	0,00	-

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

(1) Inclusive Brasil sem especificação.

Para uma avaliação prospectiva do fluxo migratório estimado para os municípios da AID foi elaborado o estudo intitulado *Cenários Econômico e de Migrações para os municípios da AID do Porto Sul*.

#### 1.1.4 Áreas de Expansão Urbana e Zoneamentos Existentes

A AID, compreendida pelos municípios de Ilhéus e Itabuna apresenta uma baixa densidade populacional na zona rural e uma elevada concentração de população nas zonas urbanas, principalmente nas sedes municipais e distritais. A poligonal do empreendimento está toda localizada no município de Ilhéus, entre os vetores norte e noroeste de expansão desta unidade administrativa. Segundo estudo realizado sobre a expansão urbana em Ilhéus:

O êxodo rural determinou a evasão de grande parte da população, que passou a ocupar, entre outros, encostas íngremes, manguezais, terrenos públicos destinados a futuras praças e ruas. Esse trabalho avaliou como se deu a expansão urbana de Ilhéus sobre suas áreas de mangue e, em particular, o bairro de São Domingos, bem como as consequências desta ocupação desordenada para a população e para o meio ambiente. (OLIVEIRA, 2008, p.7).

Os pequenos povoados do interior e do litoral do Município também têm abrigado parte do êxodo de trabalhadores rurais desempregados, gerando alguns pontos de ocupação desordenados nestas pequenas comunidades. Esse fenômeno é bastante visível na área a ser

diretamente afetada (ADA) pelo empreendimento e nas localidades instaladas ao longo do rio Almada.

A municipalidade de Ilhéus dispõe de diversos diplomas legais para o disciplinamento do uso e ocupação do solo em sua área urbana. A Lei Orgânica do Município de Ilhéus, no item II do artigo 14, fixa a competência do Município para promover o adequado ordenamento territorial, mediante o controle do uso e ocupação do solo, dispondo sobre parcelamento, arreamento, edificações, zoneamento urbano e rural. Quanto aos estabelecimentos e atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços, podem ser observadas, ainda, as diretrizes da lei federal.

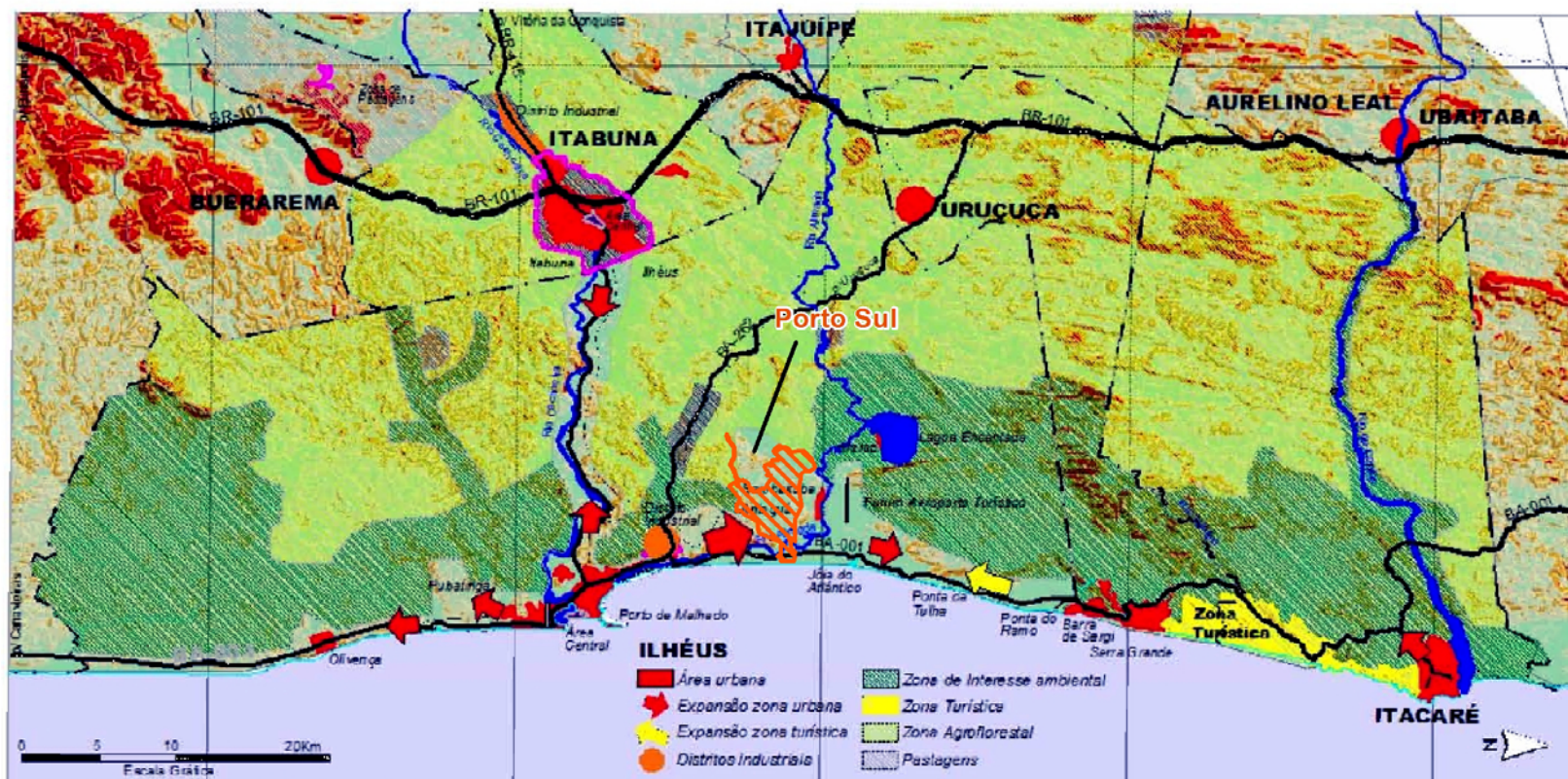
Em seu artigo 249, a Lei Orgânica municipal define como competência do Município, a gestão dos recursos ambientais de seu território. O Artigo 250 estabelece, como princípios fundamentais da política de desenvolvimento, a proteção do meio ambiente e o uso ecologicamente racional e auto-sustentando dos recursos naturais. Por último, o artigo 251 define, como “áreas de preservação permanente, a orla marítima, os manguezais, as restingas, áreas estuarinas, matas ciliares e locais de nascentes dos rios, encostas, zonas de valor paisagístico”.

O Plano Diretor Participativo de Ilhéus, instituído pela Lei 3.265, de 29 de novembro de 2006, estabeleceu o macrozoneamento urbano, que organiza a cidade em sete zonas: ZEU – Zona de Expansão Urbana; ZAP – Zona de Adensamento Preferencial; ZEUT – Zona Especial de Uso Turístico, ZEIA – Zona Especial de Interesse Ambiental; ZAB – Zona de Adensamento Básico; ZAR – Zona de Adensamento Restrito; e ZEIS - Zona Especial de Interesse Social.

A cidade de Ilhéus está localizada em uma área que apresenta uma rede complexa de cursos d’água e mangues, que praticamente a delimitam e separam do resto do Município. Esta interessante configuração geográfica deu origem ao nome da cidade, que se instalou num conjunto de pequenas ilhas fluviais e marítimas. A leste, a cidade é limitada pela orla marítima, ao sul, a foz do Iguape e o rio Almada, a oeste, o rio Cachoeira que, junto com os rios Santana do Engenho, Itacanoeiro e Fundão, forma um estuário de médio porte, integrando a baía do Pontal, localizada ao sul, e que praticamente divide a cidade de Ilhéus. Esta configuração espacial envolve ainda três importantes núcleos vizinhos que servem como atrativo para a instalação da população.

Em 1900, a cidade estava toda concentrada no pequeno trecho que hoje constitui o centro histórico de Ilhéus e a praia do Pontal. Sua expansão deu-se prioritariamente em direção a dois vetores. Em direção norte, seguiu ocupando a área litorânea até as penínsulas de São Miguel e Savóia, chegando ao distrito de Iguape, por volta de 1980. A oeste, a expansão seguiu na direção da península Teotônio Vilela e de Itabuna. Ao sul, o processo deu-se de forma mais lenta. O pequeno núcleo populacional existente na praia do Pontal, em 1900, expandiu-se até chegar à atual área do aeroporto, em 1980, com um prolongamento na direção do bairro de Nossa Senhora da Vitória.

No limite norte da cidade, está instalado, desde 1973, o Distrito Industrial de Iguape (**Figura 1.18**), que abriga um número considerável de indústrias e que vem atraindo, desde então, grupos de trabalhadores para a área, contribuindo para a ocupação desordenada em São Domingos e outros bairros e localidades próximas, situadas ao longo do rio Almada.



Fonte: IMA, 2009 (LIMA/COPPE/UFRJ, com base 1:100.000 com declividade (Hydros); Zoneamentos dos Planos Diretores Municipais de Ilhéus, Itabuna e Itacaré (CAR e CONDER); PRUA de Serra Grande (SETUR); Zoneamento APA Itacaré-Serra Grande, Limites APA Lagoa Encantada e Parque Conduru (SEMA))

**Figura 1.18 - Vetores de Expansão no Sentido Ilhéus Itabuna**

Na direção oeste, têm-se dois vetores de expansão. O primeiro e mais importante sai do Centro da cidade, em direção a Itabuna, seguindo pela rodovia BR-415 (Ilhéus-Itabuna), cujo traçado, em alguns pontos, corre paralelo ao curso do rio Cachoeira. O rio e a rodovia constituem os principais elementos de atração da população aí instalada. O limite urbano de Ilhéus segue ao longo desta rodovia até o campus da UESC. Neste eixo, estão localizadas as comunidades de Banco da Vitória<sup>9</sup>, Vila Cachoeira<sup>10</sup>, Salobrinho<sup>11</sup> e um grande número de pequenos aglomerados rurais. Esse eixo, após o bairro de Teotônio Vilela, é classificado no Plano Diretor como Zona de Expansão Urbana (ZEU).

Ao longo desta rodovia, na saída da cidade de Ilhéus (Avenida Itabuna), existem pontos de expansão, irregulares e desordenados, implantados em zonas classificadas como ZEIA e que, segundo o macrozoneamento urbano de Ilhéus, definido no Artigo 159 da Lei 3265, seriam consideradas de relevante valor ambiental e de interesse público, destinadas à preservação ou à conservação, com ocupação e uso de baixo impacto. Seguindo em direção a Itabuna são encontrados alguns acampamentos de trabalhadores rurais sem terra (**Figuras 1.19 e 1.20**).



**Figura 1.19 - Acampamento Novo Destino MTR - Ilhéus-Itabuna**



**Figura 1.20 - Acampamento de Trabalhadores Sem Terra (km 13)**

Às margens desta rodovia, a 16 km de Ilhéus, também está localizado o campus da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) em função do qual a comunidade de Salobrinho vem se consolidando como um bairro universitário, voltado à prestação de serviços, com pousadas, residências de aluguel, vendas, bares e restaurantes.

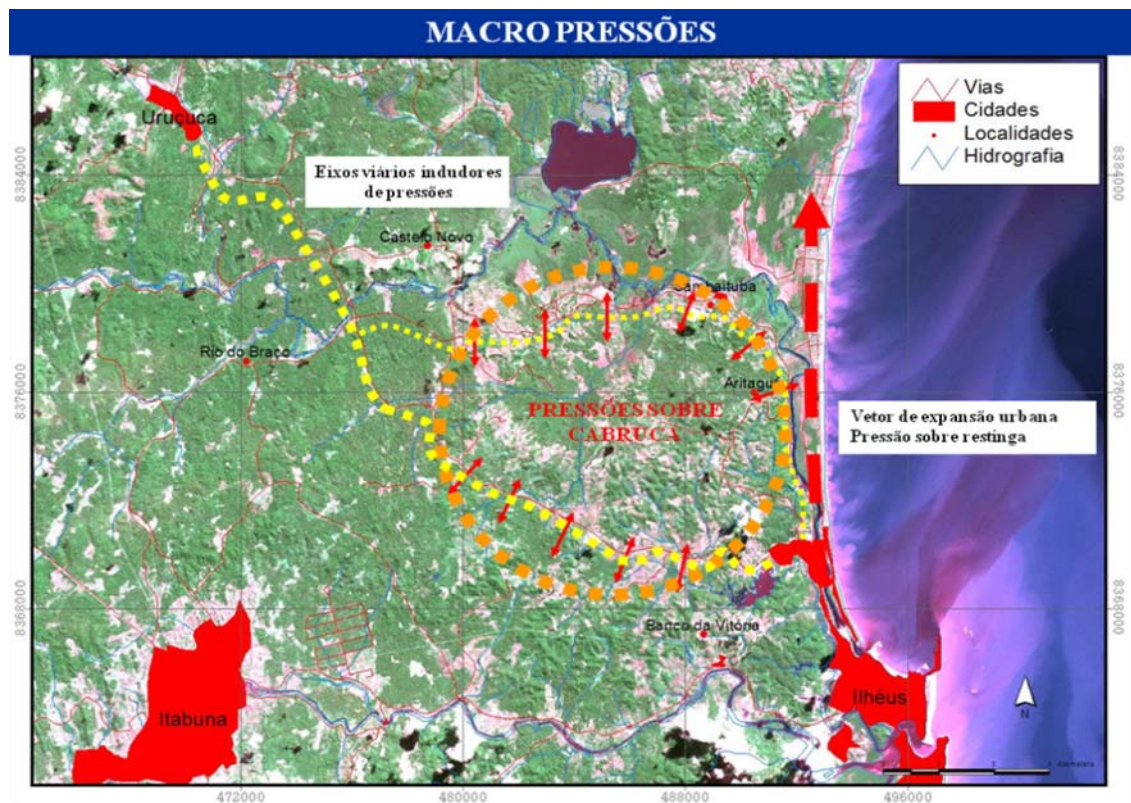
O segundo vetor de expansão segue a partir do distrito industrial, em direção oeste, ao longo da BA-262, no sentido do município de Uruçuca. Em **menor escala**, verificam-se também pressões de expansão ao longo da BA-648, que atende às comunidades de Aritaguá, Sambaituba e Castelo Novo. Esta área está classificada no Plano Diretor como Zona de Expansão Urbana (ZEU) (**Figura 1.21**).

<sup>9</sup> Banco da Vitória é considerado bairro de Ilhéus e delimitado conforme a Lei nº 3476, de 30 de Dezembro de 2009, que cria e delimita o perímetro dos bairros da cidade de Ilhéus e dá outras providências. Localizado a 5 km do centro histórico, integra os setores censitários de números 138, 139, 140, 141, 148, 174 e 176 do Censo Demográfico de 2010.

<sup>10</sup> Bairro de Ilhéus composto pelo setor censitário 151.

<sup>11</sup> Salobrinho fica a 13-16 km de Ilhéus, pela BR 415, mas é classificado e delimitado como bairro pela Lei 3476, integrado pelos setores censitários inteiros 142, 143, 144, 145, 149 e 175 do Censo Demográfico de 2010.





Fonte: IMA, 2009.

**Figura 1.21 - Pressão de Expansão na ADA**

Seguindo do distrito de Iguape na direção norte, ao longo da BA-001, e facilitado por esta, tem-se o Vetor de Expansão Norte, constituído de loteamentos, pousadas, hotéis, pequenas vilas e condomínios com casas de veraneio voltadas para a classe média e para atender ao fluxo turístico que procura as praias da região, que se estendem de Ilhéus a Itacaré. Algumas destas comunidades, como os condomínios Joia do Atlântico e Paraíso do Atlântico, a Vila Juerana, a Ponta da Tulha, a Vila Mamoã, os villages Águas do Atlântico e Barra Mares estão situados próximo à poligonal do empreendimento. Este eixo de expansão também contém ocupações desordenadas e em situação de risco, como é o caso de Nova Mamoã, que é um prolongamento da vila de mesmo nome e está se expandindo em área de mangue, com residências improvisadas e de padrão inadequado. Esta faixa do litoral de Ilhéus, devido a suas praias planas, constitui um potencial turístico que também tem atraído populações de outras unidades da federação, como Minas Gerais e São Paulo.

O último eixo é o do Vetor de Expansão Sul, em direção a Olivença, que se desenvolveu com base no turismo e na implantação de bairros residenciais, como Nossa Senhora da Vitória, e condomínios para a classe média. A linha da orla sul é classificada como Zona Especial de Uso Turístico (ZEUT) e a área mais para o interior, logo em seguida ao bairro Nossa Senhora da Vitória, é classificada como Zona de Expansão urbana (ZEU). A **Figura 1.22** mostra os principais vetores de expansão de Ilhéus.

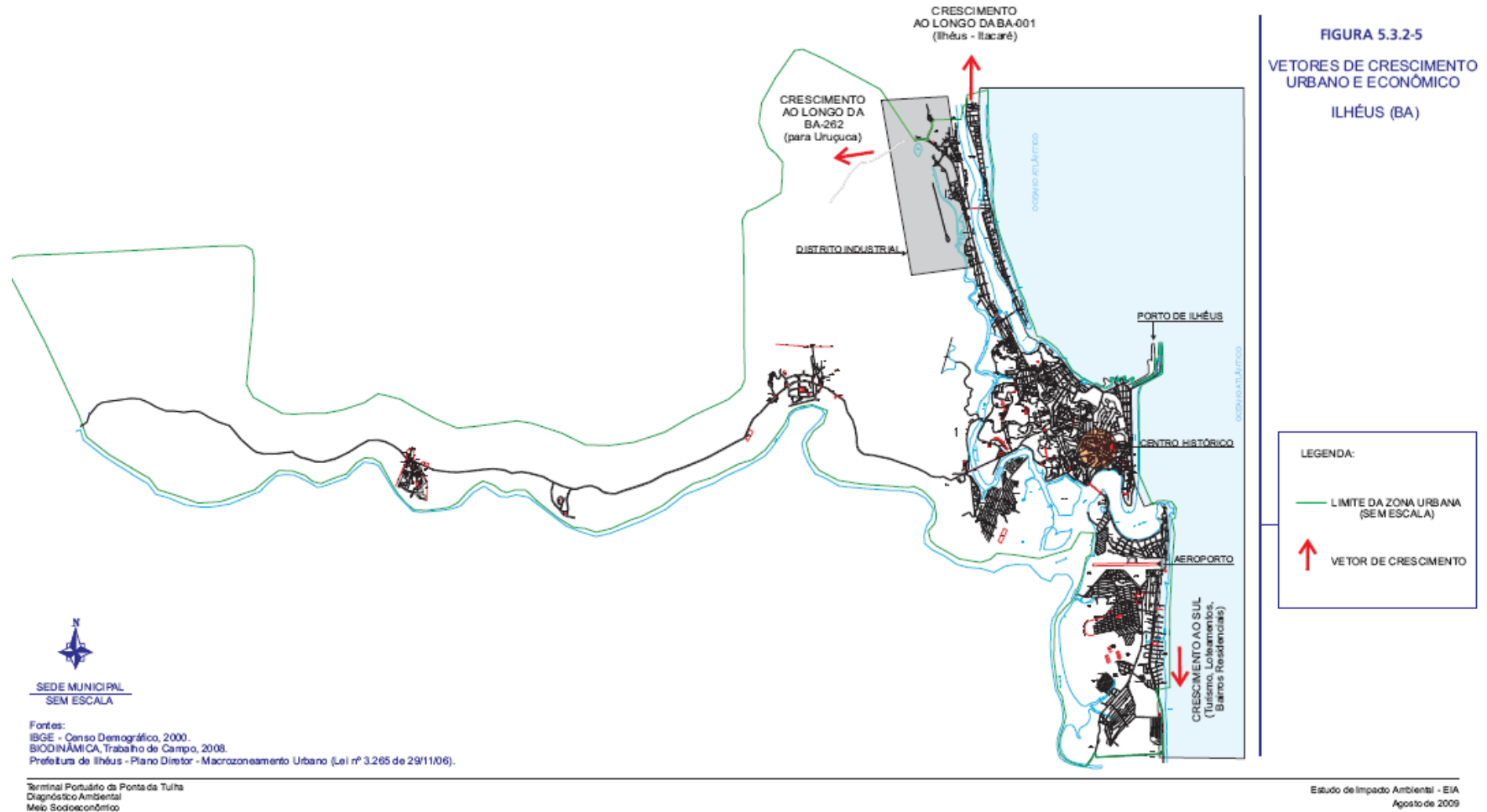


Figura 1.22 - Vetores de Expansão - Ilhéus

Em Itabuna, um dos principais vetores de expansão segue em direção ao município de Ilhéus, ao longo da rodovia que liga as duas sedes municipais. Existem zonas de pressão antrópica, também em direção norte, onde está localizado o bairro de Nova Califórnia classificado no Plano Diretor como ZEIS, com o seguinte enquadramento:

Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS 1 - áreas públicas ou particulares ocupadas por assentamentos de população de baixa renda, onde o Poder Executivo deverá promover os meios para a regularização fundiária e urbanística, a implantação de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos e aquelas áreas públicas ou particulares ocupadas por assentamentos de população de baixa renda com investimentos realizados em infraestrutura, serviços e equipamentos e regularização jurídica, de forma a garantir a segurança da permanência das famílias (Lei 2111 de 19 de dezembro de 2008).

O bairro de Nova Califórnia foi objeto de um programa habitacional, em 1999, que não chegou a ser concluído (**Figura 1.23**). Ao longo do rio Cachoeira existem ocupações desordenadas, como as de Beira Rio e Bananeiras. Nesta última foram construídas recentemente 236 casas pelo programa Habitar Brasil BID (HBB). O bairro, contudo, apresenta uma infraestrutura precária, sem rede de esgoto e sem calçamento.



**Figura 1.23 - Nova Califórnia - Itabuna**

O Plano Diretor de Itacaré está sendo elaborado e hoje encontra-se na fase de discussão em reuniões que envolvem a participação da comunidade. Este processo está sendo conduzido pela Secretaria de Meio Ambiente do Município e não tem prazo para conclusão no momento.

O município de Uruçuca só conta com Plano Diretor para a localidade de Serra Grande. Este plano é antigo, de 2001, e está sendo atualizado atualmente pelo poder público.

Barro Preto recentemente concluiu seu Plano Diretor que deve ser enviado a Câmara Municipal para aprovação, após o recesso parlamentar que dura até 15 de agosto do presente ano.

#### 1.1.5 [Quadro da Saúde: Índices de Morbidade e Mortalidade da População dos Municípios Afetados](#)

Os índices de morbidade e mortalidade de uma região vinculam-se a uma série de elementos, que incluem desde condições de trabalho e de vida até aspectos mais específicos, referentes

aos serviços públicos de saúde. Buscando analisar a totalidade da situação da saúde dos municípios baianos, a SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – utiliza como indicador o Índice de Saúde (INS) (**Quadro 1.13**), cujo cálculo leva em consideração diversos fatores relativos à saúde no Município, permitindo a formação de um quadro bem completo e uma visão panorâmica da situação. Em sua construção são consideradas: a ocorrência de doenças de notificação obrigatória (reduzíveis por saneamento e imunização) para cada 100 mil habitantes; o número de óbitos por sintomas, sinais e afecções maldefinidos, em relação ao total de óbitos; o número de profissionais de saúde para cada 1000 habitantes; o número de estabelecimentos de saúde para cada 1000 habitantes; as doses de vacinas aplicadas em cada 1000 habitantes; e o número de leitos para cada 1000 habitantes.

A análise dos indicadores dos níveis de saúde apresentou variações significativas entre os resultados alcançados pelos municípios da AII e da AID do empreendimento. Quando o resultado deste indicador é comparado com as demais unidades do Estado, observa-se que, de uma forma geral, os municípios estudados podem ser classificados em três grupos. O primeiro, constituído por Itabuna, Ilhéus e Uruçuca, reúne as unidades situadas entre os 90 melhores desempenhos obtidos na classificação estadual do INS. Itabuna lidera na 34ª posição do ranking. A seguir, vem Ilhéus, que ocupa o 81º lugar e, por fim, Uruçuca, em 89º lugar. Ilhéus e Itabuna são os mais desenvolvidos, pois conformam-se como centralidades urbanas e exercem essa função na região do baixo sul, o que contribui para explicar sua liderança neste ranking.

No grupo intermediário, aparece Coaraci, na 102ª posição estadual. Itajuípe também apresenta uma posição média, ocupando o 165º lugar. Por último, vem o grupo de municípios integrados por Itacaré na 234ª colocação e Barro Preto, com o pior resultado, em 414ª posição no Estado.

**Quadro 1.13 - Índice de Saúde (INS)**

Município	Valor	Ranking Estadual
Barro Preto	4.888,96	414
Coaraci	5.032,03	102
Ilhéus	5.041,77	81
Itabuna	5.060,07	34
Itacaré	4.991,45	234
Itajuípe	5.008,90	165
Uruçuca	5.036,40	89

Fonte: SEI (2006).

Esse indicador geral permite uma análise global das condições de saúde da AII e AID do empreendimento, de modo que também torna possível uma compreensão mais aprofundada das principais doenças existentes na região e das principais características de morbimortalidade. Segue a **Quadro 1.14**, com algumas doenças transmissíveis de notificação compulsória.

**Quadro 1.14 - Algumas Doenças Transmissíveis, 2010 – AID e AII**

Município	Dengue	Esquistossomose	Leishmaniose Tegumentar	Tuberculose	Hanseníase	Aids
Ilhéus	1.394	0	118	130	22	30
Itabuna	602	11	34	151	72	31
Uruçuca	158	9	32	10	1	0
<b>Total na AID</b>	<b>2.154</b>	<b>20</b>	<b>184</b>	<b>291</b>	<b>95</b>	<b>61</b>
Barro Preto	7	1	3	1	0	0
Coaraci	1	29	25	7	1	1
Itacaré	102	0	36	9	2	0
Itajuípe	30	13	11	21	12	0
Total na AII	148	43	85	38	15	1
<b>Total Geral</b>	<b>2.294</b>	<b>63</b>	<b>269</b>	<b>329</b>	<b>110</b>	<b>62</b>

Fonte: SESAB/DIS/SINAN/2010.

Conforme se observa, há evidentemente distorções, mas algumas dessas doenças demonstram especial prevalência na região. Na AID do empreendimento, notoriamente nos municípios mais populosos da região, destacam-se a dengue, a leishmaniose tegumentar, a tuberculose e a hanseníase, além dos casos de Aids que praticamente se concentram nos municípios maiores.

A dengue, que é causada pela picada do mosquito infectado do *aedes aegypti*, se consolidou como uma praga generalizada no Brasil e no Estado da Bahia, na medida em que o seu vetor de transmissão se reproduz em qualquer lugar com acúmulo de água. Dessa forma, pneus velhos, garrafas de bebidas, vasos de plantas, entre outros vasilhames e áreas que acumulam água, podem se configurar como criatório do mosquito. Antigamente, o mosquito procriava-se apenas em vasilhames de água limpa e parada. No entanto, novas pesquisas têm demonstrado que ele se adaptou e hoje pode se procriar em locais com condições anteriormente consideradas adversas.

A leishmaniose é causada pela picada do mosquito-palha, como é conhecido, infectado por um protozoário da mesma família que causa a Doença de Chagas. Ela é mais encontrada em áreas de extrema pobreza, na medida em que está vinculada às condições sanitárias, à qualidade das habitações e à proximidades de animais.

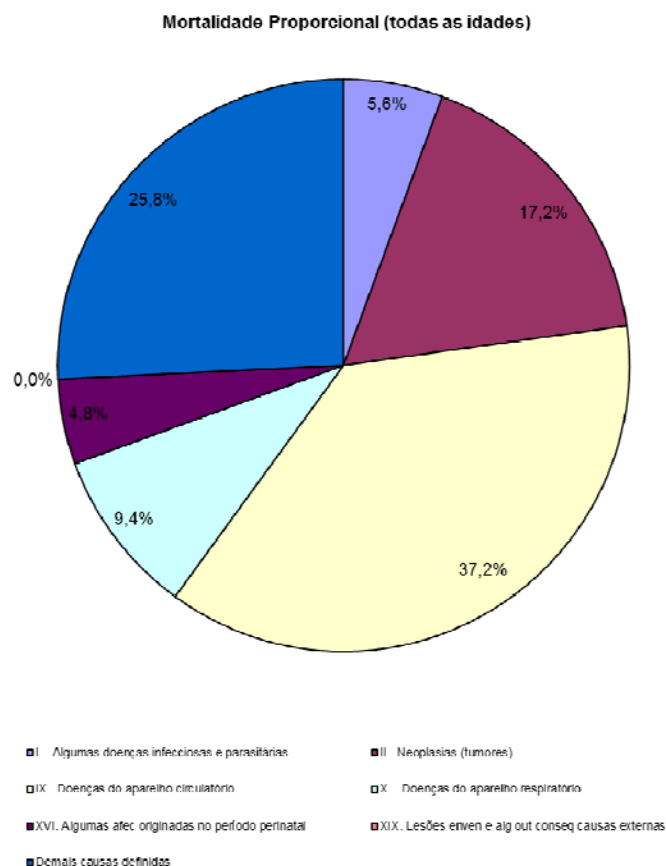
A tuberculose é uma infecção causada por um microorganismo chamado *mycobacterium tuberculosis*, também conhecido por bacilo de Koch. Essa doença afeta os pulmões e é mais comum nas regiões onde há muita pobreza, desnutrição, más condições de higiene e um déficit na saúde pública.

A hanseníase é causada por um micróbio Hansen (*mycobacterium leprae*), que ataca a pele, os olhos e os nervos. Sua transmissão se dá pelas vias aéreas, através da liberação do bacilo, no ar, por uma pessoa infectada. Essa é uma doença de notificação compulsória, porém há tratamentos adequados para ela no Sistema Único de Saúde (SUS).

Já na AII do empreendimento, além dessas mesmas doenças, destaca-se a esquistossomose. A esquistossomose é uma infecção causada por verme e se enquadra no rol das doenças infecciosas e parasitárias, que se relacionam com o saneamento básico. No Brasil, essa doença é causada pelo *schistosoma mansoni*, que se hospeda no homem e se dissemina a partir das suas excretas (fezes e urinas), que são dejetadas em condições precárias e em locais inadequados, como lagos e outros locais com algum acúmulo de água. Nesses locais, os ovos vão encontrar seu hospedeiro intermediário, caramujos (caracóis ou lesmas) que, por sua vez, liberam as larvas que infectam o homem, quando este tem contato com as áreas infestadas.

Em resumo, no que se refere às principais doenças de notificação compulsória na região, muitas delas são típicas de áreas pobres, com déficits de infraestrutura urbana, de saneamento e habitação, como as zonas rurais. Estas são desprovidas de melhores condições de vida pela carência de serviços públicos de saúde, os quais não têm realizado a contento a atenção básica, fundamentada nos cuidados de prevenção e promoção à saúde, ou seja, apresentam um déficit, especialmente dos programas de saúde da família e de agentes comunitários de saúde.

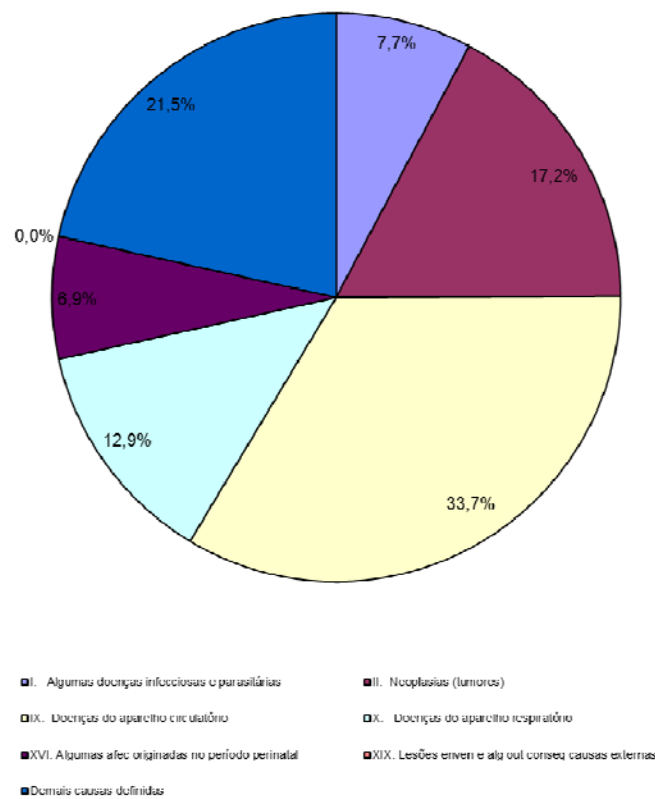
No que se refere à mortalidade, as **Figuras 1.24 e 1.25** expressam suas principais causas na AID do empreendimento.



Fonte: SIM/SINASC.

**Figura 1.24 - Causas de Mortalidade, Ilhéus, 2009**

Mortalidade Proporcional (todas as idades)



Fonte: SIM/SINASC.

Figura 1.25 - Causas de Mortalidade, Itabuna, 2009.

Conforme se observa, nos dois municípios, as causas de mortalidade associam-se principalmente às doenças do aparelho circulatório, seguidas pelas neoplasias e pelas doenças do aparelho respiratório. As doenças do aparelho circulatório são doenças crônicas, geralmente atreladas à população mais velha. Estão associadas à hipertensão e a disfunções cerebrovasculares, além das doenças do coração. Suas causas variam: desde uma predisposição genética até o estilo de vida da pessoa, cuja alimentação e sedentarismo contribuem decisivamente para a ocorrência destas enfermidades. Destacam-se, na região, as doenças cerebrovasculares e o infarto agudo do miocárdio. As neoplasias são referentes ao crescimento exagerado (e não controlado) de células do corpo, englobando os diversos tipos de câncer que afetam a população. Na área em questão, destacam-se o câncer de mama e do colo do útero. Por sua vez, as doenças do aparelho respiratório afetam os grupos mais vulneráveis: crianças e idosos. A morbimortalidade derivada dessa causa pode estar relacionada, ainda, a diversos elementos e grupos etários e sociais. Essas doenças são comuns no Brasil, principalmente no inverno. Contudo, afetam grupos sociais mais pobres, principalmente aqueles que não contam com uma condição habitacional adequada, morando em locais de alta umidade e sem a devida proteção frente a contrastes da temperatura. Na região em questão, além das condições de habitação, a taxa de mortalidade decorrente desta causa pode também estar relacionada à poluição industrial e do trânsito, para além dos hábitos individuais, em especial os associados ao fumo. **Estudo complementar específico sobre a incidência de doenças respiratórias em Ilhéus foi elaborado por solicitação do Ibama e integra o conjunto de estudos do presente EIA.**

As doenças infecciosas e parasitárias não alcançam uma proporção alta de mortalidade, mas estão presentes na realidade dessa região. Entre elas destacam-se todas aquelas de notificação compulsória descritas anteriormente. Como causa de mortalidade, a AIDS representou 8,7 mortes por 100.000 habitantes em Ilhéus e 6,8 em Itabuna, no ano de 2010.

Nos municípios da AII, as principais causas de mortalidade também estiveram associadas às mesmas doenças. Em municípios menores, como Barro Preto, 50% das mortes estiveram vinculadas às doenças do aparelho circulatório. Em Itacaré, destacou-se também, com quase 10% das mortes, as afecções originadas no período perinatal.

As afecções originadas no período perinatal são aquelas doenças que afetam os fetos e as crianças recém-nascidas, sendo decorrentes de fatores maternos e/ou por complicações na gravidez, parto e trabalho de parto. Segundo os especialistas, essas doenças são o principal desafio brasileiro na luta contra a mortalidade infantil, pois estão diretamente associadas às deficiências na assistência pré-natal, ao parto e ao recém-nascido, o que implica diretamente a qualidade dos serviços públicos, nas suas mais diversas frentes, em especial a atenção básica.

#### 1.1.6 Educação

O maior número de estabelecimentos de ensino dos municípios da AII do empreendimento está concentrado nas séries do fundamental e na educação pré-escolar (**Quadro 1.15**). Na AID, Uruçuca apresenta uma concentração maior que a média estadual de oferta de vagas no ensino fundamental. Os demais municípios apresentam uma proporção de escolas do nível fundamental muito semelhante entre si, e não se afastam do resultado obtido no Estado, em torno de 50%.

Nas áreas rurais, a oferta da rede está sob a responsabilidade municipal, em especial nos níveis do ensino fundamental e pré-escolar. A maioria das escolas de ensino médio está localizada nas sedes municipais ou nos distritos maiores, e os estudantes destas séries precisam se deslocar para os grandes centros, para dar continuidade aos estudos.

**Quadro 1.15 - Número de Escolas por Série (Públicas e Privadas)**

Municípios	Fundamental		Pré-escolar		Médio	
Barro Preto	16	53,3%	13	43,3%	01	3,3%
Coaraci	39	54,9%	29	40,8%	03	4,2%
Ilhéus	91	50%	68	37,4%	23	12,6%
Itabuna	152	53,1%	113	39,5%	21	7,3%
Itajuípe	40	53,3%	32	42,7%	03	4%
Itacaré	40	49,1%	39	47,9%	03	3%
Uruçuca	22	64,7%	11	32,4%	01	2,9%
Salvador	51	54,3%	40	42,6%	03	3,2%
BAHIA	712	50,3%	500	35,3%	203	14,3%
<b>Brasil</b>	<b>54,5%</b>		<b>8,6%</b>		<b>36,9%</b>	

Fonte: IBGE (2000).

A disparidade entre os quantitativos de estabelecimentos, dos níveis fundamental, pré-escolar e médio, reflete a escolaridade da população que, nas áreas rurais, está limitada apenas às primeiras séries do ensino fundamental.



De acordo com o **Quadro 1.16** abaixo, a distribuição dos estabelecimentos de ensino revela a concentração do ensino fundamental na rede pública municipal, enquanto o nível médio está sob responsabilidade da rede pública estadual. A educação infantil se adequa a gestão da rede pública estadual. Nos municípios de Itabuna e Ilhéus se encontram o maior número de estabelecimentos privados, assim como a oferta do nível médio pela rede federal de educação tecnológica. A área rural dos municípios detém em sua maioria a oferta dos níveis infantil, fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), exceto o nível médio, que concentra oferta na área urbana, possuindo estabelecimentos de todos os níveis de ensino. A rede privada é limitada na AID à área urbana, em especial, nos municípios de Ilhéus e Itabuna.

**Quadro 1.16 - Número de Estabelecimentos de Ensino por Município, Situação de Domicílio, Dependência Administrativa, Nível de Ensino, 2010**

Município	Situação de Domicílio	Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Quantidade de Estabelecimentos (Und)	
Barro Preto	Rural	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	0	
			Educação Infantil	0	
			Ensino Fundamental	0	
			Ensino Médio	0	
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	0	
			Educação Infantil	0	
			Ensino Fundamental	0	
			Ensino Médio	0	
		Municipal	Educação de Jovens e Adultos	3	
			Educação Infantil	8	
			Ensino Fundamental	8	
			Ensino Médio	0	
	Privada	Educação de Jovens e Adultos	0		
		Educação Infantil	0		
		Ensino Fundamental	0		
		Ensino Médio	0		
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	0	
			Educação Infantil	0	
			Ensino Fundamental	1	
			Ensino Médio	1	
Federal		Educação de Jovens e Adultos	0		
		Educação Infantil	0		
		Ensino Fundamental	0		
		Ensino Médio	0		
Municipal		Educação de Jovens e Adultos	2		
		Educação Infantil	2		
		Ensino Fundamental	5		
		Ensino Médio	0		
Privada		Educação de Jovens e Adultos	0		
		Educação Infantil	1		
		Ensino Fundamental	0		
		Ensino Médio	0		
Coaraci		Rural	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	0
				Educação Infantil	0
	Ensino Fundamental			0	
Coaraci	Rural	Estadual	Ensino Médio	0	
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	0	

**Quadro 1.16 - Número de Estabelecimentos de Ensino por Município, Situação de Domicílio, Dependência Administrativa, Nível de Ensino, 2010**

Município	Situação de Domicílio	Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Quantidade de Estabelecimentos (Und)	
		Municipal	Educação Infantil	0	
			Ensino Fundamental	0	
			Ensino Médio	0	
			Educação de Jovens e Adultos	5	
			Educação Infantil	16	
			Ensino Fundamental	18	
		Privada	0		
		Educação de Jovens e Adultos	0		
		Educação Infantil	0		
		Ensino Fundamental	0		
		Ensino Médio	0		
		Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	1
				Educação Infantil	0
				Ensino Fundamental	2
				Ensino Médio	1
			Federal	Educação de Jovens e Adultos	0
				Educação Infantil	0
		Ensino Fundamental		0	
	Municipal	Educação de Jovens e Adultos	9		
		Educação Infantil	11		
		Ensino Fundamental	10		
		Ensino Médio	0		
	Privada	Educação de Jovens e Adultos	0		
		Educação Infantil	5		
Ensino Fundamental		3			
Ensino Médio		2			
Ilhéus	Rural	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	2	
			Educação Infantil	1	
			Ensino Fundamental	3	
			Ensino Médio	1	
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	0	
			Educação Infantil	0	
			Ensino Fundamental	0	
			Ensino Médio	0	
		Municipal	Educação de Jovens e Adultos	13	
			Educação Infantil	13	
			Ensino Fundamental	13	
			Ensino Médio	0	
		Privada	Educação de Jovens e Adultos	0	
			Educação Infantil	0	
			Ensino Fundamental	0	
			Ensino Médio	0	
		Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	14
		Urbana	Estadual	Educação Infantil	0
	Ensino Fundamental			16	
	Ensino Médio			14	
	Federal		Educação de Jovens e Adultos	0	

**Quadro 1.16 - Número de Estabelecimentos de Ensino por Município, Situação de Domicílio, Dependência Administrativa, Nível de Ensino, 2010**

Município	Situação de Domicílio	Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Quantidade de Estabelecimentos (Und)
		Municipal	Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	0
			Ensino Médio	0
			Educação de Jovens e Adultos	15
			Educação Infantil	15
			Ensino Fundamental	30
		Privada	Ensino Médio	0
			Educação de Jovens e Adultos	1
			Educação Infantil	25
			Ensino Fundamental	18
			Ensino Médio	6
Itabuna	Rural	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	0
			Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	0
			Ensino Médio	0
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	0
			Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	0
			Ensino Médio	0
		Municipal	Educação de Jovens e Adultos	5
			Educação Infantil	29
			Ensino Fundamental	32
			Ensino Médio	0
	Privada	Educação de Jovens e Adultos	0	
		Educação Infantil	0	
		Ensino Fundamental	0	
		Ensino Médio	0	
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	15
			Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	17
			Ensino Médio	15
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	0
			Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	0
			Ensino Médio	0
Municipal		Educação de Jovens e Adultos	30	
		Educação Infantil	48	
		Ensino Fundamental	59	
		Ensino Médio	0	
Privada	Educação de Jovens e Adultos	0		
	Educação Infantil	36		
	Ensino Fundamental	39		
	Ensino Médio	6		
Itacaré	Rural	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	0
			Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	0
			Ensino Médio	0
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	0

**Quadro 1.16 - Número de Estabelecimentos de Ensino por Município, Situação de Domicílio, Dependência Administrativa, Nível de Ensino, 2010**

Município	Situação de Domicílio	Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Quantidade de Estabelecimentos (Und)
		Municipal	Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	0
			Ensino Médio	0
			Educação de Jovens e Adultos	2
			Educação Infantil	39
			Ensino Fundamental	41
		Privada	Ensino Médio	0
			Educação de Jovens e Adultos	0
			Educação Infantil	1
			Ensino Fundamental	1
			Ensino Médio	0
			Urbana	Estadual
	Educação Infantil	0		
	Ensino Fundamental	0		
	Ensino Médio	2		
	Federal	Educação de Jovens e Adultos		0
		Educação Infantil		0
		Ensino Fundamental		0
		Ensino Médio		0
	Municipal	Educação de Jovens e Adultos		5
		Educação Infantil		5
		Ensino Fundamental		6
		Ensino Médio		0
	Privada	Educação de Jovens e Adultos	0	
Educação Infantil		2		
Ensino Fundamental		2		
Ensino Médio		0		
Itajuípe	Rural	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	0
			Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	0
			Ensino Médio	0
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	0
			Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	0
			Ensino Médio	0
		Municipal	Educação de Jovens e Adultos	3
			Educação Infantil	20
			Ensino Fundamental	24
			Ensino Médio	0
Privada	Educação de Jovens e Adultos	0		
	Educação Infantil	0		
	Ensino Fundamental	0		
	Ensino Médio	0		
Itajuípe	Rural	Privada	Ensino Fundamental	0
			Ensino Médio	0
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	2
			Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	2
			Ensino Médio	1
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	0

**Quadro 1.16 - Número de Estabelecimentos de Ensino por Município, Situação de Domicílio, Dependência Administrativa, Nível de Ensino, 2010**

Município	Situação de Domicílio	Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Quantidade de Estabelecimentos (Und)		
		Municipal	Educação Infantil	0		
			Ensino Fundamental	0		
			Ensino Médio	0		
			Educação de Jovens e Adultos	11		
			Educação Infantil	13		
			Ensino Fundamental	15		
		Privada	Ensino Médio	0		
			Educação de Jovens e Adultos	0		
			Educação Infantil	2		
			Ensino Fundamental	2		
			Ensino Médio	0		
Uruçuca	Rural	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	0		
			Educação Infantil	0		
			Ensino Fundamental	0		
			Ensino Médio	0		
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	0		
			Educação Infantil	0		
			Ensino Fundamental	0		
			Ensino Médio	0		
			Municipal	Educação de Jovens e Adultos	20	
				Educação Infantil	39	
		Ensino Fundamental		41		
		Ensino Médio		0		
		Privada	Educação de Jovens e Adultos	0		
			Educação Infantil	1		
			Ensino Fundamental	1		
			Ensino Médio	0		
			Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	2
					Educação Infantil	0
	Ensino Fundamental	1				
	Ensino Médio	2				
	Federal	Educação de Jovens e Adultos		0		
		Educação Infantil		0		
		Ensino Fundamental	0			
		Ensino Médio	0			
Municipal	Educação de Jovens e Adultos	4				
	Educação Infantil	4				
	Ensino Fundamental	5				
	Ensino Médio	0				
Uruçuca	Urbana	Privada	Educação de Jovens e Adultos	0		
			Educação Infantil	2		
			Ensino Fundamental	2		
			Ensino Médio	0		

Fonte: SEC/MEC/INEP, 2010.

A grande maioria das matrículas realizadas, em 2007, no município de Ilhéus, como na maioria dos municípios da AII do empreendimento (**Quadro 1.17**), era destinada ao ensino fundamental, embora a taxa registrada de 69,6% fosse ligeiramente inferior à média estadual

de 71,3%. Já o número de matrículas no ensino médio supera a média estadual, em 2,3 pontos percentuais, e só é inferior aos de Barro Preto e de Itabuna.

**Quadro 1.17 - Número de Matrículas - 2007**

Municípios	Pré-escolar	Fundamental	Médio
Barro Preto	12,2%	65,9%	21,9%
Coaraci	14,7%	74,1%	11,2%
Ilhéus	10,4%	69,6%	20,0%
Itabuna	11,9%	67,1%	21,1%
Itajuípe	15,2%	72,1%	12,7%
Itacaré	14,3%	71,4%	14,3%
Uruçuca	13,6%	67,0%	19,4%
BAHIA	11%	71,3%	17,7%

Fonte: IBGE (2007).

Esse quadro evidencia o afunilamento do ensino, que se inicia já a partir das primeiras séries do ensino fundamental, limite do nível de escolaridade da maioria da população rural do Estado. As unidades de ensino de nível médio pertencem exclusivamente à rede pública estadual e à rede privada.

Em 2010 (**Quadro 1.18**) as matrículas ofertadas pelos municípios mantiveram características semelhantes as do ano de 2000, isto é, concentradas no ensino fundamental. A rede pública municipal é quem mais oferta vagas na zona rural e a rede estadual fica responsável, sobretudo, em gestar a oferta de vagas no ensino médio na área urbana. Porém, em quase todos os municípios o ensino fundamental é ofertado pelas redes públicas municipal e estadual. Vale ressaltar, que na área urbana há o predomínio da rede estadual, enquanto na zona rural a oferta de educação infantil, fundamental e de Jovens e Adultos (EJA) é basicamente municipal. O município de Uruçuca tem a oferta de vagas da rede privada em área rural, o que se constitui como uma exceção entre os demais municípios, além de Ilhéus e Itabuna (ambos concentram a maior quantidade de vagas ofertadas na AID) que detém uma grande rede de ensino, inclusive, com o incremento recente de um instituto federal de ensino médio e técnico, o IFBA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia). Embora Uruçuca apresente uma quantidade de oferta concentrada no ensino fundamental gestado pela rede pública, o Município possui um campus avançado de ensino técnico do IFBaiano (instituição federal de ensino semelhante ao IFBA)<sup>12</sup>.

A municipalização do ensino se adequa à política educacional desenvolvida nos últimos três governos em âmbito federal que visa a transferência direta de recursos para a educação e o estabelecimento de receitas carimbadas para esta área social por meio de fundos (FUNDEB, antigo FUNDEF).

<sup>12</sup> Endereço virtual da instituição: <<http://www.ifbaiano.edu.br/portal/>> Acesso em 27/mar. 2012.

**Quadro 1.18 - Matrícula Inicial por Município, Situação de Domicílio, Dependência Administrativa e Nível de Ensino, 2010**

Município	Situação de Domicílio	Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Quantidade de Matrícula (Und)	
Barro Preto	Rural	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	0	
			Educação Infantil	0	
			Ensino Fundamental	0	
			Ensino Médio	0	
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	0	
			Educação Infantil	0	
			Ensino Fundamental	0	
			Ensino Médio	0	
		Municipal	Educação de Jovens e Adultos	43	
			Educação Infantil	64	
			Ensino Fundamental	207	
			Ensino Médio	0	
		Privada	Educação de Jovens e Adultos	0	
			Educação Infantil	0	
			Ensino Fundamental	0	
			Ensino Médio	0	
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	0	
			Educação Infantil	0	
			Ensino Fundamental	18	
			Ensino Médio	463	
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	0	
			Educação Infantil	0	
			Ensino Fundamental	0	
			Ensino Médio	0	
Municipal		Educação de Jovens e Adultos	230		
		Educação Infantil	286		
		Ensino Fundamental	971		
		Ensino Médio	0		
Privada		Educação de Jovens e Adultos	0		
		Educação Infantil	32		
		Ensino Fundamental	0		
		Ensino Médio	0		
Coaraci		Rural	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	0
				Educação Infantil	0
	Ensino Fundamental			0	
	Ensino Médio			0	
	Federal		Educação de Jovens e Adultos	0	
			Educação Infantil	0	
			Ensino Fundamental	0	
			Ensino Médio	0	
Coaraci	Rural	Municipal	Educação de Jovens e Adultos	154	
			Educação Infantil	109	
			Ensino Fundamental	499	
			Ensino Médio	0	
		Privada	Educação de Jovens e Adultos	0	
			Educação Infantil	0	
			Ensino Fundamental	0	
			Ensino Médio	0	
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	360	
			Educação Infantil	0	
			Ensino Fundamental	510	
			Ensino Médio	751	
Federal	Educação de Jovens e Adultos	0			
	Educação Infantil	0			
	Ensino Fundamental	0			
	Ensino Médio	0			
Municipal	Educação de Jovens e Adultos	703			
	Educação Infantil	607			

**Quadro 1.18 - Matrícula Inicial por Município, Situação de Domicílio, Dependência Administrativa e Nível de Ensino, 2010**

Município	Situação de Domicílio	Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Quantidade de Matrícula (Und)		
		Privada	Ensino Fundamental	2.499		
			Ensino Médio	0		
			Educação de Jovens e Adultos	0		
			Educação Infantil	285		
			Ensino Fundamental	547		
			Ensino Médio	117		
Ilhéus	Rural	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	568		
			Educação Infantil	116		
			Ensino Fundamental	833		
			Ensino Médio	183		
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	0		
			Educação Infantil	0		
			Ensino Fundamental	0		
			Ensino Médio	0		
		Municipal	Educação de Jovens e Adultos	1.297		
			Educação Infantil	915		
			Ensino Fundamental	4.536		
			Ensino Médio	0		
	Privada	Educação de Jovens e Adultos	0			
		Educação Infantil	0			
		Ensino Fundamental	0			
		Ensino Médio	0			
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	2.737		
			Educação Infantil	0		
Ensino Fundamental			6.250			
Ensino Médio			6.509			
Ilhéus			Urbana	Federal	Educação de Jovens e Adultos	0
					Educação Infantil	0
	Ensino Fundamental	0				
	Ensino Médio	0				
	Municipal	Educação de Jovens e Adultos		2.721		
		Educação Infantil		1.946		
		Ensino Fundamental		13.660		
		Ensino Médio		0		
Privada	Educação de Jovens e Adultos	25				
	Educação Infantil	2.159				
	Ensino Fundamental	3.527				
	Ensino Médio	810				
Itabuna	Rural	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	0		
			Educação Infantil	0		
			Ensino Fundamental	0		
			Ensino Médio	0		
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	0		
			Educação Infantil	0		
			Ensino Fundamental	0		
			Ensino Médio	0		
		Municipal	Educação de Jovens e Adultos	67		
			Educação Infantil	275		
			Ensino Fundamental	645		
			Ensino Médio	0		
	Privada	Educação de Jovens e Adultos	0			
		Educação Infantil	0			
		Ensino Fundamental	0			
		Ensino Médio	0			
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	3.434		
			Educação Infantil	0		
Ensino Fundamental			9.542			
Ensino Médio			7.397			
Federal			Educação de Jovens e Adultos	0		
			Educação Infantil	0		



**Quadro 1.18 - Matrícula Inicial por Município, Situação de Domicílio, Dependência Administrativa e Nível de Ensino, 2010**

Município	Situação de Domicílio	Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Quantidade de Matrícula (Und)		
		Municipal	Ensino Fundamental	0		
			Ensino Médio	0		
			Educação de Jovens e Adultos	2.892		
			Educação Infantil	4.527		
			Ensino Fundamental	14.101		
			Ensino Médio	0		
		Privada	Educação de Jovens e Adultos	0		
			Educação Infantil	1.701		
			Ensino Fundamental	6.049		
			Ensino Médio	1.384		
		Itacaré	Rural	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	0
					Educação Infantil	0
Ensino Fundamental	0					
Ensino Médio	0					
Federal	Educação de Jovens e Adultos			0		
	Educação Infantil			0		
	Ensino Fundamental			0		
	Ensino Médio			0		
Municipal	Educação de Jovens e Adultos			28		
	Educação Infantil			343		
	Ensino Fundamental			1.335		
	Ensino Médio			0		
Privada	Educação de Jovens e Adultos			0		
	Educação Infantil			12		
	Ensino Fundamental			24		
	Ensino Médio			0		
Urbana	Estadual		Educação de Jovens e Adultos	234		
			Educação Infantil	0		
			Ensino Fundamental	0		
			Ensino Médio	793		
	Federal		Educação de Jovens e Adultos	0		
			Educação Infantil	0		
			Ensino Fundamental	0		
			Ensino Médio	0		
	Municipal		Educação de Jovens e Adultos	605		
			Educação Infantil	751		
			Ensino Fundamental	3.372		
			Ensino Médio	0		
Privada	Educação de Jovens e Adultos	0				
	Educação Infantil	85				
	Ensino Fundamental	179				
	Ensino Médio	0				
Uruçuca	Rural	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	0		
			Educação Infantil	0		
			Ensino Fundamental	0		
			Ensino Médio	0		
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	0		
			Educação Infantil	0		
			Ensino Fundamental	0		
			Ensino Médio	0		
		Municipal	Educação de Jovens e Adultos	364		
			Educação Infantil	242		
			Ensino Fundamental	874		
			Ensino Médio	0		
Uruçuca	Rural	Privada	Educação de Jovens e Adultos	0		
			Educação Infantil	16		
			Ensino Fundamental	44		
			Ensino Médio	0		
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	385		
			Educação Infantil	0		

**Quadro 1.18 - Matrícula Inicial por Município, Situação de Domicílio, Dependência Administrativa e Nível de Ensino, 2010**

Município	Situação de Domicílio	Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Quantidade de Matrícula (Und)
			Ensino Fundamental	152
			Ensino Médio	880
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	0
			Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	0
			Ensino Médio	0
		Municipal	Educação de Jovens e Adultos	916
			Educação Infantil	488
			Ensino Fundamental	3.332
			Ensino Médio	0
		Privada	Educação de Jovens e Adultos	0
			Educação Infantil	72
			Ensino Fundamental	148
			Ensino Médio	0

Fonte: SEC/MEC/INEP, 2010.

A implantação, em 2003, do Programa Bolsa Família vem contribuindo para a redução da evasão escolar e do trabalho infantil. Avanços são percebidos nos depoimentos de professores consultados nas áreas rurais e de gestores públicos da educação. Em 2000, a maioria dos municípios mantinha mais de 85% das crianças, de 7 a 14 anos, frequentando a escola. Itabuna, Barro Preto e Itajuípe mantinham mais de 90%, na faixa de 7 a 14 anos, frequentando a sala de aula. Em Barro Preto, a frequência escolar, dos 10 a 14 anos, chegava a 95%.

No período estudado, o tempo de permanência na escola também apresentou resultados positivos. De uma forma geral, todos os municípios reduziram sua proporção da população com menos de 4 e de 8 anos de estudo, embora esse ganho tenha sido menos significativo na proporção da população com menos de 8 anos de estudo. Os levantamentos de campo comprovam que, entre a população adulta das áreas rurais, o tempo de estudo ainda está limitado às primeiras séries do fundamental.

A taxa de analfabetismo na população jovem (de 7 a 24 anos) foi reduzida significativamente, em todos os municípios e em todas as faixas de idade, no período 1991-2000, como pode ser observado no **Quadro 1.19**, a seguir. Itacaré que em 1991 apresentava uma taxa média de analfabetismo, em torno de 48,38%, a pior da AII, em 2000, conseguiu reduzir esse índice para 19,58%. Itabuna, com uma taxa média de analfabetismo entre os jovens de 7,73%, em 2000, apresentava o melhor resultado a região, superando Ilhéus, cuja taxa era de aproximadamente 11,65%.

**Quadro 1.19 - Taxa de Analfabetismo e Tempo de Estudo, por Faixa Etária**

Município	Faixa de Idade	Taxa de Analfabetismo		% Com Menos de 4 Anos de Estudo		% Com Menos de 8 Anos de Estudo		Frequentando a Escola	
		1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Barro Preto	7 a 14	56,7	18,9	-	-	-	-	50,8	92,6
	10 a 14	43,8	9,9	93,4	65,0	-	-	57,6	95,0
	15 a 17	20,1	4,5	62,6	35,3	99,5	89,2	47,9	81,5
	18 a 24	37,3	13,0	65,4	36,6	91,0	71,3	-	-
Coaraci	7 a 14	49,4	21,2	-	-	-	-	56,0	86,9
	10 a 14	39,4	9,9	85,2	74,4	-	-	62,1	91,8
	15 a 17	29,3	6,8	62,5	46,5	91,2	88,3	54,1	79,8

**Quadro 1.19 - Taxa de Analfabetismo e Tempo de Estudo, por Faixa Etária**

Município	Faixa de Idade	Taxa de Analfabetismo		% Com Menos de 4 Anos de Estudo		% Com Menos de 8 Anos de Estudo		Frequentando a Escola	
		1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
	18 a 24	30,4	15,4	51,8	37,4	80,6	69,8	-	-
	7 a 14	45,2	19,2	-	-	-	-	62,6	88,4
Ilhéus	10 a 14	33,5	10,9	81,5	61,7	-	-	68,6	90,2
	15 a 17	26,9	6,7	54,8	28,4	91,7	77,4	54,8	77,2
	18 a 24	29,4	9,8	48,4	29,2	78,3	62,9	-	-
	7 a 14	31,4	13,7	-	-	-	-	72,2	93,0
Itabuna	10 a 14	21,8	7,4	69,7	52,2	-	-	75,2	93,1
	15 a 17	13,7	4,0	39,2	21,9	88,3	69,3	57,9	80,8
	18 a 24	13,6	5,8	27,0	21,0	65,3	52,0	-	-
	7 a 14	62,2	30,8	-	-	-	-	44,5	86,5
Itacaré	10 a 14	50,1	15,4	97,0	84,9	-	-	47,6	91,0
	15 a 17	37,7	10,0	81,4	55,2	98,4	93,7	36,7	66,6
	18 a 24	43,5	22,1	75,5	53,7	95,5	84,5	-	-
	7 a 14	49,3	19,9	-	-	-	-	63,2	90,9
Itajuípe	10 a 14	39,7	11,2	87,8	66,0	-	-	66,7	90,7
	15 a 17	32,4	4,3	62,4	31,1	95,5	90,1	56,7	80,3
	18 a 24	33,2	10,7	54,5	31,7	79,9	74,4	-	-
	7 a 14	49,6	24,7	-	-	-	-	69,1	85,6
Uruçuca	10 a 14	38,6	21,6	88,8	64,3	-	-	61,2	83,0
	15 a 17	25,3	13,4	62,0	32,1	97,1	90,6	50,6	76,6
	18 a 24	37,2	15,3	60,8	32,0	86,1	65,8	-	-

Fonte: Atlas PNUD.

O analfabetismo entre adultos (de 25 anos ou mais), nos municípios que compõem a AII do empreendimento, também sofreu uma grande redução, no período entre 1991 e 2000. Itacaré, com 60,8%, Barro Preto, com 56,6% e Uruçuca, com 50,7%, apresentavam, em 1991, os piores resultados em termos de taxa de analfabetismo. Em 2000, essas taxas haviam caído para 43,0%, 35,8%, 44,6% e respectivamente. Apesar dos avanços registrados, o número de analfabetos em idade adulta continua extremamente elevado nestes municípios e nos demais da AII do empreendimento em questão. No ano 2000, Coaraci, Ilhéus Itabuna e Itajuípe apresentavam taxas de analfabetismo, entre adultos, de 37,9%, 24,0%, 18,6% e 34,2%, respectivamente.

O quadro comparativo das taxas de analfabetismo (**Quadro 1.20**), na faixa de 10 anos ou mais de idade, dos municípios do estado da Bahia classificava, em 2000, Itabuna e Ilhéus em 11º e 39º lugar, respectivamente, entre os municípios cuja taxa estava abaixo da média estadual, ou seja, possuíam menos analfabetos que a média obtida em todo o Estado. Itajuípe, Coaraci, Barro Preto e Uruçuca apresentavam classificações que os situavam em pior situação do que a média estadual, classificando-se, respectivamente, em 38º, 99º, 121º e 146º lugares, entre os municípios cujas taxas de analfabetismo eram maiores do que a média estadual. Neste grupo, Itacaré ocupava o 243º lugar, o pior resultado em termos de alfabetização, entre os municípios que compõem a AII.

**Quadro 1.20 - Comparativo das Taxas de Analfabetismo da População Residente, de 10 Anos ou Mais de Idade (1991-2000)**

Municípios	Taxa de Analfabetismo (%)		
	1991	2000	Classificação 2000
<b>Bahia</b>	<b>35,23</b>	<b>21,64</b>	
<b>Municípios abaixo da média da Bahia</b>			
Salvador	10,20	6,20	1
Itabuna	22,52	14,28	11
Ilhéus	34,72	19,67	39
<b>Municípios acima da média da Bahia</b>			
Itajuípe	43,02	24,84	38
Coaraci	42,89	27,34	99
Barro Preto	42,60	27,99	121
Uruçuca	48,25	28,99	146
Itacaré	54,69	32,63	243

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 (elaboração SEI).

A taxa de analfabetismo entre 1991 e 2010, (**Quadro 1.21**), aponta para a diminuição do analfabetismo em todos os municípios analisados, com destaque para Itabuna que detém a menor taxa da área, com 10,4%. A maior taxa foi registrada em Barro Preto, 26,9%. Entre os municípios da AID, o que tem maior proporção de analfabetos é Uruçuca, registrando em 2010 mais de um quinto da população, 21,9%. Comparado a 1991, todos os municípios conseguiram diminuir o analfabetismo acima dos 40% entre 1991 e 2010. O município que melhor se destacou nesse aspecto foi Ilhéus, oscilando de 34,4% em 1991 para 12,5% em 2010. Os jovens entre 15 e 24 anos apresentaram em 2010 a menor proporção de analfabetos, destacando-se o município de Itabuna com apenas 2,7% nessa faixa etária. Esse resultado, talvez se deva a presença quase total da população na área urbana, derivando uma situação econômica e, portanto, uma dinâmica de trabalho que necessita de uma formação básica educacional no que se refere a competição no mercado de trabalho. O município com maior número de jovens analfabetos é Itacaré (7,5%).

O grupo de idade acima dos 60 anos apresenta altas taxas de analfabetismo, o que se deve, em parte, ao desenho institucional – e constitucional – das políticas educacionais anteriores à Constituição de 1988. Isto é, a educação não era acessível de direito e dever ao maior conjunto da população. O município que apresenta a maior proporção de idosos analfabetos em 2010 é Itacaré (56,8%) e o que apresenta o menor é Itabuna (28,8%). A situação de Itacaré ao apresentar altos índices de analfabetismo, sendo ao total 23%, retoma o cenário de escasso desenvolvimento social e econômico até os dias atuais, apesar do município ter diminuído em mais da metade a proporção de analfabetos entre 1991 e 2010. Embora ainda não se tenha dados relevantes sobre o impacto do turismo nos indicadores sociais do Município, é perceptível em análises qualitativas o papel econômico do turismo na geração de melhores oportunidades de trabalho e políticas sociais na dinâmica local. Entre o grupo de idade dos 25 aos 59 anos, todos os municípios apresentam taxas significativas de analfabetismo, a maior registrada é a de Barro Preto (27,1%), a segunda maior é a de Itacaré (24,5%) e a menor taxa registrada é do município de Itabuna (9,0%).

**Quadro 1.21 - Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos ou mais de Idade, por Grupos de Idade, Segundo os Municípios por Território de Identidade, Bahia - 1991/2000/ 2010**

Municípios	Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos ou mais de Idade por Grupos de Idade (%)											
	Total			Grupos de Idade								
				15 Anos a 24 Anos			25 Anos a 59 Anos			60 Anos ou mais		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Barro Preto	42,9	30,0	26,3	25,7	12,6	6,2	52,8	33,3	27,1	67,5	61,3	54,8
Coaraci	42,8	30,1	23,6	31,7	11,5	4,5	43,9	34,1	22,0	68,6	58,9	50,5
Ilhéus	34,4	20,6	12,5	26,7	9,7	3,0	36,3	22,3	11,8	52,7	44,7	32,2
Itabuna	22,5	15,1	10,4	14,2	6,3	2,7	22,7	15,0	9,0	48,4	39,5	28,8
Itacaré	54,5	34,9	23,0	45,6	18,7	7,5	56,8	39,4	24,5	70,0	61,4	56,8
Itajuípe	43,6	26,9	21,8	34,0	10,8	4,5	44,9	29,5	21,2	64,5	52,5	49,5
Uruçuca	48,4	31,2	21,9	39,8	14,7	5,7	50,6	34,6	22,2	67,9	59,3	48,7

Fonte: Censo IBGE, 2010.

A melhoria na educação vem desempenhando um papel muito significativo nos resultados dos indicadores sociais, como o Índice de Desenvolvimento Social - IDS, que se utiliza do Índice do Nível de Educação - INE em sua composição (**Quadro 1.22**). O INE é um indicador utilizado pela SEI, que é calculado com base no número de matrículas, do pré-escolar ao nível superior, e o total da população. O emprego de indicadores permite a composição de um quadro de análise que agregue as condições de uma determinada população, de uma forma mais integrada, evitando a fragmentação do real e, ao mesmo tempo, permitindo estabelecer elementos de comparação com valores obtidos por outras regiões.

A análise dos resultados dos INEs municipais, apresentada pela SEI, em 2006, indica que Uruçuca apresentou o melhor escore de toda a AII do empreendimento, ocupando a 7ª posição no Estado. A segunda melhor posição foi ocupada pelo município de Ilhéus, que obteve apenas o 67º lugar no ranking estadual. Os demais, incluindo Itabuna, ficaram fora do grupo dos cem melhores resultados do Estado. A pior classificação foi obtida por Itajuípe, que se classificou apenas em 318º lugar.

**Quadro 1.22 - Índice do Nível de Educação - INE**

Município	Valor	Classificação no Estado
Barro Preto	5.021,44	136
Coaraci	4.966,14	288
Ilhéus	5.058,09	67
Itabuna	5.033,48	110
Itacaré	4.991,45	234
Itajuípe	4.955,94	318
Uruçuca	5.177,47	7

Fonte: SEI (2006).

Entre 1991 e 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano (Municipal/Educação) (**Quadro 1.23**) apresentou um ganho em todos os municípios estudados. Os valores obtidos por Itacaré o situam no último lugar, entre os municípios da AII. Uruçuca, Itajuípe e Coaraci apresentaram um bom desempenho, o que permitiu sua colocação num nível intermediário. Os dois melhores escores novamente foram registrados em Itabuna e Ilhéus.

**Quadro 1.23 - Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal (1991 e 2000)**

Município	IDHM- Educação, 1991	IDHM - Educação, 2000
Itabuna	0,727	0,848
Ilhéus	0,621	0,795
Coaraci	0,566	0,735
Uruçuca	0,510	0,707
Itajuípe	0,559	0,749
Barro Preto	0,522	0,735
Itacaré	0,417	0,681

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Na AID do empreendimento em questão, estão situadas diversas instituições de ensino superior. A Universidade Estadual de Santa Cruz, localizada na rodovia Itabuna-Ilhéus e as faculdades privadas de Ilhéus, de Madre Thais e a Dom Valfredo Tepe-Factepe, são as mais antigas.

Instalou-se em Ilhéus em 2010 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBa, cujo *campus* oferece cursos técnicos integrados ao ensino médio e subsequentes (pós-médio) e também em nível de graduação, nas modalidades de bacharelado e engenharias, licenciaturas e graduações tecnológicas. Estas IES oferecem uma grande variedade de cursos de graduação e pós-graduação (especialização), como pode-se observar nos **Quadros 1.24 e 1.25**, tais como Agronomia, Engenharia Civil e de Produção, Biologia, Nutrição Enfermagem, Medicina Veterinária, Ciências da Computação, Comunicação Social, Direito e inúmeras outras. Destacam-se ainda os programas de mestrado e doutorado, voltados para Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Cultura e Turismo, Genética e Biologia Molecular, Zoologia Aplicada, Sistemas Aquáticos Tropicais, Produção Vegetal, Ciência Animal. Dentre estes cursos tem tido destaque nos últimos anos o aumento de vagas resultante da modalidade de Ensino a Distância. Embora permita “pulverizar” a oferta de ensino superior, é possível verificar que tais matrículas concentram-se na AID. Em 2008, apenas Ilhéus e Itabuna tiveram oferta de ensino superior privado e público. A variedade de cursos corresponde a uma demanda regionalizada, atendendo ao contexto socioeconômico da região.

**Quadro 1.24 - Candidatos ao Concurso Vestibular, Vagas Oferecidas, Matrícula e Conclusão por Áreas e Cursos nas Instituições de Ensino Superior de Ilhéus, 2008**

Área	Curso	Inscritos por Vestibular (Und)	Inscritos Totais (Und)	Vagas no Vestibular (Und)	Vagas Totais (Und)	Matrícula (Und)	Conclusão (Und)
Agricultura e veterinária - Produção agrícola e pecuária	Agronomia	328	328	50	50	215	37
Agricultura e veterinária - Veterinária	Medicina veterinária	498	498	50	50	238	41
Ciências, matemática e computação - Biologia e bioquímica	Biomedicina	569	569	30	30	98	9
	Ciências biológicas	401	401	30	30	114	28
Ciências, matemática e computação - Ciência da computação	Ciência da computação	564	564	60	60	243	63
Ciências, matemática e computação - Física	Física	57	57	20	20	64	3
Ciências, matemática e computação - Matemática	Matemática	54	54	30	30	88	5

**Quadro 1.24 - Candidatos ao Concurso Vestibular, Vagas Oferecidas, Matrícula e Conclusão por Áreas e Cursos nas Instituições de Ensino Superior de Ilhéus, 2008**

Área	Curso	Inscritos por Vestibular (Und)	Inscritos Totais (Und)	Vagas no Vestibular (Und)	Vagas Totais (Und)	Matrícula (Und)	Conclusão (Und)
Ciências sociais, negócios e direito - Contabilidade e tributação	Ciências contábeis	403	453	95	130	356	57
Ciências sociais, negócios e direito - Direito	Direito	2.208	2.228	280	300	679	163
Ciências sociais, negócios e direito - Economia	Economia	453	453	100	100	422	97
Ciências sociais, negócios e direito - Gerenciamento e administração	Administração	1.422	1.476	445	500	1.121	176
Ciências sociais, negócios e direito - Jornalismo e reportagem	Comunicação social (redação e conteúdo)	568	568	50	50	151	73
Educação - Ciências da educação	Pedagogia	631	631	80	80	353	74
Educação - Formação de professor da educação básica	Formação de professor de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental	0	0	0	0	196	0
Educação - Formação de professor de disciplinas profissionais	Formação de professor de educação física	515	515	40	40	156	27
Educação - Formação de professor de matérias específicas	Formação de professor de biologia	267	267	40	40	317	27
	Formação de professor de filosofia	310	310	60	60	157	38
	Formação de professor de física	84	84	20	20	76	13
	Formação de professor de geografia	244	244	40	40	206	48
	Formação de professor de história	612	612	60	60	174	54
	Formação de professor de letras	460	460	80	80	361	143
	Formação de professor de matemática	199	199	40	40	166	11
	Formação de professor de química	126	126	30	30	100	13
Engenharia, produção e construção - Engenharia e profissões de engenharia (cursos gerais)	Engenharia de produção	404	404	60	60	207	0
Humanidades e artes - Línguas e culturas estrangeiras	Segundas línguas	270	270	30	30	110	17
Saúde e bem estar social - Enfermagem e atenção primária (assistência básica)	Enfermagem	1.720	1.740	350	360	348	57
Saúde e bem estar social - Medicina	Medicina	1.568	1.568	40	40	247	40
Saúde e bem estar social - Terapia e reabilitação	Nutrição	215	215	200	200	41	0

Fonte: SEC/MEC/INEP.

**Quadro 1.25 - Candidatos ao Concurso Vestibular, Vagas Oferecidas, Matrícula e Conclusão por Áreas e Cursos nas Instituições de Ensino Superior de Itabuna, 2008**

Área	Curso	Inscritos por Vestibular (Und)	Inscritos Totais (Und)	Vagas no Vestibular (Und)	Vagas Totais (Und)	Matrícula (Und)	Conclusão (Und)
Ciências, matemática e computação - Processamento da informação	Sistemas de informação	83	83	100	100	112	20
Ciências sociais, negócios e direito - Contabilidade e tributação	Ciências contábeis	64	64	100	100	576	111
Ciências sociais, negócios e direito - Direito	Direito	555	555	400	400	882	78
Ciências sociais, negócios e direito - Gerenciamento e administração	Administração	348	348	400	400	1.524	179
Ciências sociais, negócios e direito - Jornalismo e reportagem	Comunicação social (redação e conteúdo)	161	161	300	300	200	17
Ciências sociais, negócios e direito - Psicologia	Psicologia	136	136	240	240	577	49
Educação - Ciências da educação	Pedagogia	60	60	200	200	226	0
Engenharia, produção e construção - Engenharia civil e de construção	Engenharia civil	144	144	100	100	117	0
Engenharia, produção e construção - Engenharia e profissões de engenharia (cursos gerais)	Engenharia	120	120	160	160	130	27
Saúde e bem estar social - Enfermagem e atenção primária (assistência básica)	Enfermagem	284	284	100	100	236	126
Saúde e bem estar social - Farmácia	Farmácia	71	71	200	200	299	0
Saúde e bem estar social - Saúde (cursos gerais)	Educação física	102	102	500	500	686	106
Saúde e bem estar social - Serviço social e orientação	Serviço social	56	56	200	200	258	0
Saúde e bem estar social - Terapia e reabilitação	Fisioterapia	253	253	300	300	661	0
	Nutrição	132	132	160	160	223	0
Serviços - Viagens, turismo e lazer	Turismo	32	32	100	100	59	59

Fonte: SEC/MEC/INEP.

Na área da formação técnica e profissionalizante, existe, além dos cursos de nível técnico oferecidos pelas IES, uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI), que procura qualificar mão de obra para atuar, em especial, no Polo Industrial de Iguape.

As taxas de aprovação e reprovação no ensino fundamental e médio apontam, como pode ser observado no **Quadro 1.26**, a seguir, que as melhores taxas de aprovação no ensino fundamental estão em Itacaré e Uruçuca: 89,8% e 84,7%, respectivamente. A maior reprovação ocorreu em Ilhéus: 23,4%. No ensino médio, a maior aprovação foi em Itacaré, sendo, em 2009, de 76,7%. As taxas de abandono aumentam consideravelmente no ensino médio, em comparação ao ensino fundamental. Em 2009, a maior taxa foi a de Coaraci, com o abandono de 24,2% dos alunos matriculados. A razão desse aumento considerável sugere que as políticas públicas do ensino médio são ineficazes, no que concerne à permanência das pessoas na escola. Significa também que estudar fica mais doloroso quando se tem que dividir o tempo e a atenção com o trabalho. O fato da oferta de ensino médio ocorrer exclusivamente na zona urbana pode ser um fator que promova a evasão escolar, uma vez que se torna mais



cansativo e difícil manter a rotina entre as zonas urbana e rural, anda mais quando alguns governos não se responsabilizam em fornecer transporte escolar, devendo o estudante arcar com este custo.

**Quadro 1.26 - Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono no Ensino Fundamental e Médio, Bahia 2009 (em %)**

Municípios	Nível de Ensino	Aprovação	Reprovação	Abandono
<b>Barro Preto</b>	Ensino Fundamental	79,5	16,6	5,2
	Ensino Médio	70,7	5,3	24,0
<b>Coaraci</b>	Ensino Fundamental	71,3	18,3	19,2
	Ensino Médio	72,8	3,0	24,2
<b>Itajuípe</b>	Ensino Fundamental	78,7	11,5	8,0
	Ensino Médio	65,3	11,9	22,8
<b>Ilhéus</b>	Ensino Fundamental	67,1	23,4	6,9
	Ensino Médio	63,1	16,6	20,3
<b>Itabuna</b>	Ensino Fundamental	67,9	20,2	8,3
	Ensino Médio	65,0	15,9	19,1
<b>Itacaré</b>	Ensino Fundamental	89,8	6,7	14,5
	Ensino Médio	76,7	4,8	18,5
<b>Uruçuca</b>	Ensino Fundamental	84,7	10,0	11,6
	Ensino Médio	68,1	7,9	24,0

Fonte: SEC/MEC/INEP.  
Infraestrutura de Serviços Públicos

### 1.1.7 Condições Gerais de Infraestrutura e de Serviços Públicos

- Índice de Infraestrutura

O Índice de Infraestrutura (INF) é um indicador abrangente para a análise das condições gerais dos serviços que são oferecidos às comunidades, pois envolve consumo de energia, comunicações e serviços. Na composição de sua fórmula, entram como variáveis o consumo total de energia elétrica (EEN) para cada 1000 habitantes, o número total de terminais telefônicos em serviço para cada mil habitantes (TEL) e o número de estabelecimentos bancários (BAN), comerciais e de serviços (ECS) em funcionamento para cada mil habitantes.

$$INF = \sqrt[4]{EEN \cdot TEL \cdot BAN \cdot ECS}$$

Trata-se de um indicador cuja composição valoriza apenas os aspectos econômicos da infraestrutura municipal (**Quadro 1.27**), não considerando equipamentos públicos, nas áreas de saúde e educação, que possuem indicadores próprios e que são analisados nos itens específicos deste diagnóstico.

**Quadro 1.27 - Índices Municipais de Desenvolvimento Econômico e Social**

Municípios	IDE	Classif.	INF	Classif.	IQM	Classif.	IPM	Classif.
Barro Preto	4.987,97	200°	4.957,94	293°	5.022,06	82°	4.984,13	395°
Coaraci	5.006,05	114°	5.043,72	79°	4.986,86	201°	4.987,80	151°
Ilhéus	5.081,78	18°	5.078,76	44°	5.069,24	33°	5.097,38	11°
Itabuna	5.110,21	13°	5.135,75	19°	5.094,30	20°	5.100,69	9°
Itacaré	5.043,00	44°	5.070,89	51°	5.071,44	31°	4.987,14	167°
Itajuípe	5.021,38	65°	5.064,65	57°	5.011,31	106°	4.988,48	131°
Uruçuca	5.060,64	31°	5.149,71	15°	5.046,87	48°	4.986,67	191°

Fonte: SEI, 2009.

A análise da situação da infraestrutura da AII indica que Barro Preto neste indicador (INF) se afasta da média dos demais municípios, ocupando a 293ª posição no ranking estadual. Os melhores resultados foram registrados em Uruçuca e Itabuna. Os demais ocupam posições intermediárias.

Em 2006, o município de Ilhéus obteve 5.078,76 no índice de infraestrutura, ocupando o 44º lugar no ranking estadual, posição bem inferior ao 19º lugar, obtido por Itabuna. Os melhores resultados de Ilhéus referem-se aos indicadores de natureza econômica, como o do Produto Municipal (IPD) e o da renda média dos chefes de Família (IRMCH), cujos índices garantiram, respectivamente, os 11º e 15º e lugares para o Município na classificação estadual (**Quadro 1.28**).

**Quadro 1.28 - Indicadores Econômicos e Sociais, por Componentes - Ilhéus**

Componentes	Valores	Classificação no Estado
Índice de Desenvolvimento Econômico	5.081,78	18
Índice de Desenvolvimento Social	5.097,93	23
Índice de Infraestrutura	5.078,76	44
Índice de Produto Municipal	5.097,38	11
Índice de Qualificação de Mão de Obra	5.069,24	33
Índice de Renda Média dos Chefes de Família	5.223,48	15

Fonte: SEI (2006).

Ilhéus é bem servida por transporte urbano, que atende aos bairros da sede com regularidade. Nas áreas rurais e mais afastadas da área urbana consolidada, o serviço apresenta dificuldades, muitas vezes devido à precariedade de algumas vias, que se tornam intransitáveis durante o período das chuvas. Em todas as comunidades do entorno da poligonal existem reclamações com relação a vias de acesso e aos horários de circulação dos transportes, considerados muito espaçados. A construção de uma ponte que evite a passagem pelo Distrito Industrial de Iguape é uma reivindicação antiga dos moradores de Aritaguá e Sambaituba (**Figura 1.26**).



Figura 1.26 - Estrada entre Aritaguá e Vila Olímpio, Ilhéus, 2010

- Mobilidade - Transportes e Estrutura de Rodovias

#### Transporte Aéreo

A região compreendida pela AII conta com o Aeroporto de Ilhéus/ Jorge Amado, localizado no bairro do Pontal, a 3 km do centro histórico da cidade. Este aeroporto, que atende atualmente os municípios de Ilhéus, Itabuna e Itacaré, foi inaugurado em 1939, e passou a ser administrado pela Infraero, em 1981. Seu principal problema é a extensão da pista com apenas 1.577 m (5174ft) sem *grooving* demandando uma maior atenção às condições de pouso com pista molhada. Mas sua localização também o torna pouco prático para atender a demanda turística de Itacaré. O Terminal comporta três posições, sem *fingers* para vôos comerciais. O número de passageiros aumentou, entre 2002 e 2009, embora o número de aeronaves tenha caído. O volume de cargas também apresentou uma grande redução no mesmo período.

As principais características técnicas estão indicadas a seguir:

Coordenadas: 144854S/0390200W;  
Categoria: Pública;  
Tipo de operação: VFR/IFR DIURNA/NOTURNA;  
Administração: Infraero;  
Elevação: 4 metros (15ft);  
Luzes do aeródromo:  
L21-Farol rotativo de aeródromo;  
L23 - Luzes de obstáculo;  
Designador 11/29;  
Dimensões: 1.577 x 45;  
Tipo de Piso: Asph;  
Resistência: 35/f/b/x/t;  
Comunicações: AFIS (APP 120.10); e  
Categoria requerida de aeródromo: RFFS REQ-6.

O aeroporto de Ilhéus atualmente é a principal porta de entrada para o turismo do litoral sul, junto com o aeroporto de Porto Seguro, situado mais ao sul. Seu movimento de passageiros vem crescendo, nos últimos anos, principalmente a partir de 2005, com diversos vôos diários para Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. O **Quadro 1.29** apresentado na sequência indica o movimento operacional do aeroporto de Ilhéus no período 2006-2010.

O tamanho reduzido da pista e sua localização vêm, há algum tempo, levantando discussões sobre a capacidade operacional do terminal, que teve suas operações noturnas suspensas por razões de segurança. Existem propostas para construir um novo aeroporto em Ilhéus.

**Quadro 1.29 - Movimento Operacional de Carga e Passageiros - Ilhéus**

Movimento Operacional do Aeroporto			
Ano	Aeronaves	Carga aérea	Passageiros
2006	8.440	2.368.031	306.800
2007	8.741	2.481.588	397.131
2008	9.137	2.483.274	394.435
2009	9.810	1.599.242	361.378
2010	9.708	2.619.378	412.572

Fonte: Infraero, 2011.

Na AID existe ainda o Aeroporto Tertuliano Guedes de Pinho em Itabuna que está praticamente inoperante, atuando apenas para prática de ultraleves ou quando alguma autoridade política precisa utilizá-lo. A população de Itabuna<sup>13</sup> vem reivindicando há algum tempo a reativação do aeroporto Tertuliano Guedes de Pinho que conta com uma pista pavimentada de 1.520 m e que poderia, segundo o presidente do Aeroclub local, receber vôos regionais da empresa TRIP. Essas discussões, iniciadas em 2009, não chegaram ainda a uma conclusão. O município de Uruçuca não conta com terminais aéreos ou pistas de pouso em operação.

Na AII existem adicionalmente apenas heliportos, um em Itacaré e outro em Itabuna (**Quadro 1.30**). Ambos estão sob administração privada. O de Itacaré pertence ao Resort Itacaré e possui capacidade de operação noturna e diurna. O de Itabuna pode operar apenas com luz do dia.

<sup>13</sup> A Prefeitura Municipal, representantes do Aeroclub de Itabuna e da Câmara Municipal vem promovendo reuniões com a participação do Ministério Público, a Infraero e Derba deste 2010 para discutir a reativação do aeroporto de Itabuna. Disponível em <<http://www.itabuna.ba.gov.br/noticia/list/id/2607>> e <<http://www.itabuna.ba.gov.br/noticia/list/id/1404>>.

**Quadro 1.30 - Características de Heliportos (AII)**

	<b>Itacaré/ HELPNTxai Resort ,Ba SIKI</b>	<b>ITABUNA/ HELPN Itabuna, BA - SJIB</b>
Coordenadas	142239S/ 0390038W	144925S/ 0391911W
Categoria	Privada	Privada
Tipo de operação	VFR DIURNA/NOTURNA	VFR DIURNA
Elevação	8M (26FT)	66M (217FT)
Luzes de Heliporto	L26 - Indicador de direção de vento iluminado	
Designador	27	20
Dimensões	21,5 x 21,5	26 x 26
Tipo de Piso	CONC	CONC
Resistência	4,3t	9,0t
Sistemas de luzes	L30 - Luzes de limite de área de pouso de heliportos	

Fonte: Guia de Aeródromos.

### Rodovias

A área estudada e demais municípios do Litoral Sul estão sob a jurisdição da 8ª Residência de Manutenção de Itabuna 8ª RM, conforme distribuição espacial indicada na **Figura 1.27**. As rodovias estaduais na 8ª RM englobam 1.149,10 km, sendo que, destes, apenas 353,0 km possuem revestimento de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) e 748,8 km com revestimento primário.

As rodovias federais dentro da residência somam 148,90 km com 83,7 km revestidos com CBUQ e 62,5 km de revestimento primário. A malha envolve ainda 13,30 km de acessos rodoviários.

Duas das principais rodovias que servem a região, a BA-001, rodovia litorânea que liga Ilhéus a Itacaré, e a BR-415, que faz a ligação Ilhéus-Itabuna-Floresta Azul, possuem pontos de estrangulamento que se tornarão críticos, em caso de aumento do tráfego de veículos pesados, sem um conjunto de intervenções nestes pontos.



Figura 1.27 - Rodovias do Litoral Sul

A BA-001, conhecida como rodovia ecológica, além de integrar áreas sob proteção ambiental, atravessa o centro de diversas localidades até chegar ao terminal do *Feery Boat* em Bom Despacho, na Ilha de Itaparica, o que torna pouco recomendável a circulação de veículos pesados nesta via, sem a criação de anéis rodoviários que evitem os centros urbanos.

A rodovia Itabuna-Ilhéus é uma via de mão dupla estreita e não possui acostamento em determinados pontos. A ocupação de áreas às margens, como ocorre no bairro de Salobrinho (km 16), dificulta qualquer projeto futuro de ampliação da faixa de circulação, projeto que vem sendo reivindicado há alguns anos pela população.

Na área do entorno destacam-se a rodovia BA-262, Uruçuca-Ilhéus, que possui grande importância para este estudo e para o projeto Porto Sul, por sua proximidade com a poligonal e a BA-648, igualmente importante por estar localizada ao norte da poligonal e por atender às comunidades de Aritagua, Sambaituba, Castelo Novo e outras comunidades do entorno até encontrar a BA-262, nas proximidades de Uruçuca.

A AII conta ainda com a BA-653 que liga Uruçuca a Serra Grande e com a BA-655 que faz ligação entre Uruçuca e Taboquinhas. A BR-030 liga Itacaré a Ubaitaba e também à BR-101. Mais ao sul está a A BR-251 que liga Ilhéus a Buerarema.

Itabuna está localizada às margens da rodovia BR-101 (Rodovia Governador Mário Covas), que atravessa o Estado e faz a ligação de Salvador ao extremo sul do Estado. Esta rodovia atravessa o País, ligando todos os estados litorâneos, desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul.

O município de Ilhéus possui um serviço de transportes urbano e municipal com boa cobertura e as linhas atendem às principais localidades, com regularidade. Algumas vias de acesso estão em mau estado de conservação, o que dificulta a circulação e a manutenção dos equipamentos coletivos.

A rodoviária de Ilhéus, localizada na saída oeste da cidade (Rodovia BR-415), abriga diversas companhias de ônibus, com linhas diárias para Salvador, Itabuna, Vitória no Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. São mais de quatro ônibus por dia, nos dois sentidos do trecho Ilhéus-Itabuna, e dois no de Ilhéus-Vitória no Espírito Santo.

### Transporte Ferroviário

As ferrovias baianas estão voltadas fundamentalmente para o transporte de carga (derivados de petróleo, cimento, calcário, farelo de soja, trigo e soja). Apenas alguns quilômetros de linhas nas áreas urbanas atendem o transporte de passageiros. O Estado possui 1.495 km de malha ferroviária, com bitola estreita (um metro) operada pela Ferrovia Centro Atlântica dividida em três ramais: a linha centro, com 447 km de extensão, ligando Salvador a Juazeiro; a linha sul, com 788 km, ligando Salvador a Minas Gerais, e a norte, com 260 km, que vai de Salvador a Propriá, na divisa de Sergipe e Alagoas<sup>14</sup> (**Figura 1.28**).

<sup>14</sup> Fonte: Ministério dos Transportes (2002).



Fonte: Ministério dos Transportes.

**Figura 1.28 - Rede Ferroviária Nacional**

O projeto de construção da Ferrovia Oeste-Leste previsto para ligar Ilhéus à região do oeste do Estado vai permitir o escoamento da produção do oeste baiano e o fornecimento de insumos (fertilizantes) para esta região. A ferrovia pode também vir a fazer a integração destas duas regiões, com as demais unidades da federação, através da ligação com o ramal da Ferrovia Centro Atlântica.

### Transporte Marítimo

Além dos inúmeros portos pesqueiros localizados no litoral de Ilhéus até Itacaré existe em Ilhéus o Terminal portuário da Ponta do Malhado (Porto de Ilhéus) inaugurado em 1971, para substituir o antigo porto localizado na foz do rio Cachoeira. A Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA) é a empresa do Estado da Bahia que é responsável, desde 1977, por sua administração. O Porto de Ilhéus que tem capacidade de atender até três embarcações atua tanto no transporte de carga como no de passageiros que visitam a região de Ilhéus-Itacaré em navios de cruzeiro.

Informações adicionais sobre o Porto de Ilhéus são apresentadas no item **8.3.3.1 do EIA**.

- Energia

No âmbito federal, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) é o responsável pela formulação de políticas e diretrizes voltadas para a área de energia, e a sua implantação é atribuição do ministério de Minas e Energia. A ELETROBRÁS - Centrais Elétricas do Brasil



S.A é responsável pelo desenvolvimento do Sistema Elétrico Brasileiro e, na Bahia, sua subsidiária regional é a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF - Subsistema Nordeste).

Até 2008, a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA) era responsável pela “Gestão dos serviços públicos delegados no Estado da Bahia, através da regulação e fiscalização”.<sup>15</sup> Mas, com a extinção do convênio com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), deixou de atuar na fiscalização dos serviços de energia elétrica, a partir de então.

O Sistema Integrado Nacional (SIN) coordena e controla o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil (Figura 1.29). O Estado da Bahia está interligado ao SIN, através do subsistema nordeste. A energia consumida no Estado é gerada, em parte na própria região, complementada pela importação das regiões Sudeste/Centro-Oeste, a Interligação Norte-Sudeste/Centro Oeste, pelos excedentes de energia da região Norte, Interligação Norte-Nordeste” (IMA, 2009).



Fonte: Disponível em: <http://aplicsindat.ons.org.br/sindat/>.

**Figura 1.29 - Subsistema Nordeste do SIN**

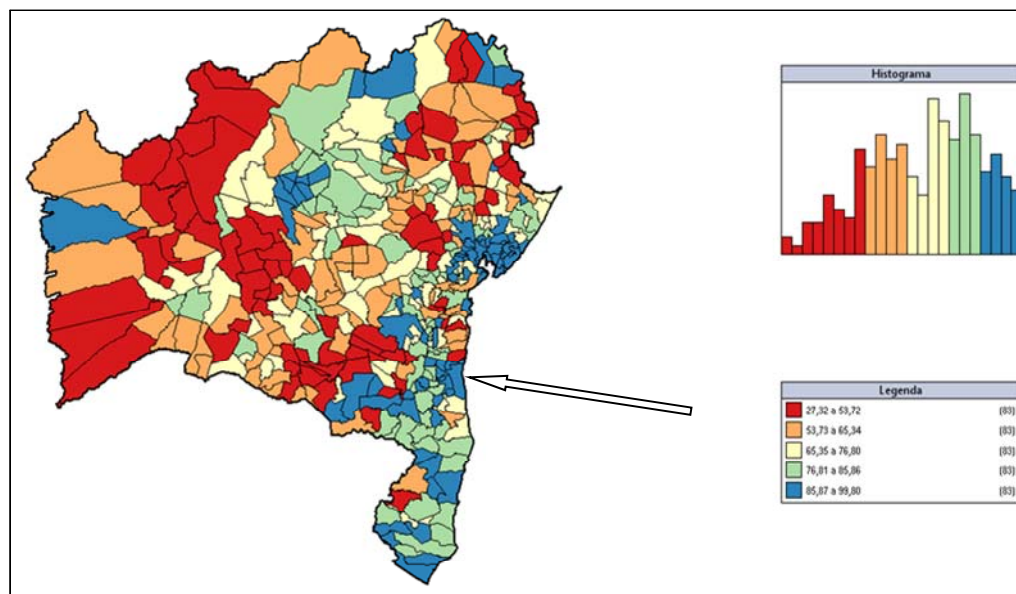
A eletricidade consumida nos municípios da AII derivam de ramificações da LT de 500 kV de Ibicoara/Sapeaçu/Camaçari. Os municípios de Ilhéus, Itabuna, Itajuípe e Barro Preto são atravessados por três linhas de transmissão, de 230 kV, a LT Funil/ Itapebi SE C-1, C-2 e C-3.

A energia no Estado é fornecida por dois circuitos em 230 kV da Subestação de Sapeaçu, a partir do circuito de 500 kV e dois outros circuitos de 230 kV, que interligam as subestações de Funil e Eunápolis, ligados a Ilhéus por linha de transmissão operada pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), empresa do grupo Neoenergia, responsável pelo

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.prodeb.ba.gov.br/modules/tinyd2/index.php?id=26>.

serviço de distribuição de energia elétrica. A sede da COELBA está localizada no bairro do Cabula VI, em Salvador. Esta empresa é responsável pelo atendimento de todos os municípios da AII e da AID do empreendimento Porto Sul que integram o Programa de Eletrificação Rural dos governos federal e estadual.

Em 2000, Ilhéus, Itabuna, Uruçuca, Itapitanga, Coaraci, Itajuípe e Barro Preto compunham o grupo de municípios que apresentavam os melhores desempenhos, em relação ao percentual de pessoas com domicílios atendidos por energia elétrica. Itacaré, por outro lado, destacava-se dos demais, por fazer parte do grupo dos municípios com os piores desempenhos do Estado (Figura 1.30).



Fonte: IBGE 2000.

**Figura 1.30 - Percentual de Pessoas com Acesso a Energia Elétrica (2000)**

Como é possível observar no **Quadro 1.31**, a quase totalidade dos municípios aumentou o seu universo de domicílios ligados a rede de energia elétrica, exceto Barro Preto que em 2000 possuía 2.037 domicílios e em 2010 diminuiu para 1.953. O município que mais cresceu o seu número de domicílios servidos por rede de energia em termos absolutos foi Itabuna, que apresenta um alto grau de urbanização. Em relação aos domicílios que possuem iluminação elétrica de variados tipos, todos os municípios apresentam a proporção superior a 80%, destacando-se Itabuna com 99,1% dos seus domicílios possuindo energia elétrica. Esse número é resultante, dentre outros fatores, do elevado nível de urbanização e da condição econômica e produtiva, o que corresponde a maiores chances de universalizar tal serviço. O município que mais cresceu na oferta de energia elétrica foi Itacaré passando de 51,6% para 82,1%, proveniente, sobretudo, do adensamento populacional e da dinâmica econômica do local através dos serviços turísticos nos níveis nacional e internacional. Os municípios da AID - Ilhéus, Itabuna e Uruçuca - revelam uma alta proporção de domicílios com iluminação elétrica, embora este último com índices ligeiramente mais modestos que os outros dois municípios da AID. Tal resultado foi impulsionado pelo Programa Federal “Luz no Campo”, que a partir de 2004 passa a se chamar “Luz para Todos”. O crescimento dessa proporção nos

municípios também pode ser interpretada pela dinamização da agricultura, necessitando da energia para o estabelecimento de processos de produção (beneficiamento, estocagem, maquinário, entre outros).

**Quadro 1.31 - Domicílios Particulares Permanentes, Segundo a Existência de Iluminação Elétrica, 2000-2010**

Município	Domicílios		Iluminação elétrica (%)	
	2000	2010	2000	2010
Barro Preto	2.037	1.953	85,0	93,2
Coaraci	6.454	6.481	87,1	96,3
Ilhéus	54.084	56.003	87,6	97,0
Itabuna	51.074	63.020	97,5	99,1
Itacaré	4.177	6.758	51,6	82,1
Itajuípe	5.545	6.400	88,6	96,8
Uruçuca	5.060	6.020	86,8	93,5

Fonte: IBGE, 2000; Censo 2010.

Os dados relativos ao consumo e ao número de domicílios podem variar significativamente, conforme as fontes utilizadas. Em Ilhéus, segundo o Atlas do PNUD, que utiliza dados do Censo Demográfico do IBGE 2000, a cobertura de atendimento de rede de energia elétrica cresceu dos 79,4%, registrados em 1991 para 86,2%, em 2000, atendendo aproximadamente 54.084 domicílios. Esta cobertura incluía ainda 4.973 unidades comerciais, 276 industriais, 543 públicas e 1.597 rurais. A COELBA indicava, no mesmo período, 43.384 consumidores atendidos.

Segundo a SEI, houve uma evolução positiva também entre 2004 e 2007 no número de consumidores e no consumo de energia em todos os municípios que compõem a AII, embora ao longo destes anos possam ter ocorrido pequenas variações nos setores industrial, comercial e público. O crescimento mais expressivo ocorreu em relação ao setor residencial e rural, refletindo de certo modo, os resultados do Programa Federal “Luz para Todos”. O número de consumidores residenciais apresentou um crescimento positivo em todo período (**Quadro 1.32**).

**Quadro 1.32 - Consumidores de Energia por Classe 2004-2007**

Ano	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Serviços e Poderes Públicos	Outros (1)	Total
<b>Ilhéus</b>							
2004	44.090	233	4.453	1.170	434	4	50.384
2005	45.679	227	4.524	1.353	436	4	52.223
2006	47.826	242	4.677	1.580	441	4	54.770
2007	50.430	255	4.969	1.631	494	4	57.783
<b>Itabuna</b>							
2004	57.505	339	5.786	379	289	9	64.307
2005	60.348	354	5.913	447	302	7	67.371
2006	62.387	355	5.919	448	294	7	69.410
2007	64.427	386	6.190	459	326	7	71.795
<b>Itacaré</b>							
2004	2.859	12	423	236	56	2	3.588
2005	3.093	19	457	276	55	2	3.902
2006	3.426	21	510	317	58	2	4.334
2007	3.820	22	550	347	61	2	4.802

**Quadro 1.32 - Consumidores de Energia por Classe 2004-2007**

Ano	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Serviços e Poderes Públicos	Outros (1)	Total
<b>Barro Preto</b>							
2004	1.404	6	90	135	31	-	1.666
2005	1.446	6	89	138	31	-	1.710
2006	1.561	6	95	137	32	-	1.831
2007	1.573	7	97	140	29	-	1.846
<b>Coaraci</b>							
2004	6.313	38	519	164	74	1	7.109
2005	6.540	37	528	167	73	1	7.346
2006	6.607	37	511	169	72	1	7.397
2007	6.812	40	524	172	74	1	7.623
<b>Itajuípe</b>							
2004	5.010	18	386	297	64	1	5.776
2005	5.189	20	392	305	67	1	5.974
2006	5.457	18	408	305	71	1	6.260
2007	5.613	19	412	310	71	1	6.426
<b>Uruçuca</b>							
2004	4.298	14	393	259	69	-	5.033
2005	4.371	13	386	266	64	-	5.100
2006	4.555	14	380	272	66	-	5.287
2007	4.871	17	390	318	69	-	5.665

Fonte: SEI, 2009.

Além do aumento no número de estabelecimentos ligados a rede de energia, o consumo também apresentou, no quadro geral, um crescimento positivo no período de 2004 a 2007 (**Quadro 1.33**). A análise do desenvolvimento de cada setor, contudo, evidencia algumas particularidades. Itacaré apresentou um aumento muito representativo no consumo de energia no setor industrial que pula dos 35.597 KWh registrados em 2004 para 320.249 KWh em 2007. O setor rural deste município também apresentou um aumento significativo no consumo de energia no mesmo período. Além de Itacaré apresentaram crescimento de consumo no setor industrial Itabuna, Coaraci, Itajuípe e Uruçuca. Ilhéus e Barro Preto apresentaram pequenas perdas no consumo de energia no setor industrial.

**Quadro 1.33 - Consumo de Energia Elétrica por Classe 2004-2007 (KWh)**

Ano	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Serviços e Poderes Públicos	Outros (1)	Total
<b>Ilhéus</b>							
2004	55.698.352	75.440.242	31.461.364	4.327.008	38.455.018	100.674	205.482.658
2005	58.443.289	75.259.702	33.864.856	4.656.146	38.259.855	90.353	210.574.201
2006	59.545.921	74.399.318	33.065.345	4.699.715	40.560.650	86.399	212.357.348
2007	65.112.459	74.964.398	35.708.695	4.511.933	40.921.800	86.559	221.305.844
<b>Itabuna</b>							
2004	70.812.559	57.379.539	43.054.485	2.065.384	24.655.910	586.194	198.554.071
2005	75.112.824	64.421.404	46.367.617	2.274.215	25.047.426	538.939	213.762.425
2006	77.662.780	69.542.117	46.349.276	2.200.416	26.209.236	524.175	222.488.000
2007	80.763.116	79.264.203	48.477.009	2.150.248	28.975.568	508.696	240.138.840
<b>Itacaré</b>							
2004	3.280.802	35.597	3.958.190	674.645	809.664	22.006	8.780.904
2005	4.062.237	35.945	4.547.868	792.253	845.326	18.971	10.302.600

**Quadro 1.33 - Consumo de Energia Elétrica por Classe 2004-2007 (KWh)**

Ano	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Serviços e Poderes Públicos	Outros (1)	Total
2006	4.563.066	242.621	4.884.788	821.093	878.315	21.452	11.411.335
2007	4.708.814	320.249	5.416.740	843.229	894.740	19.213	12.202.985
<b>Barro Preto</b>							
2004	941.025	259.637	139.387	512.624	385.847	-	2.238.520
2005	1.009.281	268.983	164.702	518.383	391.897	-	2.353.246
2006	1.041.618	256.565	171.912	528.424	408.656	-	2.407.175
2007	1.068.375	252.048	170.814	523.034	350.791	-	2.365.062
<b>Coaraci</b>							
2004	4.703.019	186.115	962.521	626.806	2.100.617	7.553	8.586.631
2005	4.987.837	161.064	1.025.189	667.585	2.210.735	7.497	9.059.907
2006	5.016.054	215.676	991.182	606.474	2.121.225	4.120	8.954.731
2007	5.132.077	278.584	1.015.988	551.893	2.015.076	1.852	8.995.470
<b>Itajuípe</b>							
2004	4.077.123	2.054.080	1.159.345	994.876	1.776.036	6.314	10.067.774
2005	4.354.340	1.900.164	1.152.683	1.035.922	1.950.326	7.819	10.401.254
2006	4.487.611	1.815.623	1.207.599	959.397	2.481.186	4.930	10.956.346
2007	4.638.743	2.400.191	1.258.399	936.329	2.191.718	3.909	11.429.289
<b>Uruçuca</b>							
2004	3.547.493	101.987	821.061	1.161.572	1.317.922	-	6.950.035
2005	3.662.756	170.290	953.454	1.260.992	1.331.693	-	7.379.185
2006	3.738.206	169.423	980.829	1.312.027	1.465.619	-	7.666.104
2007	3.837.750	170.056	979.780	1.172.431	1.443.429	-	7.603.446

Fonte SEI/COELBA, 2009.

(1) Consumidores próprios dos sistemas Coelba.

- Saneamento

Os serviços de saneamento envolvem ações voltadas para limpeza urbana, coleta de lixo e disposição de resíduos sólidos urbanos; coleta tratamento e distribuição de água; coleta e tratamento de esgotos sanitários; drenagem adequada das águas pluviais. As ações de saneamento visam à promoção da saúde pública, ajudando no controle da proliferação de vetores e focos de moléstias prejudiciais à saúde da população, garantindo as condições ambientais saudáveis.

O tratamento adequado de esgotos evita a degradação do ambiente, promovendo a preservação dos recursos hídricos e, junto com o fornecimento de água tratada, reduz, significativamente, a incidência de doenças infectocontagiosas e o número de atendimentos hospitalares. Os esgotos contêm matérias orgânicas, microrganismos patogênicos e outros elementos que precisam ser tratados, antes de serem lançados no corpo receptor.

No município de Ilhéus, o atendimento aos serviços de água e esgotos é realizado pela concessionária Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), em todas as etapas da captação até a distribuição. Nas pequenas comunidades das zonas rurais, inclusive as da AEE, o esgoto não é tratado ou coletado e a população se utiliza de fossas sépticas ou atira os dejetos diretamente nas várzeas, nos cursos d'água mais próximos e nos mangues. Apenas o distrito de Castelo Novo tem rede de esgoto, mas ela é antiga e insuficiente para a localidade. Além disso, é precária, e é possível ver esgoto correndo a céu aberto. A falta de coleta e

tratamento de esgoto também pode ser observada em algumas áreas de ocupação desordenada, nos bairros da sede municipal.

Como se pode observar no **Quadro 1.34**, diminuiu em alguns municípios a proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado entre 2000 e 2010, tendo no mesmo período aumentado em Barro Preto, Coaraci e Itacaré. O município de Ilhéus permaneceu estável. Entre as unidades onde o serviço apresentou uma retração destaca-se Itajuípe que passou de 60,8% domicílios com o esgotamento sanitário adequado, para 56,1%. Considerando que houve um aumento no número de domicílios ocupados permanentemente em quase todos os municípios, com exceção de Barro Preto, pode-se observar que a infraestrutura não correspondeu ao aumento da demanda. Na AID, os resultados apontam para uma pequena diminuição comparando-se os resultados de 2000 e 2010. Ilhéus manteve-se com 58% de esgotamento adequado no período. Em relação ao destino do lixo, todos os municípios aumentaram a proporção do serviço de coleta de lixo, exceto o município de Uruçuca, que diminuiu entre 2000 (79,3%) e 2010 (74,6%). Tal diminuição pode ser decorrente do aumento de moradias precárias, como, por exemplo, das ocupações organizadas pelo movimento dos sem-terra. O município que possui a maior proporção de coleta de lixo é Itabuna (92,7%), seguido de Coaraci (90,2%). O município de menor proporção é Itacaré (58,3%), que detém uma grande parcela dos seus domicílios em zona rural. Além disso, o crescimento econômico e o adensamento populacional, pelo visto, não acompanhou o desenvolvimento dos serviços públicos em relação aos desafios postos.

**Quadro 1.34 - Domicílios Totais com Saneamento Básico Adequado**

Município	Domicílios		Esgotamento sanitário adequado <sup>2</sup> (%)		Destino do lixo adequado <sup>3</sup> (%)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Barro Preto	2.037	1.953	62,2	68,3	66,4	75,4
Coaraci	6.433	6.481	71,2	77,8	80,6	90,2
Ilhéus	54.031	56.003	58,0	58,0	80,9	84,1
Itabuna	51.039	63.020	78,4	78,1	88,1	92,7
Itacaré	4.177	6.758	19,8	34,0	44,9	58,3
Itajuípe	5.545	6.400	60,8	56,1	81,7	86,0
Uruçuca	5.101	6.020	61,3	59,8	79,3	74,6

Fonte: IBGE, Censo Demografia 2000, Resultados do universo.

(2) Esgotamento sanitário adequado = esgotamento por rede geral ou pluvial ou fossa séptica (domicílios urbanos e rurais).

(3) Destino do lixo adequado = lixo coletado (domicílios urbanos) + lixo coletado ou queimado ou enterrado (domicílios rurais).

A EMBASA em Ilhéus mantém uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) na saída oeste, às margens da BR-415 (km 3), um pouco antes do bairro de Banco da Vitória (14°47'58"S e 39°04'42"O). O material tratado é lançado no rio Cachoeira que serve de corpo receptor. Análises das amostras do material tratado, realizadas em 2009, indicaram níveis acima dos permitidos para alumínio, chumbo, ferro, zinco e urânio. No entanto, a ETE apresentou um resultado melhor no controle e redução dos coliformes totais e *escherichia coli*, principalmente nas medições realizadas no outono, quando o índice de eficiência alcançou 99,9% (FONTES, 2008).

Em Itabuna a empresa responsável pelo abastecimento e esgotamento sanitário é a EMASA- Empresa Municipal de Águas e Saneamento. O Município apresenta uma realidade um pouco melhor. Com quase 80% dos domicílios com acesso a esgotamento sanitário considerado adequado, Itabuna se consolida como o município que possui a melhor cobertura da região.

Os **Quadros 1.35** e **1.36** apresentados a seguir mostram a abrangência do atendimento de coleta e destinação de esgotos de Ilhéus e Itabuna em 2000:

**Quadro 1.35 - Coleta e Destinação dos Esgotos - Ilhéus (2000)**

Destino dos Esgotos	Domicílios	Moradores
Rede geral de esgoto ou pluvial (a)	23.832	92.019
Fossa séptica (b)	7.484	29.373
Fossa rudimentar (c)	7.515	31.353
Vala	2.520	10.476
Rio, lago ou mar (d)	2.327	9.586
Outro escoadouro (e)	784	3.204
Não tinham banheiro nem sanitário (f)	9.569	39.247
<b>Total</b>	<b>54.031</b>	<b>215.258</b>

Fonte: IBGE/SIDRA (2000).

**Quadro 1.36 - Coleta e Destinação dos Esgotos - Itabuna (2000)**

Destino dos Esgotos	% de Domicílios
Rede geral de esgoto ou pluvial (a)	73,9
Fossa séptica (b)	3,8
Fossa rudimentar (c)	2,6
Vala	5,1
Rio, lago ou mar (d)	3,8
Outro escoadouro (e)	3,6
Não tinham banheiro nem sanitário (f)	7,3

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2000

Como se pode observar no **Quadro 1.37** a seguir, o esgotamento sanitário dos municípios da AID e AII atende à maioria dos domicílios existentes sejam na área urbana ou rural, sendo este menos recorrente dentro do conjunto dos domicílios totais. Em números absolutos, Ilhéus é o município que mais possui as fossas sépticas como destino, enquanto Itabuna é o que mais possui ligações à rede de esgoto ou pluvial. A categoria “outro” é significativa no município de Ilhéus, possuindo 16.033 domicílios nessa situação, e Itabuna possui 10.440. Foram poucos os domicílios que não tinham algum tipo de esgotamento sanitário; o menor deles em termos absolutos é Barro Preto (106 domicílios) e o maior é Ilhéus (2.727 domicílios). Nos pequenos municípios, com uma parcela significativa de domicílios na zona rural, aumenta a categoria “outros”, é o que acontece em Ilhéus (16.033 domicílios) e Itacaré (2.894 domicílios), que é o município com menor proporção (34,3%) de domicílios ligados a rede de esgoto. Coaraci é o município que mais apresenta maior proporção (85,1%) de domicílios ligados a rede de esgoto. Vale ressaltar que o número de domicílios ligados à rede de esgoto e pluvial aumentou em comparação ao ano de 2000, segundo dados apresentados anteriormente.

**Quadro 1.37 - Domicílios Particulares Permanentes, por Existência de Banheiro ou Sanitário e Tipo de Esgotamento Sanitário, Segundo os Municípios, 2010**

Municípios	Domicílios Particulares Permanentes					
	Total (1)	Existência de Banheiro ou Sanitário				
		Total (2)	Tinham			Não Tinham
			Tipo de Esgotamento Sanitário			
			Rede Geral de Esgoto ou Pluvial	Fossa Séptica	Outro	
Barro Preto	1.953	1.847	1.344	62	441	106
Coaraci	6.481	6.295	5.358	71	866	186
Ilhéus	56.003	53.276	31.097	6.146	16.033	2.727
Itabuna	63.020	61.926	49.667	1.819	10.440	1.094
Itacaré	6.758	5.547	1.905	748	2.894	1.211
Itajuípe	6.400	6.005	3.660	148	2.197	395
Uruçuca	6.020	5.598	3.136	834	1.628	422

Fonte: Censo IBGE, 2010.

- Abastecimento de Água

O sistema de abastecimento de água de Ilhéus também é operado pela Embasa, que divide o Município em três setores: o Norte, que atende às praias do litoral norte, a partir do distrito industrial onde está a ETA, distrito industrial com vazão de 75 L/s, responsável pelo atendimento a aproximadamente 40.000 ligações de água; o setor Centro, que corresponde ao centro da sede municipal do distrito industrial até a ponte do bairro do Pontal, atendido pela ETA Centro, com uma capacidade de 285 L/s, e o setor Sul, do bairro do Pontal, em direção ao Sul, onde se localiza a ETA do Pontal, com uma capacidade de 210 L/s.

A água utilizada no abastecimento de Itabuna é coletada em Castelo Novo (**Figura 1.31**), em ponto localizado no rio Almada no município de Ilhéus. A estação de tratamento ETA está situada no bairro de São Lourenço, com uma capacidade de tratamento e armazenamento de água de 900 litros por segundo. O abastecimento é completado em mais 100 L/s, segundo dados fornecidos pela ETA localizada em Ferradas. A Prefeitura de Itabuna, com os recursos do PAC, ampliou o sistema de captação de águas do Município, que passou de 600 para 900 L/s. Os recursos financiaram a construção de uma adutora ligando a Estação de Captação e Tratamento de Nova Ferradas à ETA de São Lourenço. Notícias do site oficial do município de Itabuna informam que em julho do presente ano foram anunciadas obras para a reestruturação das redes de abastecimento de água e de esgoto do Município.





**Figura 1.31 - Ponto de Captação para Abastecimento de Água de Itabuna - Castelo Novo, 2010**

Atualmente, existem dois sistemas de captação de d'água em operação em Ilhéus: o primeiro é constituído pela Barragem do Iguape e a fonte de captação é o rio Iguape. Este sistema está localizado no Distrito Industrial de Iguape. Sua capacidade de armazenamento é de 7.500.000 m<sup>3</sup> para uma área inundada de 150 ha. A adutora é de ferro dúctil cimentado, com 550 mm de diâmetro. A estação de tratamento é do tipo padrão (floculação, decantação, filtração e desinfecção) e tem capacidade para fornecer 342 L/s, com um reservatório de 700 m<sup>3</sup> de capacidade.

Um segundo sistema abastece o setor sul, captando água na barragem do rio Santana. Possui uma capacidade de 300 L/s e está voltado para atender aos bairros situados mais ao sul da cidade de Ilhéus, sendo responsável por 10.500 ligações.

O sistema de Riacho da Esperança, desativado em 1973, era constituído por uma barragem de concreto, com capacidade de armazenamento de 293 m<sup>3</sup>, uma estação de tratamento, com capacidade de 104 L/s e 4 reservatórios: Alto da Favela - 4.000 m<sup>3</sup>; Stand pipe - 1.000 m<sup>3</sup>; Pontal - 2.100 m<sup>3</sup> e da ETA - 2.000 m<sup>3</sup>. Atualmente, existem discussões para sua reativação e para a instalação de outro ponto de captação, no rio do Engenho, para ser tratado pela Estação Elevatória de Água do Pontal.

O serviço público de abastecimento de água é bastante deficiente em toda a área da AII. Apesar dos avanços registrados, entre 1991 e 2000, em média, mais de 40% dos domicílios não são atendidos pelo sistema da Embasa. Em 1991, essa média era de 57%. Em Itacaré, menos de 35% da população, em 2000, era beneficiária do sistema de abastecimento. Itabuna é o município de maior cobertura da rede de abastecimento de água da AII, mas abrange apenas 79,2% dos domicílios. Segundo o Censo 2000, em Itabuna 91,3% dos domicílios tinham acesso ao abastecimento de água a partir da rede geral; 2,5 a partir de poço ou nascente na propriedade e 6,2% através de outras formas (**Quadro 1.38**).

Ilhéus atingiu, em 2000, a marca de 60,3% de domicílios ligados à rede de abastecimento. A qualidade da água é considerada boa, pela maioria da população pesquisada. Os resultados das análises mensais da qualidade da água, em 2009, indicam que o produto está dentro da

conformidade para os principais itens medidos, com ausência de coliformes totais em 95% das amostras<sup>16</sup>.

**Quadro 1.38 - Abastecimento de Água em Ilhéus**

Formas de Abastecimento de Água	Domicílios	Moradores
Rede geral (a)	36.373	141.620
Rede geral - canalizada em pelo menos um cômodo	29.680	115.150
Rede geral - canalizada só na propriedade ou terreno	6.693	26.470
Poço ou nascente (na propriedade) (b)	12.144	51.714
Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada em pelo menos um cômodo	2.438	9.566
Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada só na propriedade ou terreno	1.082	4.218
Poço ou nascente (na propriedade) - não canalizada	8.624	37.930
Outra forma (c)	5.514	21.924
Outra forma - canalizada em pelo menos um cômodo	456	1.837
Outra forma - canalizada só na propriedade ou terreno	284	1.143
Outra forma - não canalizada	4.774	18.944
<b>Total</b>	<b>54.031</b>	<b>215.258</b>

Fonte: IBGE/SIDRA (2000).

O abastecimento de água (**Quadro 1.39**) é feito basicamente por meio de rede geral em todos os municípios analisados. O IBGE considerou metodologicamente que todos os indivíduos prescindem do acesso à água enquanto recurso para manter-se vivo, sendo assim, caracterizou de “outra” as formas de acesso à água que não obtiveram resposta ou que não se caracterizavam nas duas categorias apresentadas. Essa opção foi inferior em todos municípios comparada as demais. O município que tem a maior proporção de domicílios abastecidos pela rede geral foi Itabuna (94,3%), o que se caracteriza, decerto, pelo seu alto grau de urbanização (domicílios na zona urbana). Na AII, o município de Coaraci possui (86,2%) a sua maior parte de domicílios ligados a rede de abastecimento de água. A rede de abastecimento desses municípios oferta água tratada em Estações próprias – autarquias municipais – ou está sob gestão da EMBASA. O município mais expressivo no acesso à água em poços e similares é Itacaré, que possui 25,2% dos domicílios nessa situação. Esse resultado é responsável pela restrição da rede aos domicílios da sede municipal, apesar da existência de uma grande quantidade de localidades situadas na zona rural.

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.embasa.ba.gov.br>.

**Quadro 1.39 - Domicílios Particulares Permanentes, por Forma de Abastecimento de Água, Segundo os Municípios - Bahia - 2010**

Municípios	Domicílios particulares permanentes			
	Total (1)	Forma de abastecimento de água		
		Rede geral de distribuição	Poço ou nascente na propriedade	Outra
Barro Preto	1.953	1.470	264	219
Coaraci	6.481	5.587	309	585
Ilhéus	56.003	44.930	5.984	5.089
Itabuna	63.020	59.449	646	2.925
Itacaré	6 758	3 645	1 705	1 408
Itajuípe	6 400	5 253	573	574
Uruçuca	6 020	4 525	897	598

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração da forma de abastecimento de água.

A Vigilância Sanitária de Ilhéus (8ª Dires) integra a rede laboratorial de vigilância da qualidade da água do programa federal de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano - Vigiágua, cujo objetivo, no nível municipal, está em garantir o acesso da população a água, em quantidades e qualidades adequadas, promovendo ações de acompanhamento da qualidade do produto, de acordo com as diretrizes do SUS (**Quadro 1.40**).

**Quadro 1.40 - Evolução da Oferta de Água Tratada, 2000**

Município	1991%	2000%
Barro Preto	38,7	51,5
Coaraci	50,5	63,7
Ilhéus	47,3	60,3
Itabuna	72,2	79,2
Itacaré	13,5	34,0
Itajuípe	55,7	62,6
Uruçuca	40,4	56,5

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do PNUD.

Em comunidades menores, da área rural e do litoral norte de Ilhéus, o abastecimento é obtido basicamente através de poços privados, situados dentro dos terrenos das propriedades (**Figura 1.32**), mas existem também alguns poços comunitários, com distribuição feita por meio de redes públicas (**Figura 1.33**).



**Figura 1.32 - Poço de Abastecimento de Água - Vila Olímpio**



**Figura 1.33 - Sistema de Abastecimento de Água**

- Gestão de Resíduos Sólidos

A coleta domiciliar de lixo atende, em média, a 75% dos domicílios da AII, a 80,9%, em Ilhéus, e a 88,8%, em Itabuna, incluindo-se, nestes índices, os resíduos coletados nos domicílios urbanos somados àquele que é coletado e queimado (ou enterrado) nos domicílios rurais. Este resultado é superior aos das médias calculadas para os municípios da AII, da região econômica do Litoral Sul (50,4%), e do Estado (42,4%). O serviço é operado por empresas terceirizadas contratadas pelas prefeituras municipais. A frequência da coleta, contudo, é muitas vezes superior a uma semana e também bastante irregular, em alguns lugares. Nos pequenos aglomerados rurais, não existe um serviço de coleta domiciliar de lixo.

Considerando apenas os domicílios urbanos, a taxa de coleta de lixo doméstico em Ilhéus cresceu, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, de 67,2% para 81%, entre 1991 e 2000<sup>17</sup>.

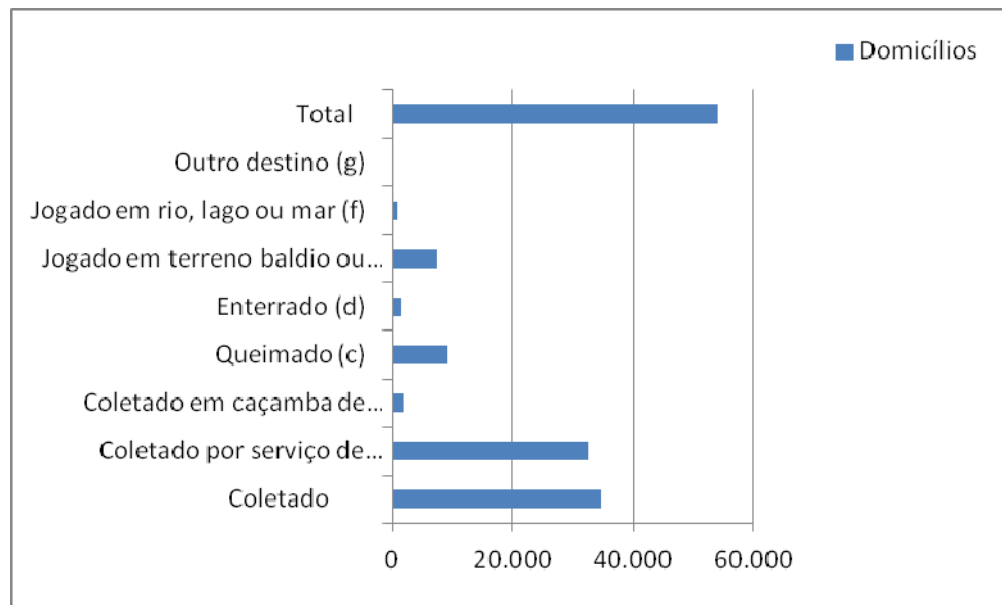
O **Quadro 1.41** e a **Figura 1.34** apresentam um retrato do atendimento no setor para o município de Ilhéus.

**Quadro 1.41 - Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos - Ilhéus**

Formas de Destinação do Lixo	Domicílios	Moradores
Coletado	34.660	133.411
Coletado por serviço de limpeza (a)	32.646	125.386
Coletado em caçamba de serviço de limpeza (b)	2.014	8.025
Queimado (c)	9.292	40.667
Enterrado (d)	1.552	6.460
Jogado em terreno baldio ou logradouro (e)	7.434	30.242
Jogado em rio, lago ou mar (f)	850	3.446
Outro destino (g)	243	1.032
<b>Total</b>	<b>54.031</b>	<b>215.258</b>

Fonte: IBGE/SIDRA, 2000.

<sup>17</sup> Somente domicílios urbanos.



Fonte: IBGE/SIDRA, 2000.

**Figura 1.34 - Destinação do Lixo**

O material coletado em Ilhéus é depositado atualmente no Lixão, localizado em Itariri, a aproximadamente 20 km ao norte da sede. Trata-se de um aterro compartilhado com o município de Uruçuca e que apresentava diversas irregularidades, entre as quais a presença de 75 famílias nas células, instaladas e sobrevivendo precariamente da exploração do lixo. No entorno deste depósito existem diversos pontos de lixo localizados às margens das vias de acesso à localidade de Itariri. No entorno do depósito existe um grande número de residências construídas, em uma localidade denominada Fazenda Porto. São residências de padrão precário, construídas com materiais improvisados e sem nenhuma infraestrutura, a não ser a rede de energia elétrica. Nelas residem famílias que vivem do lixo (badameiros).

Existe outro ponto de depósito de resíduos (lixão), localizado em Cururupi, atualmente inativo. Em fevereiro de 2009, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) deu início aos estudos para a requalificação deste aterro. Além da recuperação física, a Conder propôs a inserção de catadores, a criação de cooperativas e de programas de coleta seletiva, sob a administração conjunta de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré.

Em dezembro de 2009, houve uma reunião, entre os vereadores de Ilhéus e a Conder, para dar início à formação do Programa de Coleta Seletiva. Em maio de 2010, a experiência de requalificação e de inserção social dos catadores foi apresentada, por técnicos da Conder, no X Simpósio Ítalo-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, realizado em Maceió, como um exemplo de atuação conjunta das esferas federal, estadual e municipal.

Em algumas pequenas comunidades, é possível observar pontos onde o lixo domiciliar é queimado pelos moradores. Observa-se também uma grande quantidade de pontos onde os resíduos são depositados irregularmente pela população na sede municipal<sup>18</sup> e em comunidades pequenas do interior, formando focos de proliferação de vetores de doenças. Este material também constitui um problema ambiental ao ser arrastado pelas chuvas para os rios, mangues e praias. Embora existam iniciativas da Prefeitura e do Estado (Conder) para

<sup>18</sup> Ponto de lixo no bairro de Malhado. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=fKfmd2gAFJI>.

tratar a questão da coleta e destinação dos resíduos sólidos em Ilhéus, a situação atual pode ser avaliada pelo grande número de denúncias, efetuadas pela população em relação ao problema, formuladas nos meios de comunicação local<sup>19</sup>.

Algumas comunidades rurais contam com serviços de coleta de lixo, realizados pela Prefeitura, que recolhe os resíduos domésticos uma vez por semana, mas a grande maioria dos moradores queima o lixo na própria comunidade ou simplesmente atira nos terrenos, ao longo das estradas, formando pontos de lixo que atraem vetores de doenças e aves. Na maior parte das comunidades localizadas na região do entorno, não existe coleta de lixo domiciliar (Figuras 1.35 e 1.36).



Figura 1.35 - Ponto de Lixo Estrada de Sambaituba



Figura 1.36 - Detalhe Ponto de Lixo - Sambaituba

O **Quadro 1.42** apresenta uma visão geral do atendimento da coleta e disposição de resíduos sólidos para o município de Itabuna, demonstrando a sua evolução entre 1991 e 2000.

**Quadro 1.42 - Proporção de Moradores por Tipo de Destino de Lixo - Itabuna**

Coleta de Lixo	1991	2000
Coletado	63,9	86,4
Queimado (na propriedade)	0,8	2,5
Enterrado (na propriedade)	0,1	0,2
Jogado	34,5	10,5
Outro destino	0,8	0,5

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1991 e 2000

Conforme se observa, o município de Itabuna tinha uma situação mais adequada também na coleta e disposição de resíduos sólidos. No entanto, em 2000 cerca de 14% dos seus moradores ainda depositavam seus resíduos de forma inadequada, em especial na zona rural, assim como acontece na zona rural do município de Ilhéus, exemplificada pelas fotos apresentadas anteriormente.

Observa-se que em 2010 a maior parte dos domicílios é atendida pelo serviço de coleta de lixo, destacando-se o município de Itabuna que contabiliza 92,7% dos domicílios atendidos por essa forma. O município de Ilhéus registra 84,1% dos domicílios na mesma situação e

<sup>19</sup> Idem nota 11.

Uruçuca 74,3%. A queima do lixo é mais utilizada em Ilhéus e Uruçuca, correspondendo, respectivamente, à proporção de 10,2% e 13,9%. Proporcionalmente, a forma de destinação do lixo mais utilizada depois da coleta e queima é o uso dos terrenos baldios, aliás, algo visível nas sedes e demais localidades, especialmente nas margens das principais vias de acesso. Essa forma de destinação é utilizada em maior nível no município de Uruçuca, que possui 9% dos domicílios destinando o lixo para terrenos baldios. A destinação do lixo se constitui em uma variável dependente do grau de urbanização dos municípios (inclusive de incorporação de localidades distantes da sede), o que se verifica na proporção acentuada da coleta de lixo, nesse caso (**Quadro 1.43**).

**Quadro 1.43 - Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos – AID, 2010**

Formas de Destinação do Lixo	Domicílios		
	Ilhéus	Itabuna	Uruçuca
Coletado	47.141	58.462	4.493
Coletado por serviço de limpeza (a)	40.053	54.051	3.569
Coletado em caçamba de serviço de limpeza (b)	7.088	4.411	924
Queimado (c)	5.720	1.599	838
Enterrado (d)	279	88	59
Jogado em terreno baldio ou logradouro (e)	2.262	2.616	542
Jogado em rio, lago ou mar (f)	172	128	8
Outro destino (g)	429	127	80
<b>Total</b>	<b>56.003</b>	<b>63.020</b>	<b>6.020</b>

Fonte: IBGE, 2010.

- Comunicação

Itabuna e Ilhéus apresentam a melhor infraestrutura da região em relação aos serviços de telefonia. A responsável pelos terminais de acesso, públicos e privados, é a Concessionária Telemar. Uruçuca se afasta do quadro dos outros dois municípios da AID pelo número reduzido de terminais públicos disponíveis

Segundo a Anatel, em maio de 2010 havia em operação em Itabuna perto de 1.341 terminais públicos de telefonia (orelhões). Contudo, apenas 7 destes aparelhos estavam preparados para atender pessoas com deficiência - seis para cadeirantes e 1 para deficientes auditivos. Itabuna possui ainda 28.456 terminais individuais de acesso, com a grande maioria concentrada na sede municipal. Itamaracá conta com apenas 1 terminal individual de acesso e 2 públicos; Mutuns com 23 individuais e 4 públicos. A sede municipal possui cobertura de todas as principais operadoras de telefonia móvel.

No município de Ilhéus, segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, a Telemar possuía, em dezembro de 2009, 33.757 acessos de telefonia fixos – Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), para a comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia. Destes, 24.297 estavam em serviço. Ilhéus conta ainda com 1.429 Terminais de Acessos Públicos - TUP (orelhões). Destes, 1.149 estavam instalados na sede do Município e 280 nas demais localidades (**Quadro 1.44**).

O serviço de telefonia fixo individual e público em Uruçuca, da mesma forma que os demais municípios da AID, é administrado pela Concessionária Telemar SA/ Telemar Ba. Uruçuca dispunha no mesmo período de apenas 71 terminais de acesso público (orelhões), 51 deles localizados na sede municipal e 18 no Distrito de Serra Grande. O número de terminais fixos

privados era de 1036, a maioria deles instalados na sede municipal. O Distrito de Serra Grande conta com 139 terminais fixos individuais.

**Quadro 1.44 - Acessos a Terminais de Telefonia<sup>20</sup> - Ilhéus, 2009**

Tipos de Acessos	Quantitativo
Acessos Fixos Instalados	33.757
Acessos Fixos em Serviço	24.297
Acessos Fixos Individuais em Serviço	22.868
Terminais de acesso público	1.429

Fonte: ANATEL.

Algumas localidades, como Ribeira das Pedras e Acuípe de Baixo, só contam com um único terminal telefônico para atender a toda a comunidade e uma parte considerável destes terminais públicos, localizados nas áreas rurais, estava fora de serviço, durante o estudo de campo, por deficiência na manutenção, com terminais apresentando sinais de oxidação ou danificados. O distrito de Aritaguá conta com 55 terminais individuais de serviço fixo, mas apenas 53 em funcionamento, sendo 47 individuais e 6 públicos.

Somando-se aos outros sistemas de telefonia, o total de terminais, em 2002, atingiu 74.225, o que é insuficiente, considerando-se a população do Município. Localidades como Ponta do Ramo, Retiro, Rio do Engenho, Vila Olímpio, Valão, Assentamento Bom Gosto, Fazenda Porto, Vila Paraíso do Atlântico não possuíam sequer um terminal fixo individual.

Os serviços de telefonia oferecidos pela Telemar em Ilhéus e Itabuna incluíam: Central de Atendimento Surdo/ouvinte; 100 - Secretaria dos Direitos Humanos; 128 - Emergência no MERCOSUL; 180 - Delegacia da Mulher; 190 - Polícia Militar; 191 - Polícia Rodoviária Federal; 192 - Serviços de Ambulância; 193 - Corpo de Bombeiros; 194 - Polícia Federal; 197 - Polícia Civil; 198 - Polícia Rodoviária Estadual, e 199 - Defesa Civil.

Nas sedes municipais de Ilhéus Itabuna e Uruçuca existe uma boa cobertura para todas as operadoras de telefonia celular móvel (Oi, Tim, Claro e Vivo), mas, nas áreas rurais, o sistema demonstra deficiências, com grandes manchas de sombra, com sinal irregular ou de baixa intensidade e, ainda, ausência de sinal.

A operadora de telefonia móvel que apresenta uma maior cobertura é a Vivo, mas não atende à maioria das pequenas localidades. O acesso à internet, na cidade de Ilhéus, pode ser feito com facilidade, em bares, restaurantes hotéis e *lan houses*. As operadoras de telefonia, fixas ou móveis, também oferecem acesso domiciliar ou por modem. Fora dos limites de Ilhéus, o sinal é deficiente e o acesso só é possível nos pontos onde há rede de telefonia fixa e a operadora ofereça o serviço, ou onde haja cobertura de telefonia móvel.

A cidade de Ilhéus possui revistas e jornais impressos no próprio Município<sup>21</sup>. Neste Município, circulam ainda periódicos regionais de Itabuna e de Salvador. Existe também uma ampla rede de informativos sobre o meio ambiente, como o jornal *Encantos da Lagoa*, voltado para a APA da Lagoa Encantada e rio Almada e que está no seu 5º ano de circulação.

<sup>20</sup> Referentes apenas às concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC). Disponível em: <http://sistemas.anatel.gov.br/sgmu/>.

<sup>21</sup> Diário de Ilhéus; Agora (Itabuna); Diário do Sul (Itabuna).



Além dos meios impressos há diversos informativos digitais e *blogs* de jornalistas locais na web, com informações sobre assuntos políticos, meio ambiente e questões da cidade, do Município e da região, tais como:

- Rede Porto Sul ([www.redesuldabahia.org](http://www.redesuldabahia.org)) que se apresenta como A Rede de Coalizão Sul da Bahia Justo e Sustentável que se define como “*uma organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, comprometida com comportamentos éticos e dedicada à democratização da informação. Sua proposta é cooperar com a criação e mobilização da cidadania do Sul da Bahia, através da força conjunta de seus membros, tendo como valor essencial a justiça e a sustentabilidade, através da democracia participativa*”;
- R2CPRESS agência de Notícias ([www.r2cpres.com.br/contact](http://www.r2cpres.com.br/contact));
- Ilhéus Notícias (<http://ilheusemnoticias.blogspot.com/>);
- Blog do Correia neles (<http://cn2012.wordpress.com/2010/04/26/feriado-em-ilheus-dois/>); e
- Informe Geral Itabuna (<http://informegeralitabuna.blogspot.com/2009/12/vigilancia-sanitaria-interdita.html>).

Uruçuca e Itabuna, da mesma forma que Ilhéus, contam com uma extensa rede de informativos digitais constituídos de Blog e Sites de notícias que abordam questões locais e regionais, tais como [www.urucucaserragrande.com.br](http://www.urucucaserragrande.com.br); [urucucanoticias.blogspot.com/2011/03/urucuca-crime-cruel.html](http://urucucanoticias.blogspot.com/2011/03/urucuca-crime-cruel.html); [noticiasdeitabuna.blogspot.com](http://noticiasdeitabuna.blogspot.com) entre outros.

A região da AID conta também com algumas estações de rádio locais, AM, FM e Comunitárias<sup>22</sup>, retransmissoras de TV, com uma boa cobertura para o sinal de TV (UHF e VHF) aberta e por assinatura<sup>23</sup>. Nas áreas rurais, o sinal é captado por antenas parabólicas, que são muito comuns em praticamente todas as comunidades. Nas sedes dos distritos, além das antenas parabólicas para captação de sinal da TV aberta, existem também antenas para sinal digital de TV por assinatura.

A TV garante o acesso às informações e compensa a baixa circulação de jornais diários, limitada à sede municipal e a uma distribuição irregular nas sedes dos distritos. Segundo o blog do jornalista Roberto Rabat<sup>24</sup>, o sinal de TV aberta em Ilhéus vem apresentando problemas de instabilidade e frequentemente sai do ar. O jornalista também questiona a ausência inexplicável do sinal da TV Educativa do Estado, retirada do ar por volta de 2004.

As comunicações despontam na contemporaneidade como uma das condições básicas para a realização da política e o conjunto de elementos midiáticos atuantes em Ilhéus contribui para a constituição de um espaço público midiático onde a autorrepresentação simbólica da sociedade pode se organizar, permitindo o fortalecimento da capacidade de ação e a participação política da sociedade na gestão pública (*empowered participation*).

<sup>22</sup> Rádio Baiana AM; Rádio Cultura AM; Rádio Santa Cruz AM; Rádio Gabriela FM; Rede Aleluia FM; Rádio FM Sul; Rádio Conquista FM (rádio comunitária).

<sup>23</sup> TV Cabália (Record News); Band Bahia (Band); TV Aratu (SBT); Record Nordeste (Record); TV Sul Bahia (RIT); TV Santa Cruz (Globo)

<sup>24</sup> Disponível em: <http://www.r2cpres.com.br/contact>.

### 1.1.8 Comunidades da ADA e AEE

#### **Carobeira**

Carobeira é uma Vila do Distrito de Aritaguá dividida em Carobeira de Cima e Carobeira de Baixo. Esta pequena localidade é constituída por aproximadamente 100 domicílios ligados a rede de energia elétrica. A maior parte das casas é de alvenaria, construídas com blocos e paredes rebocadas e com cobertura de telhas cerâmicas, embora existam algumas residências construídas com material improvisado e apresentem padrão inadequado de moradia

O abastecimento de água é realizado através de uma rede ligada a um poço operado pela Prefeitura e o serviço é considerado irregular, pois é insuficiente para atender a demanda. A maioria das casas tem fossa e a coleta de lixo é realizada uma vez por semana.

A Concessionária Telemar/ BA opera 5(cinco) terminais públicos de telefonia fixa (Orelhões) nas comunidades que possui cobertura de telefonia móvel para as operadoras de telefonia móvel Vivo, Tim e Claro.

#### **Emprego e Renda**

- A maior parte da população trabalha no comércio de Ilhéus;
- Alguns moradores trabalham nas fazendas de cacau, recebendo geralmente por quinzena;
- Parte dos moradores possui roça própria onde planta banana, cacau, cajá, abacate, limão, manga, coco, jambo; e
- O fluxo migratório para São Paulo se reduziu nos últimos anos, mas ainda ocorre de forma significativa.

#### **Serviços Públicos**

- A escola atende até a quarta série do ensino fundamental;
- O transporte escolar é intermitente. A Prefeitura coloca crédito nas carteirinhas dos estudantes, que pegam ônibus de linhas, que passam de 2 em 2h;
- Tem um posto de saúde com médico apenas às quintas-feiras atendendo um máximo de 15 pessoas. Há uma enfermeira e um agente comunitário de saúde;
- Não tem posto policial, embora não haja relatos de criminalidade; e
- As atividades de lazer estão limitadas a um campo de futebol e uma boate.

#### **Associativismo**

Há a associação de moradores e pequenos produtores rurais de Carobeira, dirigida pela Sra. Dina Maria José. A associação integra uma assembleia de associações que se reúnem na Casa dos Conselhos.

#### **Itariri**

Itariri é uma comunidade com aproximadamente de 80 famílias, dispostas de forma dispersa pela área e com um pequeno núcleo integra o Assentamento Bom Gosto, inserido na ADA. Os produtores destas comunidades recebem assessoria da COOFASULBA e da COOTEBA,

além da EBDA. Na área se produz banana da terra e da prata, hortaliças e Cacau. A produção é de cerca de 80 a 100 kg de banana por semana/por família, dentre outras produções.

### Infraestrutura

- Casas de alvenaria, madeira. A maior parte de padrão adequado e equipadas com banheiros e fossas;
- Não há água canalizada. No Assentamento tem poço, mas poucas casas possuem bomba; e
- O lixo é queimado.

### Emprego e Renda

- Pequenos produtores rurais voltados para a Pecuária e Agricultura Familiar. Produz cacau, banana, acerola, aipim, goiaba, cupuaçu, Açaí, coco e graviola; e
- A produção é vendida nas feiras e é direcionada para o COOFASULBA.

### Serviços Públicos

- Funciona na área uma escola até a quarta série, mas não há transporte escolar para os demais estudantes;
- Tem um posto de saúde, onde o médico atende a cada quinze dias. Não há agentes comunitários de saúde;
- Há ronda policial uma vez por mês, mas não há casos de crimes;
- Há uma linha de transporte Público;
- O lazer se fundamenta no futebol e nos banhos na represa. Às vezes há festas: São João e festas evangélicas;
- Algumas casas possuem parabólica; e
- As principais rádios ouvidas são: Globo, Gabriela, Ubatã, Cultura, Santa Cruz, Morena e Bahia FM.

### Associativismo

- Associação Agrícola Nova Jerusalém; e
- Associação de Produtores Rurais de Itariri.

### Valão

A localidade de Valão está situada a 30 km da sede municipal e é formada por cerca de 50 casas dispersas e sem um núcleo. Algumas residências são de taipa, outras de madeira e algumas de alvenaria; a maioria delas de padrão inadequado. As que têm banheiro utilizam água de balde, pois não há água canalizada na localidade. Uma grande parte das casas tem fossa. Algumas casas possuem cisternas, que captam água de nascente. Não há coleta de lixo, que é queimado. As residências estão ligadas à rede de energia elétrica, mas na comunidade não há cobertura para telefonia móvel.

As propriedades da região são pequenas, com aproximadamente quatro hectares, onde são plantados banana, coco, abacate e legumes, produção voltada para a subsistência. Algumas famílias criam poucas cabeças de gado. A economia orbita em torno da produção nas

pequenas propriedades, na oferta de trabalho às fazendas de cacau e no trabalho na sede municipal.

Há uma escola para as primeiras séries (1ª a 4ª) do ensino fundamental na localidade, mas o transporte escolar para os alunos de outros níveis é deficiente, levando-os apenas até uma parte do trajeto para as outras escolas. Não há posto de saúde na localidade e não há agente comunitário de saúde.

Grande parte da população é evangélica e as atividades de lazer se centram nas atividades religiosas e/ou familiares. Há energia na localidade e o acesso a celular é realizado através da antena rural de celular da Vivo. Há uma Associação dos Pequenos Produtores do Valão.

#### Infraestrutura Urbana

- Casas de alvenaria, madeira ou de taipa;
- Muitas casas têm banheiro, mas não há água canalizada;
- A região de Valão tem cerca de 40 hectares distribuídos por pequenas propriedades com de 4 hectares cada;
- A água é obtida em cisternas e em locais de nascentes; e
- O lixo é queimado.

#### Emprego e Renda

- Nas propriedades os moradores plantam banana, coco, abacate e legumes diversos;
- Alguns criam gado;
- A oferta de trabalho se fundamenta nas fazendas de Cacau e nas atividades de Ilhéus, inclusive os empregos na Prefeitura; e
- Há energia e algumas casas têm antena de telefonia rural.

#### Serviços Públicos

- Há uma escola que atende até a quarta série. Os demais alunos só têm transporte escolar até a vila de São José, na rodovia Ilhéus-Uruçuca; e
- Não tem posto de saúde e a comunidade procura o serviço no Assentamento Bom Gosto.

#### Associativismo

- Associação dos pequenos e pequenas produtoras rurais do Valão.

#### **Santa Luzia (região de Lava Pés)**

Santa Luzia é uma pequena localidade situada na região de Lava Pés. É formada por seis casas, todas de alvenaria, com banheiro e fossa. Há um poço, mas a água não é canalizada. Não há coleta de lixo, que é queimado.

A localidade é formada por trabalhadores rurais, que trabalham nas fazendas de cacau ou plantam nas suas pequenas propriedades.

A escola e o posto de saúde que atendem à localidade são os de Lava Pés. Há, no entanto, um agente comunitário de saúde que trabalha na localidade. Há uma linha de transporte que atende à região. A localidade já possui energia elétrica e acesso a telefonia celular das empresas Vivo e Tim. Entretanto, não possui orelhão.

A população é evangélica e as festas realizadas são de cunho religioso. Não há associação na comunidade.

#### Infraestrutura Urbana

- Comunidade formada por 6 casas de alvenaria, com banheiro e fossa;
- A água é obtida em um poço;
- O lixo é queimado;
- Há energia elétrica; e
- Não tem orelhão, mas há rede de telefonia celular da Vivo e da Tim.

#### Emprego e Renda

- O principal trabalho é obtido nas fazendas de cacau;
- Há pequenas propriedades onde as pessoas plantam para subsistência e vendem o excedente em Ilhéus; e
- Poucos criam gado.

#### Serviços Públicos

- A escola utilizada é a de Lava Pés;
- O posto de saúde também, onde só há médico a cada quinze dias. Há, no entanto, um agente comunitário de saúde;
- Há uma linha de transporte;
- Há rondas policiais esporádicas; e
- As principais festas são religiosas.

#### Associativismo

- Não há associações em Santa Luzia.

#### Lava Pés

A região de Lava Pés é grande e engloba diversas pequenas localidades. Próximo à rodovia Ilhéus-Uruçuca, uma família formou uma localidade composta por sete casas. Nesse loteamento, que ainda não tem nome, as casas são de alvenaria, têm banheiro e fossa. A água é buscada na fonte. Não há também coleta de lixo, que é queimado.

A região como um todo é formada por trabalhadores rurais que se conformam como pequenos produtores ou ofertam sua mão de obra às fazendas de cacau. Alguns, no entanto, buscam empregar-se na economia urbana de Ilhéus. De maneira geral, em Lava Pés, as propriedades são pequenas, de 3 a 4 hectares, embora haja grandes propriedades produtoras de Cacau, como a do Sr. Geraldo Riachuelo que, segundo informações, é o maior empregador da região.

Nessa região, os serviços de saúde e educação são buscados na vila de Lava Pés, onde há uma escola de nível fundamental e um posto de saúde, que recebe um médico quinzenalmente. Há um agente comunitário de saúde que atende à região.

No que se refere ao lazer, nessa área, que é mais próxima à rodovia, o acesso mais fácil à zona urbana acaba atraindo a população para as suas festas e bares.

A região como um todo já possui acesso a energia elétrica. Nessa área específica, não há rede de telefonia celular, apenas aquela alcançada com antena rural de telefonia.

### Infraestrutura Urbana

- A região como um todo possui 200 casas. A maior parte tem fossa;
- A maior parte das propriedades tem de 3 a 4 hectares, embora haja alguns grandes fazendeiros;
- A água é obtida nas nascentes;
- O lixo é queimado;
- Há energia elétrica; e
- Não possui orelhões, mas algumas casas têm antena rural.

### Emprego e Renda

- A maior parte da população é trabalhadora rural. Mas uma parte trabalha nos serviços urbanos de Ilhéus.

### Serviços Públicos

- Há uma escola em Lava Pés, mas uma parte das famílias da região utiliza a escola da comunidade do km 18, na rodovia Ilhéus-Uruçuca;
- Há postos de saúde nas escolas da região, que também é coberta por um agente comunitário de saúde; e
- Há uma linha de transporte em Lava Pés.

### Associativismo

- Segundo o entrevistado, não há associação em Lava Pés.

### Fazenda Porto

Comunidade constituída por aproximadamente 100 propriedades<sup>25</sup> dispersas pela área localizada no entorno do Lixão de Ilhéus (**Figuras 1.37 e 1.38**) Conta com fornecimento de energia elétrica e a água é obtida das fontes e dos mananciais da região. O saneamento é precário e parte das casas não possui fossa e os dejetos são jogados diretamente nos terrenos e cursos d'água. A comunidade não conta com Terminais Públicos Fixos de Telefonia, cobertura para telefonia móvel e serviço de coleta de lixo, apesar de estar localizada perto do lixão do Município. A via de acesso não é pavimentada e apresenta condição de circulação regular.

---

<sup>25</sup> Segundo estimativa dos depoentes.

A economia da região ainda se fundamenta no trabalho destinado às fazendas de cacau. Há também muitas pequenas propriedades onde a população planta cacau, banana, coco e outras frutas. Segundo relatos locais, a oferta de empregos é um dos problemas, o que tem gerado eventualmente migrações para Salvador e São Paulo. Existem na região três grandes fazendas de gado.

Na Fazenda Porto, não existem serviços públicos e a população é obrigada a recorrer à localidade de Itariri para obter atendimento de saúde e educação. Uma alternativa para o atendimento à saúde é recorrer à Unidade Móvel de Saúde do Iguape. Não existe um posto médico em Itariri e um médico atende na Associação, uma vez por semana.

O transporte utilizado é a linha Itariri, que passa de hora em hora. Não existe delegacia ou posto policial e as atividades de lazer se resumem aos jogos de futebol e aos bares. A comunidade está ligada à rede de distribuição de energia elétrica, mas não possui terminais de telefonia fixos e está fora de área de cobertura de telefonia móvel.

As principais necessidades da comunidade foram descritas nessa ordem de importância: acesso a telefone, saúde e mobilidade, com a melhoria das estradas.



**Figura 1.37 - Entrada do Lixão em Itariri**



**Figura 1.38 - Residência dos Catadores Vizinhos ao Lixão de Itariri**

### Emprego e Renda

- O principal trabalho na área é nas fazendas de cacau;
- Há também pequenas propriedades que plantam cacau, banana, coco, frutas;
- Uma parte da população trabalha no comércio de Ilhéus;
- Poucas oportunidades de emprego;
- Fluxos migratórios para Salvador e São Paulo; e
- Foi mencionada a existência de três grandes fazendas de gado na área.

### Serviços Públicos

- Atendimento nas escolas em Itariri e no Assentamento Bom Gosto;
- Transporte para as crianças da Fazenda Porto;
- Não há uma unidade de saúde, apenas uma móvel, que vem do bairro de Iguape;
- Na Associação de Itariri, tem um médico uma vez por semana;

- Há um agente comunitário de saúde;
- Não há serviços de segurança;
- Há uma linha de transporte que passa de hora em hora;
- As atividades de lazer são o futebol, os bares e uma vaquejada que acontece em Urucutuca; e
- As rádios mais ouvidas são a Globo e a Gabriela.

### Associativismo

- A principal associação é a de Itariri.

### Aritaguá

Sendo uma das mais importantes localidades (sede de Distrito de Ilhéus) da região do entorno da poligonal do empreendimento, Aritaguá possui uma população considerável com relação social e econômica direta com a sede municipal e o Distrito Industrial, ambos causando interferências na vida social da localidade. Embora uma parte da população esteja ocupada em postos de trabalho sediados em área urbana, percebe-se que a maioria dos moradores tem pequenas propriedades que servem à subsistência e ao aumento da renda, com a venda de excedentes.

A cultura de subsistência apresenta, ainda, componentes culturais, em forma de hábitos adquiridos. Parte da população obtém renda com a agricultura familiar e o trabalho em fazendas da região. Algumas pessoas estudam na sede municipal. A distância entre a localidade e a sede é de apenas 7 km, embora a estrada apresente trechos mal conservados, o que aumenta o tempo dos deslocamentos neste percurso.

O Presidente da Associação de Moradores de Aritaguá<sup>26</sup> informa que cerca de “60% da população vive da roça”. Os principais produtos são quiabo, banana, cacau, além da extração de cajá e jenipapo. A localidade possui poucos estabelecimentos comerciais, na maioria pequenas vendas onde é possível consumir bebidas alcoólicas e adquirir produtos básicos (alimentos, utensílios domésticos etc.).

Apesar de usufruírem da infraestrutura e serviços arrolados pela sede municipal, os moradores levantam uma série de demandas, que, segundo eles, podem melhorar a qualidade de vida da localidade. O posto de saúde funciona apenas uma vez na semana, com médico para exames de rotina, o que é insuficiente para as demandas da localidade. Não há serviço odontológico e demais procedimentos no âmbito da localidade.

As vias de acesso (ligando a localidade a Sambaituba e a sede) apresentam estado de conservação precário. A falta de saneamento básico é outra questão que preocupa os moradores, ao lado da falta de oportunidades profissionais. O emprego é uma das maiores demandas apresentadas pela população, que detém baixa escolaridade, fato que dificulta a inserção de uma parcela desta no mercado de trabalho.

### Infraestrutura Urbana

---

<sup>26</sup> A associação possui 52 filiados e desenvolve projetos sociais em parceria com entidades, ONGs etc. Nos últimos meses, tem recebido apoio da Bahia Mineração (BAMIN), para a mobilização da comunidade em torno de cursos profissionalizantes. Inclusive, 26 famílias receberam aparelhos defumadores, como pode ser observado em matéria veiculada em site de notícias da região: <http://www.jornalbahiaonline.com.br/index.asp?noticia=5831>



- Aritaguá é a sede de um distrito municipal de Ilhéus;
- É ligado à sede por uma estrada de 7 km, que possui inúmeros trechos mal conservados. O restante da via que faz sua ligação com outras localidades é ainda mais precário;
- A localidade possui um pequeno comércio local, conformado por bares e pequenas “vendas”; e
- Não há saneamento básico.

### Emprego e Renda

- Rendimento de até três salários mínimos;
- Em geral as ocupações são na agricultura, como trabalhadores rurais ou “meeiros”;
- Agricultura familiar de subsistência;
- Empregos formais e informais na área urbana;
- Segundo a Presidente da Associação de Moradores de Aritaguá5, Sra. Vera Ribeiro, cerca de “60% da população vive da roça”; e
- Principais atividades produtivas: cacau, banana, quiabo, mandioca, extrativismo de cajá, manga e a pesca.

### Serviços Públicos

- Devido à proximidade, uma parte considerável dos serviços públicos é procurada na sede municipal, como as escolas; e
- Há uma Unidade de Saúde, que, no entanto, vem oferece um serviço deficitário na avaliação da população.

### Associativismo

A localidade possui a Associação de Moradores de Aritaguá, que desenvolve parcerias com outras entidades, ONGs e demais organizações.

### Acampamento Novo Destino

Ao todo o acampamento, fundado há cinco meses, tem 27 (vinte e sete) famílias que estão morando em residências improvisadas, de lonas sustentadas por vigas de madeira, situadas ao longo da rodovia que liga Ilhéus a Uruçuca. O objetivo do grupo é ser atendido pelo programa nacional de reforma agrária. A localidade não conta com infraestrutura ou serviços públicos, embora a relação de sociabilidade do grupo esteja ligada ao Distrito de São José, a alguns quilômetros do acampamento.

Algumas famílias recebem Bolsa Família e têm filhos frequentando a escola, norma geral do programa governamental.

### Infraestrutura Urbana

- Trata-se de um acampamento localizado as margens da Rodovia Ilhéus-Uruçuca;
- Pela sua natureza provisória, não há infraestrutura urbana; e
- As moradias são feitas com lonas e pedaços de madeira.

### Emprego e Renda

- O acampamento é composto por trabalhadores rurais em disputa por reforma agrária; e
- Algumas famílias recebem assistência do Programa Bolsa Família.

### Serviços Públicos

- Os principais serviços públicos são procurados em outras localidades, na sede municipal e no Distrito de São José, onde essa população estabelece uma rede de sociabilidade.

### Associativismo

- O acampamento é organizado pelo grupo MTR.

### **Vila Vidal de São João**

Este povoado localiza-se antes de Aritaguá e está nas margens do rio Almada, 4 km após o bairro do Iguape. Conta com mais de 200 (duzentas) casas, uma boa parte sem acabamento. A localidade não possui um arruamento bem definido e as vias de circulação são de terra, sem calçamento; não apresenta equipamentos urbanos como praças, quadras etc. A população vive de empregos formais e informais na sede do Município (a aproximadamente 5 km) e do trabalho rural (agricultura familiar e como “meeiros”). Embora a localidade esteja próxima da sede municipal, os moradores demandam melhorias no transporte (horário das linhas).

Alguns moradores relataram que, além da rede de esgoto e demais componentes de saneamento básico (algumas casas têm fossa interligada ao rio), uma das demandas mais urgentes é o asfaltamento da via de acesso à localidade. O atual estado das vias impacta negativamente a saúde da população, provocando doenças respiratórias, como alergias, asma e bronquites. Os serviços de saúde são prestados pela unidade de saúde de Aritaguá, havendo reclamações devido à ausência constante de profissionais para o atendimento.

Parte do lixo é queimada, uma vez que a coleta é realizada pela Prefeitura, apenas semanalmente. Melhorias na infraestrutura e ampliação do acesso a serviços públicos são as duas maiores demandas da comunidade. Segundo depoimentos locais a falta de saneamento tem afetado a atividade da pesca, uma vez que os esgotos são atirados diretamente no rio. A localidade sofre também com a falta de telefonia fixa, internet, sendo apenas possível contar (com dificuldades) com uma operadora de telefonia móvel, a Vivo, fato que prejudica especialmente os mais jovens, que se sentem isolados e sem meios para compartilhar os espaços de sociabilidades e de cultura proporcionados pela rede.

### Infraestrutura Urbana

- Localidade situada a 4 km do bairro do Iguape;
- Formada por cerca de 200 casas de alvenaria, mas muitas sem acabamento;
- As vias locais não são asfaltadas;
- Não há equipamentos urbanos como praças e quadras;

- Embora mais próxima da sede, o serviço de transporte é considerado insuficiente pela população;
- O acesso é precário;
- Não há saneamento básico e muitas casas deságuam seus esgotos no rio;
- Há coleta semanal de lixo realizada pela Prefeitura Municipal; e
- Não há serviços de telefonia fixa e a localidade possui cobertura de telefonia móvel apenas da operadora Vivo.

### Emprego e Renda

- Rendimento de até quatro salários mínimos;
- As ocupações principais são a de trabalhador rural e “meeiro”;
- Prática da agricultura familiar de subsistência;
- Empregos formais e informais na área urbana; e
- Produção Cacau, banana, pesca.

### Serviços Públicos

- Os serviços de saúde são encontrados na Unidade de Saúde de Aritaguá.

### Sambaituba

Sambaituba possui aproximadamente 3.000 moradores<sup>27</sup> e caracteriza-se por apresentar uma maior centralidade do que as demais localidades da região. Localiza-se às margens do rio Almada. As vias principais são calçadas com paralelepípedos, as casas são de alvenaria e com paredes rebocadas, com cobertura de telha cerâmica e providas de banheiros e fossas. Algumas apresentam mais de seis cômodos. A localidade tem acesso à rede de energia elétrica e água, ambas intermitentes, sendo objeto de reclamações por parte dos moradores da região. Durante o levantamento, só havia um telefone público em funcionamento, e situado dentro do colégio. A telefonia móvel não cobre com qualidade as localidades, mas apenas alguns pontos específicos.

Há uma escola e uma Unidade de Saúde da Família em Sambaituba. Esta unidade atende a demandas, ambulatoriais e odontológicas, e presta serviços especializados de saúde da família, atenção ao pré-natal, parto e nascimento. No entanto, os serviços foram também alvo de críticas da população.

---

<sup>27</sup> Cf. site da Prefeitura de Ilhéus: <http://www.ilheus.ba.gov.br/dadosgerais.php>

**Distrito Aritaguá** Distância: 5 km - População: 9.053 habitantes. Povoados: Sambaituba, São José, São João, Itariri, Juerana, Carobeira, Ponta da Tulha, Ponta do Ramo, Mamoã, Retiro, Aderno, Tibina, Vila Campinho, Urucutuca e Vila Olímpio.

**Distrito Banco da Vitória** Distância: 65 km - População: 4.279 habitantes. Arraiais: Três Paus, Ribeira e Visagem.

**Distrito Castelo Novo:** Distância: 35 km - População: 3.183 habitantes. Povoados: Ribeira das Pedras, Lava-Pés e Lagoa Encantada. Arraial: Parafuso.

**Distrito Coutos** Distância: 5 km - População: 4.405 habitantes. Povoados: Santo Antônio, Rio do Engenho e Maria Jape. Arraiais: Areia Branca e Búzios.

**Distrito Inema:** Distância: 90 km - População: 3.130 habitantes. Arraial: Água Branca.

**Distrito Japu:** Distância: 30 km - População: 5.449 habitantes. Povoados: Serrado, Serra das Trempes, Santana e Cascalheira.

**Distrito Olivença:** Distância: 16 km - População: 15.815 habitantes. Arraiais: Acuípe do Meio, Acuípe de Baixo, Acuípe de Cima, Jairi e Santaninha.

**Distrito Pimenteira:** Distância: 81 km - População: 1.575 habitantes. Arraial: Ribeirão Pimenta.

**Rio do Braço:** Distância: 29 km - População: 5.236 habitantes. Povoados: Banco do Pedro.

O principal e mais candente problema que a população enfrenta na região é, de fato, a situação da estrada, que afeta a vida das mais diversas maneiras, no que se refere ao transporte cotidiano, ao transporte de emergência de doentes e também ao transporte escolar.

Por se tratar de uma localidade mais urbanizada e mais próxima a Ilhéus, sua economia tem um fundamento maior dado pelos serviços urbanos da sede e mesmo por aqueles desenvolvidos na própria comunidade. O comércio local inclui bares, mercadinhos, lojas de material de construção e de roupas, salão de beleza etc. O tamanho da localidade insinua a importância do ciclo econômico do cacau no passado. Os resquícios da antiga ferrovia ainda podem ser observados na localidade, que interligava as fazendas que escoavam a produção cacauzeira até o Porto e para Itabuna.

A proximidade com a sede (13 km) é um fator de desenvolvimento social e econômico da população, embora alguns moradores, ao optarem por trabalhar na sede e continuar morando na localidade, tenham que enfrentar as dificuldades de um sistema de transporte público precário, que oferta condução apenas a intervalos de uma a duas horas. Os moradores da localidade apresentam um “hibridismo socioeconômico”<sup>28</sup>: possuem ocupações na área urbana e mantêm atividades ligadas à agricultura. É comum ter-se uma pequena propriedade, às vezes, sem benfeitorias, que produz um pequeno excedente vendido na própria localidade ou repassado a intermediários.

Além disso, a população que vive da agricultura familiar e utiliza as feiras como principal meio de vender os seus produtos. Estas feiras, consideradas “populares”, fomentam uma regulação econômica (de mercado) frente aos preços, gerando, inclusive, solidariedade entre os grupos sociais de menor poder aquisitivo.

De um modo geral, segundo um docente do colégio estadual de Sambaituba, a população vive da agricultura e de trabalhos nas fazendas, como “meeiros”. Entre os entrevistados, destacam-se as ocupações de comerciante, motorista, montador de computador, entre outras. Mantêm-se também as ocupações rurais e extrativistas, como a ocupação de pescador no rio Almada, que é elemento importante da cultura local, pois serve de *locus*, não apenas econômico, mas também de lazer.

### Infraestrutura Urbana

- Sambaituba possui uma maior centralidade na rede de localidades da região;
- É conformada por casas de alvenaria, com paredes rebocadas, cobertura de telha cerâmica, com banheiros e fossa;
- As ruas são calçadas com paralelepípedo;
- Há acesso a água canalizada, porém intermitente;
- Há acesso a energia elétrica, também intermitente;
- A estrada é bastante precária, o que contribui para o déficit do transporte;
- Há apenas um telefone público na localidade, que não é coberta com qualidade por rede de telefonia celular.

---

<sup>28</sup> Identificamos como híbrido o processo de obtenção de renda na área urbana, em ocupações formais ou informais, aliado ao trabalho na agricultura de subsistência e venda de excedentes. Ainda assim, temos pessoas de baixa escolaridade que desenvolvem trabalhos temporários e precarizados, tanto na área urbano como na rural.

### Emprego e Renda

- Renda de até cinco salários mínimos;
- Empregos formais e informais no local e na área urbana;
- Presença de um relativo comércio local, formado por bares, mercadinhos, lojas de materiais de construção, de roupas e salões de beleza;
- Representatividade das ocupações de trabalhador rural e “meeiro”;
- Agricultura familiar e de subsistência;
- Pesca; e
- Produção de cacau e pecuária.

### Serviços Públicos

- Há uma escola de nível fundamental; e
- Há uma unidade de Saúde.

### Urucutuca

Comunidade constituída de aproximadamente 100 residências. A maior parte dos moradores desenvolvem atividades rurais. Alguns são “meeiros” das fazendas da região, ou seja, trabalham por produtividade, sem uma renda fixa. A instabilidade financeira é uma característica das populações rurais e a sobrevivência é em parte assegurada pelos programas de transferência de renda que garantem o acesso a artigos básicos, como alimento e vestuário<sup>29</sup>. Esta localidade apresenta um dos maiores graus de vulnerabilidade social entre as que estão localizadas no entorno do empreendimento, reunindo pobreza, baixos níveis de emprego e escolaridade, moradias de padrão precário e sem infraestrutura, que tem de ser acessada em outras localidades, como é o caso da saúde, oferecida pelo posto de Sambaituba. A concentração dos serviços em um só posto acaba por precarizar o serviço, uma vez que a demanda se torna muito maior do que a oferta.

Não existe saneamento básico ou coleta do lixo, que é atirado nas margens da via que dá acesso à localidade. A população reclama que o lixão de Ilhéus, localizado em Itariri, contamina a nascente do rio de mesmo nome, um afluente do rio Almada, poluindo o trecho do rio em que se encontra a comunidade. São recorrentes alguns problemas de saúde (dermatológicos, inclusive) provenientes da qualidade da água do rio, usada para tomar banho, lavar roupas, dentre outros usos cotidianos.

A localidade - que vive basicamente da agricultura familiar e do trabalho rural - é carente em todos os aspectos e isso talvez explique o fato da população ser favorável ao empreendimento, vislumbrando melhorias, no plano material, com a geração de empregos diretos e indiretos.

### Infraestrutura Urbana

- Comunidade formada por aproximadamente 100 residências;
- Não há saneamento básico;
- Não há coleta de lixo; e

---

<sup>29</sup> Alguns comerciantes afirmam que a população faz compras e paga no dia agendado, a partir do momento em que o governo libera seus benefícios.

- A localidade se caracteriza por uma precariedade da sua infraestrutura.

### Emprego e Renda

- Rendimento de até três salários mínimos;
- Empregos formais e informais na área urbana;
- Representatividade das ocupações de trabalhador rural e “meeiro”;
- Agricultura familiar;
- Produção cacau, banana e mandioca;
- Presença importante do Programa Bolsa Família; e
- Situação evidente de vulnerabilidade social e pobreza.

### Serviços Públicos

- A população dessa localidade procura especialmente os serviços públicos de Sambaituba como, por exemplo, os de saúde.

### Castelo Novo

Castelo Novo é um distrito localizado na zona rural, a 30 km de distância da sede do município de Ilhéus, às margens do rio Almada. A população do distrito é de 3.183 habitantes incluindo os moradores de Ribeira das Pedras, Lagoa Encantada, Lava Pés e Parafuso. O acesso é difícil, sendo necessário percorrer cerca de 6 km de uma estrada em péssimas condições. Trata-se de um distrito formado por casas com certa estrutura, de alvenaria, com banheiros e acesso a água canalizada. A água canalizada é proveniente do rio Almada, mas não é tratada. Segundo o agente comunitário de saúde, as principais doenças da localidade são verminoses, hepatite, dengue e meningite. As primeiras podem estar diretamente relacionadas à qualidade da água. Segundo informações, o administrador da localidade “libera” outra fonte de água, em menor proporção, para consumo humano. Não há também rede de esgoto, que, segundo as informações, “*está quebrada*”. Um dos principais problemas indicados foi exatamente a falta de esgotamento sanitário. A comunidade dispõe de terminais fixos individuais de telefonia, mas não tem cobertura de telefonia móvel.

Há um Posto de Saúde da Família no distrito, que oferece serviços de atendimento ambulatorial, estratégia de saúde da família e conta com um agente comunitário que atende à população. Também há uma escola de nível fundamental.

A economia do distrito fundamenta-se nos trabalhos vinculados aos serviços públicos da educação e da saúde, nos pequenos comércios locais, como os bares, e em uma relação de subsistência com o rio, através da pesca. Há uma associação de moradores de Castelo Novo e há também a Colônia de Pesca Z34. Também é comum o trabalho nas fazendas da região, principalmente na produção de cacau, que estimula a relação de “meeiros” nas fazendas.

O fluxo migratório é intenso, com destino a São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, dentre outros lugares. Alguns postos de trabalho são gerados durante o verão, dando oportunidades aos moradores da localidade.

### Infraestrutura Urbana

- Distrito municipal, localizado a cerca de 30 km da sede municipal;
- O acesso é realizado por uma estrada vicinal, cuja entrada se dá através da rodovia Ilhéus-Uruçuca. A estrada tem 6 km e é bastante precária;
- Conformado por casas de alvenaria, com boa estrutura inclusive banheiro;
- O distrito possui água canalizada, que, no entanto, não é tratada;
- Possui uma rede de esgoto antiga, que não dá conta da demanda. Presença de “línguas negras” em algumas ruas; e
- O distrito possui alguns telefones públicos, mas não conta com rede de telefonia celular.

### Emprego e Renda

- Renda de até cinco salários mínimos;
- Emprego formal e informal na área urbana (em menor proporção);
- Representatividade das ocupações de trabalhador rural e “meeiro”;
- Atividade pesqueira;
- Agricultura familiar e de subsistência;
- Produção de cacau, banana, mandioca, milho e pecuária; e
- Em função das poucas ofertas de emprego, persiste um fluxo migratório em direção aos estados do Sudeste.

### Serviços Públicos

- Há uma escola de nível fundamental; e
- Há uma Unidade de Saúde da Família e um agente comunitário de saúde.

### Associativismo

- Há uma Associação de Moradores de Castelo Novo; e
- Algumas pessoas são colonizadas pela Colônia de Pesca Z34.

### Vila Olímpio

A Vila Olímpio também é uma dessas pequenas centralidades de uma vasta zona rural. As casas, em número de 30, são em sua maioria de alvenaria com banheiros e fossas. A falta de esgotamento sanitário não foi indicada como um dos problemas centrais. No entanto, a falta de água conforma-se como uma das maiores dificuldades da localidade. Em especial, a falta de água tratada. Por outro lado, a falta de energia, que é muito intermitente na região, e as péssimas condições da estrada são problemas para a comunidade.

A economia da localidade fundamenta-se nas atividades rurais, na pesca de subsistência no rio Almada, e nos pequenos serviços, como atividades no comércio, de pedreiro e cabeleireiro, além da renda de aposentadorias.

### Infraestrutura Urbana

- Trata-se de uma aglomeração dentro de uma ampla área rural;
- É conformada por cerca de 30 casas de alvenaria, que possuem banheiros e fossas;
- Não há esgotamento sanitário;
- A falta de oferta de água tratada é considerada um dos principais problemas;
- Há energia elétrica, mas a sua oferta é intermitente; e
- A estrada é bastante precária.

### Emprego e Renda

- Até quatro salários mínimos;
- Representatividade das ocupações de trabalhador rural e “meeiro”;
- Atividade pesqueira; e
- Agricultura familiar e de subsistência.

### Ribeira das Pedras

Ribeira das Pedras conta com 200 residências. Localizado às margens da estrada que liga a Rodovia Ilhéus-Uruçuca ao distrito industrial. A primeira visão da localidade denota uma estrutura precária das habitações, uma vez que muitas delas se localizam em um barranco acima da estrada.

Trata-se de uma localidade envolvida em uma zona rural mais extensa, assim como todos os outros povoados da região. As principais reclamações da população versam sobre os problemas de infraestrutura, como calçamento, acesso a energia elétrica, que é intermitente, e saneamento básico (esgoto, drenagem e acesso a água tratada). A maior de todas as dificuldades, no entanto, é a estrada, que está em péssimas condições. Nos períodos de chuva, os moradores ficam ilhados, pois os ônibus de linha ficam impossibilitados de passar. Esta é uma contradição séria, na medida em que se trata de uma rodovia e não de uma estrada vicinal, que já tem seu leito constituído, restando apenas o asfaltamento.

A localidade tem um posto de saúde, que oferece atendimento ambulatorial. A economia da região fundamenta-se nos pequenos serviços oferecidos na sede municipal e no trabalho rural. Há uma associação de moradores na localidade.

### Infraestrutura Urbana

- Trata-se de uma pequena aglomeração urbana situada em meio a uma extensa zona rural;
- Parte da localidade se situa numa área elevada, demonstrando uma aparente precariedade;
- A oferta de energia elétrica é intermitente;
- Falta saneamento básico; e
- A estrada que dá acesso à localidade é bastante precária.

### Emprego e Renda

- Renda de até quatro salários mínimos;



- Emprego formal e informal na área urbana;
- Representatividade das ocupações de trabalhador rural e “meeiro”;
- Atividade pesqueira; e
- Agricultura familiar e de subsistência.

#### Serviços Públicos

- Há uma unidade de saúde na localidade.

#### Associativismo

- Há uma Associação de Moradores de Ribeira das Pedras.

#### Vila Campinho

A Vila Campinho é uma pequena localidade com 30 casas dispersas, situada às margens da estrada Ilhéus-Uruçuca em uma área alagadiça (**Figura 1.39**). A localidade padece dos principais problemas das outras: dificuldades de acesso, ausência de água tratada, esgotamento sanitário, estrutura urbana de calçamento e drenagem, entre outros. Conta com um posto de saúde que atende à demanda ambulatorial de sua população e sua economia fundamenta-se, como em outras do entorno, também nas atividades rurais e de subsistência realizadas no rio Almada.

#### Infraestrutura Urbana

- Localização em área alagadiça; e
- Não há qualquer infraestrutura urbana, equipamentos e/ou saneamento.

#### Emprego e Renda

- Renda de até três salários mínimos;
- Representatividade das ocupações de trabalhador rural e “meeiro”;
- Atividade de pesca; e
- Agricultura familiar e de subsistência.

#### Serviços Públicos

- Há uma unidade de saúde.



Figura 1.39 - Área Alagadiça em Vila Campinho

### **Vila Juerana**

A Vila Juerana é uma localidade grande, situada na rodovia Ilhéus-Itacaré (BA 001), e bem próxima à sede municipal. Localiza-se, de um lado, às margens do rio Almada e, de outro, mais próxima ao litoral, embora o acesso às praias seja interrompido pelos muros de um condomínio de classe média. Um dos loteamentos afetados é o Condomínio Paraíso das Águas.

Segundo informação local, estima-se que existam 600 (seiscentas) residências. A maioria das casas é construída de alvenaria, embora haja aquelas de adobe e taipa. Muitas delas demonstram um *déficit* considerável de infraestrutura. Não há água canalizada suficiente na localidade, o que foi indicado pelos moradores como um dos principais problemas. Também não há rede de esgotamento sanitário. O terreno é alagadiço, não há calçamento e a falta de drenagem é um grave problema para a localidade, que frequentemente é inundada. Com o rio Almada assoreado, nas cheias as águas avançam sobre parte da localidade.

A economia da comunidade fundamenta-se no rio, nas atividades de pesca e mariscagem. Outras pessoas trabalham no comércio, nos diversos bares da localidade, que oferecem guaiamum, um dos principais atrativos da região. O turismo é um fundamento importante da economia, na medida em que aumenta a frequência aos bares e restaurantes e também a demanda pelos produtos da pesca e da mariscagem. Como é intermitente, esse fundamento acaba tendo impactos bastante negativos sobre as condições de vida da população, que se deterioram bastante no inverno, pois associa baixa estação do turismo e cheia do rio.

Embora seja uma área que apresenta uma vocação pelo turismo e o lazer, não há oferta de infraestrutura básica, como água tratada e rede de distribuição, obrigando os moradores a recorrer à água de poços. O abastecimento de água tratada e de qualidade é uma das reivindicações dos moradores locais, junto com policiamento ostensivo e postos policiais. A comunidade também não conta com rede de esgoto e coleta regular (diária) de resíduos sólidos.

Existem associações locais voltadas para a defesa dos interesses e demandas dos moradores.

Há uma escola e posto de saúde na localidade, mas, segundo as informações, funcionam de forma precária.

Parte da área de Vila Juerana será ocupada com as instalações do Porto Sul.

#### Infraestrutura Urbana

- Trata-se de uma grande e importante localidade, situada às margens da BA 001, de ambos os lados;
- É conformada por cerca de 600 casas, a maioria de alvenaria, embora ainda haja casas de taipa e adobe; e
- Não há saneamento básico (água, esgoto e coleta de lixo), e tampouco drenagem, que é um problema grave, especialmente nos períodos de cheia do rio Almada.

#### Emprego e Renda

- Renda de até quatro salários mínimos;
- Trabalho Rural com predomínio da agricultura familiar;
- Empregos formais e informais em condomínios, comércio local e área urbana;
- Pesca e mariscagem;
- Atividade turística; e
- Cacau, dendê e extrativismo.

#### Serviços Públicos

- Há uma unidade de saúde; e
- Há uma escola de nível fundamental.

#### Associativismo

- A localidade conta com uma forte e atuante Associação de Moradores, a AMORVIJU – Associação dos Moradores da Vila Juerana.

#### Loteamento Joia do Atlântico

O Loteamento Joia do Atlântico localiza-se na rodovia Ilhéus-Itacaré e é formado por certa heterogeneidade socioespacial, na medida em que é composto por casas que se localizam nas duas margens dessa rodovia. Aquelas localizadas na área voltada para a praia conformam-se como uma espécie de condomínio de segunda residência. Essa área demonstra uma relativa decadência, em especial na baixa estação, pois as casas ficam, em sua maioria, fechadas, e sua estrutura termina por se deteriorar. Do outro lado da rodovia, em direção à APA da Lagoa Encantada, localizam-se casas esparsas, que denotam ser de uma estratificação de classe mais popular.

O principal problema da localidade é a infraestrutura urbana e de serviços. Segundo as informações obtidas, a área é considerada rural. Por isso, não há infraestrutura na região,

como correios, telefones públicos, esgotamento sanitário, água encanada, postos de saúde, escolas e energia elétrica. Outro problema identificado foi o transporte.

Em resumo, é possível dizer que esta localidade vive duas contradições fundamentais. A primeira é característica desta área do município de Ilhéus, a relação entre a alta e a baixa estação. Na alta estação, a economia chega ao seu ápice, as pessoas povoam a área e ela se converte em uma das centralidades do turismo. Na baixa estação, a economia se retrai, e a área se desertifica, de maneira geral.

A outra contradição é referente à distância-proximidade de Ilhéus. Todas essas localidades distanciam-se de 10 a 20 km da sede de Ilhéus. No entanto, sua estrutura urbana e de serviços é bastante deficitária quando comparada à da sede.

As populações dos condomínios de classe média se posicionam de uma forma geral contra o empreendimento alegando a perda da beleza natural da região, que é seu principal atrativo.

#### Infraestrutura Urbana

- Localidade situada às margens da BA 001 se desenvolve nos dois lados da rodovia;
- O lado litorâneo é caracterizado por casas de classe média, em geral de segunda residência. As casas do lado oposto têm uma estratificação mais popular;
- Há um *déficit* considerável de infraestrutura urbana: não há asfaltamento, saneamento básico, telefones públicos etc.; e
- A energia elétrica é intermitente.

#### Emprego e Renda

- Economia vinculada aos serviços da sede, aos pequenos serviços gerados no entorno e ao turismo; e
- Contradição relativa à baixa e alta estação.

#### Serviços Públicos

- Não há serviços de saúde e educação.

#### Associativismo

- Não houve relatos de associações presentes na localidade.

#### Loteamentos Vilas do Atlântico e Vila Isabel

Os loteamentos Vilas do Atlântico e Vila Isabel são pequenos loteamentos populares localizados no lado leste da rodovia Ilhéus-Itacaré. Ao contrário de outros loteamentos da região, não são loteamentos de segunda residência de verão, mas habitados por classes populares, roçadores, vigilantes, auxiliares de serviços gerais, comerciantes, pedreiros, entre outras ocupações de menor rendimento.

Assim como as outras localidades da região, compartilha as dificuldades de *déficit* de infraestrutura. Os principais problemas indicados pelos moradores referem-se à falta de saúde,

saneamento, lazer, problemas com alagamento e, principalmente, falta de oportunidades de emprego.

#### Infraestrutura Urbana

- Loteamento popular, localizado às margens da rodovia BA 001; e
- Não há infraestrutura urbana, como saneamento básico, equipamentos e asfaltamento.

#### Emprego e Renda

- Atividades urbanas populares; e
- Comércio local e atividades na sede.

#### Serviços Públicos

- Não há serviços públicos de saúde e educação nessas localidades.

#### Associativismo

- Não há registro de associações nessas localidades.

#### **Condomínios Verdes Mares e Barra Mares**

São condomínios fechados, com portaria e infraestrutura de lazer, como campo de futebol, voleibol e bar. É uma área ocupada por população de classe média, cujos proprietários são oriundos de diversos lugares do Brasil. Configuram-se, de fato, como condomínios de veraneio.

As casas têm boa estrutura, fossas e água canalizada de poço. Compartilham do *déficit* das localidades da região, apenas em parte, por ser majoritariamente um condomínio de veraneio de pessoas de classe média e voltado apenas para a alta estação.

#### Infraestrutura Urbana

- Condomínio fechado de padrão médio e utilizado como segunda residência (veraneio);
- Não há calçamento e saneamento básico;
- As casas possuem banheiros e fossas; e
- Há equipamentos de lazer.

#### Emprego e Renda

- A população, em geral, é de classe média, inclusive proveniente de outros estados.

#### Serviços Públicos

- Não há serviços de saúde e educação na localidade.

### Associativismo

- Não há relatos da existência de associações na localidade.

### **Assentamento Bom Gosto**

#### Infraestrutura Urbana

- Casas de alvenaria, madeira e material improvisado. A maior parte possui banheiros;
- Não há água canalizada. O Assentamento tem poço, mas poucas casas possuem bomba;
- Algumas casas possuem fossa;
- O acesso é precário; e
- O lixo é queimado.

#### Emprego e Renda

- Cada família possui 10,5 hectares, onde se planta cacau, banana, acerola, aipim, goiaba, cupuaçu, coco e graviola; e
- A produção é vendida nas feiras e é direcionada para o COOFASULBA;
- Alguns criam gado.

#### Serviços Públicos

- Funciona no assentamento uma escola até a quarta série, mas não há transporte escolar para os demais estudantes;
- Tem um posto de saúde, onde o médico atende a cada quinze dias. Não há agentes comunitários de saúde;
- Há ronda policial uma vez por mês, mas não há casos de crimes;
- Há uma linha de transporte;
- O lazer se fundamenta no futebol e nos banhos na represa. Às vezes há festas: São João e festas evangélicas;
- Algumas casas possuem parabólica; e
- As principais rádios ouvidas são: Globo, Gabriela, Ubatã, Cultura, Santa Cruz, Morena e Bahia FM.

### Associativismo

- Associação Agrícola Nova Jerusalém.

Uma caracterização mais aprofundada sobre o Assentamento Bom Gosto foi apresentada ao Ibama através de estudo complementar, quando este ainda estava inserido na ADA do empreendimento.

- Considerações sobre as Comunidades

Todas as localidades, povoados e distritos, aqui descritos, têm as suas particularidades, decorrentes de uma série de elementos importantes, tais como: o fundamento de sua

economia, a relação política com o associativismo local, a religião predominante, a estratificação de classe, e o concurso de serviços públicos, em especial os de infraestrutura e estrutura de mobilidade e acessibilidade, como estradas que, nessas áreas, são a condição fundamental de acesso a uma série de outros serviços e oportunidades de trabalho, entre outros.

No entanto, é possível encontrar elementos subjacentes que possibilitam o agrupamento de determinadas localidades em grupos mais homogêneos. Nesse sentido, é possível afirmar que as comunidades mais diretamente afetadas envolve dois grandes grupos, que, por sua vez, têm suas particularidades internas. De um lado, estão as áreas localizadas na rodovia Ilhéus-Itacaré, na orla norte do município de Ilhéus e, de outro, as áreas localizadas na zona propriamente rural, acima da rodovia Ilhéus-Uruçuca, mais próximas, pela área interna, da Lagoa Encantada.

O primeiro grupo é formado por todas aquelas comunidades situadas na orla. Essas localidades, no entanto, são marcadas por uma segmentação interna. Dentro delas, há condomínios e loteamentos de classe média, que são utilizados como segunda residência para a época da alta estação e há também comunidades locais. De um lado, estão os condomínios Mar e Sol e Verdes Mares, além de parte do Loteamento Joia do Atlântico. Do outro lado, estão a Vila Juerana - representante típico -, a Vila Isabel, o Loteamento Vila do Atlântico e parte do Loteamento Joia do Atlântico, notoriamente a sua parte que não se localiza do lado da praia.

Como descrito anteriormente, essa região caracteriza-se por uma dupla contradição: a relação baixa-alta estação e a relação proximidade-distância de Ilhéus. Todas as localidades, em especial as mais populares, sofrem com a queda da dinâmica econômica na região durante a baixa estação. O fluxo de turistas e de visitantes (incluindo os donos e locatários de casas de veraneio) diminui consideravelmente, impactando a economia local de prestação de pequenos serviços, de comércio e de venda de peixe e mariscos.

A segunda contradição diz respeito ao fato de que essas localidades se situam muito próximas à sede municipal, quase fazendo parte de sua zona urbana. No entanto, segundo informações dos moradores, são consideradas zonas rurais, o que impacta a oferta de serviços, desde os mais prementes, como farmácias, correios, entre outros, aos mais complexos, como os de saneamento básico: acesso a água tratada e esgotamento sanitário.

Em geral, a vida social dessa região estende-se do rio Almada para leste em direção à praia. Nesse aspecto, a área onde se pretende implantar as instalações do Porto Sul em terra não tem especial relação com essas localidades. No entanto, a localização desse equipamento propriamente dito nessa área terá impactos significativos.

No grupo de comunidades na região propriamente rural estão Aritaguá, Carobeira, Sambaituba, Urucutuca, Vila Campinho, Vila Olímpio, Ribeira das Pedras, Fazenda Porto, Itariri, Assentamento Bom Gosto, Valão, Lava Pés, entre outras. É importante salientar que esta região abarca muitas outras pequenas localidades e agrupamentos de casas que, à primeira vista, parecem irrelevantes, mas que contribuem para conformar uma região que é povoada, ainda que de maneira esparsa e, portanto, menos densa.

Todas essas localidades têm seu fundamento econômico na vida rural, embora dialoguem, evidentemente, com a vida urbana, principalmente através das ocupações em pequenos

serviços locais e outros ofertados na sede municipal. As localidades desse grupo diferenciam-se internamente pela maior proximidade/distância dessa economia urbana. É possível dizer que as localidades de Carobeira, Aritaguá e Sambaituba são aquelas mais próximas desse círculo de influência de Ilhéus, uma vez que se localizam muito próximas ao distrito industrial do Município.

A base da produção rural das localidades mais distantes vincula-se ao trabalho assalariado nas fazendas maiores de cacau e na produção autônoma de gêneros, como também o cacau, mais banana, acerola, goiaba, graviola, cupuaçu, coco, entre outros. As localidades mais próximas do rio Almada também se conformam como extrativistas, pois vivem da pesca, especialmente para subsistência.

O Estado firmou convênio com uma cooperativa local para o desenvolvimento de Diagnóstico Rápido Participativo e pesquisa socioeconômica com agricultores familiares e assentados do Assentamento Bom Gosto para um aprofundamento maior quanto ao perfil social e atividades produtivas desenvolvidas. Paralelamente, a Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário – CDA está realizando a medição das propriedades dos agricultores que, em razão da implantação do empreendimento, poderão ser reassentados.

De acordo com levantamento preliminar feito pela CDA para a gleba que inicialmente configurava o sítio do Porto Sul e delimitada como ADA existiam médias propriedades com áreas que variavam entre 100 e 350ha, um assentamento do Incra (Assentamento Bom Gosto), conforme já caracterizado, e inúmeras pequenas propriedades ou posses onde se pratica a agricultura familiar. Em todos os casos observa-se a predominância da cabruca, mas a pastagem avança sobre as áreas úmidas e é marcante no entorno dos povoados. Outras culturas de subsistência ocorrem pulverizadas nas áreas. A **Figura 1.40** apresentada no EIA indica o perfil geral das propriedades ou posses existentes na ADA inicialmente definida para o Porto Sul, definida pelo Decreto 12.724/2011 que envolvia 4.833,00 ha.



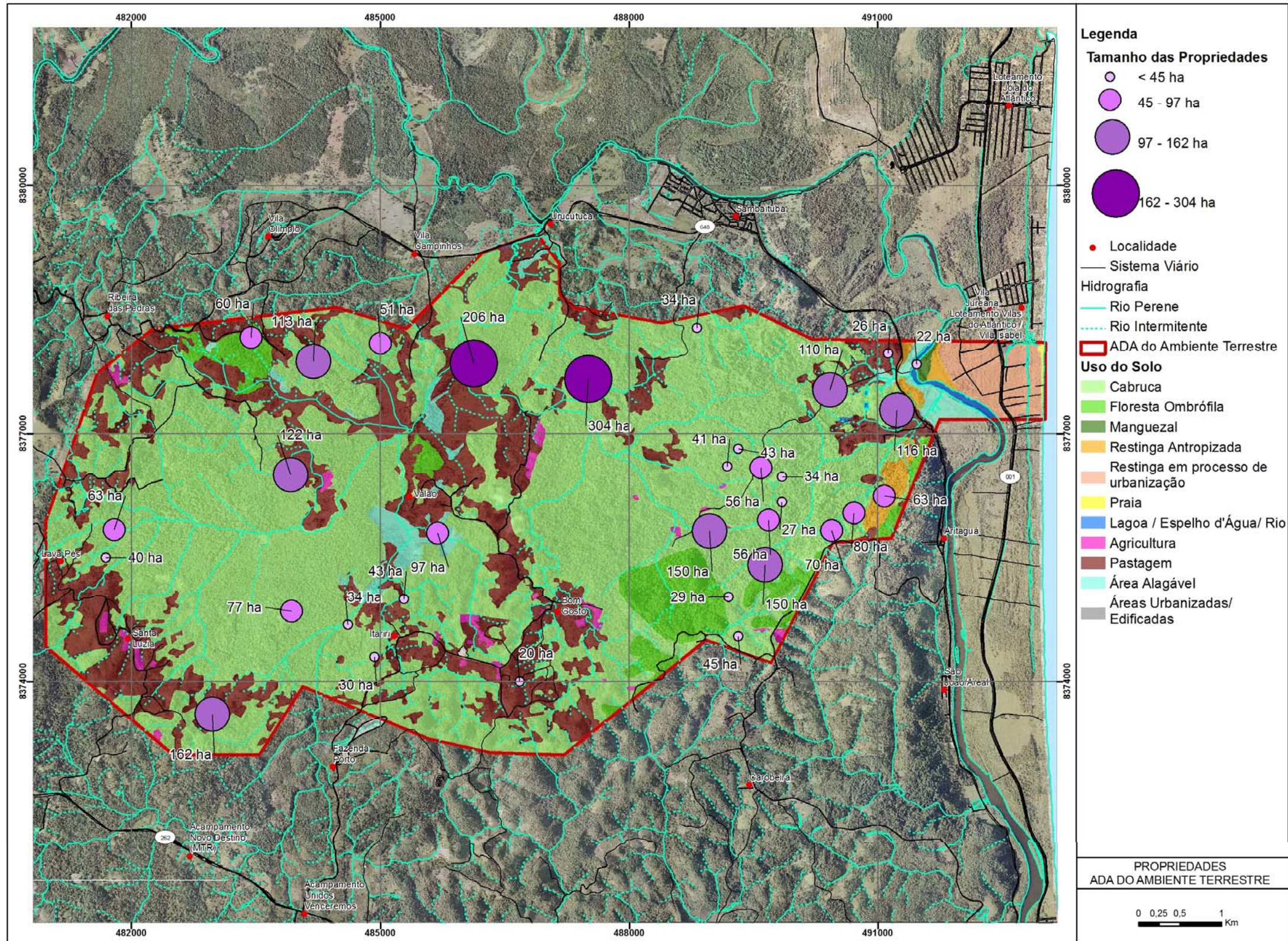


Figura 1.40 - Perfil Geral das Propriedades ou Posses Existentes na ADA

Já na Audiência Pública do empreendimento realizada em Ilhéus, essa poligonal foi, como já colocado, significativamente reduzida, ficando excluídas as comunidades de Itariri, Valão e Lava Pés, permanecendo como ADA o Asentamento Bom Gosto. Essa poligonal foi definida pelo Decreto n° 13.468 de 25 de novembro de 2011 que altera o Decreto n° 11.003 de 09 de abril de 2008 e o Decreto n° 12.724 de 11 de abril de 2011, o primeiro referente a Ponta da Tulha e o segundo à Aritaguá . No Decreto consta a área de Ponta da Tulha, com 17.039.076,3601m<sup>2</sup> a ser destinada à proteção de ativos ambientais, e a área da poligonal de Aritaguá, com 22.686.830,7686 m<sup>2</sup>, onde ficariam as instalações do empreendimento em terra (**Figura 1.41**).

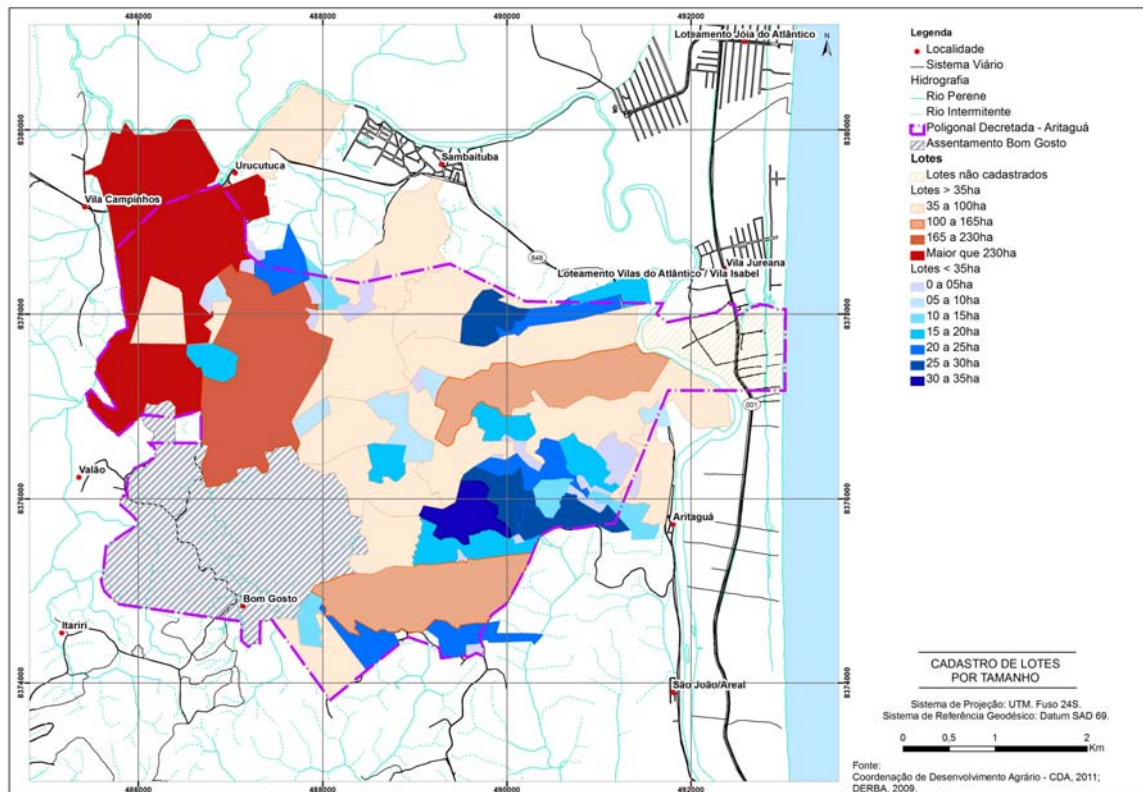


Figura 1.41 - Poligonal da ADA de acordo com o Decreto Estadual N° 13.468 de 25 de Novembro de 2011

Mais recentemente, na perspectiva de redução dos impactos socioeconômicos, o projeto foi modificado e com isso, através do Decreto nº 13.918 de 13 de Abril de 2012 a poligonal foi mais uma vez reduzida, excluindo-se nesse novo traçado, o Assentamento Bom Gosto e comunidades litorâneas de Jureana. Para a nova ADA foi feita uma pesquisa censitária sobre o perfil socioeconômico dos proprietários e ocupantes, através da qual foi ainda levantado o quantitativo de trabalhadores fixos e temporários, a quantidade e características dos meeiros, dentre outros dados e informações relevantes. Esse diagnóstico intitulado *Perfil dos Ocupantes da ADA* é apresentado como estudo complementar. A **Figura 1.42** apresenta a distribuição das parcelas que seriam afetadas diretamente com a implantação do Porto de acordo com a nova poligonal.

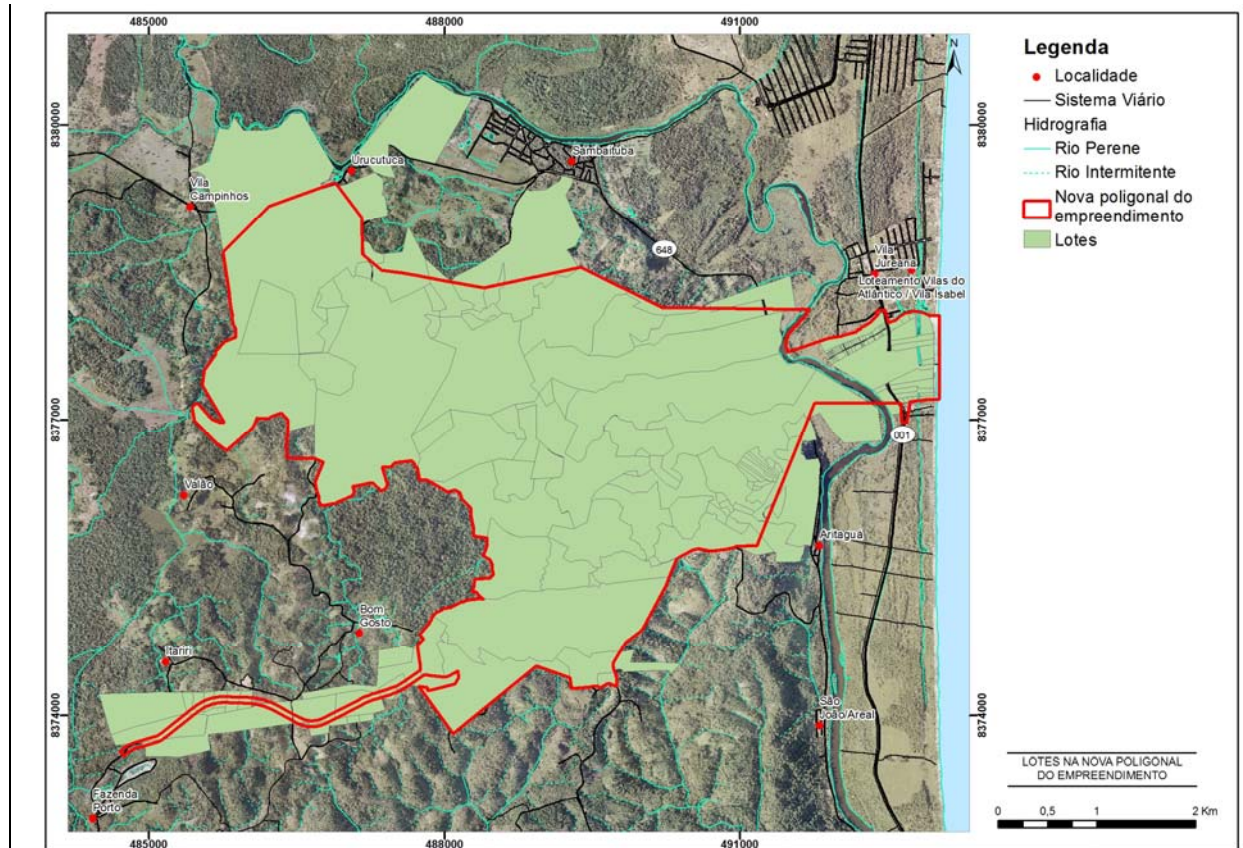


Figura 1.42 - Poligonal da ADA de acordo com o Decreto nº 13.918 de 13 de Abril de 2012

Todas as localidades são pequenas centralidades típicas de uma vida rural e padecem, por isso, de um déficit de infraestrutura, a começar pelas estradas, mas também de saneamento básico e na oferta de serviços públicos. Algumas localidades possuem escolas e postos de saúde. No entanto, as escolas são apenas de nível fundamental e os alunos de níveis superiores necessitam de transporte escolar (que nem sempre é oferecido). A saúde, por sua vez, é oferecida em postos e unidades de saúde da família. Entretanto, só há médicos semanalmente ou até mesmo quinzenalmente, e nem todas as localidades possuem agentes comunitários de saúde.

Essas localidades serão diretamente impactadas pela implantação do porto, uma vez que o empreendimento vai se instalar em uma área que serve de fundamento natural/ material para as atividades produtivas da região. Esse desarranjo material/ natural contribuirá para a transformação da vida social dessa população, nos seus mais diversos sentidos: as atividades laborais, os níveis de renda, a organização sociopolítica, entre outras. No entanto, a implantação do porto pode se traduzir em oportunidades para a qualificação da vida cotidiana dessas comunidades, especialmente aquelas localizadas na AEE com a implantação da infraestrutura, equipamentos sociais, geração de oportunidades de trabalho e renda. Na ADA os impactos do empreendimento acarretará no reassentamento de famílias e outras, menos afetadas, poderão mesmo com as interferências do porto, buscar nesse contexto melhorias diversas na qualidade do assentamento que venham compensar efeitos negativos. A **Figura 1.43** apresenta uma síntese da caracterização das comunidades.

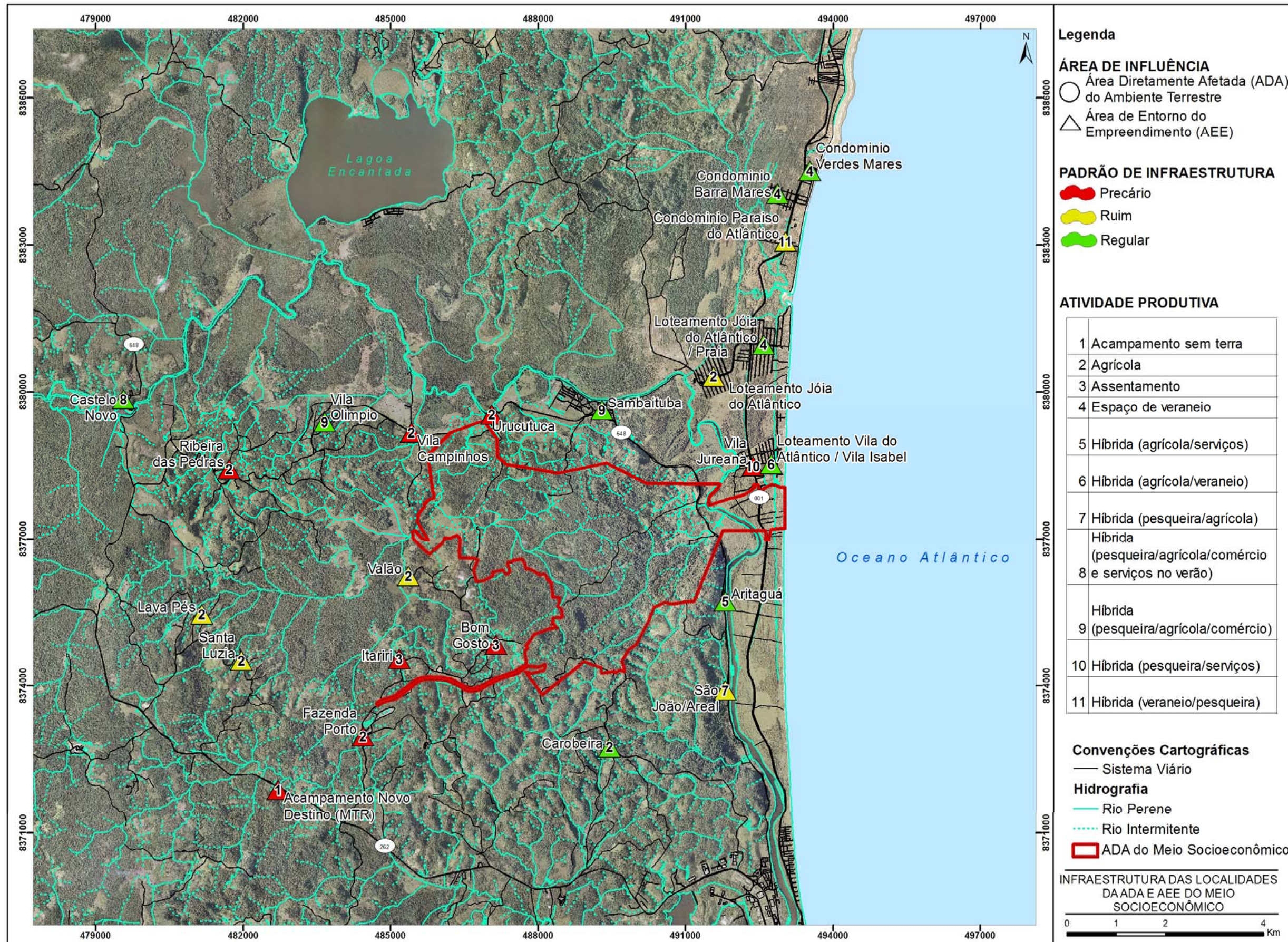


Figura 1.43 - Caracterização das Comunidades da ADA e AEE

### 1.1.9 Comunidades Tradicionais

A denominação “comunidade tradicional” abriga um amplo leque de comunidades, dos mais diversos tipos, podendo incluir caiçaras, ciganos, seringueiros, catadores de castanha, pescadores, pomeranos, agricultores em associação de fundo e fecho de pasto e muitos outros. O que confere alguma unidade ao conceito é o pressuposto de um conhecimento tradicional, agregado à noção de comunidade, o que, segundo autores como Akemi, Sandra & Kishi, Shimada<sup>30</sup>, consistiria “*na informação ou prática individual ou coletiva de comunidade indígena ou de comunidade local, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético, segundo o art. 7º, II, da MP 2186-16/20011*”. Contudo, a inexistência de uma definição inequívoca de comunidade local consiste num outro complicador para uma classificação consistente, permitindo uma amplitude que inviabiliza sua utilização prática. A rigor, todas as pequenas comunidades rurais do Estado, dedicadas ou não à agricultura familiar, e com pouco ou nenhum recurso tecnológico, poderiam ser incluídas nesta designação.

Quanto às comunidades quilombolas, o INCRA, em sua **instrução normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009**, as conceitua de forma positiva, como “[...] *remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-definição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida*”. Observa-se que o elemento determinante para a definição é a autodefinição dos interessados. Face à dificuldade de se dispor de uma classificação mais precisa, optou-se por considerar como comunidade tradicional as comunidades registradas como tal pela Fundação Palmares, Incra e Funai, o que envolveria fundamentalmente grupos quilombolas, indígenas, de pescadores e marisqueiros e de associações de Fundo e Fecho de Pasto.

A garantia legal dos direitos dos povos indígenas e quilombolas e comunidades tradicionais estão na Constituição da República, no Estatuto do Índio (Lei 6001/73), na Lei 1042 do Novo Código Civil e no Decreto 4887/03, que, nos critérios já discutidos, tenta definir as formas de identificação e reconhecimento destas populações tradicionais. O processo de certificação de uma comunidade como tradicional quilombola fundamenta-se ainda num extenso conjunto de diplomas legais<sup>31</sup>, portarias, instruções normativas, além dos já citados. Face a todos esses elementos que dificultam a classificação, procurou-se identificar aquelas comunidades que se autodefinem como tradicionais e que possuam poucos recursos tecnológicos envolvidos na promoção de sua subsistência e que são objeto de interesse do projeto Geografar da UFBA, tais como: comunidades quilombolas, associações de fundo e fecho de pasto, grupos indígenas, assentamentos rurais, além de comunidades ribeirinhas, voltadas para a pesca e a mariscagem, que serão descritas a seguir.

<sup>30</sup> Disponível em: < <http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Conhecimento+tradicional>>. Acesso em: 4 jan. 2011.

<sup>31</sup> A Instrução Normativa apresenta como fundamento legal: I - art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal; II - Arts. 215 e 216 da Constituição Federal; III - Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; IV - Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; V - Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964; VI - Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966; VII - Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992; VIII - Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993; IX - Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001; X - Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001; XI - Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; XII - Convenção Internacional nº 169, da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004; XIII - Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003; XIV - Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007; XV - Convenção sobre Biodiversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998.

✓ Comunidades vinculadas à Pesca Artesanal

Com base na atividade produtiva, um importante grupo local se destaca: os moradores das comunidades ribeirinhas, que buscam na pesca a complementação da sua dieta alimentar, assim como os pescadores profissionais cooperativados, ou não, que se utilizam de barcos motorizados, de até 10 metros, e que escoam sua produção no mercado, através de colônias de pesca. Esses grupos podem ou não manter uma relação sustentável com o território que ocupam.

No entorno da poligonal e em toda a AID, a pesca tradicional é exercida ao longo do litoral de Ilhéus, abarcando também outros municípios como Uruçuca e Itacaré, e todas as regiões ribeirinhas e estuarinas do município de Ilhéus. Em suas atividades são empregadas pequenas embarcações, como canoas e jangadas, menores de 10 metros como dito antes, movidas ou não por motor de propulsão. Ao mesmo tempo, de uma forma difusa, em todas as pequenas e médias localidades rurais do município de Ilhéus, é possível encontrar populações desenvolvendo a atividade da pesca, de forma artesanal e como uma forma de subsistência. A análise deste segmento é desenvolvida de forma aprofundada no item que trata das atividades produtivas deste diagnóstico.

✓ Povoamentos Indígenas

Na Área de Influência Direta (AID), o Anuário Estatístico da SEI, publicado em 2008, apontava para a presença de 19 comunidades<sup>32</sup> indígenas da etnia dos Tupinambás de Olivença, espalhados no município de Ilhéus, e que compunham, junto com outras localidades situadas em outros municípios vizinhos, de Buerarema e Una, a *Terra Indígena Tupinambá de Olivença*. Esse território indígena apresenta uma situação jurídica provisória e em processo de identificação e regularização.

Ao todo, as comunidades indígenas localizadas em Ilhéus reúnem uma população de 3.891 tupinambás (**Quadro 1.45**).

**Quadro 1.45 - Terra Indígena Tupinambá de Olivença**

Comunidades	Município	População
Comunidade Serra das Trempes	Ilhéus	304
Comunidade Serra do Padeiro	Ilhéus	349
Comunidade Serra do Ronca	Ilhéus	-
Comunidade Serra do Serrote	Ilhéus	-
Comunidade Serra Negra	Ilhéus	113
Comunidade Acuípe de Baixo	Ilhéus/Una	317
Comunidade Acuípe de Cima	Ilhéus/Una	74
Comunidade Acuípe do Meio	Ilhéus/Una	232
Comunidade Águas de Olivença	Ilhéus	135
Comunidade Campo de São Pedro	Ilhéus	82
Comunidade Curupitenga	Ilhéus	74
Comunidade Cururupe	Ilhéus	-
Comunidade Gravatá	Ilhéus	131
Comunidade Mamão	Ilhéus	-
Comunidade Olivença	Ilhéus	1.293
Comunidade Pixixica	Ilhéus	26
Comunidade Santana	Ilhéus	339
Comunidade Santaninha	Ilhéus	-
Comunidade Sapucaieira	Ilhéus	422

Fonte: ANAI-BA/DSEI-FUNASA.

<sup>32</sup> Três destas comunidades envolvem dois municípios: Ilhéus e Una.

Essas comunidades indígenas, espalhadas na parte sul do município de Ilhéus, estão inseridas na AID, mas em pontos afastados da ADA e não apresentam inter-relação com o conjunto das localidades que a compõem.

A sede municipal, por sua vez, está localizada entre essas comunidades indígenas e a área do empreendimento, servindo como um divisor de águas. Os impactos deste centro urbano nas comunidades indígenas são, em princípio, muito mais evidentes do que o empreendimento situado ao norte do Município.

✓ Comunidades Quilombolas

**A instrução normativa n° 57, do INCRA, de 20 de outubro de 2009**, em seu artigo 5º, reafirma a competência deste instituto para *“a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a desintrusão, a titulação e o registro imobiliário das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência comum e concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”*.

O processo começa, por iniciativa da comunidade, que se autodeclara quilombola. Esta autodeclaração da comunidade precisa ser certificada pela Fundação Cultural Palmares, que emite uma certidão de registro, e pelo reconhecimento desta certidão pela União. A emissão da titulação das terras é fornecida pelo INCRA.

Segundo a relação fornecida pela Fundação Palmares e pelo Projeto GEOGRAFAR (UFBA) não existe comunidade certificada como quilombola ou em processo de certificação no município de Ilhéus.

Na AII existia, até 2009, o registro de três comunidades quilombolas em Itacaré, que foram homologadas em 2006. O Projeto GEOGRAFAR indica ainda, na AII, a presença de dez comunidades remanescentes de quilombos neste Município (Amano Guido, Campo do Amaço, Fojo, km 5, João Rodrigues, Pinheiro, Serra da Água, Oitizeiro, São Gonçalo, Socó). Em Itabuna existem menções de Itamaracá como comunidade quilombola. Esta localidade está situada a oeste na divisa com o município de Itapé às margens do rio Piabanha. Contudo essa comunidade não está certificada ou em processo de certificação. Em Itacaré existem ainda inúmeras comunidades remanescentes de quilombos que se dispersaram ao longo do território. Este Município possui também um quilombo urbano, identificado como um bairro da sede municipal. Trata-se do Porto de Traz que possui associação de moradores e mantém contato com organizações internacionais, desenvolvendo programas sociais locais. A maior parte destas comunidades é atendida por estradas precárias e desenvolve uma agricultura de subsistência, com pouco ou nenhum excedente, praticando a pesca artesanal como forma de suplementação da dieta alimentar. A grande maioria delas está localizada em locais afastados e de difícil acesso, sem qualquer inter-relação com a área de implantação do empreendimento.

Embora existam menções a quilombolas em Ilhéus, o estudo de campo, realizado nas comunidades que integram a área do entorno, não identificou comunidade que apresente ou reivindique a condição de quilombola.

A seguir, registros fotográficos de comunidades quilombolas existentes na região (**Figuras 1.44 a 1.47**).





**Figura 1.44 - Quilombo João Rodrigues**



**Figura 1.45 - Quilombo de Fojo**



**Figura 1.46 - Quilombo km 5 Itacaré**



**Figura 1.47 - Porto de Traz: Canoas para Pesca Ribeirinha**

✓ Assentamentos Rurais

Na ADA está a localidade de Itariri, onde se encontra o Assentamento Bom Gosto já descrito. A área possui diversas propriedades rurais espalhadas e baixa densidade populacional. O Assentamento, que possui um pequeno núcleo denominado de Alto do Bom Gosto, foi criado há 11 anos pelo INCRA e envolve aproximadamente 40 famílias. Este modelo de assentamento não possui infraestrutura adequada, como rede de abastecimento de água e o tamanho dos lotes, considerados pequenos por alguns assentados, é menor do que os dos novos modelos de assentamentos que passaram a ser criados nos últimos 8 anos. Apesar de possuir casas de alvenaria e com banheiro, ainda apresenta casas em conclusão, moradias improvisadas e de padrão precário (**Figuras 1.48 e 1.49**).



**Figura 1.48 - Igreja Evangélica na Localidade de Itariri**



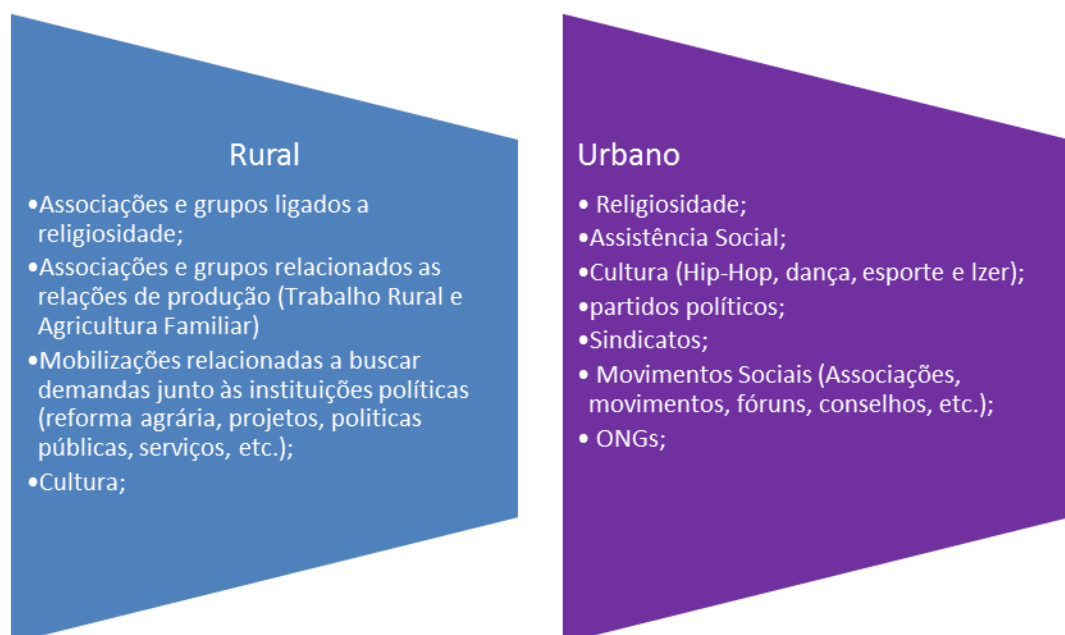
**Figura 1.49 - Moradias de Padrão Inadequado no Assentamento Bom Gosto**

Estudos complementares acerca das comunidades tradicionais indígenas e quilombolas foram apresentados ao Ibama no curso desse processo de licenciamento ambiental.

#### 1.1.10 Sistema de Organização Social: Grupos, Movimentos Sociais e Associações Comunitárias Existentes

Como forma de categorização do sistema de organização social partiu-se do pressuposto que a vida social pode se organizar de dois modos: o rural e o urbano (**Figura 1.50**). O primeiro caracteriza-se pelo desenvolvimento de grupos ligados a uma religiosidade (paróquias, pastorais, ministérios etc.) e organizados em torno das relações de produção ligadas ao trabalho rural e a agricultura familiar. Na área rural ainda é possível identificar indivíduos que ainda não adentraram na modernidade social, política e econômica.

Como se sabe, a cultura é uma das formas de organização social ao longo do tempo, tanto nas áreas urbanas, quanto rurais.



**Figura 1.50 - Características das Organizações Sociais**

O cenário social urbano aprofunda as singularidades, ou seja, as intersubjetividades dos sujeitos, suscitando uma diversidade de entidades e formas de organização social. A capacidade de fusão entre elementos modernos e tradicionais é uma das características da globalização e, especialmente, do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro no qual o “moderno” e “atraso” se intercalam.

No campo político, persistem as relações de clientela e “patronagem”, embora o grau de associativismo esteja forte nas áreas rurais. Os indivíduos nas cidades imprimem aos movimentos sociais uma marca cultural mais forte do que os que resultam de instituições sociais relacionadas a produção e a identidade de território, mais próximas de uma “tradição”.

Localidades que experimentaram processos de luta social, como a luta pela terra, apresentam um grau mais elevado de associativismo (organização, mobilização, hierarquia, atuação em redes, partidos políticos, eleições etc.) que perpassa por relações partidárias e eleitorais fomentando um processo de “*accountability*”, no qual o eleitor cobra de seus representantes uma maior transparência na prestação de contas e de atividade do mandato (interesses, opiniões etc.).

Nas cidades da AID, os partidos políticos se mostram mais atuantes e com uma dinâmica societária para além das eleições. Encontra-se na representação política parlamentar um quadro partidário semelhante ao cenário estadual e nacional, como pode ser observado na filiação dos vereadores eleitos em 2008 (**Quadro 1.46**).

As organizações de maior destaque no cenário partidário brasileiro mimetiza-se nas forças dispostas nos municípios da AID como o PT, PSDB, PP e PSB, que ocupam grandes bancadas estaduais e federais e compõem os governos estadual e federal.

**Quadro 1.46 - Representação Política nos Municípios de Ihéus e Itabuna, 2009**

Câmara Municipal de Ihéus
Valmir Freitas (PP)
Aldemir Almeida (PSB)
Carmelita Ângela (PT)
Edvaldo Nascimento (PSDC)
Francisco Sampaio (PSDB)
Gilberto Souza (PSDC)
Alzimário Belmonte (PP)
Jailson Nascimento (PMN)
Marcos Flavio (PPS)
Rafael Benevides (PT)
Reynaldo Oliveira (PPS)
Tarcísio Paixão (PMN)
Câmara Municipal de Itabuna
Claudevane Moreira Leite (PT)
Clovis Loiola De Freitas (PPS)
Edivaldo Reis Fonseca (PDT)
Gerson Pereira do Nascimento Jr. (PV)
José Raimundo Polvora De Oliveira (PPS)
Jose Ricardo Mattos Bacelar (PSB)
Milton Silva Cerqueira (DEM)
Roberto Tadeu Pontes de Souza (PR)
Rose Cristiane Castro (PR)
Ruy Miscocio Góes Machado (PRP)
Solon Brito Lima (PSDB)
Milton Gramacho (PRTB)
Wenceslau Augusto dos Santos (PCdoB)

Fonte: Câmara Municipal de Ihéus e Itabuna.

A mobilização das localidades do entorno (AEE) tem ultrapassado a esfera local, envolvendo ONGs, associações, veículos de imprensa (impresso e digital)<sup>33</sup>, conselhos gestores, ou seja, a sociedade civil encontra-se organizada e ativa. As entidades locais mostram-se articuladas a movimento de abrangência maior, a exemplo do Movimento de Luta pela Terra e Federação Estadual dos Trabalhadores Rurais (FETAG-BA).

As discussões sobre a implantação de empreendimentos de grande porte no município de Ilhéus como a ferrovia Oeste-Leste, Porto Sul e Aeroporto de Ilhéus têm contribuído para mobilização e organização das comunidades envolvidas no processo, além de atrair a atenção do Ministério Público e de organizações ambientais e religiosas como a Pastoral da Terra entre outras. Trata-se de uma realidade social bastante complexa e diversificada e que favorece a emergência de diversos atores e grupos organizados.

Dentro do contexto urbano como em Ilhéus, Itabuna, Itacaré, entre outras cidades da AII, surge uma série de associações de moradores, que se vinculam à política partidária a partir do apoio de vereadores, mas que fundamentalmente contestam o Estado em busca da satisfação de demandas diversas, em especial referentes a infraestrutura urbana. De maneira geral, poder-se-ia contextualizá-las dentro de uma demanda pelo direito à cidade.

Os debates que vêm ocorrendo contribuem para configurar a esfera privada como um grande espaço público no qual circulam informações e realizam-se debates, onde são apresentados os argumentos em busca de legitimação. Dentro dessa realidade multifacetada, é possível identificar alguns contextos importantes, que têm ligação direta com a organização sócio-política. De uma forma geral existem entre os setores envolvidos três perspectivas para a avaliação do empreendimento: os que são contra, os que são a favor e os que são favoráveis em parte, estabelecendo ressalvas.

No contexto rural dos municípios da AII, em especial na ADA do empreendimento e seu entorno imediato, atuam diversas associações de moradores, que debatem também elementos referentes às condições gerais de vida. Algumas dessas associações têm atuação importante no cenário sócio-político da região, como a Associação de Moradores da Vila Juerana – AMORVIJU, que desde o início do projeto de construção do porto em Ilhéus tem se posicionado contra e vem se conformando como um ator importante nesse processo. Destacam-se também as associações que reúnem os produtores rurais da região, entre elas a Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Carobeira e a Associação Agrícola Nova Jerusalém, do Assentamento Bom Gosto. É interessante notar que esta última é associada à COOFASULBA - Cooperativa de Agricultores Familiares do Sul da Bahia, vinculada à CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Todas as associações do município de Ilhéus se congregam em uma associação maior, que se reúne na Casa dos Conselhos na sede de Ilhéus. Esse grupo tem participado ativamente das discussões acerca da implantação do Porto Sul.

Ainda nesse contexto rural, há movimentos de luta pela terra, como o MTR - Movimento dos Trabalhadores Rurais e o MLT - Movimento de Luta pela Terra que, juntos, mantêm atualmente pelo menos três acampamentos na região. Tem atuado também no Município, inclusive com o emprego de redes sociais, o Conselho do Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Ilhéus (Condecori). O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) desenvolve

<sup>33</sup> Segue os principais blogs da região e sites on line de notícias: [www.blogdogusmao.com.br/](http://www.blogdogusmao.com.br/); [www.osarrafo.com.br/](http://www.osarrafo.com.br/); [www.pimenta.blog.br/](http://www.pimenta.blog.br/); <http://itabunahoje.blogspot.com/>; <http://www.itacarenoticia.blogspot.com/>; <http://itacareurgente.blogspot.com/>; [Jornal A Região - http://www2.uol.com.br/aregiao/](http://www2.uol.com.br/aregiao/); <http://noticiasdeitabuna.blogspot.com/>

convênios e projetos para os trabalhadores rurais e membros da agricultura familiar e são ligados à FETAG-BA<sup>34</sup>.

Na sede de Ilhéus funcionam duas colônias de Pesca, a Colônia Z34 e a Z19. A primeira tem uma grande abrangência no Município, tendo associados nas mais diversas localidades como Ponta da Tulha, Mamoã, e mesmo nas áreas mais distantes do mar, mas próximas ao rio Almada, como Castelo Novo e Lagoa Encantada.

Em relação ao turismo destaca-se o grupo Gestor de Turismo em Itacaré que se reúne duas vezes por mês e se apresenta como: *“um grupo de trabalho indicado pela instancia local, com integrantes da iniciativa privada, poder público e terceiro setor, com o papel de coordenar, acompanhar e gerir o processo de competitividade do destino Itacaré, na Bahia<sup>35</sup> (sic).”* Entre os 21 integrantes deste grupo estão: a Associação dos Comerciantes e Empresários do Ramo Turístico de Itacaré; a ACVI - Associação dos Condutores de Visitantes de Itacaré; Associação Cultural Tribo Porto; a Associação Turismo Rural; a Bahiatura; a Câmara de Vereadores; as secretarias de saúde, educação e meio ambiente e diversas entidades da sociedade civil.

#### 1.1.11 Implicações dos Impactos Positivos e/ou Negativos da Implantação do Porto Sul: Aspectos Econômicos, Sociais e Culturais

O fundamento ontológico de qualquer realidade social reside na sua relação com a natureza, mediada pelo trabalho e pelas relações que os homens constroem com os outros homens no processo de produção da sua vida material. Associado e inseparavelmente a esse processo, os homens constroem relações sociais de ordem simbólica e política, sua organização social e cultural. Nesse sentido, analisar o impacto de um empreendimento como este exige uma consideração especial ao fundamento produtivo da região em questão, sua relação com a natureza, o tipo de trabalho realizado e as diversas relações sociais que daí decorrem.

Inicialmente, é importante considerar que a região onde se pretende implantar o Porto Sul vive uma estagnação econômica desde que a cultura do cacau entrou em declínio há algumas décadas atrás. O município de Ilhéus não conseguiu mais alcançar a sua antiga posição econômica embora tenha diversificado sua estrutura produtiva com a criação do Polo Industrial de Iguape e se voltado para a atividade turística.

Contudo, diante da grande envergadura da crise cacauera e da dependência deste modelo econômico antigo houve uma regressão que levou o setor a sobreviver em um estágio de baixa produtividade, baixa oferta de trabalho e voltado para atividades de subsistência. Isso pode ser observado em toda a área rural do município de Ilhéus e de partes de Itabuna. A maioria dos trabalhadores rurais vive ainda da venda da sua força de trabalho para os produtores de cacau, mas o grande número de acampamentos de trabalhadores sem terra dá uma dimensão da crise. A oferta não solvável de mão de obra obriga os trabalhadores a se voltarem para as atividades de subsistência. Embora exista a possibilidade da produção ser comprada por cooperativas, não é essa a realidade predominante entre os pequenos produtores da região, que vendem seus excedentes na feira, auferindo poucos recursos, suficientes apenas para a sua subsistência.

<sup>34</sup> Mais informações, acessar <http://www.fetag-ba.org.br/fetag.php?pg=default>

<sup>35</sup> Disponível em <<http://www.blogger.com/profile/01700192808973281867>>. Acesso em 21 de junho de 2011.

Na outra parte do Município, localizada na zona litorânea, existem atividades pesqueiras que, embora fundamentalmente artesanais, se esforçam para suprir a demanda dos bares e restaurantes da região. Essa atividade, no entanto, também não alcança níveis de maior produtividade e não gera um ciclo econômico capaz de garantir a atração daquela oferta não solvável de mão de obra.

Nessa realidade municipal, a cidade de Ilhéus passa a atrair os trabalhadores, mas também a sua economia urbana não consegue oferecer oportunidades para essa população, em especial para os grupos menos qualificados. Nesse aspecto, muitos moradores da zona rural, e também da zona urbana, acabam se ocupando em atividades do terciário não especializado e uma grande parte permanece desempregada, um dos principais problemas indicados pela população pesquisada. O desemprego empurra novamente as pessoas para a zona rural, para as atividades de baixa produtividade, criando assim um círculo vicioso negativo entre a zona urbana e a zona rural.

A zona rural, contudo, oferece um espaço “de conforto”, para onde as pessoas podem voltar caso suas atividades urbanas não deem certo e podem contar com o apoio de uma rede social familiar e comunitária.

Com base nestas premissas é possível inferir que em princípio, a implantação do empreendimento seria de especial interesse da população local no que se refere às oportunidades de emprego, algo que está presente na maioria das falas dos entrevistados. No entanto, é necessária uma maior reflexão a esse respeito. A população local, em especial da zona rural, não tem formação técnica especializada, devido aos déficits da educação pública, o que os torna pouco interessantes para o empreendedor, caso não passem por processos continuados de capacitação. Ficam então as dúvidas sobre quais atividades essa população pode ou vai se integrar. Muitos moradores comungam com essa preocupação e alguns chegam a afirmar que para eles o empreendimento não vai trazer benefício direto, mas possivelmente será útil para os seus filhos, arrancando a região da estagnação que expulsa os moradores para outras regiões em busca de trabalho.

Por outro lado, parte da população apresenta muita inquietação em relação às desapropriações e reassentamentos, especialmente sobre a forma como isso se dará. Alegam que uma indenização em dinheiro calculada pelo tamanho da propriedade é inaceitável, pois muitos imóveis são habitados por famílias estendidas e a divisão da indenização pelos membros da família torna inviável a compra de outra propriedade. Advertem também que dificilmente encontrarão terras disponíveis próximas às atuais. Existe a possibilidade de que parte desta população venha a engrossar o contingente de trabalhadores que ocupam as periferias das cidades em áreas que apresentam situações de risco, agravando o problema urbano existente nas duas sedes municipais da AID, caso esse processo não seja conduzido de forma cuidadosa e respeitosa quanto aos direitos dos proprietários e ocupantes. Nesse aspecto, importa mencionar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Estado para a mitigação antecipada de impactos em uma sistemática de diálogo com lideranças e moradores na busca de soluções pactuadas, processo este registrado no presente do diagnóstico do meio socioeconômico.

A “modernização” de áreas rurais na sociedade brasileira teve impactos consideráveis sobre o tecido urbano, que se conformou como um local com uma oferta de mão de obra maior que a demanda, baixos salários, déficits de infraestrutura, com o crescimento de diversas áreas de urbanização fora dos padrões urbanísticos, e pobreza. Claro está que a implantação do Porto Sul não terá, necessariamente, as mesmas consequências, mas a história da sociedade

brasileira pode contribuir para que melhores conjecturas sejam realizadas. É certo que a implantação do projeto pode representar uma grande positividade que é a de dinamizar a economia local e ampliar consideravelmente a oferta de empregos na região.

Entre os argumentos contrários destaca-se o dos proprietários e posseiros que alegam que implantação do empreendimento na área proposta impactará sobre áreas historicamente ocupadas por famílias que, em primeiro lugar, não desejam sair das propriedades herdadas de seus antepassados e, em segundo lugar, dificilmente se enquadrariam em um fundamento econômico que não fosse o rural, visto que não têm qualificação suficiente para integrar ocupações de nível mais elevado.

Entre aqueles que se opuseram nas entrevistas estavam incluídos ainda parte dos moradores da localidade de Itariri, principalmente os ocupantes do Assentamento Bom Gosto que se apresentaram intranquilos quanto à possibilidade de remoção. Trata-se de um grupo organizado, que conta com o apoio da Associação Local e do MLT.

Na região de Aritaguá e Sambaituba os argumentos contrários são de outra natureza. Eles envolvem uma preocupação ambiental e de saúde, relacionada ao temor de contaminação do meio ambiente por dispersão de parte dos produtos que serão embarcados no Porto. Foram citados pelas comunidades pesquisadas o minério de ferro e materiais radioativos como urânio. A população desta região também receia perder suas terras de plantio ou suas áreas de extrativismo que estariam dentro da poligonal.

A grande questão da implantação do Porto Sul nesta área é que ela vai alterar o modo de vida e sustento das comunidades da ADA e entorno, que se baseia na produção rural na lavoura e na pesca. Uma parte das localidades citadas tem sua subsistência associada à área onde se pretende implantar o empreendimento. É difícil fazer maiores conjecturas a essa respeito, mas é possível afirmar que a utilização desta área implicará mudanças na base da vida social dessas comunidades que irão se adaptar a esse novo fundamento econômico ou buscarão com o apoio do governo a garantia de condições melhores de vida em outro lugar, mantendo ou não suas atividades produtivas atuais. Com a nova poligonal do Porto, definida pelo Decreto nº 13.918 de 13 de Abril de 2012 os impactos serão significativamente reduzidos, mas, independente da área a ser ocupada com as instalações do empreendimento, alterações na dinâmica daquele espaço vão implicar em mudanças no modo de vida da população residente na ADA, que precisará ser reassentada, e também da AEE.

Para além desses impactos fundamentais, é possível conjecturar acerca de outros tantos: a) a ampliação do tráfego, que transformará a realidade cotidiana dos moradores; b) a atração de trabalhadores da construção, que pode contribuir para casos de prostituição e mesmo para uma maior insegurança; c) surgimento de ocupações desordenadas, entre outros.

A falta de informações deu margem à criação de uma rede de boatos, que geram controvérsias e situações de embate de posições, nem sempre ancoradas em informações corretas e consistentes, o que gera expectativas e cria focos de tensão.

Para fazer face a essa situação o Conselho de Associações decidiu participar do processo de estudo de impacto ambiental introduzindo seus próprios técnicos - membros das cooperativas - junto com a CDA. A maior parte das críticas à atuação dos técnicos que visitaram a área é formulada pelos assentados da comunidade de Bom Gosto. A AMORVIJU também tem sido uma das maiores críticas da construção do Porto.

Parte da população de classe média moradora da orla norte do Município apresenta argumentos de ordem ambiental, alegando que a implantação do Porto destruirá a beleza natural que caracteriza a região como turística. Contudo, os estratos mais populares, com exceção da Vila Juerana - palco de uma grande mobilização política contra a implantação do Porto - são favoráveis ao empreendimento, em especial pela expectativa de geração de emprego. A população da zona rural situada mais para o interior também se posiciona a favor da implantação do Porto, com base na expectativa de geração de emprego e renda, mas é veementemente contra a desapropriação das terras da região.

A Associação Agrícola Nova Jerusalém, do Assentamento Bom Gosto, considera que a população que é a favor do empreendimento não compreende completamente as possíveis repercussões do Porto até porque a maioria das localidades onde predominam as opiniões favoráveis está fora da poligonal.

O cenário descrito sugere que a implantação de um grande empreendimento em uma área com elevado grau de vulnerabilidade social não pode vir desacompanhado de medidas preventivas e amplas que atuem em todos esses aspectos elencados, envolvendo programas de comunicação, de treinamento, de reassentamento de populações que sofrerem deslocamentos involuntários e criação de políticas urbanas que evitem o surgimento de bolsões de pobreza na periferia dos grandes centros urbanos da região, agravando essa situação.

As discussões sobre o empreendimento, portanto, estão gerando uma educação política na população, pois resultam na mobilização e formação de grupos de interesses que estão dispostos a protestar e defender ambas as posições, contextualizando uma “pedagogia” social e política. A atuação do Conselho da Cidade pode ser observada em notícia veiculada em um blog da região:

Uma comissão do Conselho Municipal da Cidade (CONCIDADE) visitará, amanhã (quarta-feira, 18), os moradores do Assentamento Bom Gosto, que faz parte do território onde se pretende construir o Porto Sul, em Aritaguá. A comissão sairá às 8h da praça da Catedral de São Sebastião, no centro de Ilhéus. Depois de ouvir a comunidade, um relatório será redigido e exposto para todos os membros do CONCIDADE e a sociedade civil, mostrando as consequências da desapropriação do assentamento e da construção do porto. (17/05/2011, no link: <http://www.blogdogusmao.com.br/v1/tag/porto-sul/>)

O mesmo fenômeno foi observado em relação a Associação de Moradores da Vila Juerana (AMORVIJU) que realizou um protesto contra o Porto Sul<sup>36</sup>.

A estrutura institucional de Ilhéus é pujante e suficiente para a articulação e implantação de políticas públicas em parceria com os demais entes federativos. A articulação fica por conta da Secretaria de Governo que é diretamente ligada ao gabinete do Prefeito, articulando quatro eixos, como é possível ver na **Figura 1.51** a seguir: em primeiro, as secretarias voltadas para o planejamento e a formatação do governo (planejamento, administração etc.); em segundo, as voltadas para a economia e infraestrutura; em terceiro as da área “social”; e por último, as que se articulam com a cultura, esporte e lazer, além das políticas de apoio ao turismo.

---

<sup>36</sup> Cf. em [www.acaoilheus.org](http://www.acaoilheus.org)



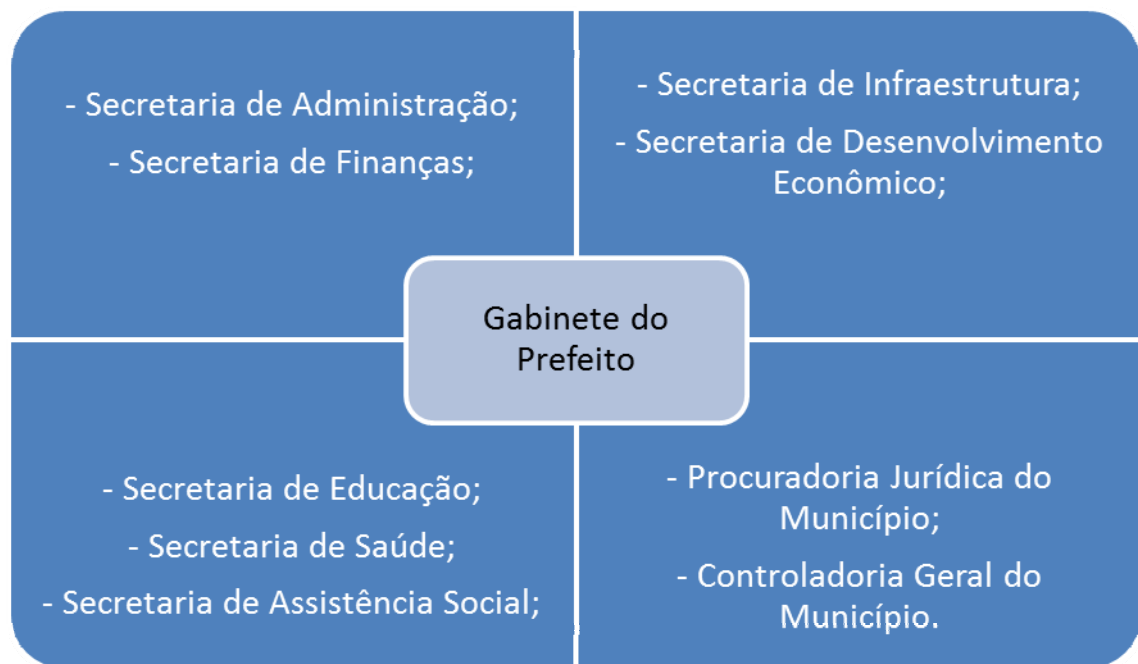
O quadro institucional de Ilhéus é semelhante ao de Itabuna; porém, a formatação institucional dos demais municípios da AII concentra-se, em geral, em poucas pastas ligadas diretamente ao gabinete do Prefeito.



Fonte: Prefeitura de Ilhéus/BA.

**Figura 1.51 - Secretariado e Articulação na Formulação e Implementação de Políticas Públicas, Prefeitura de Ilhéus/BA**

O município de Uruçuca possui uma estrutura institucional semelhante aos demais municípios da AID, contudo, apresenta uma maior concentração em órgãos diretamente vinculados ao Executivo (administração direta), sem autarquias, superintendências etc. Como pode-se observar na **Figura 1.52**, o Gabinete do Prefeito concentra a capacidade diretiva da gestão, uma vez que é inexistente uma secretaria de governo, casa civil ou órgão similar na coordenação político-administrativa da Prefeitura. O número de secretarias é reduzido em comparação aos outros municípios da AID. Tal fato representa que determinadas políticas públicas estão assentadas nas secretarias que detém um alto nível de centralização e gestão. A gestão ambiental da Prefeitura compõe, por exemplo, a pasta de “Desenvolvimento Econômico” e a Secretaria de Educação comporta as políticas públicas inerentes à cultura, esporte e lazer.



Fonte: Prefeitura Municipal de Uruçuca.

**Figura 1.52 - Estrutura Institucional da Prefeitura Municipal de Uruçuca, 2012**

#### 1.1.12 Considerações Gerais sobre as Ações de Mobilização Comunitária e Comunicação Social para Mitigação Antecipada de Impactos

- Introdução

Trata este item de relatar o processo de pactuação com as comunidades potencialmente afetadas com o Porto na sua implantação no sítio Aritaguá, sobre um conjunto de medidas para mitigação e compensação de impactos.

Os resultados preliminares do diagnóstico socioeconômico fomentaram a iniciativa do Governo do estado da Bahia, através da Casa Civil, de buscar uma articulação entre instâncias do próprio Estado, do Governo Federal e do Município de Ilhéus, no sentido de promover a redução e a mitigação antecipada de impactos.

As iniciativas reportam-se a medidas capazes de promover ações sociais e de infraestrutura, melhorar a comunicação entre empreendedor e comunidades da antiga ADA e AEE, mas, principalmente, ações que, independente do empreendimento, possam representar ganhos de qualidade na vida das pessoas. No processo estão sendo levantadas possíveis alternativas de reassentamento para os casos de impossibilidade de permanência de agricultores no sítio do empreendimento e entorno, sempre com a participação de lideranças e dos próprios.

Aqui são apresentados os principais encaminhamentos das reuniões com as lideranças e comunidades, as articulações institucionais e os avanços nos acordos quanto à iniciativas governamentais de mitigação de impactos associadas à implantação do Porto, trazer o que na voz das lideranças envolvidas se define pela assertiva **“mudar sempre para melhor”**.

Consta ainda a sistematização de demandas e questões levantadas nas reuniões realizadas nas comunidades, coordenadas pelo Estado, e também no trabalho de interação social realizado

pala Sondotécnica em comunidades de referência. Esta compilação visa a registrar o cenário socioeconômico e a percepção do empreendimento na visão das comunidades, que deverá balizar, junto com os estudos técnicos, o processo de mitigação antecipada de impactos. Ao fim são ainda apresentadas as ações já em desenvolvimento.

As reuniões realizadas por iniciativa do Governo do Estado mobilizam as comunidades da antiga ADA, portanto diretamente afetadas pelo empreendimento, e as comunidades da AEE. As atividades de interação social, a cargo da empresa Sondotécnica, envolve os municípios da AID e as comunidades consideradas de referência no entorno dos sítios estudados de Aritaguá e Ponta da Tulha. O trabalho da empresa Sondotécnica extrapola, portanto, o âmbito da AEE e envolve o Acampamento Fazenda Tijuca, Acampamento Unidos Venceremos, Aritaguá, Assentamento João Amazonas, Assentamento Bom Gosto, Avenida Barracamento, Cachoeirinha/Fazenda Bom Sossego, Castelo Novo, Condomínio Paraíso do Atlântico, Condomínio Verdes Mares, Fazenda Caldeira, Fazenda Santa Rita, Fazenda São José, Fazenda São Longuinho/Lagoa Pequena, Fazenda Tupinambá, Fazenda Vencedora, Iguape, Jóia do Atlântico, Lagoa Encantada/Vila de Areias, Mamoã, Manguinhos, Nova Mamoã, Parafuso, Ponta da Tulha, Ponta do Ramo, Retiro, Ribeira das Pedras, Sambaituba, São José, São Miguel, Urucutuca, Vila Campinhos, Vila Juerana, Vila Olímpio, Vila Oteiro, Vila Vidal de São João.

- Ponto de Partida: a caracterização do conflito fundiário e os interesses colocados

Esse processo de negociação com lideranças da comunidade tem início com o impasse criado na ocasião da realização de medições na área, quando proprietários e posseiros da área condicionaram a realização dos levantamentos em suas terras ao acesso a mais informações sobre o empreendimento e o quanto este poderia afetar as comunidades. De pronto foram realizadas pelo Estado, reuniões com lideranças locais e regionais para construir uma agenda conjunta de acompanhamento dos avanços na implementação do empreendimento.

O conflito entre proprietários/ posseiros de terra na área onde será implantado o Porto e os técnicos responsáveis pela medição dos imóveis foi um ponto de inflexão positivo na aproximação entre o empreendedor e os agentes locais interessados e/ou afetados com a construção do empreendimento. Sendo o conflito tratado como o motor de uma coalizão de legítimos interesses postos no processo veio demandar a mediação por parte do Estado que assumiu, através da Casa Civil, a tarefa de agregar instituições e entidades com vistas à construção de pactos sociais e territoriais no contexto de planejamento da implantação do porto.

A seguir algumas datas e fatos pontuais que contribuem na compreensão do processo.

A Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário - CDA iniciou em fevereiro de 2011, as medições dos imóveis na área destinada ao empreendimento, necessárias para o desenvolvimento dos projetos, planejamento de eventuais reassentamentos e desapropriações. Esta ação, somada às expectativas e questões acerca do novo empreendimento, converteu-se em manifestações dos moradores e resistência à presença dos técnicos na área. Foram realizadas reuniões no Assentamento Bom Gosto, localizado dentro da poligonal da antiga ADA para tratar do tema, sendo a primeira realizada em 11 de maio de 2011 com a participação de 170 pessoas do distrito de Aritaguá, região de Itariri, Lava Pés, Nova Vitória e Valão e entidades voltadas para a organização social e econômica das localidades (cooperativas, associações de moradores e produtores, dentre outras).

A segunda reunião aconteceu em 18 de maio, no mesmo local, com a participação de aproximadamente 200 pessoas, além de representantes do Conselho Municipal da Cidade de Ilhéus<sup>37</sup>, Conselho do Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Ilhéus (CONDECORI), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR-Ilhéus) e do Movimento de Luta pela Terra - MLT, na qual foi indicada, aprovada e ampliada a Comissão de organização dos trabalhos em defesa das propriedades que serão afetadas pelo empreendimento, no distrito do Aritaguá.

Como será visto com mais detalhes adiante, os relatos circunscrevem o conflito nos limites do direito à posse/ propriedade da terra e no direito à informação, e não propriamente a uma posição contrária ou favorável ao empreendimento, cuja abrangência de interesses se coloca em patamares muito maiores e mais abrangentes, situando-se no patamar estratégico do desenvolvimento do estado da Bahia e do País. Esse entendimento mobilizou as forças políticas envolvidas, empreendedor (Derba), Estado e sociedade civil organizada local, a antecipar as ações sociopolíticas e de comunicação na área e principalmente, de mitigação de impactos potenciais identificados.

- As ações de Mediação e a criação de uma Agenda Pactuada

No processo de mediação, o Estado buscou construir com os agentes locais uma agenda que envolvesse a elaboração de diagnóstico e pesquisas participativas, visitas e reuniões sistemáticas com as comunidades e apresentações do projeto.

No dia 17 de maio foi realizada reunião no Auditório da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração - SICM tendo como objeto o Plano Social do Porto Sul e como pauta o Diagnóstico da Questão Social do Entorno do Novo Sítio, o Desenvolvimento Territorial da Região e a Comunicação Social. Presentes, representantes da Casa Civil, SEPLAN, SEDUR, SEINFRA, SUPET, SEINP, SEMA, DERBA, SERIN, CDA<sup>38</sup>, BAMIN, Município de Ilhéus, SEINP e SECOM.

Foi compreendido que era preciso um diagnóstico e um Plano de Ação para discutir o empreendimento com as comunidades e registrada a intenção de “montar grupo de representantes de comunidades do entorno” e de elaboração de um calendário de visitas para as comunidades. Sobre possíveis desapropriações e reassentamentos, se definiu uma reunião inaugural com o grupo de moradores a fim de ouvir as necessidades das comunidades e seus anseios, além da criação de procedimento de trabalho.

Sobre o desenvolvimento territorial da região foi percebida a necessidade de discutir os conceitos dos macro-investimentos. Foi feita a distribuição de tarefas e agendada reunião para o dia 24 de maio, para ser realizada na Casa Civil. Por fim, na discussão a respeito da Comunicação Social foi colocada a necessidade de promoção de um evento no município de Ilhéus que apresentasse o tema à população.

As reuniões iniciadas pelo Governo do Estado (ação institucional a partir da Casa Civil) em parceria com a prefeitura municipal de Ilhéus e a Bamin no primeiro semestre de 2011 apontam como objetivo a consolidação de ações sociais e de diálogo (sensibilização e comunicação social na ADA e na AEE).

<sup>37</sup> A criação desse conselho se deu em 2010, sendo o seu objetivo de discutir e buscar soluções principalmente para temáticas envolvidas na questão urbana – no âmbito de habitação, saneamento, transporte, acessibilidade, ocupação e uso do solo, dentre outras.

<sup>38</sup> Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), órgão vinculado a Secretaria Estadual da Agricultura.

De imediato, o governo estadual buscou articular quais programas sociais poderiam ser formulados no que concerne a intervenção na AEE e antiga ADA.

As reuniões preparatórias para a visita a campo buscaram articular um número maior de secretarias estaduais, ou seja, de políticas públicas a serem formuladas e implementadas nas referidas áreas. As reuniões em Ilhéus iniciadas em maio apresentaram como programa governamental ações situadas na EMBASA, SEDUR e CDA. Estes órgãos respondem em parte pelas demandas apresentadas pelas localidades da AEE. As comunidades da antiga ADA se mobilizavam em torno da questão da desapropriação e demonstravam preocupação quanto a valores a serem estipulados, com processos de reassentamento, quebra de vínculos sociais e produtivos, quitação de dívidas, acesso a crédito etc.

Na proposta de agenda encaminhada pela Casa Civil do estado da Bahia estão colocadas em duas linhas diferenciadas de trabalho que se desenvolvem de forma independente mas se articulam permanentemente no processo:

1. Articulação interinstitucional
2. Articulação com a sociedade civil

### **1. Articulação interinstitucional**

A articulação interinstitucional envolveu o planejamento e identificação das instâncias de Estado com capacidade e possibilidade de aportarem ativos que viabilizassem, ainda no processo de planejamento e implantação do Porto Sul, o desenvolvimento de ações de mitigação ou compensação de impactos.

Para a ADA, no primeiro momento se buscou arregimentar instituições com atribuições regimentais associadas a ações identificadas como importantes e necessárias para a condução de um processo de desapropriação e reassentamento, pautado na salvaguarda dos direitos das famílias. Mais ainda, com uma conduta de cumprimento dos compromissos estabelecidos com as lideranças locais de buscar sempre uma condição melhor do que a atual para os assentados e pequenos proprietários e posseiros. Para a AEE as instituições mobilizadas foram aquelas que poderiam melhorar a qualidade de vida das famílias que, confirmada a implantação do porto em Aritaguá, irão conviver com o empreendimento nas proximidades. O **Quadro 1.47** apresenta as instituições mobilizadas até o momento de entrega do EIA/Rima ao Ibama.

**Quadro 1.47 - Articulação Entre as Instâncias de Estado**

<b>ARTICULAÇÃO DE ESTADO</b>	<b>ESTADO</b>	SERIN	Articulação com lideranças locais.
		CDA	Levantamento do perfil dos imóveis existentes na ADA e medição das propriedades.
		SEPLAN	Acompanhamento das ações para compatibilização com o planejamento do Estado.
		SEDUR	Identificação de demandas de urbanização, melhorias viárias, equipamentos de lazer e habitação.
		SETRE	Elaboração de Programa de Qualificação Profissional.
		EMBASA	Esgotamento Sanitário e abastecimento de água.
		DERBA	Identificação de áreas para reassentamento e avaliação das propriedades.
		SECOM	Elaboração do Plano de Comunicação e coordenação das atividades de comunicação social na área.
		SEAGRI	Quitação dos débitos dos agricultores no PRONAF A e liberação para novos financiamentos.
	<b>UNIÃO</b>	MDA	Coordenação e articulação de ações de reassentamento de agricultores do assentamento Bom Gosto e de agricultores familiares. Propositura de ação de permuta da área do assentamento Bom Gosto pertencente ao INCRA por outra que poderá ser adquirida pelo Estado (Fazenda Tijuca) na Ponta da Tulha, com a anuência de lideranças do assentados. Reposição da infraestrutura.
		INCRA	Estudo do modelo jurídico para o reassentamento. Avaliação das áreas para a permuta. Viabilização de outras ações de fomento à atividade produtiva. Habitação.
		SAF	Viabilizar junto com a Superintendência de Agricultura Familiar do estado da Bahia o apoio à produção, com possibilidade de verticalização a ser estudada quanto à viabilidade de mercado (produção e consumo).
	<b>MUNICÍPIO</b>	Gabinete do Prefeito	Organização dos eventos locais (reuniões com lideranças e comunidades). Viabilizar atendimento a demandas sociais de competência municipal
Secretaria de Planejamento		Revisão do Plano Diretor Participativo de Ilhéus	

Fonte: Equipe Hydros, 2012.

Esse trabalho de articulação interinstitucional teve continuidade após a apresentação do EIA/RIMA ao Ibama e resultou na construção e consolidação de um Caderno de Investimentos apresentado em resposta ao parecer deste órgão quanto ao EIA.

## 2. Articulação com a sociedade civil

A articulação com a sociedade civil organizada teve início com a identificação de lideranças regionais e locais que serão afetadas pelo empreendimento. De início fez-se a opção de encaminhar as ações junto às comunidades diferenciando em dois grupos: comunidades da antiga ADA e comunidades da AEE. Esse agrupamento decorre do fato de que cada grupo de comunidades seria afetado de forma distinta e por isso exigiriam políticas públicas e ações diferenciadas.

Foi criado um Comitê Executivo com a finalidade de acompanhar o processo de negociação envolvendo as famílias que serão reassentadas ou terão suas terras desapropriadas, sendo responsável pelas negociações referentes à ADA.

Como princípios básicos das negociações ficou definido que a prioridade do Estado recai sobre os pequenos agricultores (proprietários ou posseiros) afetados pelo empreendimento. Para os médios proprietários seria feita a desapropriação e indenização pelo valor justo, mas sem agregação de políticas especiais. O **Quadro 1.48** mostra as articulações com as entidades da sociedade civil.

**Quadro 1.48 - Articulação com a Sociedade Civil Organizada**

<b>ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA</b>	Entidades locais	Identificação de demandas. Identificação de vínculos produtivos e sociais. Acompanhamento das atividades técnicas na comunidade.
	Entidades regionais (MLT, STR etc.)	Articulação com as entidades locais. Negociação das demandas gerais das comunidades.
	Cooperativas (COOTEBA e COOFASULBA)	Elaboração de Diagnóstico Rápido Participativo, Pesquisa socioeconômica na antiga ADA e mobilização das comunidades.
	Conselho da Cidade	Articulação com as diversas lideranças do Município.

Fonte: Equipe Hydros, 2012.

- Atividades e Ações Propostas

#### Ações Gerais

Criação do Comitê Executivo para acompanhamento na ADA;  
Articulação com o COESO para as atividades na AEE;  
Elaboração e implementação de Plano de Comunicação Social;  
Execução de ações de interação social; e  
Criação de Escritório de Governo no município de Ilhéus.

#### Atividades e Ações na AEE

As reuniões que buscaram mobilizar a AEE estiveram organizadas da seguinte forma:

- a) visita técnica dos órgãos já mencionados;
- b) reunião com lideranças locais e regionais;
- c) Apresentação de demandas; e
- d) Sistematização do governo do que pode ser feito nas localidades.

Em junho foram dois dias de eventos (06 e 07 de junho). No dia 06 as reuniões ocorreram em comunidades da ADA. No dia 07, ocorreram reuniões com localidades envolvidas, a primeira com a Comunidade de Aritaguá e Vila São João, a segunda com Vila Juerana e a terceira com Sambaituba, todas realizadas no Gabinete da Prefeitura, exceto a quarta reunião - realizada na sede do STR - com as localidades do Itariri, Valão, Lava Pés, Assentamento Bom Gosto e as suas respectivas entidades de organização social.

A primeira reunião envolvendo Aritaguá e Vila São João discutiu Urbanização e Mobilidade com preocupações especiais quanto aos acessos das localidades. Definiu-se que a SEDUR e o Município ficariam responsáveis pelo levantamento fundiário e apontou-se a necessidade de um levantamento planialtimétrico na área. EMBASA e SEDUR comprometeram-se a apresentar resultados no início do mês de julho.

A segunda reunião do dia, realizada com a comunidade de Vila Juerana discutiu aspectos de urbanização e melhorias ambientais, a Revitalização da Orla do rio Almada e atividades

produtivas, além de demandas por equipamentos de lazer, esporte e segurança. Foi apontada a necessidade de estudos sobre as localidades, entre eles levantamentos topográfico e fundiário das áreas disponíveis na região. Foram vistos aspectos do Projeto de água da EMBASA para região, além da questão da pavimentação e drenagem. Foram observadas questões diversas pertinentes ao Plano de Desenvolvimento Sustentável no Litoral Norte de Ilhéus.

Na terceira reunião, com a Comunidade de Sambaituba, discutiu-se sobre o rio Almada (ponte e drenagem), sobre a necessidade de melhorar as vias de acesso à Comunidade e de complementar a pavimentação, além de melhorias no ginásio existente e de revitalização da Estação de Trem. Foi discutida a necessidade de drenagem e esgotamento sanitário, para os quais foram identificados como indispensáveis, estudo fundiário e levantamento topográfico, além de apontada a necessidade de elaboração de um mapa viário pela Prefeitura de Ilhéus. Ficou definida a realização de reuniões com as comunidades de Carobeira, Vila Olímpio, Ribeira das Pedras e Urucutuca e uma outra com a Prefeitura de Ilhéus na semana seguinte para discussão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte e questões de Ponta da Tulha.

Em 06 de julho ocorreu a primeira visita de campo do Grupo de Trabalho do Governo nas comunidades de Carobeira, Vila Olímpio, Ribeira das Pedras e Urucutuca. Além de reuniões no Gabinete da Prefeitura com representantes das mesmas localidades e uma apresentação dos trabalhos em desenvolvimento por equipes da SEDUR, EMBASA e Prefeitura de Ilhéus para melhorias nas comunidades.

Para o fim do mês de julho, foram programadas, pela Casa civil, para o período de 27 a 29, atividades sociais na área. A agenda de atividades contou no primeiro dia com visitas técnicas às localidades, de órgãos do Estado: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA, Secretaria Estadual de Relações Institucionais - SERIN, Secretaria Estadual de Educação - SEC e Secretaria Estadual do Trabalho Emprego e Renda - SETRE. Foram visitadas as localidades de Itariri, Valão, Castelo Novo, Jóia do Atlântico e São José, a fim de conhecer as localidades e apresentar projetos concernentes a melhoria da infraestrutura e condições básicas de qualidade de vida, ocorrendo de maneira articulada com entidades da sociedade civil envolvidas.

No dia seguinte, dia 28, prosseguiu-se com as visitas às comunidades, e no final do dia a Prefeitura sediou reunião entre Bamin, COOTEBA, STR-Ilhéus, Casa Civil, SERIN e SETRE. A pauta consistiu em discutir os projetos de qualificação profissional em andamento no Município e os demais em fase de formulação. As entidades presentes - COOTEBA e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ilhéus - demandaram, em suma, ações estratégicas visando a qualificar as pessoas de menor poder aquisitivo situadas na AEE e ADA. Além disso, reivindicaram políticas de valorização da agricultura familiar e outras formas de geração de renda e oportunidades, dialogando com o fato de uma parcela considerável da população local obter sua renda na área rural, além de ter a sociabilidade construída nesse ambiente.

Diversas ações foram propostas e pactuadas com o apoio da Bamin, Sistema Nacional de Emprego (SINE-BA) e SETRE. A posição dos representantes da sociedade civil é que o empreendimento deve apresentar um plano de trabalho (qualificação profissional, cadastramento, projetos sociais etc.) adequado e que valorize as localidades do entorno e diretamente afetadas, considerando ao critério socioeconômico na definição de prioridades. Ficou combinada a construção de uma agenda com novas reuniões, mantendo-se o mesmo



grupo, visando a definir ações no tocante à qualificação profissional, intermediação da mão de obra, emprego e renda.

No dia 29, reuniram-se entidades da sociedade civil como a COOTEBA, COOFASULBA, REDECOM - Ilhéus Norte, STR, MLT, COESO e demais associações locais de moradores e produtores de Castelo Novo, São José, Areias/Lagoa Encantada, Jóia do Atlântico, Valão e Itariri<sup>39</sup>. Fizeram-se presentes: representantes destas localidades, representantes de Sambaituba, Ponta da Tulha, Aritaguá etc.), técnicos responsáveis pela comunicação social do empreendimento e os membros da Bamin.

#### Atividades e Ações na ADA (antiga)

Na ADA, as atividades desenvolvidas tiveram como pauta a definição de encaminhamentos para redução de impactos potenciais da implantação do Porto e soluções e procedimentos para o reassentamento das famílias afetadas diretamente pelo empreendimento e que não poderão permanecer na área. Com os avanços nas discussões alguns princípios e critérios foram pactuados, dentre os quais são mais relevantes os que se seguem:

1. Compromisso de que eventuais mudanças sejam para melhor;
2. Redução ao máximo dos impactos sociais;
3. Abertura de canal permanente de diálogo com as comunidades; e
4. Fluidez na comunicação social.

Ficou também acordada a realização de diagnóstico pela COOTEBA com a participação direta da COOFASULBA e com o apoio e acompanhamento da CDA envolvendo atividades de sensibilização e de diagnóstico socioeconômico.

No dia 06 de junho foram realizadas reuniões no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no Assentamento Bom Gosto e na Comunidade Lava Pés, com a presença de representantes da Casa Civil, da SERIN e da CDA.

Ao fim do mês de junho ocorreram reuniões promovidas pela Coordenação de Articulação Social da Secretaria Estadual de Relações Institucionais (SERIN) do Estado com a participação da CDA e de representações da sociedade civil local para avanços nos entendimentos com a COOTEBA quanto ao escopo de trabalho. No dia 29 de junho, estiveram presentes na Prefeitura de Ilhéus os senhores Gideon Farias (Dero)<sup>40</sup> e José Campos para ajustes no Plano de Trabalho e alinhamento do Cronograma. Ficou então ajustado o escopo de trabalho, cuja síntese é apresentada no **Quadro 1.49**:

<sup>39</sup> A reunião contou com a presença de servidores ligados à educação, trabalho e emprego.

<sup>40</sup> Presidente do Conselho do Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Ilhéus (**Condecori**), Gideon Farias, “Dero”.

**Quadro 1.49 - Escopo do Plano de Trabalho em Implementação pela COOTEBA**

<b>1 Mobilização e Organização das Comunidades</b>
<b>1.1 Sensibilização</b>
AT01 - Elaboração de material de suporte para o processo de sensibilização
AT02 - Reunião de entrada para apresentação e discussão do Plano de Trabalho com seleção dos mobilizadores de cada comunidade;
<b>2 Diagnóstico</b>
<b>2.1 Diagnóstico Rápido Participativo</b>
AT01 - Construção da metodologia de elaboração do DRP envolvendo os mobilizadores e aprovação pela equipe de governo;
AT02 - Realização das oficinas de construção do DRP;
AT03 - Sistematização das informações e elaboração do relatório;
AT04 - Apresentação à equipe de acompanhamento do Estado e aprovação do produto.
<b>2.2 Pesquisa Socioeconômica com Diagnóstico Fundiário Preliminar</b>
AT05 - Elaboração do questionário e aprovação pela equipe de governo
AT06 - Capacitação para o trabalho;
AT07 - Aplicação dos questionários com acompanhamento da equipe do Estado e registro da documentação fundiária existente que indique posse ou propriedade;
AT08 - Tabulação da pesquisa;
AT09 - Elaboração de Relatório Final;
AT10 - Apresentação do Relatório Final e aprovação.
<b>2.3 Apresentação dos resultados nas comunidades.</b>
AT11 - Reuniões nas 05 comunidades para apresentação dos resultados do DRP e da pesquisa.

Fonte: COOTEBA.

No dia seguinte ocorreu na sede de Prefeitura de Ilhéus, reunião com representantes do Governo e Comitê para avanços nas negociações quanto a medidas de mitigação de impactos na ADA. Nesta oportunidade, o representante da Casa Civil do estado da Bahia informou a disposição do Governo de minimizar os impactos do empreendimento nas comunidades e adotar, o quanto antes, medidas para mitigação dos impactos, se necessário e possível com a redução da poligonal do empreendimento. Também colocou o compromisso com uma política para aqueles que terão suas terras comprometidas, seja por meio de indenização justa ou por meio do reassentamento, ressaltando que tudo isso será construído a partir de um procedimento dialogado com aqueles interlocutores que tem a legitimidade com as comunidades, ou seja, as lideranças das entidades atuantes na área.

Na sequência foi feita uma apresentação das características gerais do empreendimento e dos encaminhamentos adotados pelo Governo no sentido de buscar práticas de compensação, internamente e através do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Dentre os encaminhamentos informou o agendamento de reunião com o MDA, a pesquisa de áreas para reassentamento etc. Tratou também do Diagnóstico Socioeconômico das comunidades ajustado com a COOTEBA/COOFASULBA e do trabalho de medição das terras que será feito pela CDA, consolidando uma parceria para garantir que os impactos de eventuais reassentamentos sejam compensados com um cenário de mudança para melhorar as condições de vida atuais das famílias envolvidas.

Na oportunidade a Hydros informou os procedimentos para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, colocando a importância de já na fase

atual de elaboração dos projetos e do EIA/RIMA construir e implementar medidas para mitigar possíveis impactos. Ao fim da reunião foi aberta a palavra para as lideranças presentes que apontaram seus principais receios quanto às mudanças previstas e os impactos sociais possíveis, além de alertar sobre a necessidade de estreitar cada vez mais a relação entre Estado e as comunidades envolvidas, atentando para a necessidade de apresentação dos planos de sondagem à comunidade.

Os encaminhamentos definidos foram: 1) consolidar o trabalho conjunto entre Governo do Estado e comunidades locais através de lideranças e entidades legítimas, com a realização de Diagnóstico pela COOTEBA/COOFASULBA, 2) reunir com o MDA a fim de identificar medidas de compensação que possam ser implementadas na área, 3) implantar um escritório local em Ilhéus e 4) apresentar às lideranças, em 13 de julho, a análise de alternativas locais e abordagens preliminares do diagnóstico do EIA/RIMA.

Já no início do mês de julho, no dia 04, ocorreu reunião com a CDA, COOTEBA e COOFASULBA, na qual se definiu cronograma de reuniões nas comunidades “*para conscientização e começo do diagnóstico*” sob a responsabilidade das cooperativas, com datas previstas para 07, 10 e 12 de julho, nas Comunidades de Itariri, Valão e Aritaguá respectivamente. O foco das discussões esteve sobre as atividades de cadastro e procedimentos para desapropriação e reassentamento. As cooperativas solicitaram equipamentos para suporte nos trabalhos e alertaram que as medições deveriam neste primeiro momento ocorrer apenas nas áreas em que os proprietários solicitassem. Foi definido que a CDA iria acompanhar os trabalhos e levantamentos a cargo das cooperativas e na sequência seriam feitas as medições por esta instituição.

Ainda no mês de julho no dia 13, conforme pactuado na reunião ocorrida no dia 30 de junho, foi realizada reunião com representantes do Governo do Estado, das comunidades inseridas na ADA e Prefeitura de Ilhéus. Nessa reunião foram colocadas propostas do Estado à Comissão, de agendamento de visitas e reuniões para discutir e avaliar alternativas de áreas para reassentamento e ações de qualificação profissional. Foi ainda solicitado pelo Estado que, no caso de terras onde os proprietários estejam de acordo, seja permitida a realização da sondagem sem interferência do Movimento. Nesta reunião, como pactuada, a Hydros, por solicitação do Estado, apresentou às lideranças o estudo de alternativas locais e resultados preliminares do diagnóstico.

Conforme planejamento foi realizada em 26 de julho uma reunião no Ministério do Desenvolvimento Agrário para discutir procedimentos para o reassentamento das famílias do Assentamento Bom Gosto e agricultores familiares com lotes na ADA (antiga). A reunião contou com a presença de representantes do estado da Bahia (Casa Civil e CDA), da União (MDA, INCRA e SAF) e da Hydros. Na primeira parte da reunião, após apresentação da pauta pela Casa Civil, o INCRA relatou o posicionamento jurídico do órgão que recomenda a permuta de área. O MDA pontuou as reivindicações do MLT, já conhecidas por todos os presentes, da necessidade de quitação dos débitos bancários dos agricultores (PRONAF A) e da liberação dos agricultores para novos empréstimos. A Casa Civil informou os entendimentos já mantidos com o proprietário da Fazenda Tijuca, para onde possivelmente iriam os assentados e as características da área que já dispõe de plantação de cacau e de 20 casas construídas. O INCRA endossou a posição de viabilizar a quitação dos débitos e do apoio na provisão da infraestrutura necessária no novo assentamento. Este órgão se comprometeu ainda com a constituição de Comissão de avaliação para em um curto espaço de tempo concluir a avaliação das propriedades, estabelecendo como meta a perseguir o dia 7 de

setembro. Foi agendada reunião de acompanhamento dos trabalhos da comissão para o dia 22 de agosto. No caso de necessidade de comprometimento pelo empreendimento, de áreas de agricultura familiar, ficou definida a opção, sempre que possível, pelo reassentamento dos agricultores, sendo a desapropriação com indenização apenas para os casos em que o agricultor queira e justifique a opção (último caso). Essa posição foi acordada em razão da preocupação colocada pelos representantes dos órgãos federais com o retorno desse agricultor a uma condição crítica de sem terra. Foram estabelecidos ainda os seguintes encaminhamentos:

- Visitão conjunta à áreas;
  - Celebração de Acordo de Cooperação entre os órgãos presentes para ser assinado na segunda quinzena de agosto junto com visita às comunidades;
  - Elaboração, pelos órgãos presentes do Estado e do Governo Federal, de um Caderno de Investimentos que possa ser posteriormente adaptado para se constituir em um Plano de Trabalho de um futuro Convênio entre os mesmos;
  - Realização de estudo de viabilidade para verticalização dos processos de produção pela Superintendência de Agricultura Familiar do estado da Bahia.
  - Elaboração de Projeto de Revegetação da área remanescente do Porto Sul para ser executado em parceria com as cooperativas locais (COOTEBA e COOFASULBA) e com a Biofábrica como medida de geração de renda;
  - Articulação do MDA com o MDS para viabilizar cestas básicas;
  - Buscar o envolvimento da EBDA no Estado.
- 
- Leitura das Comunidades sobre a sua realidade e Principais Demandas colocadas

Este item apresenta registros sobre a problemática das comunidades e também das demandas na visão de moradores e lideranças locais. São leituras construídas na vivência cotidiana das pessoas no seu local de moradia, e, portanto, carente de verificação e avaliação técnica.

De forma geral, nas demandas sociais está subjacente a busca do compromisso público do Estado com as comunidades, a fim de que elas não sejam prejudicadas no processo de implantação e operação do empreendimento e que, ao contrário, tenham ganhos sociais, econômicos e de qualidade de vida. Entendem ser esta uma oportunidade de fato, para transformar, positivamente, a realidade atual. Colocam ainda o anseio de que o processo de implantação do Porto seja verdadeiramente acompanhado por seus representantes legítimos e pelas ações sociais pertinentes, a fim de respeitar as especificidades locais e as estruturas interpessoais existentes.

Abaixo, algumas considerações colocadas por lideranças da ADA (antiga) em reunião realizada no dia 30 de junho de 2011 na Prefeitura de Ilhéus na qual estiveram presentes representantes do Governo e Comissão com relação à condução do processo de implantação do empreendimento:

- Concordância apenas com mudanças que venham melhorar a vida dos agricultores e suas famílias;
- Aproveitamento da oportunidade de implantação do empreendimento para melhorar a vida das pessoas;
- Necessidade de considerar nos processos de reassentamento a família nuclear e as famílias que coabitam na propriedade: “*não considerar apenas o patriarca*”;

- Garantia de absorção da mão de obra local no empreendimento;
- Necessidade de informação para a comunidade, a fim de evitar boatos e especulações que não correspondam à realidade;
- Receio de dispersão das comunidades com o reassentamento;
- Cuidado com o perfil do agricultor na proposta de reassentamento;

Além das ações já programadas ou em desenvolvimento na AEE, a cargo dos órgãos que já estão envolvidos no processo, a exemplo da SEDUR, SETRE, EMBASA e CDA, as comunidades reivindicam ações urgentes nas seguintes áreas:

- Transporte - melhoria e ampliação da frota/horários;
- Vias de acesso - asfaltamento, pavimentação e instalação de recapeamento (cascalhos);
- Educação - melhoria da infraestrutura e oferta de ensino fundamental e médio próximo à região;
- Saúde - melhoria no funcionamento das unidades de saúde da família e postos médicos (mais dias de atendimento, mais especialidades etc.);
- Acesso à telefonia móvel e internet;
- Segurança - implantação de ronda e policiamento na área rural.

Abaixo seguem transcritos os problemas e as demandas levantadas pela equipe do Comitê de Entidades Sociais – COESO, por comunidade, no dia 27 de junho de 2011<sup>41</sup>. O Comitê é uma rede social de entidades diversas de Ilhéus. Tem o papel de coordenar ações dos movimentos sociais e demais entidades da sociedade civil (sindicatos, associações de moradores, produtores, ONGs). Nesse sentido, o COESO atua como entidade que coordena ações pautadas pelas comunidades. No processo de licenciamento do Porto Sul a entidade tem atuado na reivindicação e apresentação de demandas junto com as entidades locais da AEE.

### **Aritaguá**

<b>Problemas Identificados/ Demandas</b>
Acesso: É um problema para região norte, atravessar o rio Almada para chegar à BA-001. Verificar a questão da ponte na área.
Saneamento Básico: Fazer sistema independente de coleta e tratamento, conhecer o projeto do litoral Norte de Ilhéus com Embasa. Realizar a drenagem antes da instalação da rede de esgoto. Necessidade de fazer levantamento topográfico na área
Cemitério: Ver com a Prefeitura.
Mobilidade: Revitalização do trem.
Lazer/ Esporte: Melhoria de praça. Instalação de equipamentos (quadra poliesportiva, mas de preferência, campo de futebol).

Fonte: Comitê de Entidades Sociais – COESO.

<sup>41</sup> Página oficial da entidade: <http://www.coesobahia.com.br/>

### Vila Juerana

<b>Problemas Identificados/ Demandas</b>
Urbanização: Revitalização da Orla do rio Almada, melhoria da praça, necessidade de topografia e levantamento fundiário das áreas disponíveis. Necessidade de pavimentação e drenagem.
Lazer/Esporte: Necessidade de equipamento esportivo (campo de futebol e quadra poliesportiva).
Meio Ambiente: Revitalização do rio Almada. Ver a questão do guaiamun no Rio Almada (repovoamento).
Saúde e educação: Verificar os equipamentos e melhorias necessárias.
Educação: Verificar os equipamentos e realizar as melhorias necessárias.
Saneamento Básico: Projeto de água da embasa para região (Litoral Norte até Ponta do Ramo – 30 Km). Deverá estar pronto em outubro de 2011.
Segurança: Necessidade de segurança do Litoral Norte – falta de apoio policial. Reativar o posto que existia em Ponta da Tulha).

Fonte: Comitê de Entidades Sociais – COESO.

### Castelo Novo

<b>Problemas Identificados/ Demandas</b>
Acesso: As estradas de acesso à comunidade necessitam de manutenção constante.
Água: Não há água tratada, segundo os moradores, a EMBASA tem projeto pronto, aguardando recursos.
Saneamento Básico: Única rede de esgoto existente lança os detritos no rio e as pessoas bebem a mesma água. A maioria das ruas não tem esgoto e é comum o uso de fossas inadequadas. O lixo é jogado a céu aberto, na entrada da comunidade.
Urbanização: As ruas necessitam de pavimentação, após implantação de sistema de esgoto. Construção de uma passarela facilitando o tráfego das pessoas e escoamento de seus produtos agrícolas.
Transporte coletivo: satisfaz às necessidades no momento
Saúde: O quadro é grave: o médico atende semanalmente e nem sempre comparece; faltam medicamentos; não existe ambulância, transporte de doentes feito através de veículos particulares pelo valor de R\$80,00 e R\$100,00; a enfermeira não reside na localidade.
Educação: Só existe o Fundamental (1ª à 8ª série). A Escola tem 03 salas próprias e 06 alugadas em locais diferentes, a situação do imóvel é deplorável, necessitando de reformas gerais urgentes; as salas de aula estão infestadas de fezes de morcego, e o telhado comprometido. O colégio funciona de forma precária, em um ambiente diminuto.
Segurança: Não existe policiamento, mesmo tendo posto policial pronto para uso, gerando grande índice de violência e drogas.
Telefonia pública: muito precária e celular não existe.
Lazer/ Esporte: Necessidade de uma quadra poliesportiva (inclusive com terreno já indicado pela PMI) e melhoramentos no campo de futebol.
Qualificação: Demanda de um espaço cultural para atividades diversas: cursos de qualificação, oficinas, palestras etc.
Infraestrutura: Recuperação da estrada de Lagoa Pequena/Parafuso, da BA-262 (Castelo Novo) para escoamento de produtos.
Energia: Agilizar projeto “Luz para todos” da Fazenda Parafuso.

Fonte: Comitê de Entidades Sociais – COESO.

## São José

<b>Problemas Identificados/ Demandas</b>
Telefonia: Precária. A comunidade dispõe apenas de 01(um) orelhão; conta com péssimo sinal e telefonia móvel não existe.
Lazer/ Esporte: A comunidade não dispõe de lazer. Não existem praças, nem quadras de esporte, nem campo de futebol, nem espaço cultural.
Emprego e Renda: A comunidade é constituída de pequenos agricultores, os quais sobrevivem trabalhando nas fazendas vizinhas, enquanto uma pequena parcela, predominantemente constituída de jovens, trabalha no comércio, em Ilhéus, o que justifica a regularidade do transporte, inclusive, para o escoamento da produção ali gerada.
Qualificação: A comunidade pleiteia cursos de informática, montagem e solda, eletrônica etc. Instalação de pequena fábrica de aproveitamento de frutas, uma cooperativa dos profissionais em artesanato etc.
Água: Sistema de abastecimento de água satisfatório.
Saneamento básico: não há saneamento básico; é comum o uso de fossas.
Segurança: Inexistente, necessitando de posto policial, devido ao aumento da marginalidade e drogas.
Saúde: Atendimento médico satisfatório, muito embora o posto médico seja alugado, podendo ser requerido a qualquer hora.
Educação: Única escola de ensino fundamental necessita de ampliação das salas e construção de outras. Não tem água encanada na escola.
Transporte coletivo: Satisfaz às demandas.

Fonte: Comitê de Entidades Sociais – COESO.

## Lagoa Encantada/Areias

<b>Problemas Identificados/ Demandas</b>
Acesso/ sistema viário: as estradas de acesso à comunidade encontram-se em condições de uso. Algumas estradas necessitam de cobertura asfáltica para ampliação do turismo.
Água: Retirada da lagoa, sem tratamento nenhum.
Saneamento Básico: Não existe. As casas contam em geral com fossa. O lixo é coletado quinzenalmente pela Prefeitura de Ilhéus.
Pavimentação: As ruas principais necessitam de pavimentação.
Transporte coletivo: Atendimento satisfatório.
Saúde: O quadro é grave e a história não é diferente em relação às comunidades adjacentes: o atendimento médico é quinzenal, quando ocorre; faltam medicamentos e enfermeira não reside na localidade.
Educação: Só existe o Fundamental (1ª à 8ª série). O Fundamental I e o Ensino Médio são cursados no Colégio Estadual e no IME, no Centro.
Segurança: Não existe policiamento, nem posto policial.
Telefonia: Não há redes de telefonia fixa ou móvel.
Emprego e renda: Vivem da pescaria. Necessidade de combater a pesca predatória, sendo necessária a qualificação pessoal e para formação de cooperativa.
Esporte/ Lazer: Necessidade de quadra poliesportiva, melhoramentos no campo de futebol e espaço cultural.
Energia: Grandes quedas de energia, com prejuízos diversos (vacinas, aparelhos eletrônicos etc.).
Infraestrutura: Construção de um píer e cabana para exploração turística pelos nativos.

Fonte: Comitê de Entidades Sociais – COESO.

## Joia do Atlântico

<b>Problemas Identificados/ Demandas</b>
Infraestrutura: Revisão da rede de iluminação pública, instalação de braços e lâmpadas de 250w, aumento do número de horários de ônibus, com novos pontos de ônibus, limpeza das ruas e canais, encascalhamento da avenida principal. Colocar manilhas no canal da avenida principal, transformando em passarela para pedestre, no canal da rua 8, até a entrada do mangue e nas ruas 01, 02, 04. Calçamento das ruas com quebra mola, com pedra sextavada de concreto.
Esgoto: todas as casas têm fossas.
Saúde: Construção de um posto médico; hoje não tem atendimento médico e odontológico. Necessidade de médicos e odontólogos para atendimento à comunidade.
Educação: Construção de uma escola de 1ª a 4ª série.
Esporte/ Lazer: construção de uma praça (terreno doado), uma quadra de esporte, término igreja católica (comunidade).
Urbanização: Combater veementemente as ocupações irregulares, desmatamentos, construções irregulares.
Segurança: Comunidade sem nenhum policiamento.

Fonte: Comitê de Entidades Sociais – COESO.

## Carobeira

<b>Problemas Identificados/ Demandas</b>
Água: Necessidade de encanamento de água da Embasa, visto que a caixa d'água fica à 6 km da comunidade.
Esgotamento sanitário: Implantação de rede.
Acesso: Manutenção, principalmente dos ramais, para escoamento da produção agrícola.
Pavimentação: As ruas necessitam de pavimentação;
Transporte coletivo: Razoável, mas comprometido em razão da qualidade dos acessos que quando chove, tornam-se intransitáveis.
Saúde: O posto de saúde necessita de reformas, o médico atende 01(uma) vez por mês, faltam medicamentos, materiais para primeiros socorros; enfim, o atendimento é precário. Necessidade de implantar melhorias, oferecer melhores condições de trabalho e promover regularmente visitas de agentes do programa de combate à Dengue que nunca estiveram na comunidade.
Educação: Melhoria na qualidade do curso Fundamental (1ª à 4ª série). O Fundamental I e o Ensino Médio são ofertados no Colégio Estadual e no IME, no Centro. Não existe transporte escolar há 06 (seis) meses.
Segurança: Não existe policiamento.
Energia: há constante queda de energia, sendo comum a danificação em aparelhos eletrodomésticos, importando em prejuízos para a comunidade, que inclusive tem registro de ocorrências de suspensão do serviço entre 06 e 08 dias.
Telefonia: A telefonia móvel é sofrível.
Lazer: A comunidade não dispõe de lazer; não existem praças, nem quadras de esporte, nem campo de futebol.
Emprego e Renda: Os moradores trabalham no comércio, fábricas no Distrito Industrial do Iguape, enquanto outros são autônomos;
Qualificação Profissional: Não existe projeto de qualificação profissional para a comunidade.

Fonte: Comitê de Entidades Sociais – COESO.



## Ribeira das Pedras

<b>Problemas Identificados/ Demandas</b>
Água: Não tem água tratada.
Saneamento Básico: Não tem esgoto; é comum o uso de fossas.
Resíduos Sólidos: O lixo é coletado, mas não regularmente, de 08 (oito) em 08 (oito) dias e a comunidade joga os resíduos no Ribeirão.
Sistema viário: As estradas de acesso à comunidade tornam-se intransitáveis quando chove e necessitam de conservação; as ruas necessitam de pavimentação.
Transporte coletivo: Apesar de satisfazer parcialmente às necessidades, alguns motoristas não cumprem o itinerário, abandonando os passageiros em locais distantes, inclusive à noite. Esse fato se repete e é do conhecimento da empresa, que não adota providências no sentido de resolver os problemas. Necessidade de mais um horário, entre 20:30 e 21:00h, para atender aos alunos que estudam no Centro (Ilhéus), bem como para os moradores que trabalham em supermercados e são obrigados a aguardar o horário das 22:50h.
Saúde: O quadro é grave; o médico atende quinzenalmente e nem sempre comparece; as dependências internas do posto de saúde são depósitos de fezes de morcego e ratos; faltam medicamentos; a comunidade nunca consegue realizar exames laboratoriais; não existe ambulância para transporte de doentes (feito através de veículos particulares mediante remuneração variável entre R\$ 80,00 e R\$ 100,00); a enfermeira não reside na localidade e normalmente não comparece ao trabalho, ora em razão das estradas, ora por falta de vale transporte; em resumo, pela inexistência total de condições de trabalho.
Educação: Só existe o ensino Fundamental (1ª à 4ª série); o Fundamental I e o Ensino Médio são cursados no Colégio Estadual e no IME, no Centro, motivo que justifica o alto índice de desistência escolar, principalmente quando chove, tornando os acessos perigosos e intransitáveis. A escola onde funciona o curso Fundamental, na própria sede da comunidade, está situada em um local insalubre, com ambientes propícios ao desenvolvimento do mosquito da Dengue e, por falta de reparos, o telhado desabou. O colégio está funcionando precariamente, em um ambiente diminuto, no local onde deveria funcionar o posto de saúde. Não tem transporte escolar.
Segurança: Não existe policiamento.
Energia: Há constantemente queda de energia, sendo comum a danificação em aparelhos eletrodomésticos, importando em prejuízos para a comunidade. A capacidade instalada foi para aproximadamente 120 (cento e vinte) residências. Existem em torno de 60 (sessenta) residências sem energia elétrica, embora há 07 anos tenha sido elaborado um projeto que ainda não foi executado.
Telefonia: É precária; a comunidade dispõe apenas de 01(um) orelhão; conta com péssimo sinal de telefonia móvel e a telefonia fixa não existe.
Lazer: A comunidade não dispõe de lazer; não existem praças, quadras de esporte, nem campo de futebol.
Emprego e Renda: a comunidade é constituída por pequenos agricultores, os quais sobrevivem do comércio dos seus produtos, enquanto uma pequena parcela, predominantemente constituída por jovens, trabalha no comércio, em Ilhéus, situação que demanda e justifica a manutenção das estradas e a regularidade do transporte, inclusive para o escoamento da produção ali gerada. Ainda para a geração de renda, a comunidade reivindica o apoio ao desenvolvimento de piscicultura; bancos de sementes (mudas); instalação de pequena fábrica de fraldas; cursos de tapeçarias etc.
Qualificação: por iniciativa da Igreja local e em parceria com a comunidade estão sendo realizados cursos de informática, montagem e solda.

Fonte: Comitê de Entidades Sociais – COESO.

## Urucutuca

<b>Problemas Identificados/ Demandas</b>
Água: Uso de água de cisterna, através de bombeamento.
Saneamento Básico: não tem esgoto. A comunidade dispõe de fossas. Os despejos também são feitos no rio. O lixo é coletado quinzenalmente e tem como outras destinações a queima, ou o lançamento no rio ou à margem da estrada.
Acessos: As estradas de acesso à comunidade tornam-se intransitáveis quando chove, isolando Urucutuca das demais comunidades vizinhas, obrigando os produtores a caminharem distâncias de até 3 km com cargas nas costas.
Pavimentação: As ruas necessitam de pavimentação.
Transporte coletivo: é precário e depende de horários que atendem a Sambaituba e Vila Olímpio, que são irregulares. Quando chove não há transporte coletivo em razão da precariedade das estradas.
Saúde: O quadro é grave e penoso. Há situações em que doentes mais graves são transportados até em carros de mão até Sambaituba para serem atendidos, onde o médico não atende regularmente.
Educação: Só existe o Fundamental (1ª à 4ª série). O Fundamental I e o Ensino Médio são cursados no Colégio Estadual e no IME, no Centro, motivo que justifica o alto índice de desistência escolar, principalmente quando chove, tornando os acessos intransitáveis. Não existe transporte escolar.
Segurança: Não existe policiamento.

Fonte: Comitê de Entidades Sociais – COESO.

## Vila Campinho

<b>Problemas Identificados/ Demandas</b>
Água: a comunidade é abastecida por poço artesiano.
Saúde: Não tem posto de saúde.
Educação: Não tem escola, apenas ruínas, e os alunos estudam nas comunidades mais próximas; não tem transporte escolar, sendo comum as crianças andarem até 3 km, em razão da precariedade do transporte, passando da hora de alimentação.
Serviços públicos: Inconteste a carência de serviços públicos naquela comunidade. Falta tudo.

Fonte: Comitê de Entidades Sociais – COESO.

## Vila Olímpio

<b>Problemas Identificados/ Demandas</b>
Água: Retirada de poços artesanais, porém nem todos dispõem dos poços.
Saneamento Básico: Não existe. A maior parte da comunidade dispõe de fossas. O lixo não é coletado; normalmente é queimado.
Acessos: As estradas de acesso à comunidade encontram-se em péssimas condições, tornando-se intransitáveis no período de chuvas. As ruas necessitam de pavimentação.
Transporte coletivo: Atendimento precário até 22:00 horas, em horários irregulares e insatisfatórios. Os motoristas fazem os seus itinerários abandonando os passageiros em locais distantes dos pontos e quando as estradas se tornam intransitáveis não há alternativa de transporte, “ilhando” a comunidade.
Saúde: O quadro é grave e a história não é diferente em relação às comunidades adjacentes: o médico atende quinzenalmente, sem privacidade, em um posto que se encontra em condições precárias de conservação. Faltam medicamentos e a estocagem dos disponíveis é precária e insalubre. Uma parcela considerável da população infantil padece de problemas respiratórios, mas não existe aparelho de nebulização. Não existe ambulância para transporte de doentes, o que é feito através de veículos particulares. Há queixas sobre a frequência do médico e da enfermeira.
Educação: Só existe o Fundamental (1ª à 4ª série). O Fundamental II e o Ensino Médio são cursados no Colégio Estadual e no IME, no Centro, ou em Sambaituba (EJA), motivo que justifica o alto índice de desistência escolar, principalmente em razão da precariedade das estradas, pois, quando chove, os acessos tornam-se perigosos e intransitáveis
Segurança: Não existe policiamento
Energia elétrica: Precária. Constantes quedas de energia, danificando aparelhos eletrodomésticos dos moradores.
Telefonia: Péssima, apenas sinal de celular em alguns pontos.
Lazer: Não existe área de lazer para a comunidade, nem mesmo uma praça.

## Vila Olímpio

### Problemas Identificados/ Demandas

Emprego e Renda: A comunidade é constituída por pequenos agricultores que sobrevivem do comércio do que produzem. Poucos jovens trabalham no comércio de Ilhéus.

Qualificação: A comunidade foi atendida pelo Projeto Transformar da Bahia Mineração; entretanto, necessita de mais cursos que a capacitem, possibilitando a inserção da sua população jovem no mercado de trabalho, além de cursos de qualificação, para que as mães de famílias possam auferir rendimentos decorrentes do seu trabalho.

Fonte: Comitê de Entidades Sociais – COESO.

## Sambaituba

### Problemas Identificados/ Demandas

Saúde: Existe um posto médico do Estado abandonado, onde funciona a Associação de Moradores e um PSF, que conta com atendimento médico dois dias na semana por meio turno e ao longo da semana, com um técnico de enfermagem. Falta estrutura para o atendimento e medicamentos.

Demanda por atendimento médico diário e disponibilidade de medicamentos para atendimento das necessidades da população, além de uma ambulância para o transporte de doentes, durante 24 horas;

Educação: Na Escola Municipal Henrique W. Cardoso e Silva funcionam os cursos da 1ª à 4ª séries e, às vezes, o espaço é cedido para a realização do Projeto TOPA. Alunos do Ensino Médio são matriculados em Ilhéus e enfrentam problemas de deslocamento no período de chuvas. Há, com isso, alto índice de desistência e evasão escolar. Existe ainda uma sede da Escola Nucleada de Sambaituba (Município), na qual são cedidas salas ao Estado, para funcionamento do EJA - para pessoas com idade avançada – no qual 70% das aulas são ministradas através de vídeoconferência. Não há espaço para aulas de Educação Física.

Demanda por implantação do Ensino Médio com cursos Profissionalizantes (Construção de um Colégio de Ensino Médio Técnico centralizado em Sambaituba para servir a todas as comunidades do entorno da poligonal). Qualificação profissional.

Esporte/ lazer: Existe um campo de futebol razoável. Demanda por construção de uma quadra poliesportiva para aulas de Educação Física e uso na prática de esportes pela comunidade.

Transporte: Deficitário, não atende à demanda da comunidade.

Segurança: Péssima, inclusive há um crescente aumento no índice do trafico e uso de drogas por parte de jovens e adolescentes. Demanda de construção de um posto policial disponibilizando viatura, com funcionamento diário e por políticas públicas voltadas ao jovem e adolescente em situação de risco, no sentido de combater as drogas, de modo que se possa prevenir o uso, recuperar os usuários e reinseri-los ao convívio social.

Água: O sistema de água tratada (EMBASA) necessita de expansão.

Esgoto: São feitos despejos no rio.

Lixo: A coleta de lixo é deficitária e há lançamento de resíduos no rio.

Energia elétrica: Péssimo atendimento; altamente deficiente.

Telefonia: Péssima qualidade. Demanda por melhoria na rede telefônica, instalação de torres de telefones móveis e inclusão digital.

Economia: Baseada em pesca, agricultura, turismo, todas deficitárias. Extinção de atividades artesanais, por falta de incentivo e inviabilidade comercial. Demanda por incentivo e apoio aos cursos (bordados e outros) antes realizados no espaço da Igreja Católica e reativação do Núcleo de artesões. Reativação da feira.

Acessos: Recuperação e manutenção da estrada de acesso à comunidade. Construção de uma Ponte Sambaituba/ Joia. Pavimentação de ruas.

Urbanização: Recuperação da praça principal, recuperação e preservação de imóveis históricos.

Dragagem: Drenagem do rio até a Lagoa Encantada (08 embarcações faziam o transporte turístico Sambaituba/ Lagoa Encantada).

Fonte: Comitê de Entidades Sociais – COESO.

- Principais Dúvidas, Questões e Recomendações identificadas no trabalho de Interação Social e reuniões com as comunidades

### *Trabalho de Interação Social*

O trabalho de interação social Porto Sul foi contratado pelo Governo do Estado (SUDIC/SICM/SEINP) para realização em duas etapas: etapa 1 (caracterização da complexidade socioambiental e pesquisa de percepção) – período de outubro de 2010 a maio de 2011 e, etapa 2 (mediação no diálogo com instituições e comunidades) – período de junho a novembro de 2010.

A metodologia do trabalho de Interação Social consiste em um “diálogo com a sociedade, cujo principal objetivo é criar canais de interação entre a sociedade, o governo, os empreendedores e instituições participantes (federais, estaduais, municipais, Ministério Público etc.), estruturando o intercâmbio de informações, percepções e conhecimentos, na busca da construção coletiva de consensos possíveis e pactos efetivos, com vistas à sustentabilidade local, regional e global”<sup>42</sup>.

Esse trabalho teve como objetivo “conhecer a complexidade socioambiental, sociocultural e socioeconômica da região de influência do empreendimento”<sup>43</sup> com vistas ao seu licenciamento ambiental (licença prévia), sendo elaborado no momento em que a alternativa locacional válida para o Porto Sul ainda era Ponta da Tulha. O objeto das pesquisas era o que na ocasião se chamou de CLIPS - Complexo Logístico Intermodal Porto Sul que se constitui do Empreendimento Porto Sul e dos demais empreendimentos integrantes do projeto logístico do Estado na região (Ferrovia Oeste-Leste, Aeroporto de Ilhéus, Zona de Processamento, TUP Bamim, Mina Bamim e Zona de Apoio Logístico), e por uma questão de fidelidade às informações levantadas na pesquisa, a terminologia está mantida no presente relatório.

Os levantamentos foram realizados em Comunidades de Referência em Aritaguá e Ponta da Tulha, estas localidades foram selecionadas por serem comunidades antigas que funcionam como referência naquela micro-região, além de terem sido identificadas ali associações e lideranças representativas para o estudo. Foram elas: Acampamento Fazenda Tijuca, Acampamento Unidos Venceremos, Aritaguá, Assentamento João Amazonas, Assentamento Bom Gosto, Avenida Barracamento, Cachoeirinha/Fazenda Bom Sossego, Castelo Novo, Condomínio Paraíso do Atlântico, Condomínio Verdes Mares, Fazenda Caldeira, Fazenda Santa Rita, Fazenda São José, Fazenda São Longuinho/Lagoa Pequena, Fazenda Tupinambá, Fazenda Vencedora, Iguape, Jóia do Atlântico, Lagoa Encantada/Vila de Areias, Mamoã, Manguinhos, Nova Mamoã, Parafuso, Ponta da Tulha, Ponta do Ramo, Retiro, Ribeira das Pedras, Sambaituba, São José, São Miguel, Urucutuca, Vila Campinhos, Vila Juerana, Vila Olímpio, Vila Oiteiro, Vila Vidal de São João.

Como principais resultados foram elaborados cenários: socioambiental, sociocultural e socioeconômico da área e um quadro geral sobre os posicionamentos e as preocupações das comunidades consultadas, útil neste levantamento das principais dúvidas e questões da população.

<sup>42</sup> INTERAÇÃO SOCIAL PORTO SUL - Relatório Final de Atividades - Produto VI

<sup>43</sup> INTERAÇÃO SOCIAL PORTO SUL - Relatório Final de Atividades - Produto VI

O panorama apresentado é de uma população que sabe da existência do Porto Sul e dos demais empreendimentos relacionados e que se coloca, de forma geral, favorável a implantação dos mesmos. Mas que se preocupa com os possíveis impactos e que exige ser atendida nas suas demandas e inserida no processo, fazendo sugestões e recomendações firmes a serem incorporadas.

No **Quadro 1.50** é possível observar que em um universo de 140 pessoas, 100% delas conhecem o conjunto de empreendimentos, o que pode ser considerado um ponto positivo, além de determinante para fidelidade das considerações feitas sobre o objeto da pesquisa. Diante da constatação prévia deste conhecimento foi solicitado à comunidade que fizesse suas considerações, positivas e negativas à implantação do empreendimento.

**Quadro 1.50 - Pesquisa realizada no trabalho Interação Social com a questão: Você conhece o empreendimento Complexo Logístico Intermodal Porto Sul - CLIPS?**

Resposta	Casos	% de casos
Sim	140	100,0
Não	0	0,00
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa Direta/Sondotécnica – CLIPS - Nov/2010 a Fev/2011.

Na sequência as considerações favoráveis dos entrevistados ao empreendimento (**Figura 1.53**).



**Figura 1.53 - Pesquisa Realizada no Trabalho Interação Social Sobre as Considerações Favoráveis dos Entrevistados ao Empreendimento - CLIPS**

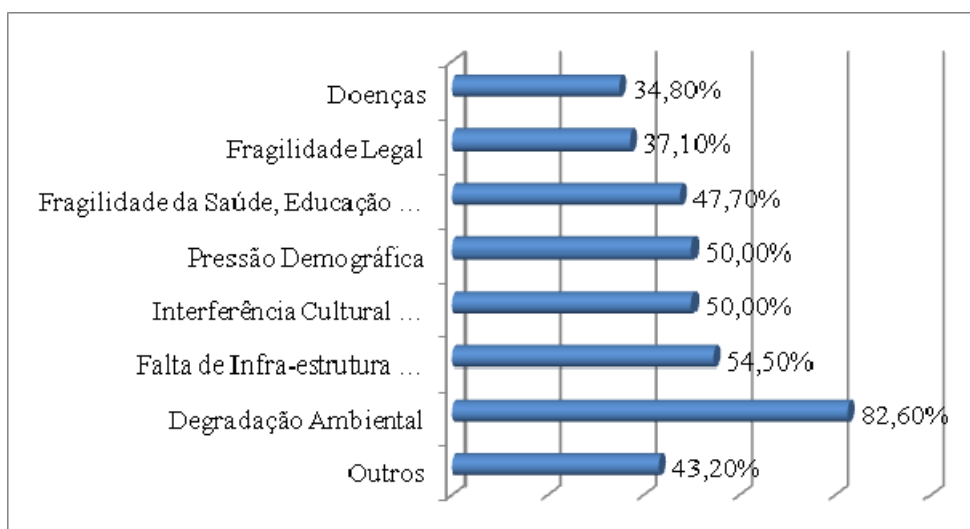
Fonte: Pesquisa Direta/Sondotécnica – Nov/2010 a Fev/2011.

Nota: Os percentuais não totalizam 100%, por se tratar de uma questão com múltiplas opções de respostas

A perspectiva de desenvolvimento para a área é a consideração mais fortemente colocada pela população (88,15%), fato que se justifica pelo quadro de economia local retraída, com poucos postos de trabalho, pouca oferta de serviços, baixa qualidade de vida e precárias condições de infra-estrutura na região. Desta forma a população se coloca ansiosa por uma transformação local aqui representada pela tríade desenvolvimento, emprego e renda e investimentos que podem ser ‘trazidos’ pela implantação do empreendimento.

Observa-se ainda que a comunidade vê também os aspectos positivos de influência direta em sua qualidade de vida que acompanham o desenvolvimento local, como a educação e qualificação profissional, o fortalecimento político e conseqüentemente a maior fixação da população em suas localidades de origem, uma vez que a busca por melhores condições de vida é a maior razão de migração para centros urbanos e outros estados.

Na seqüência são relatadas as condições desfavoráveis dos entrevistados ao empreendimento (**Figura 1.54**).



Fonte: Pesquisa Direta/ Sondotécnica – Nov/ 2010 a Fev/ 2011.

**Figura. 1.54 - Pesquisa Realizada no Trabalho Interação Social Sobre as Considerações Desfavoráveis dos Entrevistados ao Empreendimento – CLIPS**

Nota: Os percentuais não totalizam 100%, por se tratar de uma questão com múltiplas opções de respostas

Observa-se na **Figura 1.54** que a maioria dos entrevistados mostrou-se preocupada com a degradação ambiental (82,6%), sendo uma preocupação legítima considerando a implantação do empreendimento na Ponta da Tulha, onde existe uma maior fragilidade ambiental que Aritaguá por tratar-se de uma área de restinga, ambientalmente sensível.

A pressão demográfica também é uma preocupação colocada por metade dos entrevistados. Deve-se considerar este aspecto no processo de mitigação levando em consideração que a pressão de população não incide concentradamente na localidade de implantação do empreendimento, mas se dissolve no seu entorno. As interferências culturais, apontadas por 50% dos entrevistados como um aspecto desfavorável à implantação do empreendimento, também é uma das questões observadas que merecem uma abordagem preventiva. O item doenças foi apontado por 34,80% dos entrevistados e o item Fragilidade da Saúde e Educação foi apontado por menos de 50% dos entrevistados. A preocupação com a baixa escolaridade e a capacitação profissional já foi identificada em outros momentos. A qualificação profissional se trata inclusive de uma das principais demandas das comunidades próximas ao empreendimento (**Quadro 1.51**).

**Quadro 1.51 - Comparativo entre Considerações Favoráveis e Desfavoráveis ao CLIPS**

Desenvolvimento (88,1%)	Degradação Ambiental (82,6%)
Emprego/Renda (81,5%)	Falta de Infraestrutura (54,50%)
Investimentos (74,1%)	Interferência Cultural (50%)
Educação/Qualificação Profissional (61,5%)	Pressão Demográfica (50%)
Fixação de Pessoas (51,9%)	Fragilidade da Saúde, Educação (47,70%)
Fortalecimento Político (40,7%)	Fragilidade Legal (37,10%)
Outros (32,6%)	Doenças (34,80%)
	Outros (43,20%)

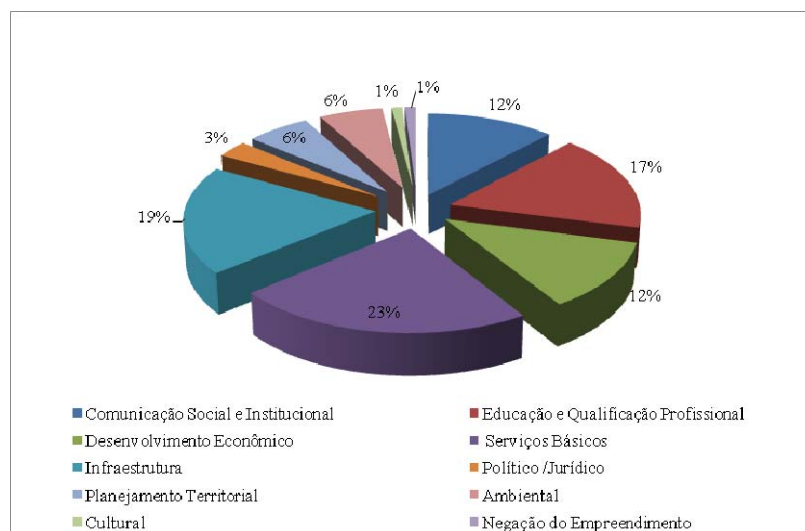
Fonte: Pesquisa Direta/ Sondotécnica – Nov/ 2010 a Fev/ 2011./Elaboração: Hydros

Nota: Os percentuais não totalizam 100%, por se tratar de uma questão com múltiplas opções de respostas

No **Quadro 1.54** observa-se que as considerações favoráveis apontam para questões que se relacionam diretamente com a recuperação econômica e abertura de oportunidades de investimentos, trabalho e renda para a população, enquanto as considerações desfavoráveis apontam para comprometimentos ambientais em razão das características do sítio Ponta da Tulha, na ocasião a área preferencial. O grau de comprometimento ambiental apresenta considerável redução com a mudança de localização do empreendimento para Aritaguá.

A segunda maior preocupação apontada, a falta de infraestrutura é uma realidade atual das localidades, como observado nos itens anteriores deste Relatório e trata-se de um cenário que poderá ser modificado, caso a implantação do porto venha acompanhada de outros investimentos e oportunidades sociais para a população da região, mas especialmente para aquelas comunidades que estão mais próximas da área prevista para implantação do Porto.

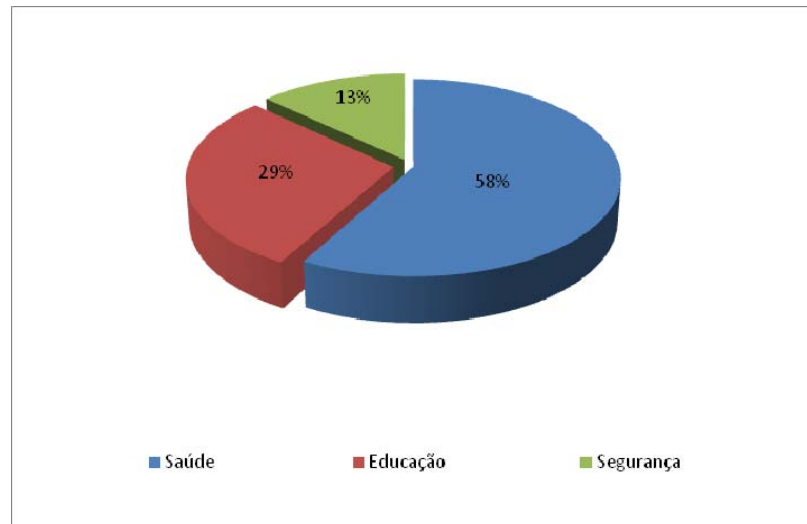
Além de considerar aspectos favoráveis e desfavoráveis a comunidade colocou suas principais sugestões de fortalecimento que julgam necessárias para que a região receba o empreendimento (**Figura 1.55**). O item “serviços básicos” teve o maior percentual de respostas, confirmando as carências já identificadas anteriormente. Este item é seguido pelos itens “Infraestrutura” e “Educação e Qualificação Profissional” com 19% e 17% de respostas, o que ratifica a perspectiva de que o empreendimento traga transformações físicas e sociais à região. Mais uma vez a comunidade demonstra o anseio por desenvolvimento econômico (12%) e a necessidade de comunicação social e institucional (12%), que representa um canal de negociações necessário à implantação do empreendimento.



Fonte: Pesquisa Direta/ Sondotécnica – Nov/ 2010 a Fev/ 2011.

**Figura 1.55 - Sugestões de Fortalecimento para Receber o Empreendimento na Região**

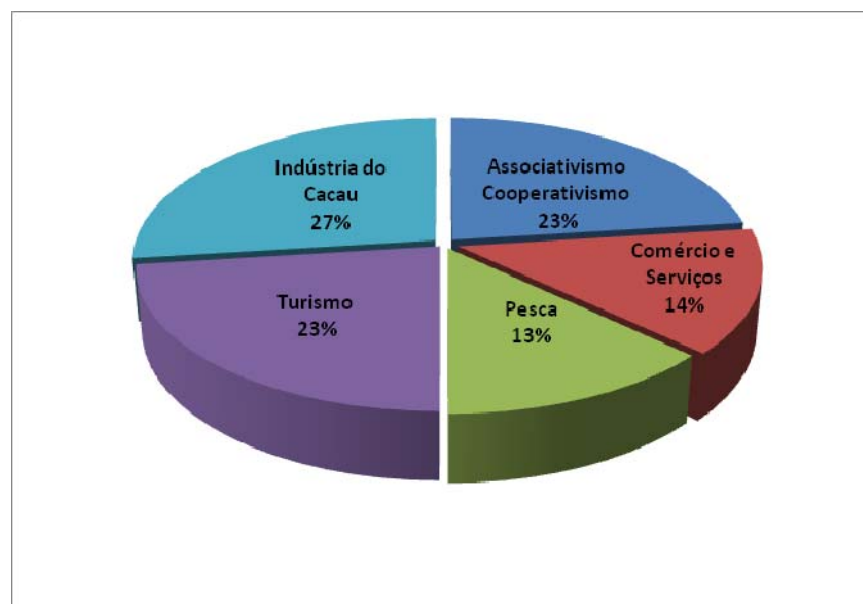
Foram ainda detalhados os serviços básicos recomendados pela população, apresentados na **Figura 1.56**. A maior parte se preocupa com a educação, o que pode ser relacionado ao receio que as comunidades apresentam de não estarem capacitadas para absorver as vagas de trabalho que serão criadas com a implantação do Empreendimento Porto Sul.



Fonte: Pesquisa Direta/ Sondotécnica – Nov/ 2010 a Fev/ 2011.

**Figura. 1.56 - Detalhamento do Desenvolvimento Economico Recomendados para a Região**

Dentre os itens de detalhamento do desenvolvimento econômico recomendado para região destaca-se a presença da Indústria do Cacau (27%), citada no sentido de restabelecimento da mesma, em conjunto com a implantação do empreendimento, ou seja, sugere que o Porto Sul, poderia fortalecer o setor cacauzeiro (**Figura 1.57**).



Fonte: Pesquisa Direta/ Sondotécnica – Nov/ 2010 a Fev/ 2011.

**Figura. 1.57 - Detalhamento dos Serviços Básicos Recomendados para a Região**



De acordo com o relatório de Interação Social “*o turismo, como um setor crescente na região, segundo os entrevistados, pode estar em confluência com o Porto Sul, desde que sejam priorizadas infra-estruturas que favoreçam as atividades turísticas, a exemplo do aeroporto internacional*”. E o associativismo/cooperativismo, com 23% das citações, pode ser relacionado à demanda por incentivos à produção, como uma forma de participar do crescimento na região decorrente da implantação do empreendimento.

Abaixo, síntese das propostas sistematizadas no curso do trabalho de Interação Social:

#### Síntese das Propostas aportadas nas atividades de Interação Social com as comunidades

- Implementar Programa de Comunicação Social;
- Implementar Programa de Educação Ambiental e Valorização Cultural do Empreendimento;
- Promover a articulação de lideranças e instituições das seguintes áreas, a fim de desenvolver Programas de Desenvolvimento, Fortalecimento e/ou Apoio articulados com o Empreendimento Porto Sul:
  - Turismo;
  - Cacau;
  - Pesca/ mariscagem;
  - Conservação da natureza;
  - Economia solidária e criativa;
  - Cultura;
  - Educação e qualificação profissional;
  - Segurança;
  - Mobilidade e transporte;
  - Saneamento básico e ambiental;
  - Assentamentos rurais;
  - Planejamento territorial;
- Articular as lideranças e instituições relacionadas à gestão regional com base em consórcios intermunicipais ou modelos semelhantes;
- Articular as lideranças e instituições relacionadas ao planejamento territorial, para desenvolver um Plano específico de uso do solo para a Área do Entorno do Empreendimento - AEE (Plano Referencial Urbanística e Ambiental - PRUA);
- Articular as lideranças e instituições relacionadas ao planejamento territorial, para desenvolver Planos Locais de Habitação para orientar as ações de construção de novas moradias nos municípios da área de influencia do empreendimento, com vistas à nova dinâmica regional; e
- Incentivar a implementação de políticas para o fortalecimento das vocações econômicas locais abrindo linhas de financiamento específicas - cooperativismo e empreendedorismo.

#### *Reuniões com as comunidades*

Também durante as reuniões promovidas pela Casa Civil foram levantadas questões pelas diversas lideranças e representantes das comunidades do entorno do empreendimento Porto Sul que são aqui apresentadas já sistematizadas. Desta forma, os diagnósticos realizados são

de grande importância à medida que revelam os possíveis impactos que poderiam incidir sobre as comunidades.

Abaixo a sistematização das declarações colhidas:

- A população coloca a situação de instabilidade e ansiedade que vive no momento, solicitando informações sobre o empreendimento;
- Querem conhecer os benefícios e prejuízos que a implantação do empreendimento trará para suas vidas.
- Questionam se o Estado dará subsídios em outra área até que os reassentados comecem a produzir e alcancem as condições de subsistência que têm atualmente.
- Advertem sobre a complexa situação fundiária, na qual a terra é muitas vezes partilhada;
- Em alguns casos são famílias de diferentes núcleos, em outros são os chamados “meeiros” que não tem a propriedade da terra, mas vivem e produzem nela.
- Questionam qual será o valor das indenizações, os parâmetros que serão utilizados para defini-las e por fim, se serão suficientes para dar aos indenizados as mesmas condições de vida que hoje encontram.
- Exigem compromisso de que realmente serão ofertadas vagas de empregos para a população local e questionam a quantidade e o caráter dessas vagas, temendo que estas não os contemplem;
- Alertam sobre o perfil agrário da população e a falta de qualificação profissional para o trabalho demandado pelo empreendimento.
- Ratificam a necessidade de que nos casos de comprometimento de áreas de agricultura familiar e assentamento haja negociação entre Estado e Comunidades e que exista um real compromisso no cumprimento das ações mitigadoras e compensatórias acordadas.
- Colocam a necessidade de compreensão e respeito aos seus posicionamentos e questões.
- Demonstram preocupação sobre os possíveis danos ambientais.

Nas declarações registradas a população alerta claramente sobre suas características sociais, econômicas e culturais, dando parâmetros aos técnicos e delineando as ações necessárias. Atentam para a vontade de que sejam contemplados pelos benefícios que o Porto trará para a região e que o desenvolvimento local contribua na melhoria da qualidade de vida das comunidades. Estão ainda preocupados com questões imediatas e diretamente ligadas às desapropriações e reassentamento, como o valor de indenizações e a forma como será tratada a complexa situação de propriedade e uso da terra na região.

- Ações em Desenvolvimento para Mitigação Antecipada de Impactos ou Compensações

Neste item estão relatadas as ações, já em desenvolvimento, que visam direta ou indiretamente à mitigação dos impactos sociais e econômicos, especialmente nas ADA (antiga) e AEE.

- ✓ Abertura de canal permanente de diálogo com as comunidades da ADA e AEE

Pode ser uma importante ação mitigadora dos impactos sociais às comunidades, já em desenvolvimento, a intervenção do Estado no processo das negociações que tem promovido a articulação e o diálogo entre as lideranças, instituições públicas, sociais e privadas

relacionadas ao empreendimento. Neste processo, destaca-se a realização de uma série de reuniões, já descritas, para informar a população sobre o projeto, pactuar procedimentos e para a construção de uma via de expressão dos posicionamentos e demandas da sociedade civil.

- ✓ Conhecimento aprofundado da área

O próprio desenvolvimento do Estudo de Impacto Ambiental, por envolver estudos diversos relacionados ao meio socioeconômico tem no processo de elaboração subsidiado as ações mitigadoras em desenvolvimento sob a coordenação do Estado.

O desenvolvimento do trabalho intitulado Interação Social com o objetivo de conhecer melhor as comunidades de referência na região, seus anseios, preocupações e demandas vem se somar ao EIA/ RIMA como instrumento para orientar medidas de mitigação ou compensação em um processo dinâmico de formação de pactos sociais e territoriais para o desenvolvimento local.

Também complementar é o diagnóstico que está sendo elaborado pela COOTEBA com o apoio da COOFASULBA, ambas cooperativas locais, que envolve, como já colocado, metas relacionadas à mobilização social, elaboração de Diagnóstico Rápido Participativo e Pesquisa Socioeconômica com agricultores da ADA (antiga).

- ✓ Canais permanentes de comunicação social

Envolve a implementação de Plano de Comunicação Social e a instalação de escritório local para prestação de informações às comunidades e desenvolvimento de trabalhos técnicos.

- ✓ Elaboração de Plano de Reassentamento

Após a conclusão do diagnóstico a cargo da COOTEBA e emissão da Licença Prévia será elaborado Plano de Reassentamento e Desapropriação, instrumento orientador dos procedimentos a serem implementados e das ações necessárias de garantia de direitos, a serem implementadas no processo de mudança para a nova área e na pós-ocupação. O Programa de Reassentamento fez parte do EIA e é agora reapresentado com ajustes decorrentes da pesquisa socioeconômica coordenada pela Hydros na área.

- ✓ Levantamento de Demandas e Elaboração de Planos de Urbanização das localidades da AEE

Após a conclusão do levantamento das demandas o Estado, através da SEDUR vai elaborar planos de urbanização que estabeleçam as prioridades e soluções para qualificação urbanística e ambiental nas nucleações de referência das comunidades rurais e dos povoados da AEE, com previsão de implantação de infraestrutura, pavimentação e melhoria geral das vias, melhorias habitacionais, regularização fundiária, melhoria dos serviços urbanos e sociais etc.

- ✓ Revisão do Plano Diretor Participativo de Ilhéus

Esta é uma das ações de competência municipal que está em fase inicial de planejamento.

✓ Programa de Qualificação Profissional

Foi elaborado e já encontra-se em curso um amplo programa de qualificação profissional sob a coordenação da Secretaria do Trabalho Emprego e Renda do estado da Bahia - SETRE e com o envolvimento de lideranças locais.

- Considerações Finais e Perspectivas para o Avanço nas Ações de Mitigação de Impactos

Considerando as diferentes fontes de pesquisa e informações sobre as questões e dúvidas das comunidades sobre o Empreendimento encontra-se grande similitude nas preocupações. Os registros aqui apresentados demonstram o reconhecimento da importância do Porto para a região. Há também a avaliação de que o empreendimento deve ser acompanhado das ações de mitigação e compensação de impactos sociais e ambientais e reforçam a necessidade de inclusão das comunidades no processo, com as compensações para as perdas, participação nos ganhos sociais e respeito constante às suas características culturais e organização sociopolítica. Revelam também preocupações com os ativos ambientais.

As reuniões promovidas pelo Governo do Estado em articulação com a Prefeitura Municipal de Ilhéus e a Bamin no primeiro semestre de 2011 aponta como objetivo consolidar ações sociais e de diálogo (sensibilização e comunicação social) na AEE e ADA. Nas reuniões preparatórias para as atividades em campo foi realizada uma articulação interinstitucional que viesse a contemplar as áreas de intervenção mais demandadas pelas comunidades. Entretanto, após a realização da primeira rodada de reuniões com as comunidades, percebeu-se um conjunto mais amplo de demandas que evidenciam carências de infraestrutura, serviços sociais básicos, mobilidade, oportunidades de trabalho etc.

Do trabalho até então desenvolvido pode-se perceber a recorrência das demandas por mobilidade e acessibilidade, saneamento, melhoria da qualidade dos serviços de saúde e educação, lazer, qualificação profissional, parte da competência do Estado e parte do Município. Há grande expectativa com o empreendimento e as comunidades cobram informações, demanda que está sendo respondida com as atividades em desenvolvimento na área.

Reconhecendo a hierarquia de demandas, a Casa Civil tem canalizado as demandas principais de projetos, relacionadas à acessibilidade, mobilidade, requalificação urbana e implantação de sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário e qualificação profissional para os órgãos competentes na esfera do Estado. Os órgãos têm trabalhado com a previsão de efetivação de ações em 2012 e 2013, de um modo geral. O Estado reconhece que algumas demandas apresentadas podem ser resolvidas pela esfera municipal e estadual em menor prazo, ou mesmo pelo empreendedor e parceiros privados, mesmo no processo de tramitação para a emissão da LP.

É importante observar que as demandas apresentadas pelas lideranças da AEE no trabalho de Interação Social e nas rodadas de reuniões do Grupo de Trabalho do Governo são as mesmas levantadas em campo para o diagnóstico socioeconômico do EIA/RIMA.

Nas reuniões realizadas nas comunidades da AEE tem sido frequente como sistemática a apresentação pelo Governo de propostas relativas a infraestrutura de saneamento e de qualificação profissional, reconhecendo-se a necessidade de encaminhar soluções para outras

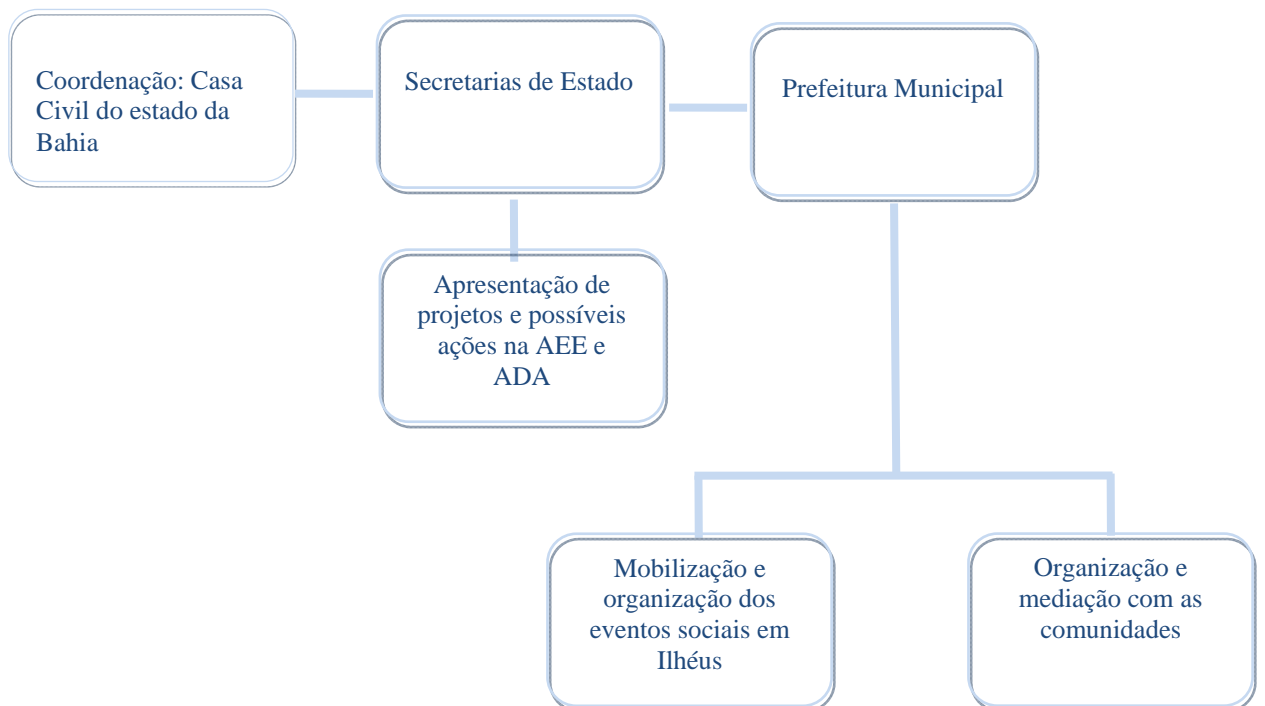
demandas urgentes colocadas, tendo em vista a miríade complexa de problemas sociais presentes nas comunidades. Nesse sentido, o Grupo de Trabalho se propõe a trabalhar com agenda de curto, médio e longo prazo, conforme esquema delineado na **Figura 1.58** a seguir.



Elaboração: Hydros

**Figura 1.58 - Esquema de Ações e Instâncias**

Até então o Estado tem assumido a responsabilidade pelo desenvolvimento das ações e o Município o papel de articulação, como indicado na **Figura 1.59** apresentada a seguir:



Fonte: Hydros

**Figura. 1.59 - Esquema de Articulações**

As reuniões realizadas até então têm aberto uma relação estratégica entre empreendedor, lideranças e demais residentes da AEE e ADA. O processo tem sido um aprendizado para os

agentes envolvidos e tem instigado o amadurecimento das lideranças que passam a enxergar o contexto da implantação do empreendimento, como uma conjuntura favorável ao encaminhamento - e atendimento - de suas demandas. Também tem revelado uma condução diferenciada com abertura e diálogo com instâncias e lideranças locais, se diferenciando de situações de implantação de grandes projetos, que nem mesmo a instância municipal tomava conhecimento do que seria feito.

As discussões entre o Estado, a Bamin, com apoio técnico das empresas de consultoria envolvidas com o projeto do Porto e da Hydros continuaram no processo preparatório da audiência Pública, quando diversas reuniões nos municípios da AID e AII foram realizadas, inclusive reuniões com segmentos e grupos sociais específicos. Essas reuniões, em regra com apresentação do RIMA, foram importantes para a mobilização da sociedade civil para a Audiência, que contou com ampla participação social.

Doravante será necessário estabelecer um cronograma pactuado com as lideranças locais que envolva ações em horizontes temporais diversos (curto, médio e longo prazos) e responsabilidades (União, Estado, Município, empreendedor, agentes privados etc.) definidas segundo abrangência temática e espacial. O Caderno de Investimentos será um instrumento útil na pactuação dos projetos prioritários.

**PARTE II - TEXTO REVISADO/ESTUDOS COMPLEMENTARES**

**TOMO XVI - APÊNDICE 15 – POPULAÇÃO, TURISMO E  
PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO**

**15.B – CENÁRIOS ECONÔMICO E DE MIGRAÇÕES**

## 15.B CENÁRIOS ECONÔMICO E DE MIGRAÇÕES

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CENÁRIOS ECONÔMICOS.....</b>	<b>1</b>
1.1	METODOLOGIA DE CÁLCULO .....	1
1.2	DEFINIÇÃO DE CENÁRIOS .....	3
1.3	PLANEJAMENTO DE CENÁRIOS .....	4
1.4	PRINCIPAIS VARIÁVEIS PARA COMPOSIÇÃO DOS CENÁRIOS.....	4
1.4.1	<u>Cenário sem Investimento (1)</u> .....	4
1.4.2	<u>Cenário com o Porto Sul (2)</u> .....	4
1.4.3	<u>Cenário com Conjunto de Investimentos (3)</u> .....	4
1.5	CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA ATUAL .....	5
1.6	DESCRIÇÃO DOS CENÁRIOS.....	7
1.6.1	<u>Cenário sem Investimento</u> .....	7
1.6.2	<u>Cenário com o Porto Sul</u> .....	8
1.6.3	<u>Cenário com Conjunto de Investimentos</u> .....	9
<b>2</b>	<b>MIGRAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
2.1	METODOLOGIA.....	11
2.2	CONTEXTUALIZAÇÃO .....	11
2.3	PROJEÇÃO DA MIGRAÇÃO .....	12
2.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	15
<b>3</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 - Índice de Crescimento das Atividades Econômicas Municipais – ICAEM - 2002-2009 .....	6
---	---

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 - PIB Municipal (Ilhéus, Itabuna e Uruçuca) e Participação em Relação ao Estado - 2002 - 2009 .....	5
Quadro 1.2 - Cenário sem Investimento.....	8
Quadro 1.3 - Cenário com Porto Sul .....	9
Quadro 1.4 - Conjunto de Investimentos na Região, 2016-2026 (Matriz Detalhada).....	9
Quadro 1.5 - Cenário com Conjunto de Investimentos .....	10
Quadro 2.1 - Cenário de Migração sem Investimento.....	13
Quadro 2.2 - População Censitária - Municípios Selecionados .....	13
Quadro 2.3 - Cenário de Migração Porto Sul (2) .....	14



## 1 CENÁRIOS ECONÔMICOS<sup>1</sup>

### Introdução

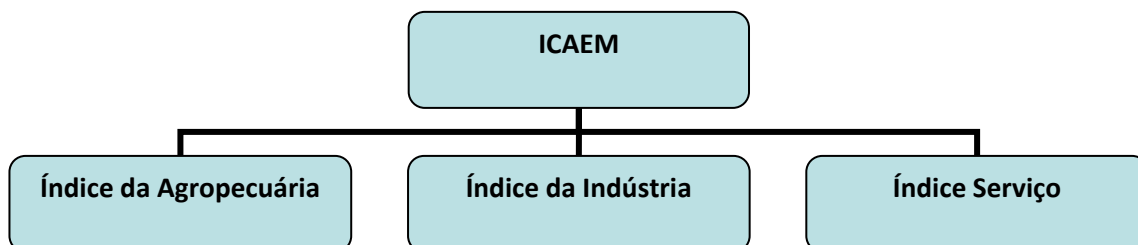
O objeto deste Estudo é identificar a correlação entre os impactos da construção do Porto Sul e a expectativa econômica gerada para as regiões de Ilhéus, Itabuna e Uruçuca. Dada a importância e a magnitude da implantação do projeto, o Estudo busca analisar os impactos por meio de constituição de cenários econômicos.

De fato, em se tratando de um investimento estratégico para a economia regional, é grande a expectativa de mudança na economia do Estado, principalmente no que se refere ao aumento da oferta de emprego e a renda gerada nos municípios da região, qualificação da mão de obra local, ampliação e melhoria da infraestrutura urbana, serviços básicos, incremento na arrecadação municipal e agregação de valor (PIB).

Conseqüentemente, o fortalecimento dos mercados consumidores pode vir a funcionar como um elemento de atração de novos empreendimentos industriais e de serviços. Nesse contexto, à medida que a renda gerada fique na região, tenderá a ocorrer um movimento de implantação de novos empreendimentos, refletindo a dinâmica natural do desenvolvimento econômico.

### 1.1 METODOLOGIA DE CÁLCULO

Procedimento Metodológico do Índice de Crescimento das Atividades Econômicas Municipais (ICAEM).



O Índice de Crescimento das Atividades Econômicas Municipais (ICAEM) é calculado a partir da soma do produto do resultado de cada indicador pelo seu respectivo peso.

$$ICMB = \Sigma (IA + II + IS)$$

O índice de crescimento dos municípios baianos é constituído dos seguintes indicadores:

**Índice da Agropecuária** - Este índice é definido pelas seguintes variáveis: Quantidade das lavouras temporárias, quantidade das lavouras permanentes e pecuária - o número de efetivo.

Para cada variável foram calculadas a sua variação e peso das atividades, sendo definida pela expressão:

$$IA - \text{Índice da Agropecuária} = \Sigma (ILT + ILP + IP)$$

<sup>1</sup> A abrangência espacial dos cenários econômicos, para o referido estudo, levou em consideração os municípios de Ilhéus, Itabuna e Uruçuca. Todos considerados como área de influência direta para o projeto do Porto Sul.

ILT = Índice da Lavoura Temporária = Variação da Quantidade Total produzida de cada lavoura \* Peso da LT.

ILP – Índice da Lavoura Permanente = Variação da Quantidade Total produzida de cada lavoura \* peso LP.

IP = Índice da Pecuária = Variação da Quantidade Total de Efetivos \* peso da PEC.

**Índice da Indústria** - Este índice é definido pelas variáveis: Petróleo - o valor de produção em m<sup>3</sup> (ANP); Construção Civil - o pessoal ocupado da RAIS, Indústria de transformação - o consumo industrial de energia elétrica (COELBA) e o SIUP - o consumo total de energia. Para cada variável foram calculadas a sua variação e o peso das respectivas atividades, sendo definida pela expressão:

$$II - \text{Índice da Indústria} = \Sigma (IP + IIT + ICC + IS)$$

IP = Índice do Petróleo = Variação da Produção Total Petróleo \* Peso da Atividade.

IIT = Índice Indústria da Transformação = Variação do Consumo Industrial Total de energia elétrica \* Peso da Atividade.

ICC – Índice da Construção Civil = Variação do Pessoal Ocupado \* Peso da Atividade.

IS = Índice de SIUP = Variação do Consumo Total de Energia Elétrica \* Peso da Atividade.

**Índice de Serviço** – Este índice é definido pelas variáveis: Comércio, com o valor das saídas, alojamento e alimentação, o mesmo critério do comércio, valor das saídas da SEFAZ. Transporte aéreo - foi utilizado o n° de passageiros embarcados, (ANAC/INFRAERO); no transporte aquaviário, foram utilizados a movimentação de cargas embarcadas nos portos (ANTAQ); no transporte terrestre, o movimento de vendas de óleo diesel (ANP), na APU (administração pública) foram utilizados a população do IBGE, e por último, na intermediação financeira, foram utilizados o valor de depósito do setor privado, depósito de poupança, depósito a prazo e depósito do governo (BACEN). Para cada variável acima foram calculados a variação e o peso respectivo de cada atividade.

É importante ressaltar que para as variáveis Comércio, Alojamento, Alimentação e Intermediação Financeira foram feitas um deflacionamento com base no Índice de preço do PIB regional, sendo definido pela expressão:

$$IS - \text{Índice de Serviço} = \Sigma (IC + IAA + IT + IAPU + IIF)$$

IC - Índice do Comércio = Variação das saídas \* Peso da Atividade.

IAA - Índice Alojamento Alimentação = Variação das saídas \* Peso da Atividade.

IAPU - Índice da Administração Pública = Variação da população \* Peso da Atividade.

IIF - Índice de Intermediação Financeira = Variação Total dos Depósitos \* Peso da Atividade.

O **Índice de Transporte** é calculado por meio do somatório dos indicadores Transportes Aquaviário, Aéreo e Terrestre, definido pela expressão:

$$IT - \text{Índice Transporte} = \Sigma ( ITAq + ITA + ITT )$$

ITAq - Índice Transporte Aquaviário = Variação da Carga Total embarcada nos portos \* Peso da Atividade.

ITA - Índice do Transporte Aéreo = Variação do nº Passageiros Embarcados \* Peso da Atividade.

ITT - Índice Transporte Terrestre = Variação Total Vendas de Óleo Diesel \* Peso da Atividade.

A estimativa do PIB Bahia para o período 2016-2026 (tendo em vista a última informação referente ao ano de 2011) foi de crescimento médio entre 3,5% e 4% ao ano, aplicando-se um deflator médio de anos anteriores para o cálculo de projeção. O resultado foi obtido com base nas projeções da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Para a extrapolação do PIB da região onde ocorrerá o empreendimento, utilizou-se inicialmente a metodologia de evolução física da atividade econômica como *Proxy* para o crescimento do PIB municipal, tomando como referência a taxa média de expansão da atividade econômica entre 2002 e 2009. Sobre os valores obtidos, foi aplicado ainda o mesmo deflator para o PIB da Bahia, obtendo-se assim a estimativa do PIB da região para o período de 2016-2026. Com isso, tem-se o cenário sem investimento em que se considera que a região mantenha seu desempenho a partir da sua própria dinâmica econômica atual.

Para se avaliar os impactos do investimento do Porto Sul sobre a atividade econômica da região, e por extensão sobre a economia do Estado da Bahia, foram utilizadas informações da matriz de insumo-produto Brasil-2005, disponíveis no IBGE. De acordo com os dados da Matriz DN, de impactos intersetoriais, o investimento no Porto Sul, no valor de aproximadamente R\$ 4,0 bilhões, tem impacto de aproximadamente R\$ 7,0 bilhões sobre o conjunto da atividade econômica baiana. Ou seja, a partir da efetivação do empreendimento Porto Sul a economia baiana sofrerá impacto positivo nos seus diversos setores da ordem de quase R\$ 7,0 bilhões, alavancando diversas outras atividades. No caso específico da região sul – Ilhéus, Itabuna e demais municípios circunvizinhos – esse impacto será de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões sobre o PIB local, com destaque para o município de Ilhéus, maior beneficiado, por ser o ponto principal de absorção do investimento. Podem-se destacar as atividades agrícolas, a extração mineral, o comércio, o segmento de transportes, as atividades financeiras e de transformação como as principais beneficiadas pelo investimento.

Finalmente, para calcular os impactos de todo conjunto do investimento projetado, o qual totaliza mais de US\$ 18,0 bilhões, foram utilizadas também as informações da matriz de insumo-produto do IBGE-Brasil, de onde foram extraídos os coeficientes de impacto das atividades a serem implementadas no Complexo, e assim obter o impacto que o conjunto desses investimentos gerará sobre o PIB da Bahia e da região, em particular sobre Ilhéus e Itabuna.

## 1.2 DEFINIÇÃO DE CENÁRIOS

Cenários são descrições do futuro com base em jogos coerentes de hipóteses sobre comportamentos plausíveis e prováveis das incertezas. A essência da metodologia reside na delimitação e no tratamento dos processos e dos eventos incertos. Desse modo, simplificando o processo, pode-se dizer que o grande segredo da metodologia de cenários reside no

reconhecimento e na classificação dos eventos em graus diferentes de incerteza (VAN DER HEIJDEN, 1996).

O roteiro mais comumente usado para se estabelecer uma abordagem articulada sobre o futuro e seus cenários prevê identificar as premissas do modelo vigente em relação às variáveis influenciadoras. Sendo assim, de acordo com a proposta de trabalho e a atual situação econômica, foram mapeados três cenários possíveis para os 10 anos (2016<sup>2</sup> - 2026).

- i) Cenário sem investimento;
- ii) Cenário com Porto Sul; e
- iii) Cenário com o conjunto de investimentos.

### 1.3 PLANEJAMENTO DE CENÁRIOS

- i) Definir as decisões principais e o horizonte temporal;
- ii) Selecionar as variáveis que afetam as decisões (ver item 1.4);
- iii) Construir um conjunto de cenários combinando diferentes estados;
- iv) Relacionar tendências e eventos necessários para a ocorrência de cada cenário;
- v) Extrapolar as tendências através de técnicas de séries temporais;
- vi) Estabelecer probabilidades para os eventos;
- vii) Ajustar as extrapolações de tendências, com base nessas probabilidades; e
- viii) Documentar os cenários com gráficos e narrativas.

### 1.4 PRINCIPAIS VARIÁVEIS PARA COMPOSIÇÃO DOS CENÁRIOS

- i) Produto Interno Bruto;
- ii) Arrecadação de impostos;
- iii) Geração de emprego; e
- iv) Investimento previsto na região.

#### 1.4.1 Cenário sem Investimento (1)

Neste cenário não há previsão de crescimento econômico significativo para os 10 anos em estudo (possibilidade de um cenário praticamente estagnado). Isso porque não levará em consideração a implantação do Porto Sul. A projeção será feita com a atual conjuntura econômica da região.

#### 1.4.2 Cenário com o Porto Sul (2)

Além das variáveis para composição do cenário, levará também em consideração a instalação do Porto Sul, cujo investimento é da ordem de US\$ 2,2 bilhões.

#### 1.4.3 Cenário com Conjunto de Investimentos (3)

Para esse cenário, há a previsão da instalação do Complexo Industrial/Serviços e todas as suas cadeias produtivas considerados na Avaliação Ambiental Estratégica - AEE. O investimento total previsto em sua maturação é de, aproximadamente, US\$ 18,7 bilhões.

---

<sup>2</sup> Ano em que entra em operação o Complexo Portuário.

## 1.5 CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA ATUAL

Antes de proceder a avaliação dos cenários, cabe primeiramente uma breve descrição do atual perfil econômico da região do Litoral Sul, mais especificamente, de Ilhéus e Itabuna.

O que se percebe no estado, nos últimos anos, é um leve processo de desconcentração espacial da atividade produtiva. Por meio do Produto Interno Bruto (PIB) Municipal, verificou-se um ganho de participação para alguns municípios fora da Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Em 2009, segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o PIB da região do Litoral Sul (região composta por cinquenta e três municípios) representava, aproximadamente, 7% da riqueza total produzida no Estado. Outro dado importante é que a economia da região encontrava-se em mais de 65% da sua estrutura setorial voltada para o setor de serviços, fato corroborado historicamente pela absorção dos excedentes oriundos da exportação do cacau.

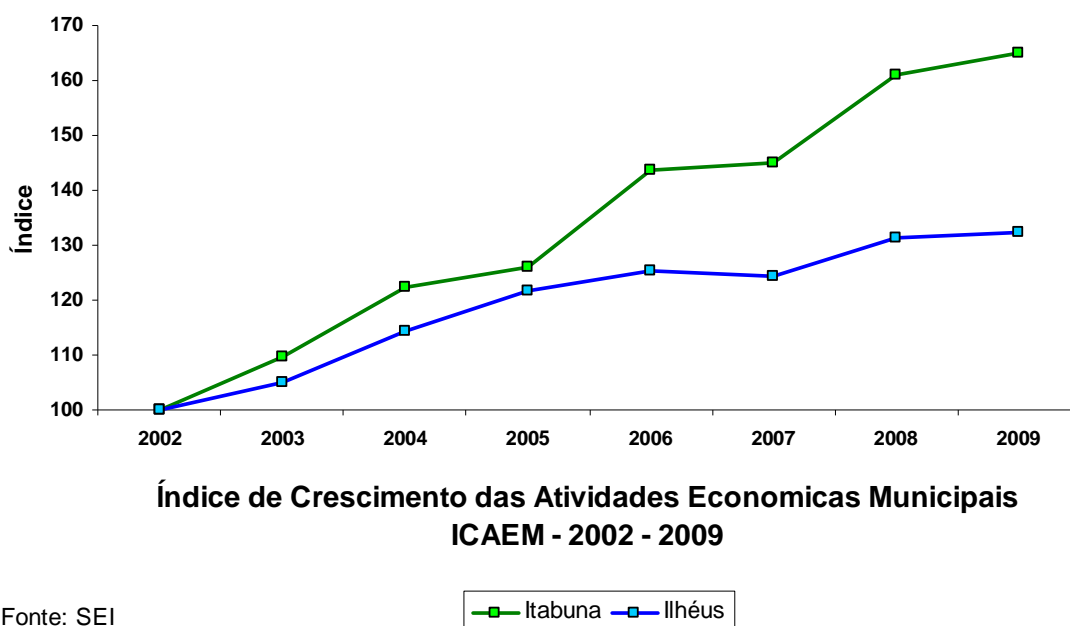
Quanto ao PIB a preços correntes, fica evidente que os municípios mais representativos da região econômica do litoral sul são Itabuna e Ilhéus. Os dois, no ano de 2009, representavam 47% de toda região econômica, demonstrando assim a forte concentração de riqueza desses municípios. Cabe lembrar que a participação em 2003 chegou a ser de 51%. Quando o assunto é a participação desses dois municípios da AID (Ilhéus, Itabuna e Uruçuca) em relação ao Estado, percebe-se uma perda de 0,5 p.p. no período de 2002 a 2009 (**Quadro 1.1**). Fato que pode ser atrelado à instabilidade da lavoura cacauzeira e a crise no Polo de Informática.

**Quadro 1.1 - PIB Municipal (Ilhéus, Itabuna e Uruçuca) e Participação em Relação ao Estado - 2002 - 2009**

Ano	PIB R\$ milhões	Participação na Bahia
2002	2.164	3,6
2003	2.466	3,6
2004	2.813	3,6
2005	3.041	3,3
2006	3.174	3,3
2007	3.555	3,2
2008	3.770	3,1
2009	4.283	3,1

Fonte: SEI

Segundo os dados divulgados pela SEI, o Índice de Crescimento das Atividades Econômicas Municipais – ICAEM - tanto em Ilhéus quanto em Itabuna apresentaram crescimento de 1,1% e 3,9%, respectivamente, em 2009 (**Figura 1.1**). A taxa média anual de crescimento das atividades econômicas entre 2002 e 2009 foi de 4,1% para Ilhéus e 7,4% para Itabuna. Para efeito de comparação, a Bahia nesse mesmo horizonte temporal, cresceu 4,1% e o Brasil 3,5%.



**Figura 1.1 - Índice de Crescimento das Atividades Econômicas Municipais – ICAEM - 2002-2009**

Esses dois municípios destacam-se também dos demais no quesito renda *per capita*. Itabuna apresenta uma quantia de R\$ 10 mil por pessoa, sendo superior ao próprio estado da Bahia em mais de mil reais. Não obstante, Ilhéus apresenta uma renda *per capita* acima de R\$ 8 mil. A explicação é simples: a renda *per capita* é um indicador que expressa o resultado global do PIB de cada município, relativizado pela população nele residente.

No que tange aos impostos sobre produtos, Ilhéus e Itabuna representam 31% e 37%, respectivamente, da arrecadação de todo litoral sul. Ou seja, quase 70% dos impostos da região. Esse feito enrijece para que a região represente 4,2% da arrecadação em relação ao estado da Bahia.

Cabe destacar a evolução na arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Ilhéus apresentou um crescimento de 46% em relação ao ano anterior. Um dos melhores desempenhos na arrecadação de ISS entre os municípios nordestinos no ano de 2010.

Ao analisar as cotas de ICMS da região do Litoral Sul, no período 2008 – 2010, nota-se um total arrecadado de R\$ 508 milhões, sendo que Ilhéus e Itabuna, somados, perfazem um montante em torno de R\$ 209 milhões, cuja representatividade é de 41% do total arrecadado. Cabe frisar que apenas o setor terciário é responsável por mais de 50% dessa arrecadação.

Segundo a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE 2.0), observa-se a evolução dos municípios quanto à quantidade de empresas atuantes. Desse modo, fica evidente o crescimento econômico da região. No período 2007-2009, todas as atividades apresentaram aumento, à exceção da indústria extrativa que permaneceu com o mesmo número de estabelecimentos, vinte e seis.

Além disso, pode-se observar a força da economia no setor de serviços, com as atividades de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas absorvendo o maior número de empresas, quase seis mil em 2009 e aproximadamente 100 novos estabelecimentos em apenas

dois anos. Cabe ainda sublinhar, o desempenho da atividade de alojamento e alimentação com o surgimento de 88 novos estabelecimentos no triênio 2007 a 2009. Esta atividade pode ser diretamente relacionada ao volume da atividade turística da região.

E por fim, o setor agropecuário no ano de 2010, segundo os dados da SEI, apresentou uma taxa de crescimento de 8,5% para o estado da Bahia. O cenário pode ser visualizado no mercado de trabalho formal. Este setor foi responsável por 108 novos empregos com carteira assinada, fato muito importante para a região, que tem na agropecuária sua principal fonte de renda. A geração de postos de trabalho pode ser creditada ao bom desempenho da safra de cacau que em 2010 expandiu 8,2% segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE).

## 1.6 DESCRIÇÃO DOS CENÁRIOS

### 1.6.1 Cenário sem Investimento

Admitindo o atual cenário econômico da região, conforme já mencionado no item 1.4, observa-se que no fim do período estabelecido a área em estudo irá perfazer em valores correntes um montante próximo a R\$ 14 bilhões (**Quadro 1.2**). Isso significa dizer que os fatores que impulsionam a recuperação da participação da região de 3,4% em 2016 para 3,9% em 2026, no Estado, está atrelada em sua maior parte ao setor de serviços, à manutenção e ampliação do Polo de informática, ao turismo e à estabilidade da lavoura cacauzeira.

De acordo com a Secretaria da Fazenda da Bahia (SEFAZ), o Estado tem como objetivo atrair novos investimentos e oferecer condições para que as 46 empresas instaladas no Polo de Informática de Ilhéus possam permanecer na região, tendo em vista que concedeu em março de 2008 uma dilatação, até 2019, no prazo do benefício fiscal de redução dos tributos sobre produtos de informática. O acordo firmado entre o Governo e os empresários prevê a obrigatoriedade das empresas fabricantes de microcomputadores e impressoras de destinar uma quantidade anual desses equipamentos para programas sociais do Governo Estadual. O desenvolvimento da região também foi uma das premissas da atuação da SEFAZ na prorrogação do benefício, cabendo às empresas contribuírem anualmente para um fundo de inovação tecnológica. Os valores dessa contribuição serão posteriormente definidos.

Quanto à cultura do cacau, com o apoio da Gerência Regional da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. (EBDA), sediada em Itabuna, vinculada à Secretaria Estadual da Agricultura (Seagri), muitos agricultores familiares do Sul e Baixo Sul da Bahia perceberam que a verticalização do cacau é um segmento mais rentável do que a venda apenas da amêndoa, por agregar valor ao produto. Segundo a SEAGRI uma outra iniciativa que a EBDA vem disseminando na região sul da Bahia, é a diversificação agrícola, porém sem abandonar a cultura dos chamados “frutos de ouro”. Assim, com o convênio que está sendo proposto à Ceplac pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), vinculada à Secretaria do Desenvolvimento e Integração Regional do Estado da Bahia (Sedir), espera-se um aumento na produção e na qualidade do cacau para os próximos anos.

Com esse quadro econômico da região, foi feita uma projeção (extrapolação) das informações do PIB. Levou-se em consideração os valores correntes, a arrecadação municipal, o ICAEM - cujas taxas de crescimento já foram demonstradas anteriormente -, e os investimentos já protocolados (2007 - 2013) pela Secretaria de Indústria Comércio e Mineração (SICM) - no valor de R\$ 7 bilhões (o que representa 7% de todo investimento feito no Estado, com geração de, aproximadamente, 15 mil empregos diretos e indiretos).

Todos os investimentos fazem parte do Programa Desenvolve, dirigido pelo governo do estado da Bahia, com o intuito de promover uma política de atração de investimentos industriais via concessão de incentivos fiscais, o que possibilita a vinda de empresas de diversos segmentos. É uma política que traz nova dinâmica para o setor industrial baiano, com a diversificação de sua matriz industrial e, conseqüentemente, benefícios para a economia local.

**Quadro 1.2 - Cenário sem Investimento**

Ano	PIB R\$ Milhões	Participação na Bahia
2016	8.253	3,4
2017	8.943	3,5
2018	9.452	3,5
2019	9.976	3,6
2020	10.274	3,6
2021	10.859	3,7
2022	11.453	3,8
2023	11.938	3,8
2024	12.541	3,9
2025	12.986	3,9
2026	13.674	3,9

Fonte: SEI – cálculos próprios

### 1.6.2 Cenário com o Porto Sul<sup>3</sup>

Para os próximos anos (2016 – 2026), a região do Litoral Sul, alavancada principalmente por Ilhéus e Itabuna, agregará mais valor para a região, especialmente por receber grandes aportes de investimentos e obter forte crescimento no setor de serviços. Esse acréscimo é resultante da implantação e operação do Porto Sul, gerando uma maior circulação de valores na economia, o que propicia maior expressão monetária do PIB conforme se observa no **Quadro 1.3** abaixo. Como reflexo imediato, a participação com relação ao estado tem um aumento de 1,5 p.p. e o PIB praticamente quadruplica em 10 anos.

Além disso, pode-se dizer que o crescimento gradual do turismo, a leve recuperação da lavoura cacaueteira, a exploração e produção de gás natural e petróleo e o crescimento natural das atividades de comércio, transportes, alojamento e alimentação projetam esse cenário permitindo, desse modo, atingir em 2026 uma participação de 6% no PIB do Estado.

<sup>3</sup> Para este cenário leva-se em consideração o Porto e pátios logísticos, cujo montante é da ordem de US\$ 2,2 bilhões.



**Quadro 1.3 - Cenário com Porto Sul**

Ano	PIB R\$ Milhões	Participação na Bahia
2016	12.881	4,5
2017	14.606	4,7
2018	16.562	4,8
2019	18.780	4,9
2020	21.296	5,1
2021	24.149	5,2
2022	27.386	5,4
2023	31.056	5,5
2024	35.220	5,7
2025	39.943	5,9
2026	45.300	6,0

Fonte: SEI – cálculos próprios

### 1.6.3 Cenário com Conjunto de Investimentos

No tocante à dinâmica econômica, com a série de empreendimentos consolidados (**Quadro 1.4**) na faixa de US\$ 18,7 bilhões, a região se beneficiará de um incremento importante em seu PIB.

**Quadro 1.4 - Conjunto de Investimentos na Região, 2016-2026 (Matriz Detalhada)**

Módulos Industriais	Investimentos (US\$)
Porto e pátios logísticos	2.200.000.000,00
Usina siderúrgica	10.000.000.000
Pelotização	1.300.000.000
Perfis estruturais laminados	250.000.000
Cimenteiras	1.800.000.000
Indústria automobilística	1.500.000.000
UTE	1.500.000.000
Alimentação coletiva	60.000.000
Transporte fretado	82.000.000
Centre de atendimento médico	500.000
<b>Total</b>	<b>18.692.500.000</b>

Fonte: SEI

Quando comparada à situação atual, caracterizada como de modesto crescimento, a economia dessa região, em 10 anos, encontrar-se-a em um patamar bem superior ao encontrado no cenário sem investimento, com um montante de, aproximadamente, R\$ 53 bilhões. Projeta-se um processo de crescimento acentuado na economia, e sua participação com relação ao estado é estimada em 7% para o ano de 2026 (**Quadro 1.5**).

**Quadro 1.5 - Cenário com Conjunto de Investimentos**

<b>Ano</b>	<b>PIB R\$ Milhões</b>	<b>Participação na Bahia</b>
2016	12.881	4,5
2017	17.003	5,4
2018	19.280	5,6
2019	21.862	5,7
2020	24.791	5,9
2021	28.113	6,1
2022	31.881	6,2
2023	36.154	6,4
2024	41.001	6,6
2025	46.499	6,8
2026	52.735	7,0

Fonte: SEI – cálculos próprios

Em suma, são indiscutíveis os benefícios socioeconômicos que o Porto Sul e seu conjunto de investimentos trarão para a região, introduzindo mais alguns elementos de dinâmica e de diversificação na economia local, ao gerar empregos diretos e indiretos. Isso permite observar que os impactos econômicos e sociais para a região são extremamente importantes. Entretanto, a sua sustentabilidade depende da efetivação das medidas compensatórias e mitigadoras, com destaque para o papel do órgão regulador ambiental e do poder público estadual e local, através da capacitação e direcionamento dos investimentos na região.

## 2 MIGRAÇÃO

### 2.1 METODOLOGIA

A utilização de modelos matemáticos e estatísticos para a realização de projeções populacionais e de migração é bastante complexa e requer um instrumental analítico bastante avançado. Isso porque diversos fatores podem estar associados tanto ao crescimento populacional quanto à migração: família, estudo, qualidade de vida, mercado de trabalho e etc..

As migrações manifestam-se de formas diversas e com uma natureza muito variada, podendo assumir rumos diferenciados ou até mesmo contraditórios e significar, para os indivíduos, famílias e grupos sociais envolvidos, mudança permanente ou transitória de residência ou, ainda, deslocamentos com periodicidade sistemática<sup>4</sup>.

Sem dúvida, o fator trabalho, impulsionado por investimentos produtivos, consiste num dos principais fatores que determinam a migração. Estudos já realizados para a instalação do Polo Petroquímico de Camaçari e o Complexo Portuário de Suape (PE) comprovam o grande volume de contingentes de trabalhadores visando inserir-se naquele ambiente de trabalho. No primeiro momento, o fato de se ter um fluxo migratório para uma determinada região implica no aumento da população, e mais adiante esse incremento populacional também se inserirá na dinâmica de crescimento vegetativo.

Sobre os cálculos para a realização de projeções populacionais e de migração, considera-se, neste trabalho, a média histórica, tanto da taxa de crescimento da população quanto da imigração e emigração<sup>5</sup>. No que se refere à projeção da população, os dados base correspondem aos censos de 1991, 2000 e 2010. Já as estimativas de emigração e imigração tomam como referência cálculos realizados pela SEI para o período de 1995-2000, disponíveis na publicação *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*. Cabe ressaltar o fato de que os movimentos migratórios são constantes em relação à população no período de estudo, isto é, a migração e a emigração mantém a mesma relação frente ao total da população. E ainda, o fato de se trabalhar com extrapolação de tendência histórica implica em considerar que o processo segue uma evolução linear do tipo  $y = \alpha + \beta x$ .

Tendo em vista a análise dos investimentos previstos para a região, visualizam-se dois cenários, a saber: o sem investimentos (cenário 1) e um cenário com o Porto Sul (cenário 2).

### 2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO

As migrações internas do Estado experimentaram, nas últimas décadas, alterações no que diz respeito ao volume (*quantum*) e direção dos fluxos, o que pode ser entendido como consequência do conjunto de processos em curso. O Estado figurava-se como grande centro de emigrações, devido ao volume de contingente dos que saíam com destinos a outros estados brasileiros em busca de uma melhor qualidade de vida. Algumas condições (internas e externas) fizeram com que esse fluxo de emigração diminuísse. Hoje, o Estado, por meio da geração de empregos, melhoria na renda do trabalhador e qualificação profissional busca o retorno daqueles que, em outros tempos, migraram para outras partes do Brasil.

<sup>4</sup> SOUSA (1986), apud. PINHO (2007), p.20.

<sup>5</sup> Neste caso, segue-se a mesma metodologia do IBGE para o cálculo das estimativas e projeção da migração, disponível na *Metodologia das estimativas das populações de 128 municípios e Distrito Federal para 2007*, sendo que para “O Cenário com Investimento” foi considerado um fator multiplicador determinado pelo investimento do Complexo do Porto Sul. Esse fator foi obtido a partir da visualização dos dados para os municípios de Ipojuca e Santo Agostinho, ambos em Pernambuco, os quais tiveram o crescimento de suas populações influenciado pela implementação do Complexo Porto de Suape.

A migração pode ser vista como um investimento gerador de desenvolvimento ao beneficiar indivíduos e famílias. Contudo, gera impactos negativos diversos que, ao contrário, podem gerar maior desigualdade e pressão sobre o desenvolvimento da região.

O crescimento populacional acelerado via migração - acima do crescimento do emprego - levaria à redução dos salários, ampliando o poder de barganha. Em contrapartida, o desemprego crescente ampliaria a pobreza urbana e a concentração populacional decorrente, podendo chegar a limites que levariam a rendimentos decrescentes (SKELDON, 1990).

O fato é que a migração, com a implantação e operação do Porto Sul, será induzida pela perspectiva de crescimento econômico da região, ou seja, imigração de “desempregados”, seja por uma “falsa” sensação de oportunidade, seja pela atração que o aumento efetivo de renda na região gerará sobre o contingente de subempregados e trabalhadores informais.

Destarte, é importante frisar que nenhuma definição operacional de migrante é capaz de apreender a totalidade dos movimentos migratórios. De forma geral, o migrante é visto como indivíduo que morava em um determinado município e atravessou a fronteira deste indo morar em outro. Todavia, de acordo com a escala de análise o tipo de migração (internacional, interestadual, intraestadual), ou ainda, em função da fonte de informações (dados censitários, pesquisas amostrais – por exemplo), o conceito de migrante pode ser redefinido.

### 2.3 PROJEÇÃO DA MIGRAÇÃO

No que concerne à região sul, os dados para Ilhéus e Itabuna, relativos à análise da migração entre 1995 e 2000, apontam que grande parte dos imigrantes vem da Região Sudeste: 81,7% e 78,1%, respectivamente. No que tange à migração intraestadual, ocorreu forte deslocamento de indivíduos na própria região. O estudo da SEI para o período de 1995-2000, disponível na publicação *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*, aponta que entre 1995 e 2000 Ilhéus recebeu um total de 17.903 imigrantes enquanto que Itabuna recebeu 16.248 imigrantes. Em termos proporcionais, esses valores correspondem respectivamente a 8% e 8,3% da população total desses municípios.

Naquele período, Ilhéus participava com 1,74% e Itabuna 1,72% na geração de riqueza da Bahia. Porém, considerando um processo de expansão econômica derivada de um volume significativo de investimentos, o qual propiciará às duas cidades maior e mais significativa participação no PIB da Bahia, não resta dúvida de que isso implicará num aumento da migração com destino aos dois municípios.

Os dados censitários de 1991, 2000 e 2010 demonstram que ao longo desses anos a população de Ilhéus reduziu drasticamente, passando de 223.750 para 184.236 habitantes, ou seja, uma redução de 39.514 habitantes. No entanto, é necessário mencionar a ocorrência de um dado em particular. No mesmo período, a população rural do Município passou de 79.518 para 28.955, isto é, uma redução de 50.563 pessoas. Já a população urbana registrou aumento de 11.049 pessoas. O processo de retração da população de Ilhéus, portanto, está associado ao êxodo rural, o qual tem como principal fato motivador a queda da lavoura cacaueteira nas décadas de 80, 90 e meados dos anos 2000<sup>6</sup>. Nesse sentido, é possível então afirmar que, a partir da relativa estabilidade da lavoura cacaueteira, o processo emigratório da zona rural de Ilhéus se arrefeça ou mesma se estanque a partir de 2010.

<sup>6</sup> Conforme dados da PAM – Pesquisa Agrícola Municipal – entre 1990 e 2000 a área plantada de cacau em Ilhéus teve redução de 0,4% enquanto que a produção reduziu-se em 66,2%. Já entre 2000 e 2010 houve uma redução de 32% na área plantada e crescimento de 13,6% na produção, indicando que houve uma ligeira recuperação, inicialmente da produtividade da cultura.

Dessa forma, para se projetar a população de Ilhéus, no cenário sem investimento (1), primeiramente calculou-se a taxa de variação da população urbana entre 2000 e 2010, cujo resultado foi de -0,43% a.a., para então extrapolar essa taxa sobre a população de 2010 até 2026. No caso da população rural, considerando os investimentos e estudos voltados para a recuperação da lavoura cacaueteira - que começam a se materializar nos indicadores econômicos, conforme mencionado na nota de rodapé 2 -, foi assumida por hipótese que, já a partir de 2010 – ano em que produção cacaueteira registrou o maior nível desde 1999 –, a taxa de crescimento da população rural seja a mesma da urbana de Ilhéus. A estimativa para Itabuna e Uruçuca no cenário sem investimento segue a mesma metodologia adotada para Ilhéus (**Quadro 2.1**).

**Quadro 2.1 - Cenário de Migração sem Investimento**

Municípios	População Censo			População Projeção 2026	Crescimento Vegetativo 2026	Migração		
	1991	2000	2010			Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório
Ilhéus	223.750	222.127	184.236	171.930	175.452	13.858	17.381	-3.523
Itabuna	185.277	196.675	204.667	222.919	227.486	17.968	22.535	-4.567
Uruçuca	30.763	20.323	19.837	19.091	21.271	1.471	3.651	-2.179

Fonte: Censos IBGE. Cálculos próprios  
 Cenário de Migração sem investimento (1)  
 Projeção população e migração Ilhéus, Itabuna e Uruçuca

Percebe-se que sem os investimentos do Porto Sul na região a tendência populacional de Ilhéus, levando em consideração a extrapolação da média histórica, é que continue registrando queda com o passar dos anos. O saldo migratório tanto de Ilhéus quanto Itabuna e Uruçuca continuará negativo conforme mencionado no estudo feito pela SEI no período 1995 - 2000, ou seja, o fluxo emigratório maior que o fluxo imigratório pelos fatores já expostos anteriormente.

Na projeção populacional para o cenário com o Porto Sul (2) não foi utilizada a extrapolação pela média histórica, mas um multiplicador, obtido a partir de estudos realizados sobre os dados do censo de 1991, 2000 e 2010 para os municípios de São Gonçalo (CE), Ipojuca e Santo Agostinho (PE). Estes municípios também receberam investimentos semelhantes aos do Porto Sul, com destaque para os de Pernambuco - onde está instalado o Complexo Portuário do Suape, dotado de forte infraestrutura e com inúmeras indústrias operando. No caso de São Gonçalo, tomando como referência o ano de início das operações do Porto de Pecém (2000), observa-se que o município registrou crescimento de 23,3% na sua população. Já os municípios de Pernambuco exibem taxas ainda mais expressivas, com destaque para Ipojuca, que nos vinte anos de operação do Complexo registrou expansão de 77,5%. Já o município de Santo Agostinho teve crescimento de 45,6 % na população (**Quadro 2.2**).

**Quadro 2.2 - População Censitária - Municípios Selecionados**

	São Gonçalo (CE)	Ipojuca (PE)	Sto Agostinho (PE)
População 1991	29.286	45.424	127.036
População 2000	35.608	59.281	152.977
População 2010	43.890	80.637	185.025
<b>Var. 2000/1991</b>	<b>21,6</b>	<b>30,5</b>	<b>20,4</b>
<b>Var. 2010/2000</b>	<b>23,3</b>	<b>36,0</b>	<b>20,9</b>
<b>Var. 2010/1991</b>	<b>49,9</b>	<b>77,5</b>	<b>45,6</b>

Fonte: IBGE Censos de 1991, 2000 e 2010.

Considerando que o Porto Sul terá o mesmo impacto sobre a população de Ilhéus e Itabuna, utilizou-se, neste caso, a taxa de crescimento populacional de Santo Agostinho (dado que a parte principal do investimento do complexo de Suape se localiza neste município), multiplicador de 1,45 vezes. Ou seja, crescimento de 45% para a imigração conforme observado na variação de 2010 em relação a 1991. Além disso, dada a proximidade e a influência econômica de Itabuna, considera-se também que o impacto será o mesmo nos dois municípios. Contudo, neste caso, considera-se ainda que o crescimento populacional da zona rural de Ilhéus será afetado no mesmo nível. Finalmente, utilizou-se como pressuposto a possibilidade de que a imigração sofra um correspondente à variação da População de Santo Agostinho entre 1991 e 2010 (45,6%). Nesse sentido, a taxa de imigração em relação à população saltará de 10% para 14%.

No caso de Uruçuca, foi considerado o crescimento verificado no município do Ceará, São Gonçalo, por apresentar alguma similaridade, principalmente em relação à sua população. Dessa forma, foi assumido que a taxa de expansão pode ser semelhante no caso de haver algum impacto positivo sobre Uruçuca. Assim, nesse estudo foi utilizada a taxa de crescimento populacional de 23,3% (**Quadro 2.3**).

**Quadro 2.3 - Cenário de Migração Porto Sul (2)**

Municípios	População Censo			População projeção 2026	Crescimento vegetativo 2026	Migração		
	1991	2000	2010			Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório
Ilhéus	223.750	222.127	184.236	256.710	246.509	36.152	25.951	10.201
Itabuna	185.277	196.675	204.667	285.178	273.846	40.161	28.829	11.332
Uruçuca	30.763	20.323	19.837	20.588	21.010	1.659	2.081	-422

Fonte: Censos IBGE. Cálculos próprios  
 Cenário de Migração Porto Sul (2)  
 Projeção população e migração Ilhéus, Itabuna e Uruçuca

A mudança mais significativa na distribuição espacial da população acontece no município de Ilhéus. Por se tratar de um município de menor expressão em termos econômicos, do que Itabuna, a variação populacional descrita para o cenário 2 imprime grande impacto no contingente populacional do Município, mudando o cenário de estudos dos censos 1991, 2000 e 2010 onde registravam queda populacional. Cabe sublinhar, de acordo com o quadro acima, que a implantação e operação do Porto Sul influenciará o fluxo migratório, em especial, nesses dois municípios. Depois de muito tempo o saldo migratório de Ilhéus e Itabuna passará a ser positivo. Como se pode observar, a emigração continuará existindo, porém, a imigração será superior àquelas vistas nos estudos realizados por meio dos dados do censo 1991 e 2000.

Quanto ao município de Uruçuca, o impacto em potencial de atração de imigrantes será aquém de Ilhéus e Itabuna. Na projeção do cenário 2, Uruçuca não apresentará fluxo migratório relevante (saldo positivo), porém observa-se que haverá uma redução na taxa de emigração – queda no número de pessoas que se deslocam para outros municípios em busca de oferta de trabalho, educação, melhor qualidade de vida e etc. - e um ligeiro aumento na taxa de imigração. Talvez essa seja a melhor forma de visualizar algum movimento importante para Uruçuca, a menos que se tenha algum investimento vultoso direcionado para o município. Nesse caso, podem-se alterar as taxas de fluxo migratório.

## 2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os principais empreendimentos previstos para a região estejam planejados para serem instalados no município de Ilhéus, a cidade de Itabuna apresentará uma forte atração de população migrante. Isso porque Itabuna além de ser o principal centro prestador de serviços de Ilhéus, também porque parte dos novos empreendimentos devem se instalar no próprio município, e ainda pelo fato de estarem sendo planejadas melhorias nas rodovias e novas estruturas de acesso que facilitarão o deslocamento da mão de obra residente em Itabuna aos novos empreendimentos.

Tendo em vista o aumento da migração para ambos os municípios em estudo (Ilhéus, Itabuna e Uruçuca), cabe de fato um planejamento para o desenvolvimento regional. Órgãos e entidades responsáveis deverão reunir recursos para assegurar à população crescente serviços de saúde, educação, transporte, habitação e lazer.

Na verdade, estima-se que mesmo com a ampliação do emprego no município de Ilhéus, trabalhadores fixarão residência em Itabuna, em Uruçuca e mesmo em outros municípios próximos. Torna-se necessária a elaboração de políticas diretas e indiretas de distribuição da população (SKELDON, 1990) com redefinição dos planos diretores e criação de zonas de expansão urbana que respeitem as áreas de valor ambiental ou de grande risco socioambiental, evitando assim a especulação imobiliária e a conseqüente pressão sobre o preço da terra.

Enfim, o estudo apenas confirma a importância do Porto Sul no que diz respeito à migração para os municípios de Ilhéus, Itabuna e Uruçuca e que essa dinâmica migratória influenciará ativamente a região no que tange à economia, mas também no que se refere à diversificação da sua estrutura etária, à composição da população por sexo e à distribuição por anos de estudo

### 3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUARQUE, S. *Metodologias e Técnicas de Construção de Cenários Globais e Regionais, TD 939*. Brasília: IPEA, 2003.

DIAS, Patrícia Chame. “Articulações entre os espaços de “atração” e de “repulsão” de população: um estudo sobre o saldo migratório dos municípios baianos”. In: *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995 - 2000*. Série estudo e pesquisa, vol 77. Salvador: SEI, 2007.

IBGE. Censo demográfico de 1991. Brasil. Rio de Janeiro, 1991.

\_\_\_\_\_. Censo demográfico de 2000. Brasil. Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. Classificação Nacional das Atividades Econômicas – CNAE versão 2.0. Brasil. Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. Metodologia das estimativas das populações de 128 municípios e Distrito Federal para 2007. Brasil. Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. PAM – Pesquisa Agrícola Municipal: Brasil. Rio de Janeiro, 1990-2010.

\_\_\_\_\_. Censo demográfico de 2010. Brasil. Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. Matriz Insumo-Produto. Brasil. Rio de Janeiro, 2010.

JAGUARIBE, H. (1989) Brasil 2000, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

PINHO, Simone Araújo de. “Principais tendências da migração baiana (1995 – 2000): Origem e destino dos migrantes dos municípios”. In: *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995 – 2000*. Série estudo e pesquisa, vol 77. Salvador: SEI, 2007.

RAMOS, Mariana Hipólito A; MELO, Andrea Sales S.; RAMOS, Francisco de Souza. *Implantação de uma refinaria de petróleo em SUAPE-PE: uma avaliação dos impactos socioeconômicos ambientais a partir da interpretação de Agendas 21 locais*. Disponível em <http://www.ecoeco.org.br>. Acesso em 26 março de 2012.

RATTNER, H. *Estudos do Futuro*. Rio de Janeiro: FGV, 1979.



RIBEIRO, J.T.L. *Estimativas da migração de retorno e de alguns de seus efeitos demográficos indiretos no Nordeste brasileiro: 1970/1980 e 1981/1991*. (Tese de doutorado). Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1997.

RIGOTTI, J.I. *Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo*. (Tese de doutorado). Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1999.

SCHWARTZ, P. *A arte da visão de longo prazo*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

SKELDON, R. *Population Mobility in Developing Countries: a reinterpretation*. London: Belhaven Press, 1990.

SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. “Urbanização e fluxos migratórios para Salvador”. In: Souza, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar (Org.). *Bahia de todos os pobres*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *Produto Interno Bruto Municipal*. Disponível em <[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)>. Acesso em 26 de março de 2012>.

\_\_\_\_\_. *Índice de Crescimento da Atividade Econômica Municipal – ICAEM*. Disponível em <[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)>. Acesso em 26 março de 2012>.

VAN DER HEIJDEN, K. *Scenarios – the art of strategic conversation*. Chichester, Nova York, Brisbane, Toronto, Singapura: John Wiley & Sons, 1996.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO (SICM). Disponível em: <http://www.sicm.ba.gov.br/>. Acesso em 24 de março de 2012.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (SEAGRI). Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view&notid=24311>. Acesso em 26 de março de 2012.

BARBIERI, Alisson Flávio; SANTOS, Reinaldo Onofre dos. Projeções demográficas de pequenas áreas integradas a projeções econômicas: Um estudo de cenário de migração para a região do Alto Paraopeba, Minas Gerais. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.121, p.13-33, jul./dez. 2011.

**PARTE II - TEXTO REVISADO/ESTUDOS COMPLEMENTARES**

**TOMO XVI - APÊNDICE 15 – POPULAÇÃO, TURISMO E  
PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO**

**15.C – HABITAÇÃO**

## 15.C HABITAÇÃO

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE AS NECESSIDADES HABITACIONAIS .....</b>	<b>1</b>
1.1	DÉFICIT HABITACIONAL DOS MUNICÍPIOS .....	2
<b>2.</b>	<b>OFERTA DE HABITAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
2.1	SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO .....	4
<b>3.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>10</b>
<b>4.</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>13</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 -	Déficit Absoluto por Microrregião da Bahia, FJP, 2000 .....	2
Figura 3.1-	Histograma Trimestral de Mão de Obra para Implantação do TUP BAMIN – Porto Sul .....	11
Figura 3.2 -	Histograma de Mão de obra para Implantação do Porto Público – Porto Sul .....	12

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 -	<i>Déficit Habitacional, por Situação de Domicílio. Brasil, Nordeste e Bahia (Domicílios Particulares Permanentes) .....</i>	<i>1</i>
Quadro 1.2 -	Inadequação Habitacional por Tipologia. Brasil, Nordeste e Bahia e Região Metropolitana de Salvador .....	1
Quadro 1.3 -	<i>Déficit Habitacional Básico dos Municípios com População Urbana maior que 20.000 habitantes, Bahia, 2000 .....</i>	<i>3</i>
Quadro 2.1 -	Empreendimentos de Habitação de Interesse Social em Ilhéus com Obras não Iniciadas.....	5
Quadro 2.2 -	Empreendimentos de Habitação de Interesse Social em Ilhéus com Obras em Andamento .....	6
Quadro 2.3 -	Resumo de Empreendimentos de Habitação com Participação do Estado em Itabuna .....	6
Quadro 2.4 -	Operações Contratadas em Ilhéus .....	7
Quadro 2.5 -	Operações Contratadas em Itabuna .....	7
Quadro 2.6 -	Operações Contratadas em Itabuna MCMV II.....	8
Quadro 2.7 -	Domicílios Recenseados, por Espécie e Situação do Domicílio - Ilhéus.....	9
Quadro 2.8 -	Domicílios Recenseados, por Espécie e Situação do Domicílio – Itabuna.....	9
Quadro 2.9 -	Domicílios recenseados, por espécie e situação do domicílio – Uruçuca.....	9
Quadro 3.1 -	Mão de obra Porto Público – Instalação e Operação .....	10
Quadro 3.2 -	Mão de obra TUP Bamin – Implantação e Operação .....	11

## 1. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS NECESSIDADES HABITACIONAIS

Toda a região Litoral Sul apresenta uma problemática habitacional agravada na última década com a crise do cacau e o empobrecimento da população. Ilhéus representa o terceiro maior *déficit* habitacional do estado da Bahia.

A publicação *Déficit Habitacional* no Brasil, 2007, viabilizada através de contrato estabelecido entre a Fundação João Pinheiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD divulgada pelo Ministério das Cidades neste ano dimensiona e qualifica o *déficit* habitacional no Brasil. Este estudo estima um *déficit* para o estado da Bahia inferior ao calculado pela mesma Fundação em 2000. Os cálculos realizados alteraram os resultados da variável coabitação em razão de mudanças na metodologia, descartando os casos em que a coabitação é voluntária, além de incluir o total de domicílios com adensamento excessivo na somatória. Apresentam-se, a seguir, as estimativas de *déficit* para o Brasil, Nordeste e Bahia (**Quadro 1.1**).

**Quadro 1.1 - *Déficit* Habitacional, por Situação de Domicílio - Brasil, Nordeste e Bahia (Domicílios Particulares Permanentes)**

Especificação	<i>Déficit</i> Habitacional		
	Total	Urbano	Rural
BRASIL	6.272.645	5.179.763	1.092.882
NORDESTE	2.144.384	1.461.669	682.715
BAHIA	510.677	359.784	150.893

Fonte: SEDUR 2011 a partir de Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 2007. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007.

O *déficit* habitacional da Bahia corresponde a cerca de 1/4 do nordestino e 8% do brasileiro. As áreas urbanas são mais afetadas pelas necessidades habitacionais do que as rurais, com índices correspondentes a 70,5% do *déficit* total, o que equivale a cerca de 13% dos domicílios particulares permanentes.

Além do *déficit*, o processo de urbanização no Brasil historicamente gerou um passivo que se expressa na chamada inadequação, componente das necessidades habitacionais registradas. Os domicílios podem ser inadequados por irregularidade fundiária, carência de infraestrutura, ausência de banheiro de uso exclusivo da família, adensamento excessivo ou por cobertura inconveniente. Apresentam-se, a seguir, o **Quadro 1.2**, contendo os dados relativos a cada uma dessas variáveis.

**Quadro 1.2 - Inadequação Habitacional por Tipologia. Brasil, Nordeste e Bahia e Região Metropolitana de Salvador**

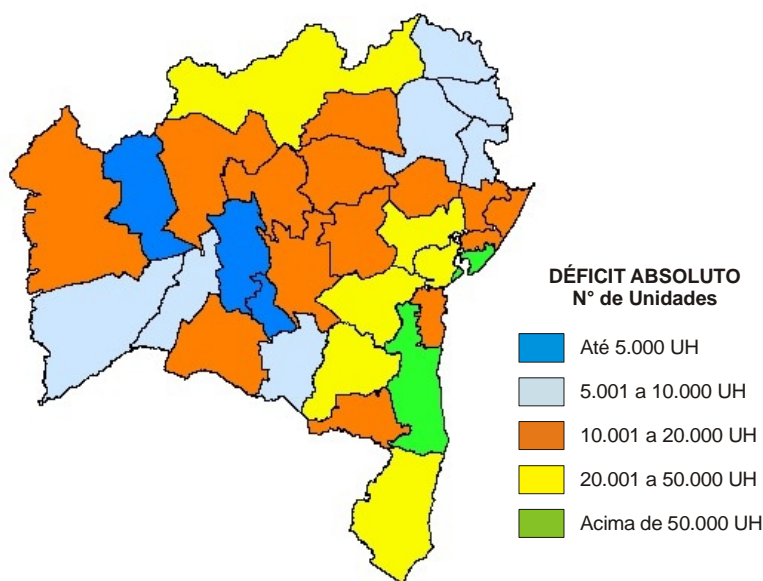
Especificação	Inadequação fundiária	Domicílio sem banheiro	Domicílio sem infraestrutura	Adensamento excessivo	Cobertura inadequada
BRASIL	1.879.907	928.777	10.454.947	1.500.709	543.066
NORDESTE	400.694	424.741	3.658.276	347.054	42.875
BAHIA	100.873	125.157	904.147	105.955	16.980

Fonte: SEDUR 2011 a partir de Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 2007. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007.

Importa lembrar que um mesmo domicílio pode possuir mais de uma inadequação, tornando-se, pois, sob pena de dupla contagem, impossível a totalização dos domicílios inadequados.

Os dados de inadequação fundiária são em regra subnotificados pela dificuldade de consecução de dados fiéis na pesquisa. O sentido de propriedade é relativo em razão do lugar e da cultura e além desse aspecto, a insegurança da posse leva à omissão por parte dos moradores sobre a real situação do imóvel. Especificamente quanto a esta questão, estimativas do IPEA e dados do Censo Demográfico apontam que aproximadamente 40,5% dos domicílios brasileiros estão em situação de irregularidade fundiária.

O *déficit* calculado pela Fundação João Pinheiro por microrregião apontou, em 2000, as seguintes microrregiões como as mais deficitárias: Salvador (RMS), com *déficit* de quase 105 mil unidades, a de **Ilhéus-Itabuna, com 64 mil**, a de Porto Seguro, com 47 mil, a de Feira de Santana, com 36 mil, e a de Santo Antônio de Jesus, com 32 mil unidades. Como é possível perceber, existe uma concentração dos maiores *déficits* nas áreas litorâneas (**Figura 1.1**).



**Figura 1.1 - Déficit Absoluto por Microrregião da Bahia, FJP, 2000 apud SEDUR, 2011.**

## 1.1 DÉFICIT HABITACIONAL DOS MUNICÍPIOS

A Fundação João Pinheiro - FJP, juntamente com o Centro de Estatística e Informações – CEI, na publicação sobre o *déficit* habitacional em 2000, citada anteriormente, apresenta, também, os números dos 53 municípios com maiores populações urbanas do estado. Ilhéus e Itabuna estão entre os 10 municípios com maiores *déficits*. Ilhéus aparece como terceiro maior *déficit* absoluto do Estado (**Quadro 1.3**).

**Quadro 1.3 - Déficit Habitacional Básico dos Municípios com População Urbana maior que 20.000 Habitantes, Bahia, 2000**

Município	Déficit Habitacional Básico (2)					
	Absoluto			% do Total dos Domicílios		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Porto Seguro	10.447	8.666	1.781	<b>43,70</b>	42,42	51,24
Alagoinhas	8.250	6.149	2.101	<b>26,06</b>	22,24	52,46
Ilhéus	14.082	9.898	4.184	<b>26,04</b>	24,16	31,91
Juazeiro	10.841	7.664	3.177	<b>25,62</b>	23,67	32,00
Camaçari	7.127	6.775	352	<b>17,28</b>	17,18	19,57
Feira de Santana	17.734	15.167	2.567	<b>14,89</b>	13,99	23,93
Itabuna	7.592	7.250	342	<b>14,86</b>	14,57	25,85
Vitória da Conquista	8.653	7.274	1.379	<b>13,61</b>	13,15	16,73
Salvador	81.429	81.390	39	<b>12,51</b>	12,51	17,26
Barreiras	6.490	5.788	702	<b>20,63</b>	20,57	21,12

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP-MG) e Centro de Estatística e Informações (CEI-BA), 2000.

- (1) Déficit habitacional básico: soma da coabitação familiar, dos domicílios improvisados e dos rústicos.  
 (2) Para municípios o déficit habitacional básico não inclui as estimativas de domicílios rústicos inferiores a 50 unidades.

Os maiores *déficits* habitacionais geralmente coincidem com os municípios mais populosos, como é o caso de Salvador, com *déficit* de mais de 80 mil unidades, Feira de Santana (17 mil), Ilhéus (14 mil), Juazeiro (11 mil) e Porto Seguro (10 mil). Os mesmos municípios lideram as estatísticas dos *déficits* urbanos. Já os *déficits* das áreas rurais, os maiores estão em Ilhéus, com mais de 4 mil unidades, Juazeiro, com 3 mil e Feira de Santana.

O problema habitacional é grave em toda a região, mas em Ilhéus se coloca mais crítico seja na dimensão quantitativa, seja na qualitativa. Além de das altas taxas de *déficit* e das situações de inadequação o problema habitacional, pelas características geoambientais da cidade, se apresenta com maior gravidade, uma vez que as ocupações mais precárias ocorrem em áreas de manguezal, baixadas e encostas íngremes, constituindo em geral situações de risco.

Com uma problemática habitacional de tal magnitude, Ilhéus é palco de conflitos fundiários urbanos e rurais. O estado da Bahia em abril/2011 estava mediando através da Coordenação de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos da Sedur, um conflito fundiário em Ilhéus, no Cais do Porto do Ilhéus. Trata-se de conflito fundiário envolvendo 10 (dez famílias) localizado em área portuária - no cais do Porto de Ilhéus, alvo de investimentos do Governo do Estado. A Associação dos Moradores e Pescadores do Ponto do Cesto do Banco da Vitória ingressou com Agravo de Instrumento que, após decisão do TJ-BA, concedeu o efeito suspensivo da liminar que determinou a reintegração de posse, assegurando a permanência das famílias no local. Na área rural, embora a habitação não seja ponto central das pautas dos movimentos que lutam pela terra, comparece como item importante das reivindicações.

## 2. OFERTA DE HABITAÇÃO

### 2.1 SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO

A Política Nacional de Habitação (PNH) conta com um conjunto de instrumentos, entre eles o principal é o Sistema Nacional de Habitação (SNH):

O Sistema Nacional de Habitação, principal instrumento da PNH, estabelece as bases do desenho institucional [...] e define as regras que asseguram a articulação financeira, de recursos onerosos e não onerosos, necessária à implementação da Política Nacional de Habitação. Inclui ainda a criação de dois subsistemas: o de Habitação de Interesse Social e o de Habitação de Mercado [...] que objetivam segregar as fontes de recursos para viabilizar o acesso à moradia às diferentes demandas e perfil do déficit (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

O SHIS é definido pela Lei 11.041, de 2008 que entende como Habitação de Interesse Social, aquela destinada a atender à população com renda familiar mensal equivalente a até 03 (três) salários mínimos vigentes:

O Subsistema de Habitação de Interesse Social (SHIS) tem como principal objetivo garantir que os recursos públicos sejam destinados a subsidiar a população de mais baixa renda, na qual se concentra a maior parte do déficit habitacional brasileiro (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Já o Subsistema de Habitação de Mercado (SHM) tem como objetivo:

Reorganizar o mercado privado da habitação, tanto na ampliação das formas de captação de recursos, quanto no estímulo à inclusão dos novos agentes, facilitando a promoção imobiliária, de modo que ele possa contribuir para atender significativa parcela da população que hoje está sendo atendida por recursos subsidiados (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

O SHM atende ao financiamento de empreendimentos habitacionais voltados para o mercado nas faixas de renda de três a seis salários mínimos e dispõe de subsídios e incentivos.

Para o presente estudo a oferta habitacional existente nos municípios integrantes da AID (Área de Influência Direta), Ilhéus, Itabuna e Uruçuca será apresentada sobre a abordagem desses dois subsistemas.

Como o estudo objetiva avaliar a oferta de habitação frente às demandas colocadas pelo empreendimento não foram consideradas os Programas FHNIS, PAC e Promoradia que contemplam um público específico.

- **Sistema de Habitação de Interesse Social**

#### Ilhéus

Em Ilhéus foram registrados cinco empreendimentos de Habitação de Interesse Social. Quatro deles integrantes do Programa Minha Casa Minha Vida para famílias com renda familiar até três salários mínimos e outro promovido pela Prefeitura através da Resolução 460/518. Na totalidade dos empreendimentos o agente financeiro é a Caixa Econômica Federal, o total de investimentos registrados no Município é superior a cinquenta e quatro milhões de reais. Todas as unidades habitacionais contratadas em Ilhéus encontram-se na zona urbana, assim como – de acordo com o Censo 2010 - 84% de sua população.

Dos empreendimentos de Habitação de Interesse Social em Ilhéus, quatro estão com obras em andamento, e um deles – cujo agente gestor é a Prefeitura – tem obras ainda não iniciadas.

A Resolução 460/518 é um Programa de Financiamento Habitacional da Caixa viabilizado com recursos do FGTS, com a concessão de descontos (subsídios) a pessoas físicas organizadas de forma coletiva, com a possibilidade de participação financeira do Estado. As Entidades Organizadoras (Prefeituras e Cooperativas) se habilitam ao Programa junto aos Escritórios Regionais de Negócios da CAIXA, podendo solicitar a participação do Estado, na composição de subsídio financeiro complementar aos recursos de contrapartida, de até R\$ 1.500,00 por unidade familiar. O desconto (subsídio) da CAIXA é proporcional à renda familiar dos beneficiários, sendo integral para até um salário mínimo<sup>1</sup>.

Neste Programa são priorizadas as modalidades “construção de imóveis” e “aquisição de materiais para fins de construção”, com valores máximos dos descontos diferenciados por municípios, de acordo com sua população. A execução das obras é realizada através de operações coletivas, em loteamentos com infraestrutura já executada ou a ser executada concomitante com as casas ou em lotes individuais, formando grupo de pessoas. São celebrados Termos de Cooperação e Parceria, entre a CEF, as Entidades Organizadoras e o Estado como Entidade Interviente.

O empreendimento da Resolução 460/518 em Ilhéus tem obras ainda não iniciadas e prevê a construção de 40 (quarenta) unidades habitacionais e tem como Agente Gestor a Prefeitura Municipal, o investimento do Estado alcança um montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) (**Quadro 2.1**).

**Quadro 2.1 - Empreendimentos de Habitação de Interesse Social em Ilhéus com Obras não Iniciadas**

Programa	Ano do Contrato	Zona	Agente Financeiro	Unid. Habitacionais	Agente Gestor	Invest. Estado	Invest. União	Valor Total	Data início da Obra	Previsão Conclusão Obra
RESOLUÇÃO 460/518	2005	Urbana	CEF	40	Prefeitura	60.000,00	280.000,00	340.000,00	21/12/2005	-

Fonte: Resolução 460/518- Programa Carta de Crédito FGTS

Os empreendimentos do Programa MCMV estão todos com obras em andamento. Ao fim de todas as obras, 1.487 (mil quatrocentas e oitenta e sete) famílias serão contempladas com novas unidades habitacionais (**Quadro 2.2**).

<sup>1</sup> Resolução 460/518 - Programa Carta de Crédito FGTS



**Quadro 2.2 - Empreendimentos de Habitação de Interesse Social em Ilhéus com Obras em Andamento**

Programa	Loteamento	Zona	Agente Financeiro	Unid. Habitacionais	Famílias Atendidas	Agente Gestor	Invest. Estado	Invest. União	Valor Total	Status da Obra	% Físico Executado
MCMV - Cota Extra Negociada pelo Estado	Residencial Morada das Águas - Setor 01	Urbana	CEF	330	330	CEF	0	13.529.947,74	13.529.947,74	Andamento	38,58
MCMV - Over 50 - Privado	Residencial Morada das Brisas	Urbana	CEF	496	496	CEF	1.306.086,78	20.335.999,19	21.642.085,97	Andamento	16,54
MCMV - Over 50 - Privado	Residencial Moradas do Porto	Urbana	CEF	316	316	CEF	0	12.956.000,00	12.956.000,00	Andamento	26,41
MCMV - Cota Extra Negociada	Residencial Morada das Águas - Setor 02	Urbana	CEF	158	158	CEF	0	6.477.954,98	6.477.954,98	Andamento	39,67

Fonte: SEDUR, 2011.

Dos quatro empreendimentos do MCMV (**Quadros 2.2 e 2.3**), dois deles fazem parte da extensão “Municípios Acima de 50.000 habitantes - Cota Extra Estado” e outros dois da extensão “Municípios Acima de 50.000 habitantes - Privado”.

Além das unidades habitacionais em zona urbana aqui apresentadas a Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (SEDUR) informa que há o compromisso de construção de 500 UH (quinhentas unidades habitacionais) em Ilhéus pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

### Itabuna

O resumo de empreendimentos de habitação com participação do Estado pode ser visto no **Quadro 2.3**, do qual se pode extrair que a maioria dos empreendimentos de habitação de interesse social são integrantes do Programa MCMV, sendo cinco de um total de seis empreendimentos. O outro empreendimento é do Programa Servidor Público, cujo agente gestor é a Conder e outro da Resolução 460/518, ainda em análise.

Com a conclusão dos empreendimentos em andamento em Itabuna, 2.356 (duas mil trezentas e cinquenta e seis) famílias serão contempladas com novas unidades habitacionais. Se somadas às unidades com o empreendimento em análise o total de unidades alcançaria 2.481 (duas mil quatrocentas e oitenta e uma) unidades habitacionais, todas localizadas na Zona Urbana de Itabuna.

**Quadro 2.3 - Resumo de Empreendimentos de Habitação com Participação do Estado em Itabuna**

Programa	Loteamento	Zona	Agente Financeiro	Unidades Habitacionais	Agente Gestor	Status da Obra
RESOLUÇÃO 460/518	Lot. Fernando Gomes	Urbana	CEF	125	-	Em Análise
MCMV - Over 50 Privado	Residencial Vida Nova 1 etapa	Urbana	CEF	368	CEF	Andamento
MCMV - Over 50 Privado	RESID PEDRO FONTES DE ARAUJO II	Urbana	CEF	496	CEF	Andamento
MCMV - Over 50 Privado	RESID PEDRO FONTES DE ARAUJO I	Urbana	CEF	496	CEF	Andamento
MCMV - Over 50 Privado	Residencial Itabuna Parque	Urbana	CEF	496	CEF	Andamento
MCMV - Over 50 Privado	Residencial Jardim América	Urbana	CEF	500	CEF	Andamento

Fonte: SEDUR, 2012.

- **Habitação de Mercado**

### Ilhéus

A oferta de habitação no Sistema de Habitação de Mercado está apresentada no **Quadro 2.4** a seguir, no qual se pode observar um total de 64 (sessenta e quatro) unidades habitacionais, sendo 40 (quarenta) casas no bairro de Teotônio Vilela e 24 (vinte e quatro) apartamentos no Loteamento Perola do Mar.

**Quadro 2.4 - Operações Contratadas em Ilhéus**

Nome Empreendimento	Logradouro	Localidade	Município	UH	Descrição Objeto	Programa	Data Assinatura	ID Externa
CONSTRUCAO DE CASAS BAIRRO TEOTONIO VILELA	BAIRRO TEOTONIO VILELA	ILHEUS	ILHEUS	40	CONSTRUCAO DE CASAS UNIDADES HABITACIONAIS	Imóvel na Planta	21/12/2005	MERCADO
RESIDENCIAL MAR BELLO	LOTES 04, 05, 19, 20, 21 E 22, QUADRA F	LOTEAMENTO PEROLA DO MAR	ILHEUS	24	ALOCACAO DE RECURSOS PARA 24 APARTAMENTOS.		12/08/2011	MERCADO

Fonte: Caixa Econômica Federal, 2011.

### Itabuna

A oferta de habitação no Sistema de Habitação de Mercado está apresentada no **Quadro 2.5** a seguir, no qual se pode observar um total de 236 (duzentos e trinta e seis) unidades habitacionais, sendo 72 (setenta e dois) apartamentos e 164 (cento e sessenta e quatro) “unidades habitacionais”.

**Quadro 2.5 - Operações Contratadas em Itabuna**

Nome Empreendimento	Logradouro	Localidade	Município	UH	Descrição Objeto	Programa	Data Assinatura	ID Externa
CONDOMINIO ATHENAS	RUA PROFESSOR ALICIO DE QUEIROZ, 935, CENTRO	ITABUNA	ITABUNA	20	ALOCACAO DE RECURSOS REFERENTE A 20 APARTAMENTOS.	Alocação de Recursos	31/03/2011	MERCADO
EDIFICIO PEDRA DA VITORIA	RUA RIO DO MEIO, GOES CALMON	ITABUNA	ITABUNA	52	CONSTRUCAO DE 52 APARTAMENTOS	Financiamento à Produção	25/03/2011	MERCADO
RESIDENCIAL TORRES DA PRIMAVERA	AV MANOEL CHAVES - SAO CAETANO	ITABUNA - BAHIA	ITABUNA	164	CONSTRUCAO DE 164 UH DIVIDIDOS EM 03 BLOCOS - CONSTRUCAO VERTICAL	Imóvel na Planta	09/04/2009	MERCADO

Fonte: Caixa Econômica Federal, 2011

- **Minha Casa Minha Vida II**

A segunda edição do Programa Minha Casa Minha Vida acrescenta 496 (quatrocentas e noventa e seis) unidades habitacionais à oferta de Itabuna. São apartamentos sendo construídos às margens da rodovia BR-415 na altura do bairro de Nova Califórnia e previsão de conclusão das obras em abril de 2013 (**Quadro 2.6**).

**Quadro. 2.6 - Operações Contratadas em Itabuna MCMV II**

Ação / Objeto	extensão do Programa	Localidade Beneficiada / Loteamento	Unid. Habitacionais	Data Conclusão / Previsão	Status da Obra	Data da Informação	Endereço
Construção de unidades habitacionais	MCMV II	CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM AMERICA - ETAPA II	496	06/04/2013	OBRA INICIADA SEM MEDICAO	03/02/2012	RODOVIA BA-415, ANEL RODOVIARIO - NOVA CALIFORNIA

Fonte: SEDUR, 2012.

### Uruçuca

Não existem informações até o momento

- **Domicílios Disponíveis**

Foram considerados para a avaliação de domicílios disponíveis os domicílios considerados pelo IBGE como domicílios vagos, que são os domicílios particulares permanentes que não estavam ocupados no momento do recenseamento.

Esses dados precisam ser apropriados com cautela, pois nesse neste universo de domicílios vagos encontram-se diversas situações de abandono e questões judiciais além da oferta propriamente dita.

### Ilhéus

Em Ilhéus foi identificado um total de 71.218 (setenta e um mil duzentos e dezoito) domicílios particulares, destes 7.953 (sete mil novecentos e cinquenta e três) estão vagos, correspondendo a 11,16% do total.

Em Aritaguá são 5.452 (cinco mil quatrocentos e cinquenta e dois) domicílios particulares e 574 (quinhentos e setenta e quatro) domicílios vagos, apresentando um percentual **de 10,52%** do total de domicílios particulares no distrito (**Quadro 2.7**).

**Quadro 2.7 - Domicílios Recenseados, por Espécie e Situação do Domicílio - Ilhéus**

Distrito	Espécie	
	Particular	Particular - não ocupado - vago
<b>Ilhéus - Ilhéus - BA</b>	54.482	5.405
<b>Aritaguá - Ilhéus - BA</b>	5.452	574
<b>Banco Central - Ilhéus - BA</b>	842	159
<b>Castelo Novo - Ilhéus - BA</b>	1.086	192
<b>Coutos - Ilhéus - BA</b>	1.065	115
<b>Inema - Ilhéus - BA</b>	916	169
<b>Japu - Ilhéus - BA</b>	603	116
<b>Olivença - Ilhéus - BA</b>	4.568	593
<b>Pimenteira - Ilhéus - BA</b>	588	155
<b>Rio do Braço - Ilhéus - BA</b>	1.616	475

Fonte: IBGE, 2010.

### Itabuna

Em Itabuna foi identificado um total de 73.531 (setenta e três mil quinhentos e trinta e um) domicílios particulares, destes 8.695 (oito mil seiscentos e noventa e cinco) estão vagos, correspondendo a 12% do total de domicílios particulares.

**Quadro 2.8 - Domicílios Recenseados, por Espécie e Situação do Domicílio – Itabuna**

Espécie	Município
	Itabuna - BA
<b>Particular</b>	73.531
<b>Particular - não ocupado - vago</b>	8.695

Fonte: IBGE, 2010.

### Uruçuca

Em Uruçuca foi identificado um total de 8.058 (oito mil e cinquenta e oito) domicílios particulares, destes 1.116 (mil cento e dezesseis) estão vagos, correspondendo a 13,84% do total de domicílios particulares.

**Quadro 2.9 - Domicílios Recenseados, por Espécie e Situação do Domicílio – Uruçuca**

Espécie	Distrito	
	Uruçuca - Uruçuca - BA	Serra Grande - Uruçuca - BA
<b>Particular</b>	6.389	1.669
<b>Particular - não ocupado - vago</b>	931	185

Fonte: IBGE, 2010.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo Sistema Nacional de Habitação registram-se, na faixa de renda até 03 (três) salários mínimos – Habitação de Interesse Social - em Ilhéus **1.340 UH** (mil trezentas e quarenta) unidades, em Itabuna **2.481 UH** (duas mil quatrocentas e oitenta e uma) unidades habitacionais. E mais **496 UH** (quatrocentas e noventa e seis unidades habitacionais) na segunda edição do Programa Minha Casa Minha Vida, além de **500 UH** na zona rural. Num total de **4.817 UH** (quatro mil setecentas e dezessete unidades habitacionais) nesta faixa de renda.

Ainda como moradia do Sistema Nacional de Habitação, mas já considerando uma faixa de renda superior a 03 (três) salários mínimos – Habitação de Mercado – têm-se a oferta de **64 UH** (sessenta e quatro unidades habitacionais) unidades habitacionais em Ilhéus e **236 UH** (duzentas e trinta e seis unidades habitacionais) em Itabuna. Ao total são **300 UH** na faixa de habitação de Mercado.

A oferta de domicílios vagos identificada nos municípios está assim colocada; **7.953 UH** (sete mil novecentos e cinquenta e três) em Ilhéus e **8.695 UH** (oito mil seiscentos e noventa e cinco) em Itabuna e **1.116 UH** (mil cento e dezesseis) em Uruçuca, num total de **17.764 UH** (dezessete mil setecentos e sessenta e quatro) domicílios vagos.

Esses dados de domicílios vagos precisam ser apropriados com cautela, pois nesse quantitativo encontram-se diversas situações (abandono, questões judiciais e oferta propriamente dita).

Quanto à demanda, importa considerar uma parcela não solvável por habitação de interesse social que coloca Ilhéus, por exemplo, na condição de terceiro maior déficit do estado da Bahia. Essa demanda vem sendo atendida na esfera da política pública de habitação de interesse social através de diversos programas.

A relação entre oferta e demanda deve considerar a existência, portanto, de um déficit habitacional na região, resultado da aguda crise econômica que se abateu na região. Entretanto, com os dados de oferta levantados (de mercado e de interesse social) acredita-se que o incremento de demanda decorrente do Porto Sul poderá ser absorvida, em parte pela oferta de mercado e em parte pela prioridade a ser dada a esse contingente no programa de habitação de interesse social do Estado.

Para estimativa da demanda por habitação que será gerada a partir da implantação e operação do Porto Sul consideram-se aqui as migrações decorrentes do incremento previsto para a região, a mão de obra a ser contratada para a implantação e operação do Porto e a distribuição desse pessoal ao longo do tempo.

Os valores absolutos totais de mão de obra para implantação e operação do Porto podem ser vistos nos **Quadros 3.1 e 3.2** a seguir.

- Mão de Obra - Porto Público

**Quadro 3.1 - Mão de Obra Porto Público – Instalação e Operação**

Implantação	Operação
2.160 funcionários	1.300 funcionários

Fonte: ProjConsult, 2012.

- Mão de Obra - TUP Bamin

**Quadro 3.2 – Mão de Obra TUP Bamin – Implantação e Operação**

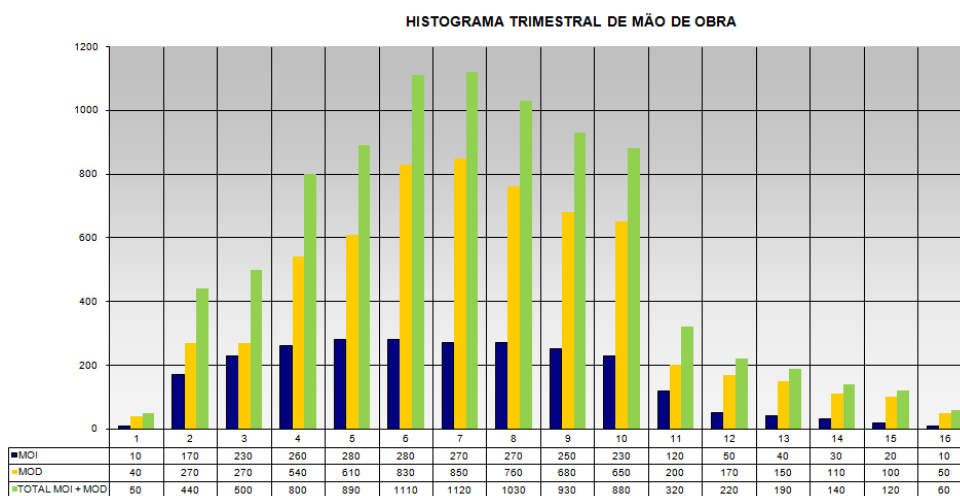
Implantação	Operação
1.680 funcionários	414 funcionários

Fonte: Bamin, 2012.

Em resumo, somando a demanda colocada pelo Porto Público e pelo TUP Bamin somados durante **toda** a fase de implantação serão 3.840 (três mil oitocentos e quarenta) postos de trabalho. Sendo 2.530 (dois mil quinhentos e trinta) na faixa até 03 (três) salários, 831 (oitocentos e trinta e um) na faixa de 03 a 06 salários e 247 (duzentos e quarenta e sete) funcionários na faixa acima de seis salários.

Já na fase de operação somados Porto Público e TUP a demanda é de 1.714 (mil setecentos e quatorze) domicílios. Sendo 1.024 (mil e vinte quatro) na faixa até 03 (três) salários, 527 (quinhentos e vinte e sete) na faixa de 03 a 06 salários e 163 (cento e sessenta e três) na faixa acima de seis salários.

No entanto para dimensionar a demanda de habitação é preciso avaliar a distribuição da demanda de pessoal ao longo do tempo apresentada nos histogramas de mão de obra para implantação do empreendimento (**Figuras 3.1 e 3.2**).



**Figura 3.1- Histograma Trimestral de Mão de Obra para Implantação do TUP BAMIN – Porto Sul**

PORTO PÚBLICO - ARITAGUÁ  
 HISTOGRAMA TRIMESTRAL DE MÃO DE OBRA

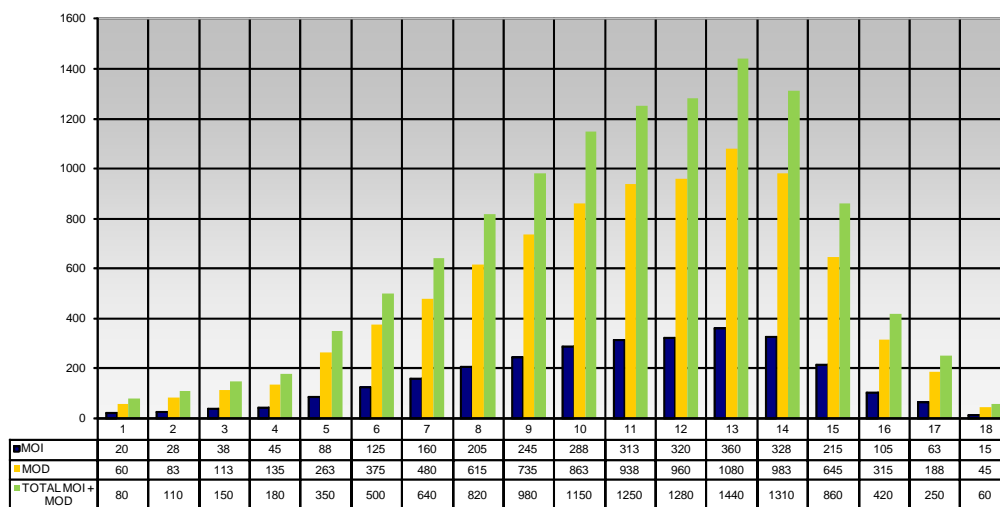


Figura 3.2 - Histograma de Mão de Obra para Implantação do Porto Público – Porto Sul

A demanda por habitação na implantação do Porto Público e TUP Bamin somadas no pico do histograma de mão de obra – que ocorre no mês 10, será de 2.030 (dois mil e trinta) funcionários. Em um cenário conservador considera-se que até 40% desta mão de obra poderá vir de outros municípios. De modo que, durante a fase de implantação, pode-se esperar um incremento de até 812 (oitocentos e doze) funcionários na demanda por habitação na AID.

Para a fase de operação, considerando Porto Público e TUP em pleno funcionamento, a demanda total é de 1.714 (mil setecentos e quatorze) domicílios. Aplicando o mesmo índice de 40% desta mão de obra de outros municípios tem-se um incremento de 686 (seiscentos e oitenta e seis) funcionários à demanda de habitação na AID. Não se deve, porém somar a demanda de habitação colocada pela implantação do empreendimento com a demanda de operação, uma vez que parte do pessoal da implantação poderá ser relocado para a operação do empreendimento.

A concretização de um cenário mais otimista de aproveitamento da mão de obra local dependerá essencialmente do desenvolvimento do Programa de Qualificação da Mão de Obra, tendo em conta a dificuldade de atender a determinados perfis demandados pelo empreendimento para as fases de implantação e operação, conforme colocado anteriormente.

Considera-se ainda que aproximadamente 65% desta mão de obra se concentram na faixa de 01 (um) a 03 (três) salários na qual está alocada a maior parcela de oferta de unidades do Sistema Nacional de Habitação (nos municípios avaliados).

O estudo de migrações aponta ainda um saldo migratório para o ano de 2026, com a implantação e operação do empreendimento Porto Sul. Neste estudo Ilhéus apresentaria em 2.026 um saldo migratório (positivo) de 10.201 (dez mil duzentos e um) habitantes, em Itabuna saldo seria de 11.332 (onze mil trezentos e trinta e dois) novos habitantes e em Uruçuca, ao contrário de Ilhéus e Itabuna, o resultado seria um saldo migratório negativo de 422 (quatrocentos e vinte e dois) habitantes.

Para os trabalhadores contratados fora da região, dado o interesse dos empreendedores, deve ser garantida uma política que assegure aos trabalhadores contratados de outros municípios, condições adequadas de moradia.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Cadernos MCidades Habitação. Volume 04. **Política Nacional de Habitação**. Novembro de 2004.

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. SEDUR. Relatório de Gestão 2007-2010. Habitação. Volumes I e II. Bahia, 2011.



**PARTE II - TEXTO REVISADO/ESTUDOS COMPLEMENTARES**

**TOMO XVI - APÊNDICE 15 – POPULAÇÃO, TURISMO E  
PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO**

**15.D – PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E ARQUEOLÓGICO**

## 15.D PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E ARQUEOLÓGICO

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2.</b>	<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>2</b>
<b>3.</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E DO EMPREENDIMENTO.....</b>	<b>3</b>
3.1	DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.....	3
3.2	O COMPLEXO PORTO SUL.....	3
<b>4.</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E PATRIMONIAL.....</b>	<b>5</b>
<b>5.</b>	<b>BENS HISTÓRICOS TOMBADOS E INVENTARIADOS .....</b>	<b>10</b>
5.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	13
<b>6.</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO.....</b>	<b>14</b>
6.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	14
6.2	O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA BAHIA .....	14
6.3	SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EM URUÇUCA .....	23
<b>7.</b>	<b>DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA .....</b>	<b>24</b>
7.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	24
<b>8.</b>	<b>MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM URUÇUCA .....</b>	<b>25</b>
8.1	PERSPECTIVAS ADOTADAS.....	25
8.2	METODOLOGIA.....	25
<b>9.</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO .....</b>	<b>26</b>
9.1	IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL .....	26
<b>10.</b>	<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>31</b>
<b>11.</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1 -	Área do Empreendimento .....	4
Figura 4.1 -	Mapa do Município de Uruçuca em 1958.....	5
Figura 4.2 -	Estação de Uruçuca (Antiga Água Preta) com o Prédio sendo Utilizado como Sede da Câmara dos Vereadores .....	6
Figura 4.3 -	Estação de Uruçuca (Antiga Água Preta) com o mesmo Prédio sendo Utilizado como Sede da Câmara dos Vereadores em 2010 .....	6
Figura 4.4 -	Igreja da Matriz .....	7
Figura 4.5 -	Igreja da Matriz .....	7
Figura 4.6 -	Rua Vital Soares, Praça da Bandeira, com Vista para o Cruzeiro e a Igreja. Década de 1960.....	8
Figura 4.7 -	Rua Soares Lopes mais Conhecida como Rua do Apertucho .....	8
Figura 4.8 -	Avenida Ruy Barbosa nos idos de 1950 .....	9
Figura 5.1 -	Planta com a Localização da Fazenda Boa Sorte .....	10
Figura 5.2 -	Casa Sede da Fazenda Boa Sorte .....	11
Figura 5.3 -	Casa Sede da Fazenda Boa Sorte .....	11
Figura 5.4 -	Planta da Casa Sede da Fazenda Boa Sorte .....	12
Figura 5.5 -	Interior da Casa Sede da Fazenda Boa Sorte .....	12
Figura 6.1 -	Gráficos dos Sítios Arqueológicos no Estado da Bahia.....	16
Figura 6.2 -	Sítios Indígenas Localizados por Calderón.....	17
Figura 6.3 -	Localização do Sítio em Almadina, com Cerâmica Tupi-guarani e Aratu .....	21
Figura 6.4 -	Localização dos Sítios Olivença (Ruínas e Cerâmica Tupi-guarani) e Dunar de Olivença (Cerâmica Tupi-guarani).....	21
Figura 6.5 -	Localização do Sítio Encosta do Morro, com Cerâmica Tupi-guarani.....	22
Figura 6.6 -	Machado de Pedra Polida Quebrado Encontrado em Porto do Meio.....	23
Figura 6.7 -	Machado de Pedra Polida Quebrado Encontrado em Porto do Meio.....	23
Figura 8.1 -	Uruçuca Notícias, 2011 .....	26
Figura 8.2 -	Uruçuca Notícias, 2010.....	27
Figura 8.3 -	Quadrilha em Uruçuca. Autor Desconhecido .....	27
Figura 8.4 -	8º Encontro de Capoeira.....	29

## LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1 -	Cargas Previstas .....	4
Quadro 6.1 -	Sítios Arqueológicos no Estado da Bahia .....	14
Quadro 6.2 -	Sítios Arqueológicos Identificados na Rodovia BA-001 .....	19
Quadro 6.3 -	Sítios Arqueológicos Identificados em Ilhéus por Barbosa .....	21

## 1. INTRODUÇÃO

Conforme solicitação da *empresa Hydros Engenharia e Planejamento Ltda*, e em atendimento ao Parecer IBAMA sobre o EIA/RIMA Porto Sul, foi elaborado o estudo complementação *Diagnóstico Arqueológico Preliminar das áreas de Implantação do Porto Público e Zona de Apoio Logístico (ZAL) pertencente ao Complexo Porto Sul, localidade de Aritaguá, município de Ilhéus – BA*, referente ao município de URUÇUCA, e **cujos resultados são apresentados neste documento.**

Em 2010, foi realizado um Diagnóstico Arqueológico Preliminar para o mesmo empreendimento, porém em sua área original, na localidade de *Ponta da Tulha*, município de Ilhéus – BA (CALI, 2010), que resultou na identificação de vários sítios arqueológicos, sendo um sambaqui, um sítio cerâmico e alguns sítios históricos. Entretanto, após os estudos ambientais do EIA/RIMA, uma nova área para o empreendimento foi escolhida, na localidade de Aritaguá, sendo necessária a realização em 2011 de novo diagnóstico.

Este novo estudo visa complementar o Diagnóstico do Patrimônio Cultural, e contempla o município de Uruçuca, ampliando-se a análise da área de Influência do empreendimento.

## 2. OBJETIVOS

Este documento tem por objetivo apresentar ao IBAMA e demais órgãos ambientais e governamentais interessados o Relatório complementar dos estudos nas áreas de Arqueologia e Patrimônio Cultural na área de influência do referido empreendimento, para fins de Licenciamento Ambiental, especificamente sobre o município de Uruçuca-BA.

Este Estudo também visa definir os procedimentos adotados para a sua realização.

### 3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E DO EMPREENDIMENTO

#### 3.1 DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento situa-se no município de Ilhéus, localizado no litoral sul da Bahia, na área denominada Costa do Cacau. O município possui um território de 1.841 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 219.266 (IBGE, 2009).

#### 3.2 O COMPLEXO PORTO SUL

O Complexo Porto Sul, conforme concebido pelo governo do Estado da Bahia, compreende um conjunto de áreas e instalações voltadas para atendimento dos objetivos definidos na política de desenvolvimento regional do Estado da Bahia e dos relacionados à operação do corredor Oeste - Leste, estruturado pela Ferrovia EF 334.

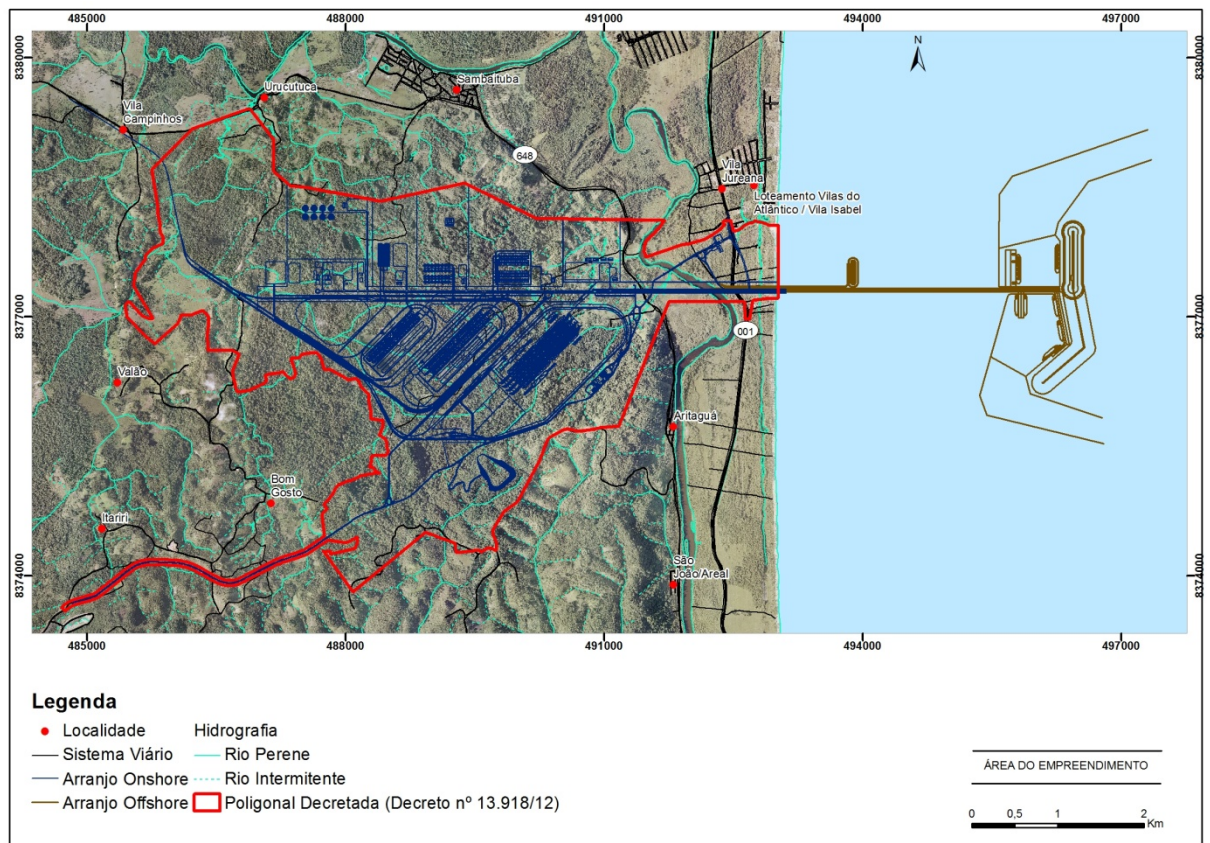
De uma forma resumida, podem-se dividir os seus elementos constitutivos em:

- Porto público integrado a um Polo de Serviços;
- Polo de Serviços localizado na retaguarda do Porto Público, segundo os seguintes componentes:
  - Primeira área de retaguarda imediata ao porto e integrante de seus limites, para localização de edificações administrativas e operacionais do próprio porto;
  - Segunda área de retaguarda para localização de terminais para movimentação e armazenagem de cargas e prestação de serviços acessórios (Zona de Apoio Logístico – ZAL).
- Área de preservação ambiental.

Em terra, prevê-se a construção do retroporto que conterà basicamente duas subáreas de serviços: Processos/Estocagem e Infraestrutura de Serviços.

No mar, prevê-se um conjunto de estruturas em concreto que abrange a Ponte de Acesso, os Píeres de Carga e Descarga e o Píer de Rebocadores. Ainda no mar, prevê-se o quebra-mar, constituído por um enrocamento de proteção em pedra. O Canal de Acesso e a Bacia de Evolução completam o conjunto de obras no mar.

Na **Figura 3.1** a seguir é apresentada a área da poligonal da ADA do empreendimento (em vermelho).



**Figura 3.1 - Área do Empreendimento**

Para o Porto Sul estão previstos os seguintes tipos de cargas:

**Quadro 3.1 - Cargas Previstas**

Exportações Projetadas	Perspectiva de Demandas Adicionais
Minério de Ferro	Etanol
Outros Minérios e Similares	Fertilizantes
Soja, Farelo de Soja e Milho	Produtos Siderúrgicos
Algodão	-
Carga Geral	-
Óleo Vegetal	-

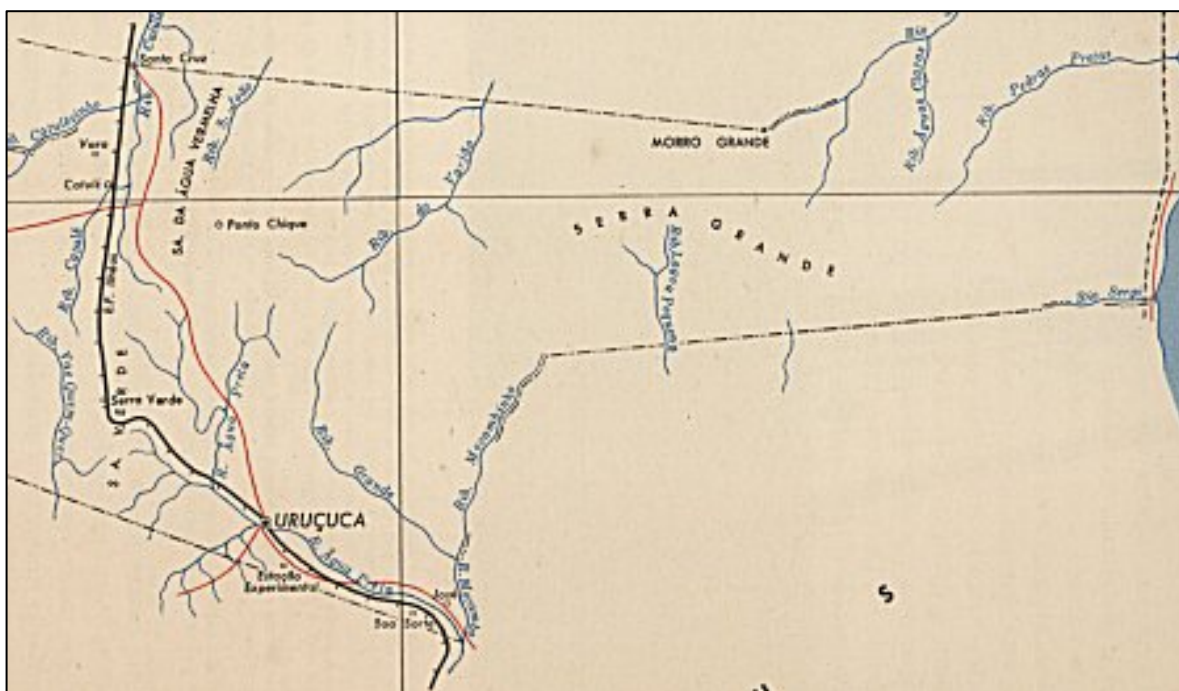
Fonte: Hydros.

#### 4. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E PATRIMONIAL

O município de Uruçuca tem suas origens no povoado de Água Preta, constituído em 1906, a partir dos pioneiros Manoel Alves de Sousa, Miguel Gomes Baracho, João Macaúbas, Jorge Caetano dos Santos e Antônio Ferreira da Silva. O nome do povoado advém da cor escura do rio Mucambo, ali presente.

Em 1º de janeiro de 1914, foi inaugurada a Estação Ferroviária de Água Preta. A Estação integrava a linha-tronco Ilhéus-Itabuna, aberta em 1910, com seu primeiro trecho financiado por ingleses da *The State Of Bahia South Western Railway Company Limited*, que objetivavam alcançar Vitória da Conquista.

Segundo informações contidas no site estaçõesferroviárias.com, o primeiro ramal, o de Água Preta, que partia da estação de Rio do Braço, foi aberto ao tráfego em 1914 e estendido até Poiri em 1931. Em 1918 inicia-se a construção de outro ramal, este até Itajuípe. Em 1950, a linha foi assumida pelo governo, passando a denominar-se E. F. de Ilhéus. Em 1963, a ferrovia estava decadente, vindo a fechar em 1965 (REVISTA FERROVIÁRIA, 1960).



Fonte: (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Volume VI, 1958)

**Figura 4.1 - Mapa do Município de Uruçuca em 1958**





Fonte: Foto: Manoel Ursino Tenório de Azevedo Junior, 2005

**Figura 4.2 - Estação de Uruçuca (Antiga Água Preta) com o Prédio sendo Utilizado como Sede da Câmara dos Vereadores**



Fonte: Foto Paulo Miled. Fonte: Estações Ferroviárias, 2010

**Figura 4.3 - Estação de Uruçuca (Antiga Água Preta) com o mesmo Prédio sendo Utilizado como Sede da Câmara dos Vereadores em 2010**

Além da Estação de Água Preta, o município também abrigou a Estação de Serra Verde, cuja data de construção e período de funcionamento é incerta<sup>1</sup>. O inventário dos ex-bens da RFFSA<sup>2</sup> em 2010 indicava que em Serra Verde (km 65) registra uma construção no local da estação, além de um "abarracamento" na área, no km 60, e mais uma escola no km 55<sup>3</sup>.

Em 1915 é criada a agência postal, no mesmo ano em que Frei Lucas construiu a Igreja Matriz, com o Vigário Padre Granja.

<sup>1</sup> Revista Ferroviária (1960).

<sup>2</sup> Parte dos bens da E. F. Ilhéus estavam em mãos da RFFSA.

<sup>3</sup> Inventariança da extinta RFFSA: Anexo I ao termo de transferência n. 587/2010 - Imóveis não operacionais da extinta RFFSA transferidos para o SPU, p. 11/12.



Fonte: <http://epoliticasilva.blogspot.com.br>

**Figura 4.4 – Igreja da Matriz**



Fonte: <http://epoliticasilva.blogspot.com.br>

**Figura 4.5 - Igreja da Matriz**



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Uruçuca

**Figura 4.6 - Rua Vital Soares, Praça da Bandeira, com Vista para o Cruzeiro e a Igreja. Década de 1960**

Integrante do distrito de Castelo Novo, município de Ilhéus, a povoação de Água Preta tornou-se distrito do mesmo nome pela Lei Municipal n.º 178, aprovada pela Lei Estadual n.º 1.577 de 10 de agosto de 1922.

Em 1927 passou a funcionar a agência de telégrafo. Também nesse ano foi criado seminário "O Ipiúna".



**Figura 4.7 - Rua Soares Lopes mais Conhecida como Rua do Apertucho**

Segundo o IBGE, pela Lei Estadual n.º 2.212, de 12 de agosto de 1929, tornou-se vila e fundado o Município, desmembrado de Ilhéus, instalado a 20 de outubro do mesmo ano, pelo Decreto Estadual n.º 6.529, de 11 de outubro de 1929.

Em 1930, o Município de Água Preta foi extinto pelo Decreto Estadual n.º 7.071, tendo seu território anexado a Ilhéus, e depois criada a subprefeitura de Água Preta.

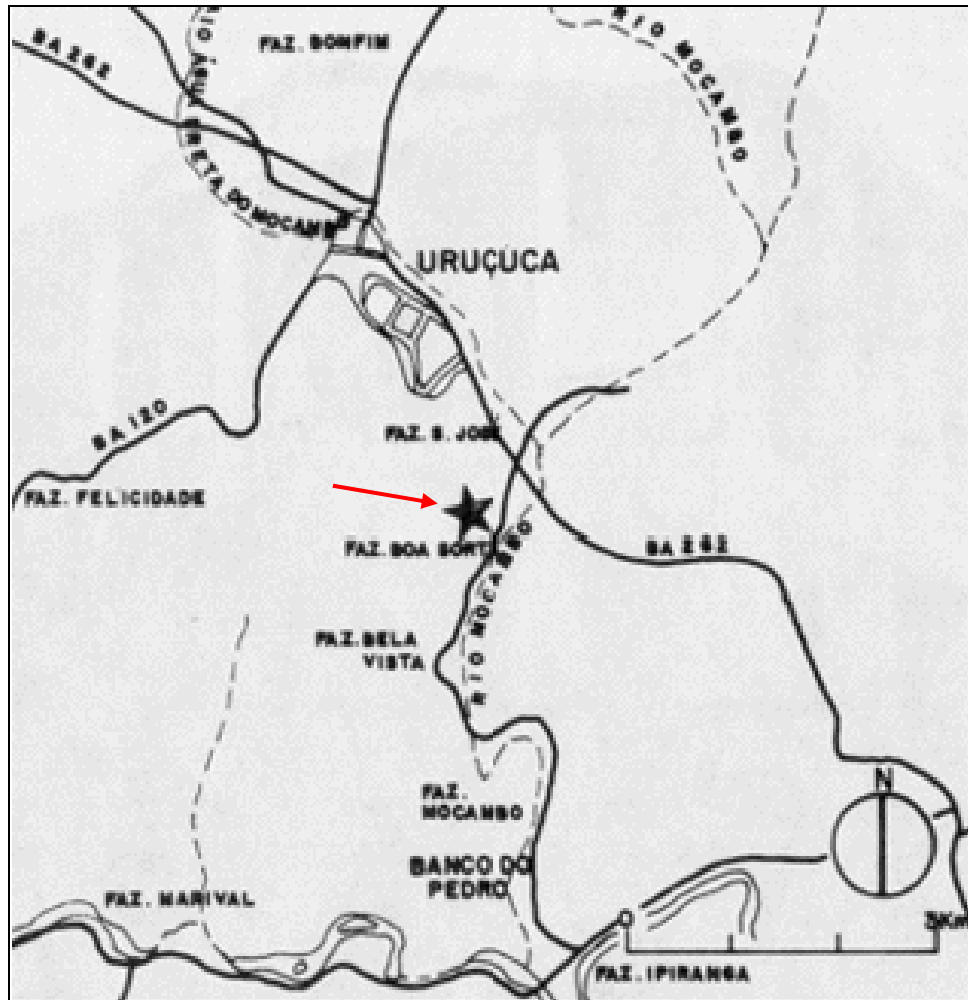
Já em 1943, através do Decreto-Lei Estadual 141, seu nome foi alterado para Uruçuca, tornando-se novamente município em 1952.



**Figura 4.8 - Avenida Ruy Barbosa nos idos de 1950**

## 5. BENS HISTÓRICOS TOMBADOS E INVENTARIADOS

O município de Uruçuca possui um bem inventariado pelo IPAC. Trata-se da Fazenda Boa Sorte (IPAC nº: BR: 32427-1.3-I001). Segundo o registro do IPAC, a sede da fazenda situa-se no alto de um morro, dominando grande parte do vale do Rio Mocambo. De suas varandas avistam-se, em frente, casas de trabalhadores, ao fundo, uma pequena capela e, do lado direito, uma antiga estufa. Ao redor da casa, coqueiros e árvores de pequeno porte. O acesso à fazenda faz-se através de uma variante (500 m) da BA-262, que liga Ilhéus a Uruçuca. A fazenda dista de Uruçuca cerca de 3 km.



Fonte: IPAC

Figura 5.1 - Planta com a Localização da Fazenda Boa Sorte



Fonte: IPAC

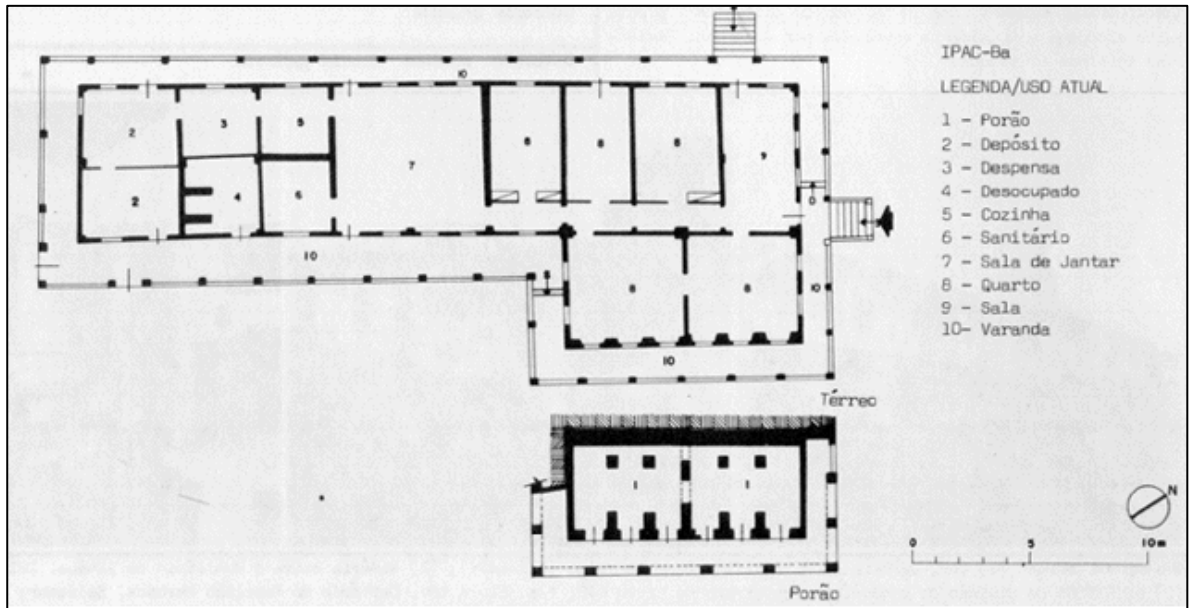
**Figura 5.2 - Casa Sede da Fazenda Boa Sorte**



Fonte: IPAC

**Figura 5.3 - Casa Sede da Fazenda Boa Sorte**

A construção era a sede de uma fazenda de cacau, sendo considerada de interesse arquitetônico. Segundo o IPAC, a casa possui planta em L, envolvida, integralmente, por varandas. Devido à irregularidade do terreno, a ala menor do L está elevada sobre um porão alto. A casa é recoberta por telhado de três águas. Uma meia-água cobre a varanda anterior, desenvolvida em dois níveis e marcada pela esbelteza das colunas, pela presença da escadaria de acesso e pela balaustrada de concreto, que se prolonga pelas demais varandas. Janelas de vergas retas com esquadrias de veneziana e vidro.



Fonte: IPAC

**Figura 5.4 - Planta da Casa Sede da Fazenda Boa Sorte**

O interior possui forros novos, assoalho na sala, quartos e corredor, tijoleira no jantar, varandas e cimentado nos cômodos de serviço. O edifício conserva algumas peças de mobiliário, como cama, sofá, escrivaninha e cadeiras.



Fonte: IPAC

**Figura 5.5 - Interior da Casa Sede da Fazenda Boa Sorte**

Ainda segundo o IPAC, a construção tem significativo exemplar do patrimônio histórico-cultural, que retrata aspectos do processo histórico regional de produtor de monocultura para exportação, baseado na mão de obra escrava indígena e africana, e posteriormente de imigrantes e migrantes, revelado em sedes de fazenda, casarios de coronéis, templos religiosos e equipamentos urbanos da primeira metade do século XX.

Segundo levantamentos documentais realizados pelo IPAC, a casa já existia em 1910, e pertencia a Miguel José Dias. Naquele ano, a casa foi ampliada para o nascimento de Miguel José Dias Jr.

Em 1915, Miguel José Alves Dias era conselheiro municipal e dono de 24 fazendas em Ilhéus, sendo que "a Fazenda Boa Sorte, onde reside o proprietário, é a principal e é dotada de estufas e de secadouros para o preparo do cacau". Todas as fazendas comunicavam-se por estradas abertas pelo proprietário<sup>4</sup>.

Em 1926, a casa é ampliada para o casamento de Adolfina Alves Dias, filha de Miguel José, ocasião em que é construído o porão, superposto por quartos e varanda de concreto, do lado esquerdo. Na ocasião, a sala de jantar é aumentada e os gradis de madeira da varanda são substituídos por balaústres de concreto. Para as mesmas festividades é construída uma capela. Em data não especificada, o Sr. Miguel José Alves Dias muda-se para Ilhéus, ficando a fazenda a cargo de um administrador.

Com sua morte em 1962, as propriedades são divididas entre os herdeiros em regime de condomínio, cabendo a Adolfina D. de Carvalho a sede da fazenda.<sup>5</sup>

## 5.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para a caracterização e indicação dos Bens patrimoniais e inventariados no município de Uruçuca, foi realizado um levantamento junto aos órgãos patrimoniais da União (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN), e do Estado (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPHAC), bem como no município.

No caso do Estado da Bahia, além dos Bens tombados e em processo de tombamento, consultou-se o “Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – IPAC”, que indica bens de interesse histórico, cultural e arquitetônico. Cabe lembrar que o Inventário realizado pelo Poder Público é uma das formas de acautelamento previstas pela Constituição Federal de 1988.

§ 1º. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de **inventários**, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.  
(BRASIL, 1998)

Neste trabalho, também foi consultada bibliografia especializada sobre o tema. Nenhum bem tombado foi identificado no município de Uruçuca.

<sup>4</sup> Memória sobre o Município de Ilhéus (1915).

<sup>5</sup> ESCRITURA de divisão de condomínio registrada no Livro 443, fls. 51v a 56v, Cartório do Tabelião Marback, Salvador.



## 6. CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

### 6.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para a caracterização arqueológica do Estado da Bahia foi consultada a base do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA/IPHAN, bem como bibliografia especializada.

Buscou-se apresentar um panorama geral dos sítios arqueológicos do estado, e sua localização por município, bem como o histórico das pesquisas arqueológicas desenvolvidas por arqueólogos e instituições.

### 6.2 O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA BAHIA

O Estado da Bahia possui 578 sítios arqueológicos registrados na base do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA/IPHAN, destacando-se os municípios de Jaguaripe (129 sítios), Central (52), Correntina (42) e Paulo Afonso (41). Considerando que o Estado possui 417 municípios, e que somente 80 deles possuem sítios arqueológicos, o levantamento oficial do CNSA/IPHAN abrange apenas 19,18% dos municípios da Bahia.

Entretanto, a quantidade de sítios arqueológicos conhecidos na Bahia é maior, principalmente com o aumento da demanda de estudos inseridos em processos de licenciamento ambiental de empreendimentos.

A quantidade de sítios por município pode ser visualizada no **Quadro 6.1** a seguir, bem como na **Figura 6.1**.

**Quadro 6.1 - Sítios Arqueológicos no Estado da Bahia**

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO ESTADO DA BAHIA			
Município	Sítios	Município	Sítios
Alcobaça	7	Jaguaripe	129
Andaraí	1	Juazeiro	2
Angical	2	Jussara	1
Barra da Estiva	1	Jussiape	7
Barreiras	4	Livramento de Nossa Senhora	2
Bom Jesus da Lapa	2	Macarani	1
Cachoeira	2	Maiquinique	1
Cafarnaum	1	Maraú	1
Camacan	2	Mata de São João	11
Camaçari	1	Miguel Calmon	3
Camamu	1	Mirangaba	1
Campo Formoso	4	Monte Santo	2
Candeias	2	Morro do Chapéu	36
Canudos	1	Mucuri	4
Casa Nova	10	Muquém de São Francisco	2
Catolândia	3	Nova Viçosa	2
Central	52	Oliveira dos Brejinhos	2
Conceição do Almeida	1	Palmas de Monte Alto	1
Conde	3	Paulo Afonso	41
Coribe	13	Pilão Arcado	3
Correntina	42	Piritiba	4
Cotegipe	1	Porto Seguro	6
Curaçá	2	Presidente Dutra	1
Dom Basílio	1	Remanso	4
Esplanada	2	Ribeira do Pombal	1

**Quadro 6.1 - Sítios Arqueológicos no Estado da Bahia**

<b>SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO ESTADO DA BAHIA</b>			
<b>Município</b>	<b>Sítios</b>	<b>Município</b>	<b>Sítios</b>
Gentio do Ouro	4	Rio de Contas	23
Ibirapuã	2	Rio Real	1
Ilhéus	4	Salvador	8
Inhambupe	1	Santa Cruz Cabrália	1
Ipiaú	1	Santa Maria da Vitória	9
Ipupiara	6	São Desidério	1
Irecê	1	São Félix do Coribe	1
Itaberaba	1	Seabra	16
Itacaré	4	Sento Sé	4
Itaguaçu da Bahia	1	Simões Filho	1
Itanagra	4	Tanque Novo	2
Itapetinga	1	Uauá	1
Itapicuru	1	Uibaí	1
Itatim	4	Vera Cruz	1
Ituaçu	13	Xique-Xique	31
<b>Total de Sítios na Bahia:</b>			<b>578</b>

Fonte: Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA/IPHAN.

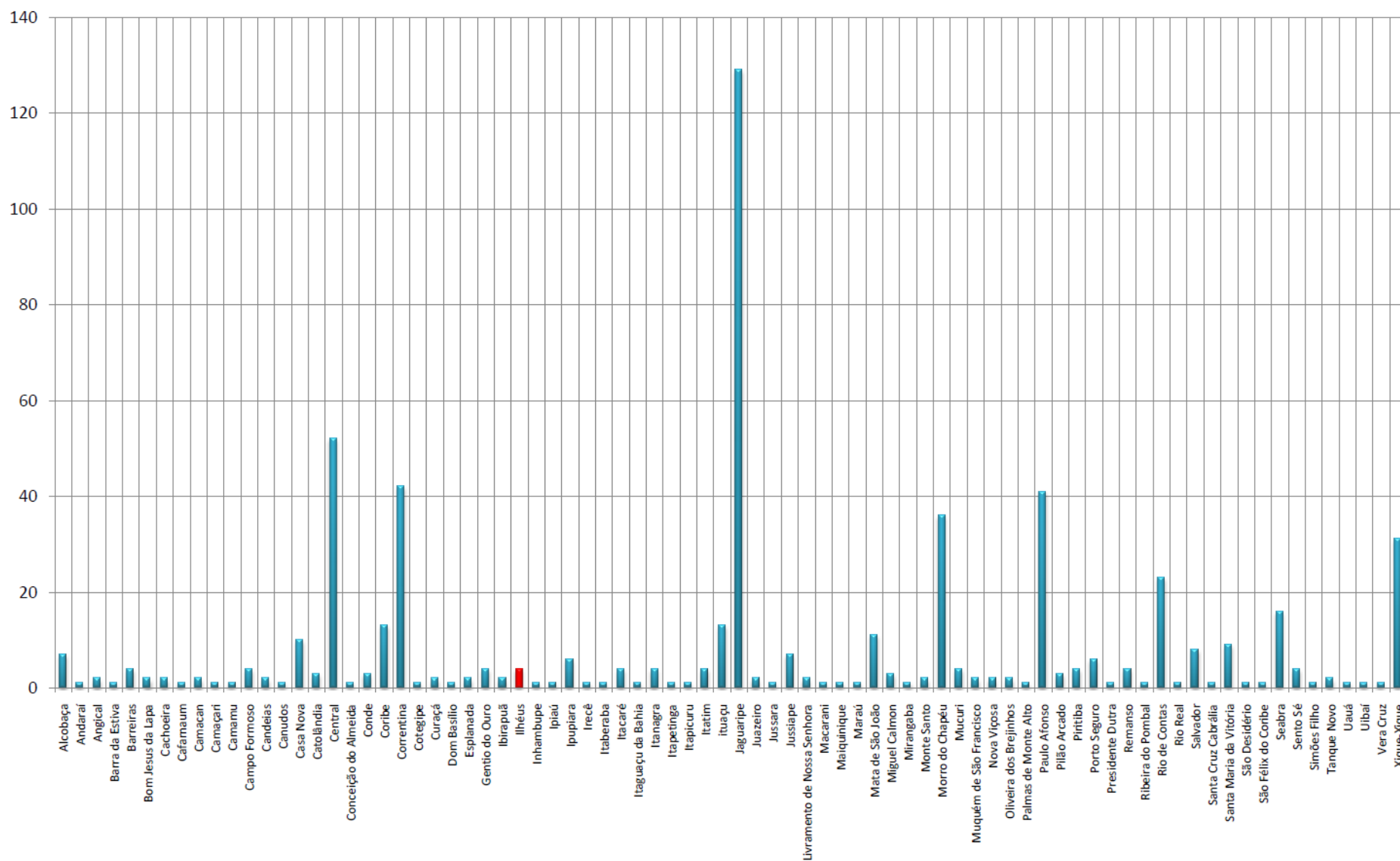
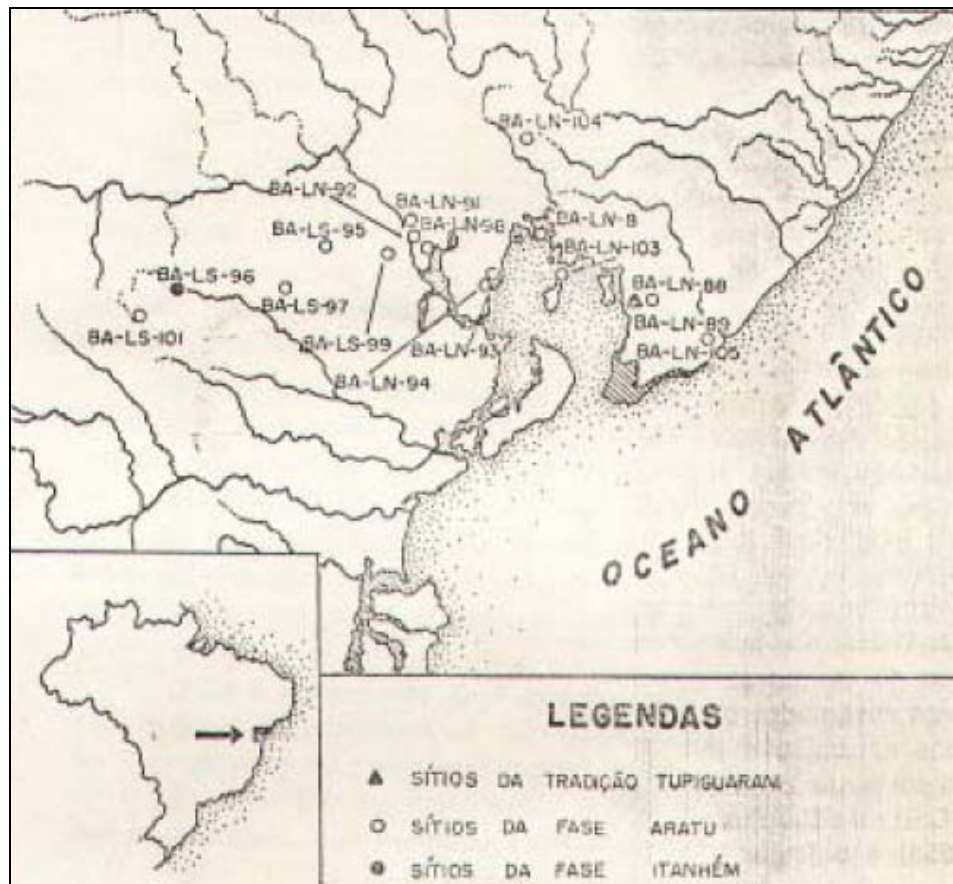


Figura 6.1 - Gráficos dos Sítios Arqueológicos no Estado da Bahia

Um dos primeiros levantamentos na Bahia foi realizado por Valentin Calderón, nas décadas de 1960 e 1970. Sua pesquisa em sítios pré-coloniais e a caracterização da cerâmica e do material lítico resultaram no primeiro ordenamento das tradições arqueológicas do estado.



Fonte: CALDERÓN, 1974, p. 142.

**Figura 6.2 - Sítios Indígenas Localizados por Calderón**

No âmbito acadêmico, a Universidade Federal da Bahia – UFBA realizou, em 1998 e 2001, um levantamento arqueológico no litoral Sul (Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália) e no Recôncavo - principalmente no município de Jaguaripe, onde o IPHAN registra 129 sítios, o município com o maior número de sítios. A UFBA realizou ainda, em 2003 e 2004, estudos nos municípios de Cachoeira e São Félix.

No Estado também se destacam os estudos da arqueóloga Maria Dulce Barcelos Gaspar de Oliveira, do Departamento de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro. A pesquisadora coordenou o projeto “Soberanos da Costa”, com financiamento da FAPERJ, entre 2003 e 2007. Em 2003 realizou atividades de prospecção arqueológica no litoral sul da Bahia.<sup>6</sup> Nesse mesmo ano a autora publicou “Reconstituição Geológica-Geomorfológica e ocupação sambaquiana na costa da Bahia” na XII reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira.<sup>7</sup>

<sup>6</sup> Portaria nº 385, de 18/01/2003 publicada no Boletim da UFRJ, para realização de trabalho de campo prospecção arqueológica, no litoral sul da Bahia, de 07 a 14/02/2003.

<sup>7</sup> Cf. GASPAR; SANTANA; DOMINGUEZ (2003).

Em janeiro e fevereiro de 2004, a arqueóloga promoveu a escavação arqueológica do sambaqui da Ilha das Ostras, na Vila do Conde<sup>8</sup> e, em 2005, realizou pesquisas arqueológicas no município de Ilhéus.<sup>9</sup> Em 2007, apresentou a comunicação “Pescadores-Coletores do litoral de Conde-Bahia”.<sup>10</sup>

O projeto “Soberanos da Costa” incentivou outros arqueólogos a pesquisarem os sambaquis da Bahia. A arqueóloga Cristiana de Cerqueira da Silva Santana que já havia feito seu mestrado *Herança geológica como ferramenta para a prospecção de sambaquis no Litoral Norte do Estado da Bahia: o exemplo do Sambaqui Ilha das Ostras*<sup>11</sup>, desenvolveu trabalhos conjuntos com Gaspar, bem como seu doutorado intitulado *Sambaquis perilagunares da zona costeira de Conde, Bahia*.<sup>12</sup>

Suely Gleyde Amancio Martinelli estudou em seu doutorado o *Processo de formação do Sambaqui Ilha das Ostras no Litoral Norte da Bahia* (2007).<sup>13</sup>

Outro pesquisador que se destaca com pesquisas na Bahia é *Carlos Alberto Etchevarne, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), autor do livro Escrito na Pedra: Cor, Forma e Movimento nos Grafismos Rupestres da Bahia. O trabalho é resultado do projeto de pesquisa Homem e Natureza – Imagens da Arte Rupestre na Bahia, vencedor da edição de 2006 do Prêmio Clarival do Prado Valladares, da Organização Odebrecht.*

Em 2009, Etchevarne coordenava o *Programa de identificação, proteção e gestão de sítios arqueológicos de arte rupestre da Chapada Diamantina*, patrocinado pela Petrobras.

Já a arqueóloga Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão desenvolve pesquisas na Bahia desde 1982, através do *Projeto Central: Pesquisas arqueológicas no interior do estado da Bahia*. Sua ação privilegiou a região da Chapada da Diamantina, com centenas de sítios.

Regionalmente, o Relatório de Impacto Ambiental do Terminal Portuário da Ponta da Tulha já apontou alguns sítios arqueológicos e ocorrências na região, tais como a “descoberta de lâminas de machado de pedra polida, fragmentos cerâmicos de tradição Tupi-guarani e ruínas de construções de alvenaria de pedra relacionadas a engenhos coloniais em Ilhéus, Itabuna e Olivença” (p.28 do RIMA, Bahia Mineração Ltda).

Em projetos de licenciamento ambiental, há o exemplo do levantamento arqueológico na rodovia BA-001, no trecho entre Camamu e Itacaré, realizado em 2006, e que resultou na identificação e estudo dos seguintes sítios e ocorrências, conforme apresentado no relatório final datado de 2006.<sup>14</sup>

<sup>8</sup> Portaria N° 17, de 19 Janeiro de 2004, Boletim da UFRJ.

<sup>9</sup> Portaria N° 315, de 16 Dezembro de 2004, Boletim da UFRJ.

<sup>10</sup> SANTANA, C.C.S.; GASPAR, M.D. ; Dominguez, J.M.L. . *Pescadores-Coletores do litoral de Conde-Bahia*. XIV Congresso da SAB. Florianópolis, 2007.

<sup>11</sup> SANTANA, Cristiana de Cerqueira Silva. *Herança geológica como ferramenta para a prospecção de sambaquis no Litoral Norte do Estado da Bahia: o exemplo do Sambaqui Ilha das Ostras*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000. Dissertação (Mestrado em Geologia).

<sup>12</sup> SANTANA, Cristiana de Cerqueira da Silva. *Sambaquis perilagunares da zona costeira de Conde, Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007. Tese (Doutorado em Geologia).

<sup>13</sup> MARTINELLI, Suely Gleyde Amancio. *Processo de formação do Sambaqui Ilha das Ostras no Litoral Norte da Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007. Tese (Doutorado em Geologia).

<sup>14</sup> FERNANDES, Ludy; COSTA, Carlos. *Relatório Final – diagnóstico e levantamento arqueológico na rodovia BA-001 (Camamu-Itacaré)*. Salvador: MAE/UFBA, 2006.

**Quadro 6.2 - Sítios arqueológicos identificados na rodovia BA-001**

Nome	Tipo	Material	Coordenadas UTM
Camamu 01	Histórico	Faiança portuguesa, cerâmica vermelha e vidrada	E488361 / N8455642
Camamu 02	Histórico	Faiança fina ( <i>blue edged, transfer printing</i> , borrão azul), vidro, cerâmica vidrada	E488308 / N8454068
Ladeira do Guaraná	Pré-Colonial	Cerâmica tupi-guarani	E488346 / N8453558
Engenho da Princesa Isabel	Histórico	Telhas e tijolos (ruína de pilar)	E488316 / N8452736
Camamu 03	Histórico	Cerâmica vermelha e vidrada	E489457 / N8450506
Camamu 04	Histórico	Cerâmica vermelha	E490855 / N8447284
Santa Inês	Histórico	Faiança portuguesa, tijolos, telhas (fazenda jesuítica)	E490059 / N8440368
Pedreira	Histórico	Faiança portuguesa e cerâmica vermelha	E489904 / N8436308
Pedra Rasa 01	Pré-Colonial	Cerâmica tupi-guarani pintada, faiança portuguesa, cerâmica vermelha e vidrada	E495185 / N8448240 E495165 / N8448504
Pedra Rasa 02	Pré-Colonial	Cerâmica tupi-guarani pintada	E495605 / N8449328
Pedra Rasa 03	Pré-Colonial	Cerâmica tupi-guarani pintada	E495370 / N8448950
Engenho Quitungo	Histórico	Ruínas de engenho de açúcar	E489555 / N8434450
Engenho Rio de Contas	Histórico	Ruínas de engenho de açúcar	E494526 / N8420110
Sete Estrelo	Histórico	Grés, faiança fina, cerâmica vermelha, telhas, tijolos e alicerces	E492306 / N8427228
Jeribucaçu	Histórico	Barragem de pedra seca	E494948 / N8417868
Fazenda de Cacau	Arquitetura Tradicional	Barcaças e depósitos	E494649 / N8419812
Ocorrência 01	Histórico	Faiança portuguesa, cerâmica vermelha e vidrada	E488411 / N8457810
Ocorrência 02	Histórico	Possíveis alicerces	E490819 / N8448870
Ocorrência 03	Histórico	Vidro (fundo de garrafa)	E490660 / N8449350
Ocorrência 04	Histórico	Cerâmica vermelha	E489917 / N8438900

Fonte: Relatório de Impacto Ambiental do Terminal Portuário da Ponta da Tulha.

Em 2010 foi publicado o *Mapeamento Arqueológico do Recôncavo Baiano*, de autoria de Luydy Abraham Fernandes<sup>15</sup>.

Os seguintes sítios arqueológicos encontram-se registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA do IPHAN:

<sup>15</sup> FERNANDES, Luydy A. *Mapeamento arqueológico do Recôncavo Baiano*. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/Bahia Arqueológica, 2010.

- **Sítio Almada** (BA - LCS – 136)  
Sítio pré-colonial em plantação de cacau, apresentando uma grande urna funerária piriforme com opérculo.
- **Sítio Fazenda Iguassú**  
Sítio extenso em solo sílico-argiloso, com muitas urnas funerárias.
- **Sítio Fazenda Piratacase**  
Sítio cemitério em solo de massapé, com urnas, esqueleto humano e lítico.
- **Sítio Fazenda Primavera**  
Sítio em solo húmico, apresentando cerâmica indígena e ossos.

No município de Ilhéus, Etchevarne elaborou em 2000 um Parecer Técnico de projeto para Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC<sup>16</sup>. Nessa Universidade funciona o Núcleo de Pesquisas em Arqueologia – NEPAB, vinculado ao Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da UESC – DFCH/UESC, com pesquisas no estado.

Segundo informa o site da UESC<sup>17</sup>, o NEPAB é responsável por quatro projetos de pesquisa, envolvendo dois professores-pesquisadores, dois bolsistas de iniciação científica na graduação, um bolsista júnior secundarista, além de alguns estudantes voluntários, que estariam atuando nos seguintes projetos:

- *Os sambaquis do Sul da Bahia: um estudo sobre o uso e organização espacial inter e intra sítio no baixo curso dos rios Buranhém e João de Tiba, municípios de Porto Seguro e Cabrália, BA.* Coordenador: Prof. Dr. Walter Fagundes Morales.
- *Projeto mapeamento arqueológico das bacias dos Rios Cachoeira e Almada: um estudo de arqueologia regional da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia.* Coordenadores: Prof. Dr. Walter Fagundes Morales e Prof. Ms. Elvis Pereira Barbosa.
- *Análise de parte da cerâmica arqueológica proveniente do Complexo Turístico Hoteleiro Terravista, Porto Seguro – Bahia.* Autora: Vanessa de Almeida Dócio, bolsista de Iniciação Científica FAPESB. Orientador: Prof. Elvis Pereira Barbosa.
- *Análise e curadoria do material cerâmico do sítio arqueológico Terravista, Porto Seguro – BA.* Autora: Indira Chaves Batista, Bolsista de Iniciação Científica UESC. Orientador: Prof. Dr. Walter Fagundes Morales.

Em 2004, Elvis Pereira Barbosa, da UESC, apresentou comunicação sobre as pesquisas arqueológicas nas ruínas do Engenho de Açúcar da Sesmaria de Lucas Giraldes.<sup>18</sup>

Barbosa realizou também breve levantamento de sítios arqueológicos em Ilhéus. Esses sítios não estão cadastrados no *site* do IPHAN. O quadro a seguir foi apresentado no relatório ambiental elaborado pela empresa *Biodinâmica Engenharia e Meio Ambiente* para o licenciamento ambiental do Porto Privado da Bahia Mineração, integrante do complexo Porto Sul.

<sup>16</sup> ETCHEVARNE, Carlos A. *Localização, identificação e registro dos sítios arqueológicos de Ilhéus-BA*, 2000. Parecer Técnico de projeto para Universidade Estadual de Santa Cruz, 1, 3.

<sup>17</sup> Ver em : [http://www.uesc.br/nucleos/nepab/index.php?item=conteudo\\_projetos.php](http://www.uesc.br/nucleos/nepab/index.php?item=conteudo_projetos.php).

<sup>18</sup> BARBOSA, Elvis Pereira. “O Engenho da Sesmaria de Lucas Giraldes na Capitania de São Jorge dos Ilhéus”. In: *Programa de Resumos da XXIV Reunião Brasileira de Antropologia*. Olinda: ICUCH/ICOMOS, junho de 2004, p. 74.

**Quadro 6.3 - Sítios arqueológicos identificados em Ilhéus por Barbosa**

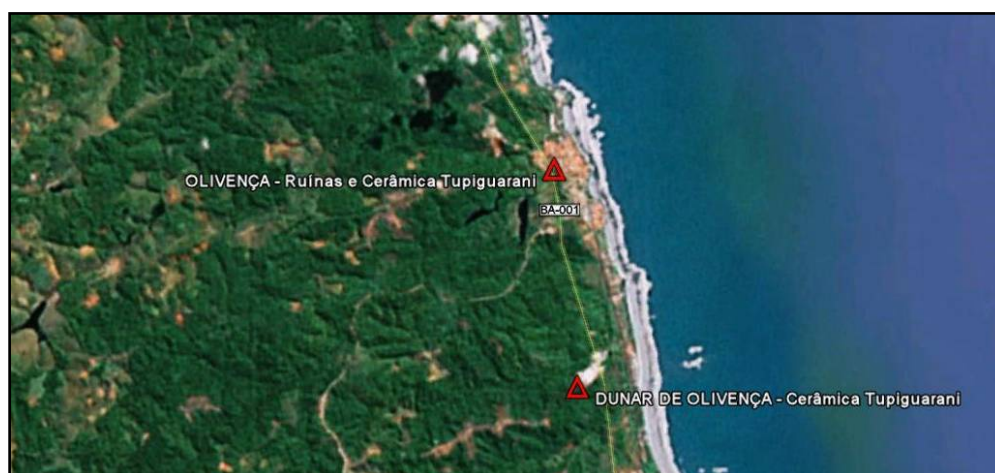
Sítio	Tipologia	Vestígios Associados	Coordenadas
Almadina	Pré-Colonial	Cerâmica da Tradição Aratu e Tupiguarani	F24L 430997/ UTM 8374402
Dunar de Olivença	Pré-Colonial	Cerâmica da Tradição Tupiguarani	F24L 498917/ UTM 8345171
Encosta do Morro	Pré-Colonial	Cerâmica da Tradição Tupiguarani	S 14°51'10,8/ W 39°04'21,4
Olivença	Pré-Colonial/Colonial, Pós-Colonial	Estruturas coloniais e Cerâmica Tupiguarani	F24L 498741/ UTM 8347512

Fonte: *site* do IPHAN

A partir das coordenadas apresentadas por Barbosa, indicamos a implantação dos sítios, com base no *Google Earth*, conforme segue.



**Figura 6.3 - Localização do Sítio em Almadina, com Cerâmica Tupi-guarani e Aratu**



**Figura 6.4 - Localização dos Sítios Olivença (Ruínas e Cerâmica Tupi-guarani) e Dunar de Olivença (Cerâmica Tupi-guarani)**





**Figura 6.5 - Localização do Sítio Encosta do Morro, com Cerâmica Tupi-guarani**

Em 2007, o pesquisador José Landim apresentou comunicação sobre as implicações da evolução da Zona Costeira Baiana nas Ocupações Litorâneas Pré-Coloniais, em especial o caso de Lagoa Encantada (Ilhéus) e Conde (Litoral Norte).<sup>19</sup>

Segundo G. A. de Almeida, o jornal *O Diário da Tarde*, de Ilhéus, publicou em 1989 ou 1990, artigo intitulado "Sítios Arqueológicos de Ilhéus". O artigo indicou a existência de sítios “no Mambape, Pacheco, Prefeitura, Outeiro, entre outros do período histórico, como Engenhos diversos e o fortim da Barra do Cachoeira”. Almeida afirmou que todo o Centro Histórico de Ilhéus é um grande sítio arqueológico. “Todos os fundos de quintal das casas do centro de Ilhéus e Olivença apresentam, a alguma profundidade da superfície, restos de alimentos consumidos pelas populações de séculos passados: búzios, ostras, restos de panelas de barro claro, vidrado, daqueles que ainda se usa nos "bozós" do culto afro-baiano, fabricados em Maragogipinho”.<sup>20</sup>

De acordo com informações publicadas no site da agência *r2press*, durante obras de instalação de rede pluvial e pavimentação da Avenida Lotus, no Bairro Nelson Costa, na altura da *Padaria Modelo*, foi encontrada uma urna funerária grande e outros potes de cerâmica menores.

Outro achado arqueológico em Ilhéus ocorreu no Rio Acima, na localidade Banco da Vitória<sup>21</sup>, em 2008. Trata-se de um machado de pedra polida quebrado, apresentado nas figuras a seguir.<sup>22</sup>

<sup>19</sup> LANDIM, José. “Implicações da Evolução da Zona Costeira Baiana nas Ocupações Litorâneas Pré-Coloniais: estudos de caso Lagoa Encantada (Ilhéus) e Conde (Litoral Norte)”. In: *Simpósio Internacional Arqueologia Marítima nas Américas: Ocupações litorâneas, barcos e navios, portos e áreas portuárias*. Itaparica, Bahia, Brasil, Outubro de 2007.

<sup>20</sup> Ver em: <http://www.r2cpres.com.br/site/conteudo/01/05/2010/espaco-do-leitor/ilheus-nao-tem-nenhum-sitio-arqueologico>.

<sup>21</sup> A comunidade de Banco da Vitória é um bairro da cidade de Ilhéus. Localiza-se entre a margem esquerda do Rio Cachoeira e os morros pertencentes à Mata da Esperança. Esses morros são o Alto da Santa Clara, Alto da Bela Vista e Alto da Mata da Rinha (Morro do Iraque), nas coordenadas de Latitude 14° 78' 21" Longitude 39° 09' 89" (ponto da Praça Guilherme Xavier). O Banco da Vitória dista 06 quilômetros da área urbana da cidade de Ilhéus.

<sup>22</sup> Ver em: <http://ilheusbahia.wordpress.com/2008/10/11/artefato-arqueologico-encontrado-em-banco-da-vitoria-%E2%80%93-ilheus-%E2%80%93-ba/>.



Fonte: Foto: Agência r2press

**Figura 6.6 - Machado de pedra polida quebrado encontrado em Porto do Meio**



Fonte: Foto: Agência r2press

**Figura 6.7 - Machado de pedra polida quebrado encontrado em Porto do Meio**

O já referido relatório ambiental elaborado pela empresa Biodinâmica Engenharia e Meio Ambiente para o licenciamento ambiental do Porto Privado da Bahia Mineração, integrante do complexo Porto Sul (pp. 180-181), apresentou informações coletadas junto a moradores de Ilhéus, das quais se destaca o depoimento de João José Bitencourt de Nora Neto, conhecido como Jonga. Este fazendeiro possui uma coleção de material arqueológico e peças históricas, entre elas um machado de pedra polida, três sinos de uma antiga igreja, uma pia batismal e outras peças fotografadas pela equipe de pesquisadores. Outro informante, Ariel Figueroa, reportou a presença de ruínas de fazenda de Cacau na localidade de Rio do Braço e a ocorrência de material arqueológico no local denominado Serrinha.

### 6.3 SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EM URUÇUCA

Não há sítios arqueológicos cadastrados na base do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA do IPHAN, assim como não foi encontrada qualquer referência de sítios na bibliografia consultada.

## 7. DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA

### 7.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Por tratar-se de um Diagnóstico Arqueológico não interventivo e complementar ao estudo já realizado no restante da área de influência do empreendimento, o levantamento baseou-se em fontes secundárias.

Foi realizado um levantamento de informações sobre sítios arqueológicos, Bens Patrimoniais e tombados junto aos órgãos de preservação e em bibliografia especializada.

Para fins de contextualização, foram incorporadas pesquisas de campo já realizadas na primeira etapa do diagnóstico do empreendimento.

## 8. MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM URUÇUCA

### 8.1 PERSPECTIVAS ADOTADAS

Este trabalho tem como objetivo apresentar o levantamento do Patrimônio Imaterial manifestado no município de Uruçuca, complementando-se os dados da área de influência do empreendimento.

O Patrimônio Imaterial é definido pela UNESCO como “*as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, instrumentos, objetos, artefatos, e lugares que lhe são associados, e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua integração com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito a identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito a diversidade cultural e à criatividade humana.*” (IPHAN, 2011)

Dentro dessa perspectiva, foi realizado o levantamento das práticas que expressam a identidade territorial e local, manifestações folclóricas locais.

Foram identificadas manifestações que expressam a cultura local e regional e articulações de redes culturais com outras regiões. A presença de comunidades pesqueiras e a identidade construída em torno desta atividade econômica envolvem um conjunto de significativas técnicas na construção de instrumentos de pesca. A influência e a fusão de elementos das tradições culturais indígenas e africanas são identificadas também na culinária, no artesanato e nos cultos religiosos. Sobre as manifestações religiosas, decorre de um lado um forte sincretismo entre os ritos afros e católicos, e, por outro, a expansão das igrejas e dos adeptos do protestantismo que se denominam “cristãos”. Apresentaremos as manifestações culturais identificadas, demonstrando o relevante papel na manutenção das tradições, das técnicas e dos saberes a serem considerados nos estudos de viabilidade do projeto do Porto Sul.

### 8.2 METODOLOGIA

- **Os procedimentos adotados**

O estudo consistiu na Pesquisa de dados secundários junto a órgãos governamentais, Ongs e bibliografia especializada.

Com a organização e sistematização dos dados e produção do relatório, seguiu-se a seguinte estrutura: apresentação do estudo, metodologia adotada, caracterização cultural do município de Uruçuca e das comunidades afetadas pelo projeto, identificação do Patrimônio Imaterial e as considerações sobre o trabalho realizado.

## 9. CARACTERIZAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO

- **Uruçuca: cacau, pesca, turismo e africanidades**

Tendo pertencido a Ilhéus, desde o período colonial, Uruçuca vem delineando a sua história através da miscigenação cultural entre indígenas, portugueses e, posteriormente, os negros trazidos da África.

Os indígenas estiveram presentes na história e cultura de Ilhéus desde o início da colonização, na formação da vila, na culinária, com a farinha de mandioca e pratos com base no feijão e aipim, além de frutas e legumes. Como técnica de conservação dos alimentos legaram o moquém. Na tecnologia, legaram o uso da rede para dormir, canoas e jangadas para a navegação.

Outro fator que marcou os traços culturais na região refere-se ao tráfico de escravos. A chegada do negro e a miscigenação cultural imprimiram sua marca na culinária típica, nas diversas expressões artísticas, como música, dança e artesanato e na religiosidade, profundamente enraizada com os vínculos africanos e ao mesmo tempo, sincréticos.

### 9.1 IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

- **Festas existentes e identificação dos padroeiros**

- **Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição (08 de dezembro)**

Em 2011, a festa de Nossa Senhora da Conceição ocorreu entre os dias 29 de novembro e 07 de dezembro. A Imagem da padroeira percorre a cidade e passa pela Igreja de São José e depois vai para Matriz em carreata.



Fonte: Disponível em <http://urucuanoticias.blogspot.com.br>

**Figura 9.1 - Uruçuca Notícias, 2011**

- **Festa de São Pedro (dias 1 e 2 de julho)**

- **Festa de São João (22 a 24 de junho)**

A festa acontece na Praça Municipal Régis Pacheco com bandeiras de várias cores e balões de São João, com barracas típicas com alimentos juninos e licores.



Fonte: Disponível em <http://urucucanoticias.blogspot.com.br>

**Figura 9.2 - Uruçuca Notícias, 2010**

A Festa de São João é uma das mais tradicionais do interior da Bahia. Na figura abaixo, vê-se a Quadrilha, típica das festas juninas, em fotografia de meados do século XX.



Fonte: <http://epoliticassulba.blogspot.com.br>

**Figura 9.3 - Quadrilha em Uruçuca. Autor Desconhecido**

- **Diferentes Religiosidades**

### **CULTOS EVANGÉLICOS**

Neste levantamento verificou-se uma grande expansão de Igrejas protestantes, cujos moradores convertidos ao protestantismo denominam-se cristãos. Mesmo nas comunidades com pequeno número de habitantes é expressiva a expansão do número de moradores “evangélicos”. No que se refere aos festejos, os praticantes explicaram que “fazem suas festas dentro de suas igrejas.” Ou seja, não se estendem a toda a comunidade. As principais igrejas são a Igreja Batista de Uruçuca e a Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

### **CULTOS CATÓLICOS**

A Diocese de Ilhéus tem sede na Paróquia de Nossa Senhora Conceição, e aglutina outras 40 paróquias, sendo 13 em Ilhéus e as demais nos municípios abrangidos por ela, inclusive Uruçuca.

- **Manifestações da cultura afro-descendente**

As manifestações de origem afro podem ser identificadas em vários aspectos da cultura em Uruçuca, nos pratos típicos, no folclore, nos cultos religiosos e nas manifestações artísticas.

### **A CAPOEIRA**

A prática da capoeira foi identificada em Uruçuca. Para iniciar a exposição sobre a capoeira cabe salientar que o estado da Bahia é fundamental para entender as raízes desta manifestação que se espalhou pelo Brasil e pelo mundo. Ademais, não podemos falar da Capoeira Regional ou Luta Regional Baiana sem falar em Mestre Bimba, seu criador. Nascido em 23 de Novembro de 1889, Salvador-BA, Manoel dos Reis Machado foi o maior responsável pela expansão e projeção da capoeira além dos limites da Bahia.

De acordo com as informações do Grupo Cordão de Ouro, acreditando que “a capoeira que praticava estava perdendo sua essência de luta, Mestre Bimba ‘misturou’ seus elementos com o Batuque, luta do recôncavo baiano, na qual seu pai era campeão e que utilizava violentos golpes de perna com o objetivo de derrubar o adversário. Em 1932, Mestre Bimba fundou a primeira academia especializada no ensino da capoeira. Localizada no Engenho Velho de Brotas, bairro pobre onde ele nasceu. Ensinava também em residências. Sua fama cresceu e cinco anos depois ele obtinha o registro de professor de educação física. (...) Com a Capoeira Regional, nasceram elementos didáticos e simbólicos que influenciaram todos os outros mestres das gerações seguintes” (CORDÃO DE OURO, 2012).

Ainda segundo o Grupo Cordão de Ouro “a Capoeira Angola é um dos traços mais nítidos da influência africana nas tradições folclóricas brasileiras, onde ainda hoje, muitos autores discutem se a sua origem é realmente brasileira ou africana. Dentro da Capoeira Angola podemos dar destaque a alguns mestres que fizeram escola nesta arte. Entre eles podemos citar os Mestres Pastinha, Waldemar da Liberdade, Canjiquinha, Traíra, Caiçara, Cobrinha Verde, Daniel Noronha, Totonho de Maré e muitos que completariam uma lista imensa, além dos que foram marcados pelo esquecimento” (PERNAMBUCO CDO, 2012).

Traíra, Caiçara, Cobrinha Verde, Daniel Noronha, Totonho de Maré e muitos que completariam uma lista imensa, além dos que foram marcados pelo esquecimento.

No IPHAN (2001):

a Roda de Capoeira foi inscrita no Livro das Formas de Expressão em 2008. A Roda é um elemento estruturante da capoeira - espaço e tempo onde se expressam, simultaneamente, o canto, o toque dos instrumentos, a dança, os golpes, o jogo, a brincadeira, os símbolos e os rituais dessa herança africana, recriados no Brasil.

Também esta instituição conferiu reconhecimento ao Ofício dos Mestres de Capoeira, que por sua vez:

é exercido por aqueles detentores dos conhecimentos tradicionais dessa manifestação e responsáveis pela transmissão de suas práticas, rituais e herança cultural. O saber da capoeira é transmitido de modo oral e gestual, de forma participativa e interativa, nas rodas, nas ruas e nas academias, assim como nas relações de sociabilidade e familiaridade construídas entre mestres e aprendizes. O Ofício dos Mestres de Capoeira foi inscrito no Livro dos Saberes em 2008.

A cidade de Ilhéus é berço de grandes Mestres que são referências internacionais na capoeira, tais como o grande Mestre Suassuna e o Mestre João Grande. Eles e outros grandes Mestres passaram parte de suas vidas no município e mantêm um legado nesta tradição.<sup>23</sup>

O município de Uruçuca sediou, inclusive, o 8º Encontro de Capoeira, que se realizou no Centro de Cultura Água Preta, em dezembro de 2011.



Fonte: <http://www.tonaclie.com>

**Figura 9.4 – 8º Encontro de Capoeira**

<sup>23</sup> Cf. CASTRO (2007).



- **Artesanato**

Destaca-se em Uruçuca o artesanato em madeira com trabalhos de movelaria rústica de alto padrão.

Segundo o Diagnóstico Sócio-econômico do Gerenciamento Costeiro do Estado da Bahia, também há o artesanato feito com flores, a confecção de bonecas e bordado.

Segundo levantamentos da FGV (2002), o município de Uruçuca ocupa o quinto lugar no ranking da categoria "Manifestações Culturais" na região. Fica atrás apenas de Ituberá, Cairu, Itacaré e Camamu. O município de Ilhéus fica em sétimo lugar. O mesmo levantamento destaca a chegada de Jangadas, a gastronomia típica e o artesanato de Uruçuca.

Consideramos um rico e articulado conjunto de manifestações do patrimônio imaterial, em que festividades, religiosidades e outras manifestações folclóricas não se dissociam da de outras atividade do cotidiano, das atividades agrícolas, pesqueiras e extrativas praticadas na área de influência do empreendimento.

## 10. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os estudos arqueológicos e patrimoniais no município de Uruçuca, integrante da área de influência do Porto Sul, indicaram alto potencial arqueológico e patrimonial, com a presença de um Bem tombado e várias manifestações culturais.

Considerando a necessidade de aprofundamento das pesquisas patrimoniais na fase de obtenção da licença de instalação do empreendimento, já prevista no Diagnóstico Arqueológico Preliminar de 2011, a mesma recomendação se aplica ao território do município de Uruçuca.

Destacamos a existência de sítios arqueológicos em municípios vizinhos e vários indicadores arqueológicos em escala regional, como atesta a contextualização arqueológica.

Referente ao Patrimônio Arquitetônico e Imaterial, faz-se necessária uma avaliação com base no projeto executivo detalhado, onde estarão definidas as vias e acessos ao Porto, quantidade de trabalhadores temporários e fixos, etc. Tal detalhamento será apresentado pela empresa na fase de obtenção da LI – Licença de Instalação, e os estudos patrimoniais estarão contemplados no referido Programa de Gestão do Patrimônio Histórico e Arqueológico.

Diante deste estudo, referente ao atendimento da Portaria IPHAN 230/02, manifestamo-nos favoráveis à aprovação da Licença Prévia - LP ao empreendimento, sendo que para a Licença de Instalação – LI, deverá ser realizado um Programa de Gestão do Patrimônio Histórico e Arqueológico.

## 11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Monique; LOCKS, Martha; BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho. “Registros Faunísticos em Sítios Arqueológicos da Região Arqueológica de Central, Bahia, Brasil”. In: XXIII Semana de Biologia, 2002, Rio de Janeiro. *Livro de Resumos da XXIII Semana de Biologia*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/IB, 2002. p. R13-R13.

AMORIM, J. O. ; BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho . Cachimbos de cerâmica, Município de Angical e São Desidério, Estado da Bahia.. In: XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira - Arqueologia, Patrimônio e Turismo, 2005, Campo Grande - MS. *Resumos*, 2005. p. 80-80.

BARROS, Francisco Borges de. Memória sobre o Município de Ilhéus. Publicação Oficial, Ilhéus, Bahia, 1915.

BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho. Pesquisa no interior da Bahia: possível representação pictórica de fauna extinta. Rio de Janeiro: Revista Carta Mensal, v. 36, n. 421, p. 29-41, 1990.

BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho. “Primeiros resultados da análise faunística do Abrigo da Aranha, na Região Arqueológica de Central, Bahia”. In: XXII Congresso Brasileiro de Zoologia, Recife, p. 361 - 361, 01 dez. 1998.

BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho. “Região Arqueológica de Central, Bahia, Brasil: material cerâmico”. In: V Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário - ABRQUA, XI Simpósio de Sedimentologia Costeira - UFF, 1995, Niterói. Anais do V Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário - ABRQUA, XI Simpósio de Sedimentologia Costeira - UFF, 1995. v. 1. p. 37-45.

BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; AZEVEDO NETO, C. X.; AMORIM, Jacqueline. "O Cemitério do Caboclo: um novo tipo de sítio arqueológico no interior da Bahia". In: CLIO. Série Arqueológica. Recife: UFPE, v. 1, n. 11, p. 71-86, 1996.

BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; LIMA, T. A. “O Projeto Central, Bahia: os zoomorfos da Serra Azul e da Serra de Santo Inácio”. In: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, v. 21, p. 146-157, 1986.

BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; LOCKS, Martha. “Pinturas Rupestres En La Region Arqueologica de Central, Estado de Bahia, Brasil”. In: Boletim n 7 da sociedad de investigacion del arte rupestre de Bolivia. SIARB: La Paz, v. 7, p. 23-37, 1993.

BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; LOCKS, Martha; AMORIM, Jacqueline. “Vandalismo no Sítio Arqueológico Alto da Santa Cruz, Município de Angical, Estado da Bahia”. In: XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira - Arqueologia, Patrimônio e Turismo, 2005, Campo Grande - MS. *Resumos*, 2005. p. 90-90.

BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; SOARES, Andreia Alves. “Preservação Ambiental na Região Arqueológica de Central, Estado da Bahia, Brasil”. In: II WEEC - World Environmental Congress, 2004, Rio de Janeiro. Anais do II WEEC, World Environmental Congress, 2004.

BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; ZARONI, L. “Região Arqueológica de Central, Bahia, Brasil”. In: CLIO. Série Arqueológica, n 1, Abrigo da lesma: artefatos líticos. Recife: UFPE, v. 1, n. 8, p. 7-34, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

CALI, Plácido. Diagnóstico Arqueológico Preliminar das áreas de implantação do Porto Público e Zona de Apoio Logístico (ZAL) pertencente ao Complexo Porto Sul, localidade de Aritaguá, município de Ilhéus – BA. São José dos Campos: Gestão Arqueológica Consultoria/Hydros, 2011.

\_\_\_\_\_. Diagnóstico Arqueológico Preliminar das áreas de implantação do Porto Público e Zona de Apoio Logístico (ZAL) pertencente ao Complexo Porto Sul, localidade de Ponta da Tulha, município de Ilhéus – BA. São José dos Campos: Gestão Arqueológica Consultoria/Hydros, 2010.

CASTRO, Maurício Barros de. Na roda do mundo: Mestre João Grande entre a Bahia e Nova York. Disponível em <http://www.teses.usp.br>. Acesso em 15 março de 2012.

ESPINETMOUCADEL, J.; BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho. Étude tracéologique de deux pièces lithiques de la Toca da Esperança, Région de Central, État de Bahia, Brésil. *L'Anthropologie*, Paris, v. 91, n. 4, p. 943-948, 1988.

GASPAR, Maria Dulce; SANTANA, C.C.S.; DOMINGUEZ, J.M.L. “Reconstituição Geológica-Geomorfológica e ocupação sambaquiana na costa da Bahia”. In: XII Congresso da SAB - Arqueologias da América Latina, 2003, São Paulo. Resumos do Congresso da SAB Arqueologias da América Latina, 2003. v. 1. p. 26.

LOCKS, M.; BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; SHIMAMURA, N. "Região Arqueológica de Central, Bahia - Brasil: vestígios esqueléticos humanos pré-históricos e históricos". In: CLIO. Série Arqueológica. Recife: UFPE, v. 1, n. 12, p. 127-138, 1997.

LOCKS, Martha; BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho. Dimorfismo Sexual em Zoomorfos na Pintura Rupestre Pré-Histórica, Região Arqueológica de Central, Bahia, Brasil. In: *3er Congreso Virtual de Antropologia Y Arqueologia*, 2002, Salta, 2002.

LUMLEY, H.; LUMLEY, M. A.; BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; YOKOYAMA, Y.; LABEYRIE, J.; DANON, J.; DELIBRIAS, G.; FALGUÈRES, C.; BISCHOFF, L. Découvertes d'outils taillés associés a une faune quartenaire datée du pleistocène moyen dans la Toca da Esperança, État de Bahia, Brésil. *Comptes Rendus de L'Académie des Sciences Serie II - Fascicule*, Paris, v. 33, p. 241-247, 1988.

LUMLEY, H.; LUMLEY, M.A.; BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; YOKOYAMA, Y ; LABEYRIE, J.; DELIBRIAS, G. ; FALGUÈRES, C.; BISCHOFF, L. Presence d'outils taillés associés a une faune quartenaire datée du pleistocène moyen dans la Toca da Esperança, État de Bahia, Brésil. *L'Anthropologie*, Paris, v. 91, n. 4, p. 917-942, 1987.

MARIA, C. M.; BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho. "A Região Arqueológica de Central, Bahia, Brasil: A Toca da Esperança, Um Sítio Arqueológico do Pleistoceno Médio". In: Conferência internacional sobre o povoamento das Américas, 1996, São Raimundo Nonato, Piauí. *Anais da Conferência internacional sobre o povoamento das Américas - Revista da Fundação Museu do Homem Americano*, v. 1, p. 1-31.

REVISTA FERROVIÁRIA. Estradas de Ferro do Brasil, 1945. Guia Geral das Estradas de Ferro do Brasil, 1960. Guias Levi, 1932-1980. Disponível em: <[www.estacoesferroviarias.com.br](http://www.estacoesferroviarias.com.br)>. Acesso em 15 mar. 2012.

CORDÃO DE OURO. Manoel dos Reis Machado - Mestre Bimba, Criador da capoeira Regional. Disponível em: <<http://cordaodeourotopeira.blogspot.com.br>>. Acesso em 15 mar. 2012.

PERNAMBUCO CDO. Disponível em: <<http://pernambucocdo.blogspot.com.br>>. Acesso em 15 mar. 2012.